

Relatório e Contas 2004



Perfil do Grupo CIMPOR

A CIMPOR é um Grupo cimenteiro internacional – 10º lugar no *ranking* mundial, com uma capacidade instalada, no final de 2004, de 23,4 milhões de toneladas/ano (produção de cimento com clínquer próprio) – cuja actividade se estende a oito países (para além de Angola, onde o Grupo adquiriu, perto do final do ano, uma participação de 49% na empresa líder do respectivo mercado). A CIMPOR é líder nacional nos mercados de Portugal e Moçambique e regional em Marrocos (Rabat), Egipto (Alexandria) e África do Sul (KwaZulu-Natal), ocupando ainda a 2ª, 3ª e 5ª posições nos mercados da Tunísia, Brasil e Espanha, respectivamente.

O Cimento constitui o *core business* do Grupo. Betões, Agregados e Argamassas são produzidos e comercializados numa óptica de integração vertical dos negócios, os quais, em termos consolidados, atingiram em 2004 o valor de 1.365,6 milhões de euros.

VISÃO ESTRATÉGICA

Assumindo-se como um dos principais protagonistas, a nível mundial, do movimento de consolidação do sector, a CIMPOR pretende prosseguir no caminho do crescimento e da internacionalização, mantendo a sua independência face aos outros grandes grupos cimenteiros e conservando o seu centro de decisão em Portugal.

VALORES

- Ao nível dos Accionistas – Defesa dos seus legítimos interesses, através da valorização intrínseca dos capitais investidos na Empresa e da sua correcta remuneração.
- Ao nível dos Clientes – Focalização na plena satisfação das suas expectativas, dentro dos princípios éticos de integridade e de cumprimento das normas aplicáveis.
- Ao nível dos Colaboradores – Remuneração adequada ao seu trabalho, criação de condições de valorização profissional e equidade no tratamento.
- Ao nível da Organização – Busca constante da Excelência, através do estabelecimento de objectivos ambiciosos e da escolha, a todos os níveis, de lideranças com capacidade de assumpção de responsabilidades e de cumprimento dos objectivos.
- Ao nível da Qualidade – Respeito pelos normativos nacional e internacional, designadamente no tocante à Certificação de Produtos e ao bom funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade.
- Ao nível do Ambiente – Integração harmoniosa no meio social e cultural envolvente, com base numa política activa de requalificação ambiental e de cooperação com as comunidades locais.
- Ao nível da Inovação – Prossecução de uma política de inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços, em colaboração com o meio académico e científico.
- Ao nível das Comunidades próximas das instalações fabris – Implementação de uma política de apoio social atenta às carências estruturais e de suporte a actividades sociais e culturais.
- Ao nível da Sociedade em Geral – Prossecução de políticas de Comunicação e de Responsabilidade Social que assegurem completa transparência acerca das realizações do Grupo e demonstrem a assumpção dos deveres de cidadania que proactivamente acata.

ESTRATÉGIA

- Consolidação das posições actuais, mediante crescimento orgânico – aumentos de eficiência e capacidade em várias unidades industriais – e uma maior penetração nos mercados onde o Grupo já está presente – expansão para negócios relacionados com a fileira do cimento (vg. betão pronto e exploração de pedreiras).
- Realização de novas aquisições, com prioridade para as áreas geográficas dos mercados emergentes em que o Grupo já actua, não esquecendo o necessário equilíbrio com a presença em mercados consolidados e maduros, cujo menor potencial de crescimento é compensado por inferiores níveis de risco.
- Optimização das operações, através do aproveitamento de sinergias, da redução de custos (designadamente energéticos), do aumento da produtividade do pessoal e de investimentos em I&D.
- Desenvolvimento da actividade de *trading* entre as empresas do Grupo, de forma a equilibrar picos de procura em certos mercados com os excessos de oferta noutras áreas.

Síntese de Indicadores

Dados Consolidados

	Unidade	2004	2003	Variação	2002
Capacidade Instalada (Cimento) ⁽¹⁾	10 ³ ton	23.355	22.040	6,0 %	21.160
Vendas do Grupo					
Cimento	10 ³ ton	18.641	18.298	1,9 %	16.474
Betão	10 ³ m ³	6.674	6.068	10,0 %	5.989
Agregados	10 ³ ton	11.897	12.397	-4,0 %	13.088
Argamassas	10 ³ ton	490	438	11,9 %	418
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	1.365,6	1.360,9	0,3 %	1.317,2
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	155,2	153,0	1,4 %	152,2
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	458,7	512,5	-10,5 %	511,4
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	248,2	289,0	-14,1 %	283,8
Custos Financeiros (liq.)	10 ⁶ euros	-6,5	-35,5	s.s. %	-23,3
Resultados Correntes	10 ⁶ euros	241,7	253,4	-4,6 %	260,5
Resultados Líquidos após Int. Minoritários	10 ⁶ euros	185,9	185,9	0,0 %	176,6
Activo Total	10 ⁶ euros	3.174,5	3.089,2	2,8 %	3.337,9
Capitais Próprios	10 ⁶ euros	970,4	960,6	1,0 %	949,6
Interesses Minoritários	10 ⁶ euros	76,3	78,3	-2,6 %	88,5
Dívida Financeira Líquida ⁽²⁾	10 ⁶ euros	1.229,4	1.238,5	-0,7 %	1.148,9
Capitais Empregues ⁽³⁾	10 ⁶ euros	2.548,2	2.571,3	-0,9 %	2.465,5
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	5.706	5.821	-2,0 %	6.061
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	242,1	226,7	6,8 %	224,2
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	108,8	110,9	-1,8 %	113,0
Investimento Líquido					
Goodwill	10 ⁶ euros	56,3	5,7	887,6 %	303,4
Activo Fixo Corpóreo	10 ⁶ euros	170,6	148,3	15,0 %	401,2
CF Operacional / Vol. Negócios (Margem EBITDA)		33,6%	37,7%		38,8%
Result. Operacionais / Vol. Negócios (Margem EBIT)		18,2%	21,2%		21,5%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)		19,3%	19,5%		17,3%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁴⁾		9,7%	10,3%		9,9%
Dívida Financeira Líquida / Capitais Empregues		48,2%	48,2%		46,6%
Capitalização Bolsista (31 Dez.)	10 ⁶ euros	2.789	2.755	1,2 %	2.150
Resultados por Acção ⁽⁵⁾	euros	0,27	0,26	3,5 %	0,25
Cotação (31 Dez.) / Resultados por Acção (PER)		15,2	15,5		13,0

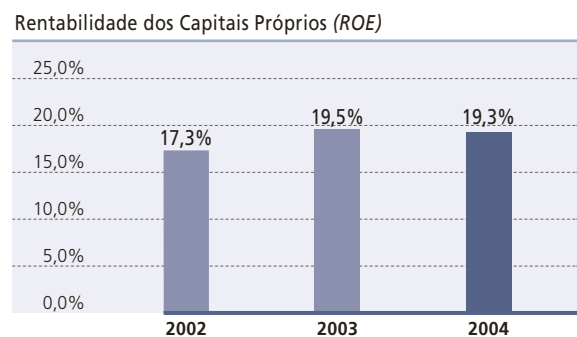
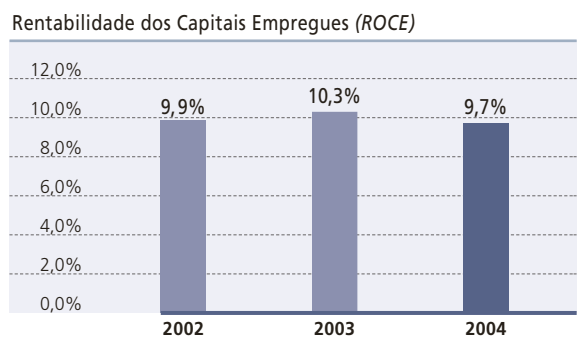
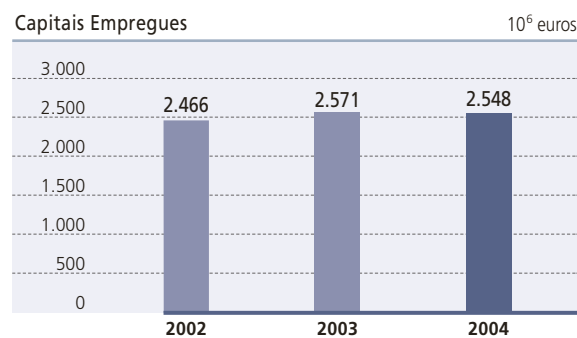
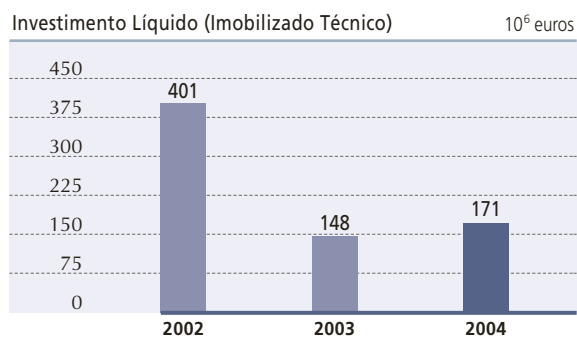
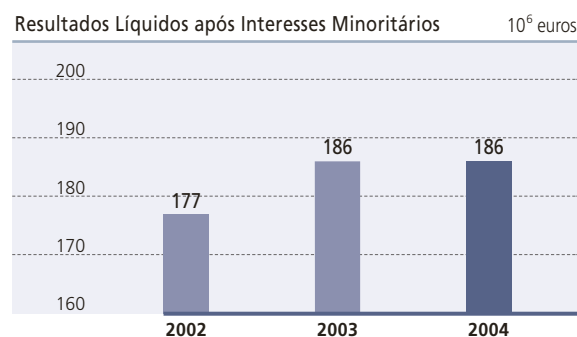
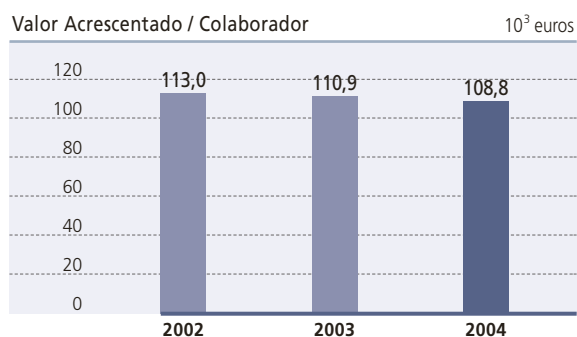
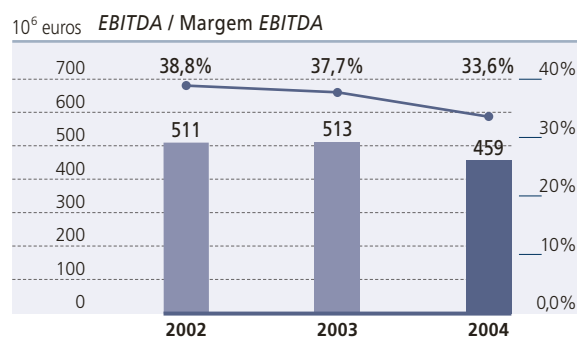
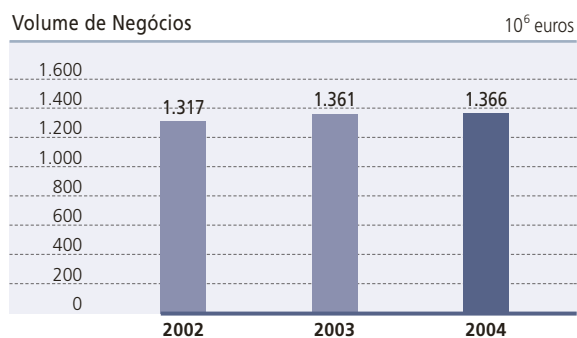
(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (no final do ano).

(2) Empréstimos Obtidos - (Empréstimos Concedidos + Disponibilidades).

(3) Considerando o Goodwill pelo respectivo valor bruto.

(4) Resultados Operacionais Líquidos de Impostos (corrigidos das Amortizações do Goodwill) / Capitais Empregues.

(5) (Resultados Correntes Líquidos de Impostos – Interesses Minoritários) / N.º médio de acções em circulação (ajustado pelo stock split).



Acontecimentos mais relevantes em 2004

- Realização, em 14 de Maio de 2004, da Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., com aprovação de todas as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, designadamente a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2003 e as propostas de alteração dos Estatutos da Sociedade.
- Realização, através da Cimpor Financial Operations, B.V., de uma operação de emissão de *Eurobonds*, no montante de 600 milhões de euros, pelo prazo de sete anos, à taxa fixa de 4,5%, destinada ao pagamento de parte da dívida vincenda no período de Junho de 2004 a Junho de 2005.
- Aumento do capital social da Cimpor Inversiones, S.L. (mais tarde transformada em sociedade anónima), de 350 milhões de euros para 522,7 milhões de euros, integralmente subscrito e realizado pela CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pelo valor, incluindo prémio de emissão, de 357,2 milhões de euros.
- Aquisição, através da Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., pelo montante global de cerca de 60 milhões de euros, da totalidade do capital da sociedade, com sede em Gibraltar, Scanang Holding, Lda., detentora de uma participação de 49% no capital social da empresa cimenteira angolana Nova Cimangola, S.A..
- Aquisição, pela Cimpor Investimentos, SGPS, S.A., e pelo respectivo valor nominal, de uma participação de 60% no capital social (50.000 euros) de uma companhia de navegação sediada na Zona Franca da Madeira, actualmente denominada Cimpship – Transportes Marítimos, S.A..
- Constituição da Cimpor Tec – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A., com o capital social de 50.000 euros, integralmente detido pelo Grupo CIMPOR, destinada à prestação de serviços de gestão, auditoria, consultoria e assistência técnica (essencialmente às empresas do Grupo, a nível internacional), bem como a assegurar a transferência de *know-how* técnico entre as mesmas e o lançamento de iniciativas de melhoria de desempenho em diversas áreas.



- Aumento, para 100%, das participações da Cimpor Betão, SGPS, S.A., no capital social das empresas Vermofeira – Extracção e Comércio de Areias, Lda., e Betrains – Sociedade Produtora e Distribuidora de Betão Transmontano, S.A., através, em ambos os casos, da aquisição de 50% do referido capital, pelos valores de 50,6 mil euros e 1,1 milhões de euros, respectivamente.
- Aquisição, pela Agrepor Agregados – Extracção de Inertes, S.A., da totalidade das acções representativas do capital social da Inergranitos, S.A., pelo valor de 4,6 milhões de euros.
- Aquisição, pela Retonoba, S.A. (65%) e pela 99 Ship, S.A. (35%), sociedades de direito espanhol integralmente detidas pelo Grupo, e pelo valor total de cerca de 3 milhões de euros, da totalidade do capital social da Veirocir – Comércio de Cimentos, Lda..
- Aquisição, à Ecoresíduos – Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos, Lda., pela Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., e pelo valor de 17 mil euros, da totalidade do capital social da Scoreco – Valorização de Resíduos, Lda..

Acontecimentos mais relevantes em 2004

- Aquisição, à C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A., pela Mossines – Cimentos de Sines, S.A., e pelo valor de cerca de 33 milhões de euros, da moagem de clínquer, dotada de uma capacidade de produção de 1.900 ton/dia, construída pela primeira no porto de Sines.
- Subscrição, e consequente realização, pela Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., na proporção da respectiva participação (48%), do aumento do capital social da C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A., de 43,5 milhões para 100 milhões de euros.
- Extinção do procedimento de apreciação, pela Autoridade da Concorrência, da operação de concentração notificada em Outubro de 2003 pela Cecisa – Comércio Internacional, S.A., e consistente na aquisição de 80% do capital social da Cecime – Cimentos, S.A., na sequência da retirada da referida notificação pela Cecisa, que assim desistiu da projectada aquisição.
- Aquisição, pela nova empresa Cimpship – Transportes Marítimos, S.A., de dois navios graneleiros, "gémeos", com uma capacidade de carga de cerca de 38.000 toneladas cada, o que representa um investimento de aproximadamente USD 26 milhões.
- Início da produção, pela Geofer – Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A., de travessas de betão monobloco de dupla bitola, para futura utilização na linha do TGV.
- Conclusão do investimento exigido pela recepção de cimento, por via ferroviária, nas instalações do porto de Leixões.
- Automatização, em simultâneo com a realização de alguns investimentos de melhoria ambiental, da expedição de clínquer na fábrica de Alhandra.
- Realização de diversas operações de fusão por incorporação nas áreas dos transportes e da produção e comercialização de betão, visando essencialmente a redução de custos e o incremento da operacionalidade e eficiência dos serviços:
 - Incorporação da Trater – Empresa de Transportes e Gestão, S.A., na Transviária – Gestão de Transportes, S.A..
 - Incorporação da Betejo – Sociedade de Betões, S.A., na Ibera – Indústria de Betão, S.A..
 - Incorporação da Barbetão – Comércio e Distribuição de Betão, S.A., na Cimpor Betão – Indústria de Betão Pronto, S.A..



- Aquisição, pela Corporación Noroeste, S.A., e pelo valor de 888.800 euros, da totalidade das participações representativas do capital social da empresa espanhola Áridos Donoso del Río, S.L., detentora de uma central de betão em Badajoz (Extremadura).
- Aquisição, pela Áridos Donoso del Río, S.L. (que alterou a sua denominação para Occidental de Hormigones, S.L.), e por um valor de cerca de 11,4 milhões de euros, de um conjunto de dezoito centrais de betão localizadas na Andalucía, Extremadura, León e Salamanca.
- Aumento da participação da Prebetong Galicia, S.A., no capital social da Prebetong Lugo, S.A., de cerca de 75,3% para aproximadamente 82,9%.
- Constituição da Entidad Urbanística de Gestión del Polígono Industrial de Sergude, par-

ticipada em cerca de 92% pela Cementos Cosmos, S.A., e aprovação do respectivo projecto de urbanização pela Junta de Gobierno del Ayuntamiento de Boqueixón.

- Aumento da participação da Corporación Noroeste, S.A., no capital social da Cementos Antequera, S.A., de cerca de 20,10% para aproximadamente 21,35%.
- Início da actividade da Cementos de Andalucía, S.L., a qual passou a comercializar, no mercado espanhol, todo o cimento produzido pelas empresas Cementos El Monte, S.A., e Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A..
- Aumento da participação da Corporación Noroeste de Hormigones y Aridos, S.L., no capital social da Hormigones Mariña, S.L., de cerca de 86,6% para aproximadamente 99,7%.
- Aquisição, pelas sociedades (detidas quase integralmente pelo Grupo) Prebetong Galicia, S.A., e Hormigones Miño, S.L., de quatro centrais de betão, localizadas na Galiza, à sociedade (participada em apenas 50%) Hormigones y Áridos La Barca, S.A..
- Aprovação, em Assembleia Geral da Prebetong Lugo, S.A., da cisão parcial da actividade de produção e venda de betão pronto e argamassas secas, com integração dos activos em causa numa nova sociedade, denominada Prebetong Lugo Hormigones, S.A..
- Constituição da empresa Sociedad Industrial y Financiera Gallega, S.L., com um capital social de 3.100 euros, integralmente detido pela Corporación Noroeste, S.A., e aquisição, pela nova sociedade, e pelo valor de aproximadamente 4,5 milhões de euros, de uma participação de 54,15% na empresa Materiales del Atlántico, S.A., proprietária de uma moagem de cimento na cidade de Narón (A Coruña).
- Aquisição, através da Canteras Prebetong, S.L., e por um valor de cerca de 6,3 milhões de euros, da totalidade das acções representativas do capital da sociedade Brañas de Brins, S.A., proprietária de uma pedreira de granito localizada nas proximidades de Santiago de Compostela.
- Constituição de uma empresa de Serviços Partilhados, denominada Cimpor – Servicios de Apoyo a la Gestion de Empresas, S.A., destinada à prestação de serviços de gestão, consultoria e assessoria nas áreas administrativa e financeira e de recursos humanos, sistemas de informação, planeamento e controlo.



Marrocos

- Início dos trabalhos de introdução de um novo pré-calcinador na fábrica da Asment de Témara, o que permitirá aumentar a respectiva capacidade de produção de clínquer de 2.000 para 2.800 ton/dia.
- Evolução do Sistema de Gestão da Qualidade da Asment de Témara para a norma ISO 9001:2000 e confirmação da respectiva certificação.



Tunísia

- Aumento do capital social da Ciments de Jbel Oust, de TND 64.050.600 para TND 76.596.500, por incorporação da reserva especial de investimento.
- Início dos trabalhos de construção da nova sede social da Ciments de Jbel Oust.
- Modernização, com aumento da respectiva capacidade de produção, das três moagens de clínquer existentes.

Acontecimentos mais relevantes em 2004

- Conclusão do investimento numa nova moagem de carvão, cuja entrada em exploração aguarda, desde Janeiro de 2004, a autorização do Governo da Tunísia para importação de coque de petróleo.
- Arranque de uma nova instalação de paletização de sacos de cimento.
- Implementação da norma de Gestão Ambiental ISO 14001 e lançamento do projecto de instalação do Sistema de Gestão da Segurança, com vista à obtenção, em 2005, das respectivas certificações.



Egipto

- Entrada em exploração da nova linha da Amreyah Cimpor Cement Company, com uma capacidade de produção de clínquer de 4.300 ton/dia, e obtenção, para esta sociedade, de isenção total de impostos sobre o rendimento até ao ano de 2014, inclusive.
- Conclusão do investimento numa nova portaria comercial, visando a melhoria da qualidade do serviço e um maior controlo das viaturas.
- Início das obras de adaptação das futuras instalações comerciais e administrativas das empresas do Grupo, sitas em Alexandria.
- Início da actividade de exportação de clínquer, por via marítima.
- Aumento do capital social da Amreyah Cement Company, de EGP 100 milhões para EGP 300 milhões, por incorporação de reservas.
- Constituição da Cimpsac – Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E., com o capital social de EGP 10 milhões, integralmente detido por empresas do Grupo, cuja actividade consistirá na exploração de uma fábrica de sacos de papel.
- Confirmação das certificações ISO 9001:2000 (Gestão da Qualidade) e ISO 14001 (Gestão Ambiental) na Amreyah Cement Company.
- Conclusão da primeira fase de instalação de um novo *software* de gestão (SAP).



Brasil

- Realização de uma Oferta Pública Unificada de Aquisição de Acções da Companhia de Cimentos do Brasil (CCB), da qual resultou a compra da totalidade das acções ainda não detidas pelo Grupo e o consequente cancelamento do registo da empresa como sociedade aberta.
- Constituição, em parceria com o Grupo Lafarge, de uma nova sociedade denominada Eco-Processa – Tratamento de Resíduos, Lda., destinada a efectuar a gestão dos serviços de eliminação e tratamento de resíduos nos fornos das cimenteiras brasileiras de ambos os Grupos, a intermediação ou agenciamento e administração dos contratos de destruição térmica dos resíduos por meio de co-processamento e, ainda, a identificação, análise e preparação dos mesmos, através de terceiros ou de empresas participadas cujo objecto social seja complementar ao da nova sociedade.
- Aquisição, pela Companhia de Cimentos do Brasil, de três centrais de betão localizadas nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul e São Leopoldo.
- Início dos trabalhos de instalação de um novo *software* de gestão (SAP).

Moçambique



- Reestruturação do empréstimo obrigacionista emitido, em 2002, pela Cimentos de Moçambique, o que permitiu reduzir a respectiva taxa de juro (em moeda local) em cerca de 7 p.p..
- Início dos trabalhos tendentes ao aumento da capacidade de moagem, em Nacala, de 340 para 500 ton/dia.
- Obtenção, por um período de três anos, de isenção de direitos aduaneiros sobre as matérias-primas importadas para a moagem de Nacala.
- Início do processo de certificação de qualidade da fábrica da Matola segundo a norma ISO 9001:2000.
- Arranque do "Projecto SAP" no Dondo e em Nacala.

África do Sul



- Aquisição, pela Natal Portland Cement (NPC), da totalidade do capital social de três empresas de produção de betão pronto e de exploração de pedreiras, por um valor global de cerca de ZAR 38 milhões.
- Redução do capital social da NPC para ZAR 60 milhões, com a anulação das acções sem direito a voto detidas pelo *Employees Share Trust*.
- Obtenção, pelas três unidades fabris da NPC, da certificação de Gestão Ambiental segundo a norma ISO 14001, bem como da classificação de "5 estrelas" em Gestão da Segurança no Trabalho, atribuída pela respectiva empresa auditora.
- Instalação de um novo *software* de gestão (SAP).

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Vogais

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo *

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura *

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins *

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc *

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte *

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Vicente Árias Mosquera

Sr. Manuel Roseta Fino **

* Comissão Executiva

** Coptado em Conselho de Administração de 24 de Novembro de 2004

Conselho Fiscal

Presidente

Eng. Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Vogais

Dr. José Conceição Silva Gaspar

Deloitte & Associados, SROC, S.A.*, representado por Dr. Carlos Manuel Pereira Freire

Vogal Suplente

Dr. José Martins Rovisco

ROC Suplente

Dr. António Marques Dias

* Nova denominação da sociedade António Dias & Associados, SROC, S.A., a qual, em consequência de uma operação de fusão, incorporou a sociedade Freire, Loureiro & Associados, SROC, eleita como vogal do Conselho Fiscal em 31 de Julho de 2001

Assembleia Geral

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles

Vice-Presidente

Dr. José António Cobra Ferreira

Secretário

Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom

Secretário da Sociedade

Secretário Efectivo

Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom

Secretário Suplente

Dr. Armindo Oliveira das Neves *

* Designado em 18 de Outubro de 2004

Índice

Perfil do Grupo CIMPOR	Capa
Síntese de Indicadores	v/capa
Acontecimentos mais relevantes em 2004	1
Órgãos Sociais	7

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2004

I — Governo da Sociedade	11
0. Declaração de Cumprimento	12
1. Divulgação de Informação	13
1.1. Estrutura Organizativa	13
1.1.1. Grupo CIMPOR	13
1.1.2. CIMPOR Holding	14
1.1.3. Serviços Partilhados	15
1.1.4. CIMPOR TEC	16
1.2. Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social	17
1.3. Sistema de Controlo de Riscos	18
1.4. As Acções da CIMPOR na Bolsa de Valores	19
1.4.1. Comportamento das Acções na Bolsa	19
1.4.2. Estrutura Accionista	23
1.4.3. Acções Próprias	23
1.5. Política de Distribuição de Dividendos	23
1.6. Planos de Atribuição de Acções e de Opções de Compra de Acções	24
1.7. Negócios e Operações entre a Sociedade e os Membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, Titulares de Participações Qualificadas ou Sociedades que se encontrem em Relação de Domínio ou de Grupo	28
1.8. Gabinete de Relações com Investidores	29
1.9. Comissão de Fixação de Remunerações	30
1.10. Remuneração do Auditor	30
2. Exercício e Direito de Voto e Representação de Accionistas	31
3. Regras Societárias	32
3.1. Códigos de Conduta dos Órgãos da Sociedade	32
3.2. Controlo do Risco na Actividade da Sociedade	33
3.3. Medidas Susceptíveis de Interferir no Êxito de Ofertas Públicas de Aquisição	34
4. Órgão de Administração	34
4.1. Caracterização do Órgão de Administração	34
4.2. Comissão Executiva	41
4.3. Modo de Funcionamento do Órgão de Administração	42
4.4. Remunerações	43
II — Actividade do Grupo em 2004	45
1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial	46
1.1. Evolução da Economia Mundial	46
1.2. Envolvente Económica dos Países em que o Grupo Opera	46
1.2.1. Portugal	46
1.2.2. Espanha	47
1.2.3. Marrocos	47
1.2.4. Tunísia	48
1.2.5. Egipto	48
1.2.6. Brasil	48
1.2.7. Moçambique	49
1.2.8. África do Sul	49
1.3. Evolução do Sector Cimenteiro	49
2. Análise dos Resultados do Grupo	51
2.1. Síntese da Actividade Global	51
2.2. Portugal	60

2.3.	Espanha	62
2.4.	Marrocos	64
2.5.	Tunísia	65
2.6.	Egipto	66
2.7.	Brasil	68
2.8.	Moçambique	69
2.9.	África do Sul	71
3.	Inovação e Desenvolvimento	72
3.1.	Investimentos e Política de I&D	72
3.2.	Gestão da Qualidade	75
4.	Desenvolvimento Sustentável	75
4.1.	Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento (CSI)	76
4.2.	Gestão Ambiental	77
4.3.	Responsabilidade Social	83
5.	O Protocolo de Quioto	88
6.	Recursos Humanos	89
7.	Política Financeira e de Gestão de Riscos	92
7.1.	Gestão da Dívida Financeira	92
7.2.	Política de Gestão de Riscos	95
7.2.1.	Gestão dos Riscos Financeiros	95
7.2.2.	Gestão dos Riscos Patrimoniais	97
8.	Tecnologias de Informação	98
9.	Perspectivas para 2005	100
10.	Eventos Posteriores	104
11.	Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)	104
III —	Documentos de Prestação das Contas Consolidadas	109
	Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003	110
	Demonstrações Consolidadas para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003	112
	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2004	116
	Lista das Participações Sociais Qualificadas	160
	Valores Mobiliários emitidos pela Sociedade e detidos pelos Órgãos Sociais	161
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	166
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	169
IV —	Informação Complementar	173
	Principais Empresas Operacionais – Dados Síntese	174
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2004 (HOLDING)		
I —	Relatório de Gestão	189
1.	Síntese da Actividade	190
2.	Informações Legais	190
3.	Eventos Subsequentes	191
4.	Perspectivas para 2005	191
5.	Proposta de Aplicação de Resultados	191
II —	Documentos de Prestação das Contas da Holding	193
	Balanços em 31 de Dezembro de 2004 e 2003	194
	Demonstrações para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003	196
	Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2004	201
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	224
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	226

1

RELATÓRIO E CONTAS **CONSOLIDADOS**

Governo da Sociedade

O tratamento adequado das questões relativas ao sistema de governo das sociedades cotadas, bem como a divulgação periódica – junto dos seus *stakeholders*, da comunidade financeira, das autoridades e do mercado em geral – das posições e soluções adoptadas pelo Grupo nesta matéria, constituem, desde há muito, uma preocupação essencial da CIMPOR.

O Conselho de Administração, na linha dessa preocupação e à semelhança de anos anteriores, apresenta neste capítulo do seu relatório anual de gestão os aspectos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade e do Grupo, dando simultaneamente cumprimento aos deveres de informação instituídos pelo Regulamento n.º 11/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

0. Declaração de Cumprimento

A CIMPOR segue, na íntegra, o conjunto de recomendações sobre o governo das sociedades cotadas divulgado pela CMVM em Novembro de 2003, com a única excepção da parte final da recomendação n.º 8, o que adiante se justifica.

No que respeita à recomendação (n.º 2) de não existência de restrições ao exercício activo do direito de voto, a imposição de uma antecedência não superior a 5 dias úteis do depósito e bloqueio das acções para a participação em assembleia geral passou a ser cumprida com a aprovação, por este órgão, a 14 de Maio de 2004, da proposta de alteração estatutária apresentada, nesse sentido, pelo Conselho de Administração.

Conforme se referiu, apenas a recomendação n.º 8 – inteiramente respeitada quanto à estruturação da remuneração dos membros do órgão de administração de forma a permitir o alinhamento dos respectivos interesses com os interesses da sociedade – não é integralmente seguida na sua parte final (respeitante à divulgação anual da referida remuneração em termos individuais).

A não adopção desta parte final da referida recomendação baseia-se, antes do mais, no entendimento de que os accionistas, ao optarem, nos termos do n.º 1 do artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do artigo 17.º do Contrato de Sociedade, por nomear uma comissão destinada, precisamente, à fixação das remunerações dos administradores, em alternativa à sua definição pela assembleia geral, o fizeram com um objectivo que, implicando, por natureza, alguma reserva, se afigura incompatível com uma eventual divulgação pública, em termos individuais, das referidas remunerações. Acresce que, tratando-se de uma matéria em que, segundo a lei portuguesa, os accionistas são soberanos, os mesmos poderão sempre – na eventualidade de considerarem insuficiente a informação disponibilizada, com a discriminação imposta pelo n.º 5 do capítulo IV do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001 – decidir em sentido diverso.

1. Divulgação de Informação

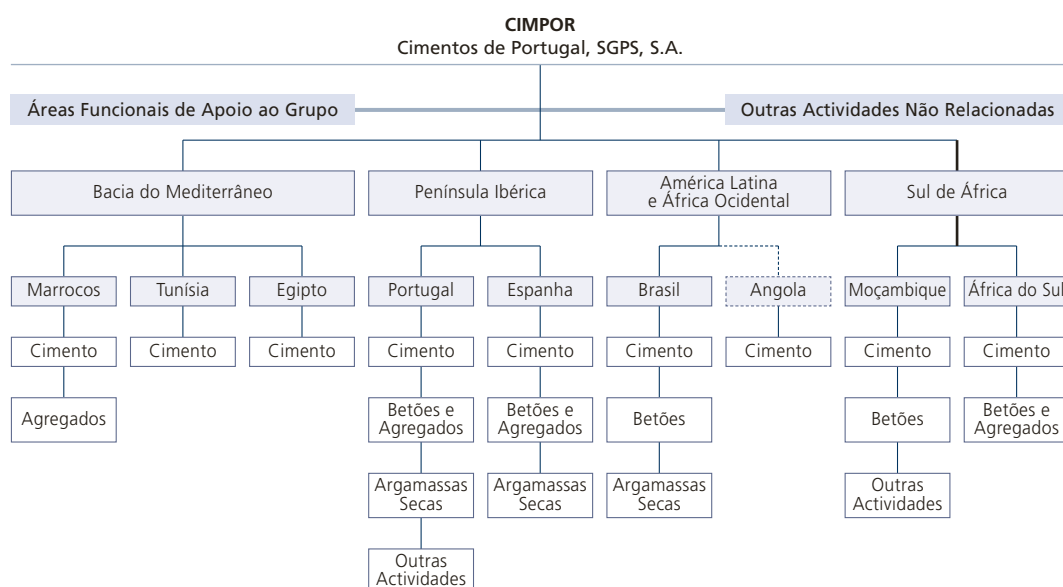
1.1. Estrutura Organizativa

1.1.1. Grupo CIMPOR

Em termos organizacionais, o Grupo CIMPOR encontra-se estruturado por Áreas de Negócios, correspondentes aos diferentes países onde o Grupo desenvolve a sua actividade ou onde detém participações minoritárias. As referidas Áreas de Negócios agrupam-se, por seu turno, em grandes regiões, a saber, actualmente: (i) Península Ibérica; (ii) Bacia do Mediterrâneo; (iii) América Latina e África Ocidental; e (iv) Sul de África. Dentro de cada Área de Negócios, as diversas actividades desenvolvidas estão organizadas por produto, sendo a actividade principal a produção e comercialização de cimento.

Enquanto *holding* do Grupo, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., é responsável pelo seu desenvolvimento estratégico – designadamente no que respeita a todo o seu processo de internacionalização – e pela gestão global do conjunto das diferentes Áreas de Negócios, garantindo a respectiva coordenação em matéria de recursos financeiros, técnicos, humanos e outros, segundo os critérios e orientações que, de acordo com os grandes objectivos do Grupo, emanam do Plano Estratégico (a cinco anos) revisto e aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

O acompanhamento, em maior profundidade, da gestão das diversas Áreas de Negócios é assegurado, no que respeita às actividades desenvolvidas em Portugal, pela CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., e, nos restantes casos, pela CIMPOR Inversiones, S.A., uma *subholding*, com sede em Espanha, constituída em 2002 para servir de plataforma à expansão do Grupo na área internacional.



Cada uma das regiões *supra* referidas, à excepção da Península Ibérica (onde, pela dimensão e diversidade das respectivas operações, não existe tal figura), é coordenada por um "responsável de zona", presente nos Conselhos de Administração das empresas localizadas nas Áreas de Negócios integradas na região em causa.

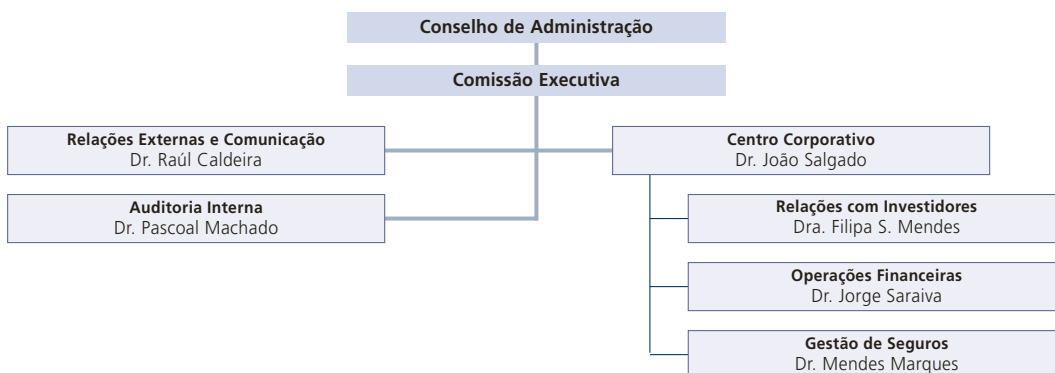
A organização societária de cada Área de Negócios corresponde ao modelo considerado, em cada caso, mais conforme às características e condições de exercício da respectiva actividade, bem como ao sistema legal vigente no país, visando o aproveitamento de eventuais sinergias e a captação dos benefícios decorrentes de um enquadramento financeiro e fiscal mais favorável.

Cada uma das Áreas de Negócios funciona segundo princípios de autonomia de gestão, nomeadamente para os assuntos de gestão corrente e operacional, no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela *holding*, no âmbito do qual se definem, de forma participada e interactiva, as orientações estratégicas, os planos de negócio e de investimento e os objectivos e orçamentos anuais e se procede, periodicamente, à sua revisão e controlo. Procura-se que a administração de cada uma das diferentes Áreas de Negócios seja garantida tanto por quadros de nacionalidade local como por outros quadros do Grupo, visando uma gestão multicultural.

Nas sociedades dependentes, directa ou indirectamente, da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as decisões mais importantes – *vg.*, as que ultrapassam determinados valores ou com maior impacto nos resultados ou no desenvolvimento estratégico do Grupo – dependem da aprovação ou ratificação da Administração da *holding*. O mesmo acontece relativamente a decisões ou actuações que, quando tratadas a nível de Grupo, permitem a obtenção de sinergias relevantes.

1.1.2. CIMPOR Holding

Para o correcto exercício das suas funções, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., dispõe de um conjunto de estruturas funcionais, de apoio à gestão do Grupo e de cada uma das suas Áreas de Negócios, identificadas no diagrama junto.



O *Centro Corporativo* tem por funções essenciais: (i) contribuir para a concretização da estratégia de desenvolvimento internacional do Grupo, assegurando os processos tendentes à aquisição de empresas nos diferentes mercados para onde o Grupo pretende expandir a sua activi-

dade; (ii) assegurar, por intermédio do *Gabinete de Relações com Investidores*, a comunicação regular com os diversos intervenientes no mercado de capitais, designadamente os accionistas, supervisores e demais organismos públicos, analistas financeiros e gestores de fundos e outros organismos de investimento colectivo; (iii) garantir, no âmbito da *Área de Operações Financeiras*, o acesso, nas melhores condições, aos recursos financeiros necessários à expansão do Grupo e ao seu funcionamento corrente; e (iv) assegurar, através do *Serviço de Gestão de Seguros*, a gestão e o controlo dos riscos patrimoniais do Grupo.

A *Direcção de Relações Externas e Comunicação* garante a execução das políticas de comunicação e imagem do Grupo.

Quanto ao *Gabinete de Auditoria Interna*, é responsável, em todo o Grupo, pela realização e coordenação da actividade de auditoria das áreas financeira, patrimonial e operacional, mediante o exame e avaliação dos níveis de adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e da qualidade do seu desempenho.

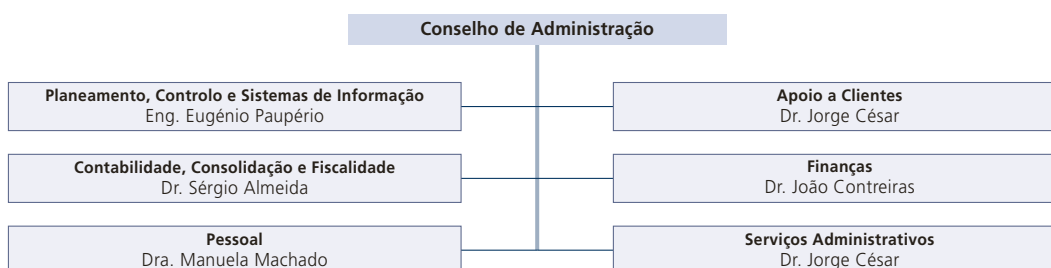
No final de 2004, uma outra importante estrutura funcional da *holding* (o *Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial*), responsável pela prestação de serviços de assistência técnica e tecnológica às diferentes unidades produtivas do Grupo, pela elaboração dos planos anuais e plurianuais de investimento na área do cimento e pela coordenação da sua realização, foi integrada (vd. ponto 1.1.4) numa nova empresa, então constituída – a CIMPOR TEC – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A..

1.1.3. Serviços Partilhados

A uniformização e standardização de processos e práticas que permitam assegurar um incremento da cultura de Grupo e uma melhoria da qualidade, fluxo e fiabilidade da informação de suporte à decisão constituem, desde há muito, um importante pilar da política global do Grupo CIMPOR.

No início de 2004, na sequência da constituição de uma empresa de "Serviços Partilhados" – a CIMPOR – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. (CIMPOR Serviços) – foram transferidos para esta última um conjunto de processos/funções, *non-core business*, até então dispersos pela *holding* do Grupo, pela sub-*holding* CIMPOR Portugal e pelas próprias empresas operacionais.

Prestando serviços de gestão, consultoria e assessoria a todas as empresas do Grupo (especialmente às sedeadas em Portugal), a CIMPOR Serviços está organizada, actualmente, conforme o diagrama junto.



A *Direcção de Planeamento, Controlo e Sistemas de Informação* assegura a coordenação e execução de todo o processo de elaboração e controlo dos planos e orçamentos das diferentes Áreas de Negócios e das empresas sedeadas em Portugal, bem como a gestão e desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação utilizados pelo Grupo.

A *Direcção de Contabilidade, Consolidação e Fiscalidade*, compete: (i) promover e executar todo o processo de consolidação financeira; (ii) definir os princípios e políticas contabilísticos do Grupo, além de coordenar e apoiar a respectiva implementação; (iii) preparar e executar a contabilidade das diferentes empresas sedeadas em Portugal; e (iv) assegurar o planeamento fiscal do Grupo, bem como o correcto cumprimento das obrigações fiscais das referidas empresas.

A *Direcção de Pessoal* é responsável pela execução, em Portugal, da política do Grupo em matéria de Recursos Humanos, visando o melhor aproveitamento das competências disponíveis, bem como o desenvolvimento dos referidos recursos de forma a maximizar o empenhamento dos colaboradores e a contribuir para a sua realização pessoal e profissional. Cabe-lhe também, no quadro dos contratos de prestação de serviços celebrados com as empresas do Grupo sedeadas em Portugal, assegurar a gestão da função pessoal nas referidas empresas.

A *Direcção Financeira*, igualmente ao abrigo daqueles contratos, garante às empresas em causa a execução dos respectivos processos de contas a receber, contas a pagar e tesouraria, ao mesmo tempo que acompanha e controla a sua gestão financeira.

Os *Serviços Administrativos* asseguram a gestão dos espaços físicos afectos às empresas do Grupo sedeadas em Lisboa (Rua Alexandre Herculano e Prior Velho), prestam serviços de apoio administrativo a essas mesmas empresas nas áreas de compras e economato, viagens e deslocações, comunicações e arquivo e de assessoria em matéria de desenvolvimento organizacional.

Quanto à *Direcção de Apoio a Clientes*, tem por missão assegurar a ligação entre estes diferentes órgãos do Centro de Serviços Partilhados e as empresas por ele servidas – promovendo a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e o aumento dos níveis de satisfação das empresas-clientes – bem como prestar o apoio necessário aos respectivos órgãos sociais.

1.1.4. CIMPOR TEC

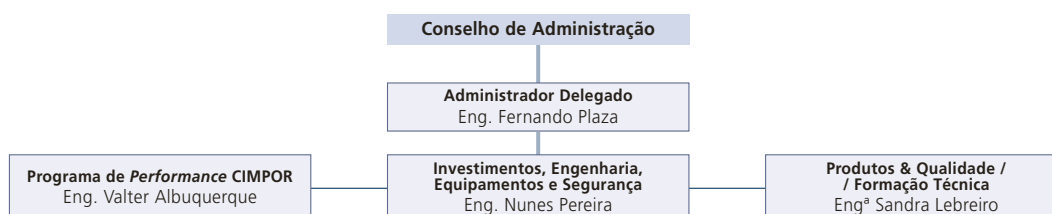
A necessidade de reforço da cultura do Grupo nas suas vertentes técnica e tecnológica levou o Conselho de Administração a decidir a integração, numa nova empresa, do Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial (até então afecto à *holding*) e do Laboratório Central da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A.. Assim, já no final do ano, foi constituída a CIMPOR TEC – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A., cuja actividade se iniciou em 1 de Janeiro de 2005, com a missão de:

- ____ Prestar serviços de assistência técnica e tecnológica às diferentes empresas do Grupo, sobretudo às do sector cimenteiro, visando, no respeito pelos princípios do Desenvolvimento Sustentável, a melhoria do desempenho das suas unidades operacionais;
- ____ Assegurar a excelência técnica e económica dos investimentos industriais do Grupo naquele sector;

- _____ Promover o lançamento de iniciativas comuns a todas as empresas do Grupo, designadamente acções de formação dos respectivos quadros, com vista ao progresso técnico da actividade de produção e comercialização de cimento;
- _____ Prestar assessoria técnica na avaliação económica de eventuais oportunidades de aquisição de activos cimenteiros e na definição dos objectivos a atingir;
- _____ Proporcionar o conhecimento e utilização, por todas as empresas do Grupo, do *know-how* existente em cada uma delas ou a que seja possível aceder externamente.

A organização inicial da empresa contempla três grandes áreas de actividade, conforme o diagrama junto:

- _____ *Programa de Performance CIMPOR*, correspondente ao desenvolvimento e implementação de ferramentas de gestão de desempenho nos domínios operacional, da engenharia de processo e ambiente e da geologia e matérias-primas;
- _____ *Investimentos, Engenharia, Equipamentos e Segurança*, abrangendo os campos da gestão de investimentos e projectos, da automação e controlo, dos equipamentos e gestão da manutenção e da segurança e saúde ocupacional; e
- _____ *Produtos & Qualidade / Formação Técnica*, onde, além destes domínios de actuação, se incluem o Laboratório Central e a função de I&D.



1.2. Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social

No início de 2002, e na sequência das melhores práticas internacionais de *corporate governance*, foi constituída no seio do Conselho de Administração uma Comissão Consultiva sobre Governo da Sociedade, destinada a estudar, preparar e aconselhar aquele órgão no que concerne às normas e procedimentos internos a adoptar pelo mesmo em matéria de desenvolvimento e aperfeiçoamento de princípios e práticas de conduta e de governo societário, incluindo no que respeita ao funcionamento e relacionamento internos do próprio Conselho e à prevenção de conflitos de interesses e disciplina de informação.

Já em 2005, o Conselho de Administração entendeu alargar o âmbito destas matérias às questões relativas à responsabilidade social do Grupo, passando aquela Comissão a designar-se por

"Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social".

A Comissão é composta por um mínimo de três administradores (maioritariamente não executivos e independentes), sendo a sua composição, actualmente, a seguinte:

- _____ Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta
- _____ Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- _____ Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura.

Todos estes administradores, dos quais apenas o terceiro exerce funções executivas, são independentes, designadamente à luz do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 11/2003.

A Comissão reúne sempre que se justifique e, em princípio, pelo menos uma vez em cada semestre, sendo-lhe proporcionada, a expensas da sociedade, acesso permanente a consultores externos especializados em diversas áreas.

Em 2004, a Comissão reuniu por quatro vezes, tendo efectuado uma análise de *benchmarking* às práticas de governo societário adoptadas pela CIMPOR, à luz, designadamente, dos Regulamentos da CMVM sobre a matéria e dos mais recentes "OCDE Principles of Corporate Governance". De entre as conclusões da referida análise, realça-se a recomendação de elaboração formal de um Código de Ética, a divulgar e fazer cumprir por todo o Grupo, o que, tendo merecido a aprovação do Conselho de Administração, se encontra já em fase preparatória.

1.3. Sistema de Controlo de Riscos

A gestão de riscos, no Grupo CIMPOR, começa por ser assegurada ao nível das principais empresas operacionais, com a identificação, medida e análise dos diferentes riscos a que as mesmas estão sujeitas – com particular destaque para os riscos de natureza operacional e de mercado (*business-volume risk*) – procurando estimar-se a probabilidade de ocorrência dos diversos factores que os determinam e o seu impacto potencial nos negócios da empresa ou actividade em causa.

Os diferentes responsáveis operacionais são igualmente responsáveis pela concepção e implementação dos mecanismos de controlo de risco considerados mais adequados, sendo a eficiência destes últimos periodicamente avaliada pela *holding* – através do respectivo Gabinete de Auditoria Interna – no cumprimento de um plano, preparado e desenvolvido anualmente, de auditorias financeiras e aos sistemas de informação, de processo e de conformidade com os procedimentos aprovados.

Ao nível da *holding*, o objectivo essencial é obter uma visão integrada dos riscos em que o Grupo incorre em cada uma das suas diferentes actividades ou Áreas de Negócios e assegurar a consistência do perfil de risco daí resultante com a estratégia global do Grupo e, em particular, aquilo que considera ser, dada a sua estrutura de capital, um nível de riscos aceitável. Ou seja, conforme política definida pelo Conselho de Administração: conciliar a procura constante de oportunidades de negócio susceptíveis de contribuir positivamente para o processo de criação de valor com um nível de

riscos que, em termos de *rating* de longo prazo da CIMPOR, não ponha em causa a sua actual classificação de *investment grade*.

O relatório de gestão detalha, em capítulo próprio, as políticas seguidas em matéria de gestão de riscos de natureza financeira e patrimonial, assegurada, no âmbito da *holding*, pelo Centro Corporativo (vd. ponto 7.2. do capítulo II do presente Relatório). Quanto aos riscos de carácter mais genérico, de natureza económica e não susceptíveis de cobertura específica, a política do Grupo orienta-se no sentido de uma diversificação geográfica dos seus investimentos de expansão, de forma a equilibrar a presença da CIMPOR em mercados maduros e emergentes e a possibilitar a existência de negócios em diferentes estádios de desenvolvimento. Nesse sentido, não apenas os alvos para possíveis aquisições são definidos tendo em atenção, a nível do conjunto, a necessidade de manutenção de uma carteira de negócios equilibrada e geograficamente diversificada como, caso a caso, as avaliações dos activos a adquirir são realizadas incorporando prémios de risco adequados à situação particular de cada negócio e de cada país.

1.4. As Acções da CIMPOR na Bolsa de Valores

1.4.1. Comportamento das Acções na Bolsa

Em 2004, a evolução, a nível internacional, dos mercados accionistas, depois de um início de ano bastante promissor, acabaria por ser algo prejudicada pelo nítido arrefecimento do processo de retoma das principais economias e pelo receio das consequências da subida do preço do petróleo. Contudo, mesmo neste contexto, e apesar do fraco desempenho relativo da economia portuguesa, o comportamento da Euronext Lisboa foi claramente positivo, com o PSI20 a apresentar uma subida da ordem dos 12,6%, bem acima da valorização (8,0%) registada pelo principal índice de referência europeu (Euronext 100).

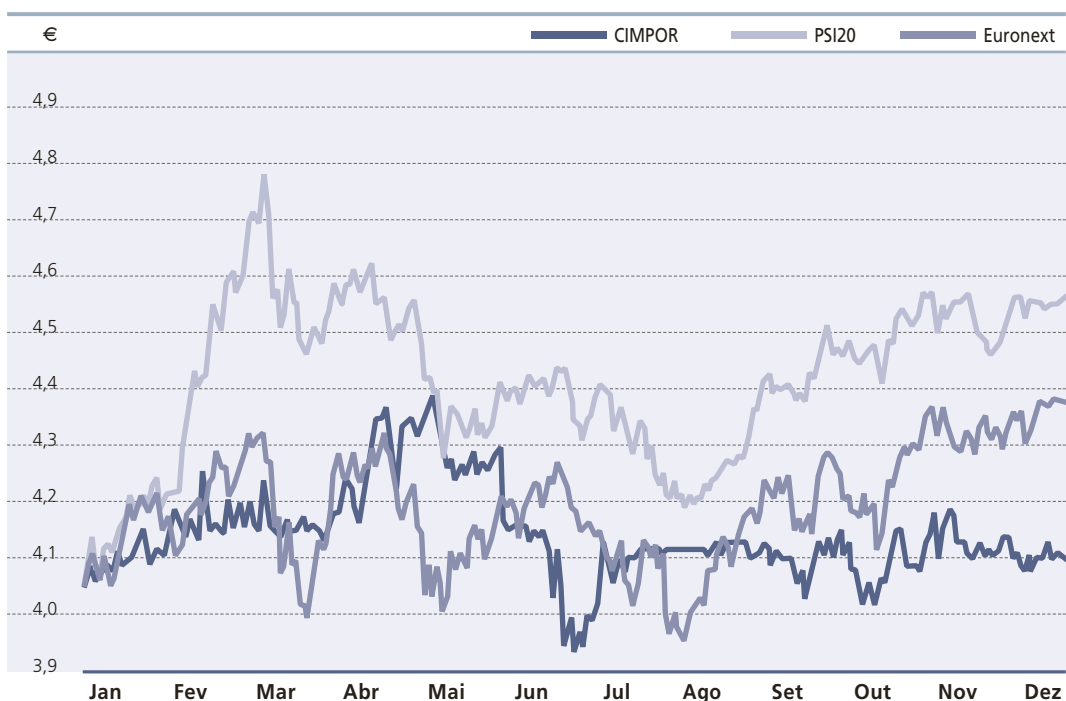
Caracterização dos Títulos CIMPOR

Título	CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Negociação de acções	Euronext Lisboa
Negociação de futuros	Euronext Lisboa
Códigos	LISBON TRADING: CPR REUTERS: CMPR.IN BLOOMBERG: CIMP PL
Número de acções	Total – 672.000.000 Admitidas à negociação – 672.000.000
Valor nominal das acções	1 euro

O comportamento do título CIMPOR foi, no entanto, menos favorável, já que, fechando o ano a valer 4,15 euros – depois de oscilar entre um mínimo de 3,87 euros, a 5 de Julho, e um máximo de

4,48 euros, a 22 de Abril – não foi além de uma valorização de 1,2% relativamente à cotação de fecho de 31 de Dezembro de 2003.

Evolução das Acções CIMPOR



Quanto ao volume de títulos transaccionados, ultrapassou os 220 milhões, mais do que triplicando o número de acções movimentadas em 2003. Em termos de valor, o referido volume correspondeu a um total de aproximadamente 940 milhões de euros, quase quadruplicando o valor das transacções registadas no ano anterior e elevando a acção CIMPOR ao sexto lugar do *ranking* deste indicador na Euronext Lisboa (onde o total das transacções efectuadas aumentou, em valor, cerca de 46%).

Principais Marcos Societários do Exercício de 2004

- **5 de Março** – Divulgação dos resultados do exercício de 2003.
- **22 de Março** – Celebração, pela Corporación Noroeste, S.A., de um contrato de opção de compra de um conjunto de dezoito centrais de betão, localizadas na Andalucía, Extremadura, León e Salamanca (Espanha).
- **29 de Abril** – Divulgação dos resultados do 1.º trimestre.

_____	14 de Maio – Assembleia Geral Anual.
_____	11 de Junho – Pagamento dos dividendos.
_____	3 de Agosto – Extinção, pela Autoridade da Concorrência, do procedimento de apreciação da operação de concentração notificada em Outubro de 2003 pela Cecisa – Comércio Internacional, S.A., e consistente na aquisição de 80% do capital social da Cecime – Cimentos, S.A., na sequência da retirada da referida notificação.
_____	13 de Setembro – Divulgação dos resultados do 1.º semestre.
_____	22 de Setembro – Anúncio do projecto de fusão, por incorporação, da sociedade Trater – Empresa de Transportes e Gestão, S.A., na sociedade Transviária – Gestão de Transportes, S.A..
_____	30 de Setembro – Anúncio de que a sociedade Freire, Loureiro & Associados, SROC, vogal do Conselho Fiscal, foi incorporada, por via de fusão, na sociedade António Dias & Associados, SROC, S.A., actualmente denominada Deloitte & Associados, SROC, S.A..
_____	1 de Outubro – Anúncio da nomeação da Sra. Dra. Filipa Saraiva Mendes como Representante da Sociedade para as Relações com o Mercado e com a CMVM, em substituição do Sr. Dr. Raúl Tito Rodrigues Caldeira.
_____	18 de Outubro – Anúncio da designação do Sr. Dr. Armindo Oliveira das Neves como Secretário Suplente da Sociedade.
_____	22 de Outubro – Celebração, pela Corporación Noroeste, S.A., de um contrato de compra de 54,15% do capital da sociedade Materiales del Atlántico, S.A., proprietária de uma moagem de cimento na cidade de Narón (A Coruña – Espanha).
_____	8 de Novembro – Divulgação dos resultados do 3.º trimestre.
_____	8 de Novembro – Celebração, pela Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., de um contrato de compra da totalidade do capital social da Scanang Holding, Ltd., detentora de uma participação de 49% no capital da empresa cimenteira angolana Nova Cimangola, S.A..
_____	24 de Novembro – Anúncio das deliberações do Conselho de Administração em aceitar o pedido de renúncia ao cargo de administrador apresentado pelo Sr. Dr. Manuel Ferreira e em proceder à sua substituição, por cooptação, pelo Sr. Manuel Roseta Fino.
_____	24 de Novembro – Admissão à negociação, no Mercado de Cotações Oficiais, das 67.527.495 acções do valor nominal de 1 euro, representativas de 10,05% do capital social da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., que haviam sido objecto da 4.ª fase de Privatização da CIMPOR.
_____	29 de Novembro – Celebração, pela Corporación Noroeste, S.A., de um contrato de opção de compra da totalidade do capital da sociedade Brañas de Brins, S.A., proprietária de uma pedreira de granito em Santiago de Compostela (Espanha).
_____	2 de Dezembro – Fusão, por incorporação, da Trater – Empresa de Transportes e Gestão, S.A., na Transviária – Gestão de Transportes, S.A..
_____	29 de Dezembro – Fusão, por incorporação, da Barbetão – Comércio e Distribuição de Betão, S.A., na Cimpor Betão – Indústria de Betão Pronto, S.A..

No dia 11 de Junho de 2004, foram postos a pagamento os dividendos relativos ao exercício de 2003. O valor bruto do dividendo distribuído – 0,17 euros/acção (em termos líquidos, 0,15725 euros para accionistas residentes em Portugal e 0,14875 euros para investidores não residentes – correspondeu a um aumento de 6,25% em relação ao dividendo atribuído no ano anterior e à obtenção, por parte dos accionistas, de um rendimento bruto por acção, à data de pagamento dos dividendos, de 3,9%.

Considerando a valorização do título e a totalidade dos dividendos distribuídos desde a data da sua admissão à cotação, a rentabilidade média anual das acções CIMPOR atingia, no final de 2004, os 13,7%.

Na sequência do termo, a 9 de Agosto de 2004, do período de indisponibilidade de três anos previsto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto – Lei n.º 331/2000, de 30 de Dezembro, que aprovou a 4.ª fase de Privatização da CIMPOR, foram admitidas à negociação no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa, no dia 24 de Novembro de 2004, mais 67.527.495 acções, ordinárias, escriturais e nominativas, do valor nominal de 1 euro cada, representativas de 10,05% do capital social da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. A partir desta data, todas as acções representativas do capital da sociedade passaram a estar admitidas à cotação.

	2004	2003	2002
Capital Social (10 ³ euros)	672.000	672.000	672.000
Número de acções (1) (2)			
Total	672.000.000	672.000.000	134.400.000
Acções Próprias	4.751.960	5.340.565	1.196.911
Cotação (euros) (1)			
Máxima	4,48	4,17	23,49
Mínima	3,87	3,19	15,70
Fecho do ano	4,15	4,10	16,00
Capitalização bolsista (10 ³ euros) (2)	2.788.800	2.755.200	2.150.400
Dividendo bruto / acção (euros) (1) (3)	0,18	0,17	0,80
Dividend yield (4)	4,34 %	4,15 %	5,00 %
Resultados líquidos após I.M. (10 ³ euros)	185.909	185.883	176.563
Payout ratio	65,1%	61,5 %	60,9 %
Resultados correntes liq. imp. (10 ³ euros) (5)	249.307	242.136	223.174
Payout ratio	48,5 %	47,2 %	48,2 %
Transacções			
Em volume (1.000 acções) (1)	222.901	67.724	34.611
Em valor (10 ⁶ euros)	937	238	686
Quota de mercado	3,4 %	1,3 %	3,2 %
Valorização anual			
Euronext 100	+ 8,0 %	+ 12,7 %	- 32,5 %
PSI 20	+ 12,6 %	+ 15,8 %	- 17,6 %
Acção CIMPOR	+ 1,2 %	+ 28,1 %	- 18,8 %

(1) Em 2002: acções do valor nominal de cinco euros; em 2003 e 2004: acções do valor nominal de um euro.

(2) Em 31 de Dezembro.

(3) Em 2004: conforme proposta a apresentar em Assembleia Geral.

(4) Relativamente à cotação de final de ano.

(5) Antes de amortizações de *goodwill* e após dedução de interesses minoritários.

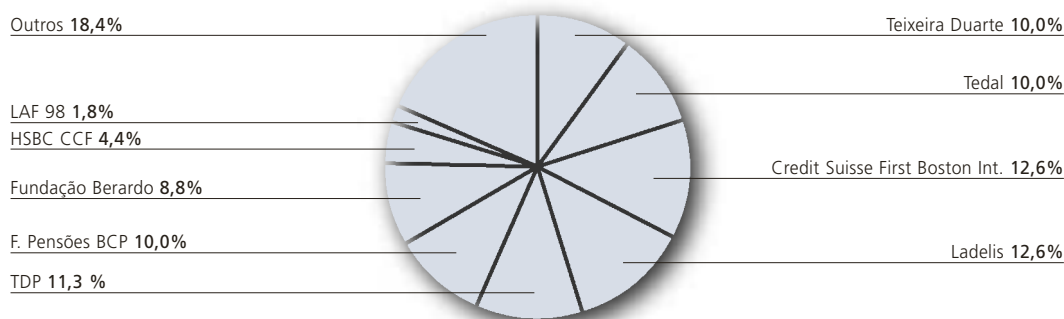
Decorridos dez anos sobre a data em que as suas acções começaram a ser negociadas em mercado regulamentado, a CIMPOR mantém-se totalmente empenhada em assegurar uma estreita ligação a todos os intervenientes no mercado de capitais, procurando sempre transmitir-lhes – de forma atempada, clara, rigorosa, objectiva e transparente – a informação relevante sobre a realidade do Grupo e a evolução dos seus negócios.

Esta preocupação permanente de acompanhamento das tendências de evolução das melhores práticas internacionais de Governo das Sociedades – depois de três anos consecutivos em que conquistou o prémio para o melhor Relatório e Contas entre as empresas não financeiras, atribuído pela Deloitte & Touche, em colaboração com o Semanário Económico e o Diário Económico – tornou a valer à CIMPOR, em 2004, a atribuição, desta feita, de uma Menção Honrosa na referida categoria.

1.4.2. Estrutura Accionista

Resumo da Estrutura Accionista

(Participações Sociais conforme comunicadas à Sociedade até 31 de Dezembro de 2004)



1.4.3. Acções Próprias

Iniciando o exercício com 5.340.565 acções próprias, a CIMPOR alienou ao longo do ano, a diversos colaboradores do Grupo, um total de 588.605 acções, a um preço médio de 3,11 euros, ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções referidos no ponto 1.6. *infra*. Não tendo procedido a quaisquer aquisições durante o exercício de 2004, a CIMPOR, no final do ano, detinha em carteira 4.751.960 acções próprias, representativas de 0,71% do seu capital social.

1.5. Política de Distribuição de Dividendos

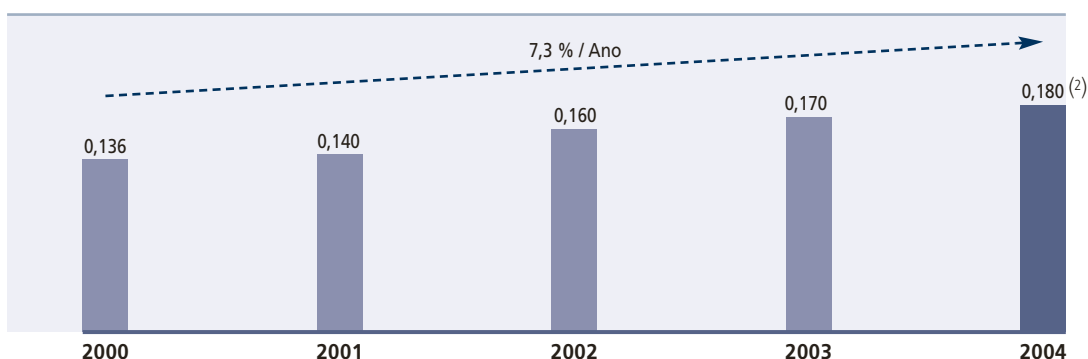
O Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pretende manter uma política de distribuição de dividendos que, designadamente, tenha em atenção:

_____ a desejável estabilidade do *payout ratio*;

- _____ a competitividade do *dividend yield* no contexto do mercado português e do sector cimenteiro internacional; e
- _____ as perspectivas de investimento futuro do Grupo, analisadas à luz das respectivas necessidades de financiamento por capitais próprios e da capacidade de libertação de meios das diferentes actividades desenvolvidas.

A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão referente à actividade individual da CIMPOR segue as linhas de orientação da política acima descrita, correspondendo o dividendo proposto, no valor unitário de 0,18 euros, a cerca de 48,5% do resultado corrente líquido de impostos (antes de amortizações de *goodwill* e após dedução de interesses minoritários) e a 65,1% do resultado líquido do Grupo.

Dividendo Bruto / Acção (euros) ⁽¹⁾



⁽¹⁾ Ajustado.

⁽²⁾ Conforme proposta a apresentar em Assembleia Geral.

1.6. Planos de Atribuição de Acções e de Opções de Compra de Acções

No âmbito da política de remunerações e incentivos aos colaboradores do Grupo, e visando um maior alinhamento dos respectivos interesses com o objectivo último de criação de valor para o accionista, a Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., realizada a 14 de Maio de 2004, decidiu, à semelhança de anos anteriores e por proposta do Conselho de Administração, voltar a proporcionar aos referidos colaboradores a possibilidade de, em condições favoráveis, efectuarem um investimento susceptível de contribuir para uma maior identificação dos mesmos com os objectivos de longo prazo da sociedade e dos seus accionistas. Nesse sentido, foi aprovada a venda de acções próprias a trabalhadores e membros dos órgãos de administração da sociedade ou de sociedades participadas, no âmbito da execução de um novo *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e da "Série 2004" do *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções*, dirigido a administradores e quadros do Grupo, regulamentado em 2002 (com a introdução de ligeiras alterações em Março de 2004) pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Tal como nos anos anteriores, esta aprovação pela Assembleia Geral fez expressa referência à justificação para a adopção dos planos, estando contida na deliberação tomada uma síntese das características essenciais dos planos aprovados, entre as quais as condições de atribuição, os critérios relativos aos preços das acções ou de exercício das opções, definidos em relação às cotações de bolsa em momentos determinados, os períodos durante os quais as opções poderão ser exercidas e a atribuição de competências ao órgão de administração para a respectiva execução ou modificação.

____ PLANO DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PELOS COLABORADORES PARA O ANO DE 2004

Destinado aos administradores e à generalidade dos colaboradores com vínculo estável à CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., ou às sociedades, com sede em Portugal, dominadas, directa ou indirectamente, por aquela, a administradores e quadros dirigentes de todas as sociedades do Grupo sedeadas no estrangeiro (propostos, para tal, pelos gestores das áreas respectivas) e a outros colaboradores, (designados, para o efeito, pela Comissão Executiva) vinculados a sociedades em que a *holding* ou alguma sociedade dominada por esta participe no respectivo capital, o *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* (Ano de 2004) consistiu na atribuição a cada beneficiário – conforme deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações, no respeitante aos administradores da *holding*, e da Comissão Executiva, nos restantes casos – do direito a adquirir, a um preço correspondente a 75% do valor da cotação de fecho do dia da transacção (com arredondamento por excesso), um determinado número de acções da própria CIMPOR, definido de acordo com a seguinte regra:

$$\text{Quantidade máxima de acções a adquirir} = \frac{\text{Remuneração base mensal ilíquida} / 2}{75\% \text{ da cotação de fecho do dia da transacção}}$$

com arredondamento, por defeito, para um múltiplo de cinco ou de dez acções, consoante a aplicação da referida fórmula resultasse num valor inferior ou superior a 100, respectivamente.

De um conjunto de 2.223 colaboradores a quem, de acordo com aquela regra, foi dada a possibilidade de adquirirem acções CIMPOR, responderam afirmativamente, durante o prazo concedido para o efeito (de 6 a 30 de Abril), um total de 307 colaboradores (251 em Portugal e 56 em Espanha), os quais viriam a adquirir, globalmente, 133.755 acções ao preço unitário de 3,28 euros.

____ PLANO DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES PARA ADMINISTRADORES E QUADROS DO GRUPO – SÉRIE 2004

Quanto ao *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções – Série 2004*, teve como destinatários os administradores da *holding* que a Comissão de Fixação de Remunerações entendeu designar como beneficiários, bem como os membros dos Conselhos de Administração das sociedades participadas e outros quadros do Grupo que, para o mesmo efeito, foram designados pela Comissão Executiva.

Tal como referido na deliberação da Assembleia Geral de 14 de Maio de 2004, as características essenciais deste Plano (com as alterações que lhe foram introduzidas pela Comissão de Fixação de Remunerações em Março do ano transacto) são as seguintes:

- _____ Anualmente, é atribuída a cada beneficiário a faculdade de adquirir um determinado número de acções da CIMPOR (opções iniciais), a um preço pré-definido pela Comissão de Fixação de Remunerações (dentro dos trinta dias seguintes à data da reunião da Assembleia Geral Anual de aprovação das contas), o qual não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data;
- _____ Por cada opção inicial efectivamente exercida, é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir, ao mesmo preço unitário, e em cada um dos três anos subsequentes, uma nova acção (opções derivadas); o conjunto formado pelas acções adquiridas no exercício das opções iniciais e pelas correspondentes opções derivadas constitui uma "série";
- _____ O número de opções iniciais atribuídas a cada beneficiário é definido pela Comissão de Fixação de Remunerações, no caso dos membros do Conselho de Administração da *holding*, e pela Comissão Executiva, nos restantes casos;
- _____ O número de opções derivadas a exercer anualmente por cada beneficiário não poderá exceder, no seu conjunto, o número de acções por ele detidas em 28 de Fevereiro do ano em causa, independentemente de as mesmas terem sido ou não adquiridas ao abrigo do Plano;
- _____ O período durante o qual podem ser exercidas as opções iniciais é fixado pela Comissão Executiva, enquanto o período para o exercício das opções derivadas é, sempre, o mês de Março de cada ano;
- _____ As acções assim adquiridas não estão sujeitas a qualquer cláusula de inalienabilidade, ao contrário das opções, as quais não podem ser transmitidas por negócio entre vivos (em caso de morte do beneficiário, apenas é transmitido aos herdeiros o direito de liberação das respectivas opções, o qual se traduz no direito ao recebimento do valor da diferença entre o preço de exercício das mesmas e o preço de mercado das acções à data do óbito);
- _____ O Plano e respectivo Regulamento podem ser revogados ou alterados, a qualquer momento, por decisão da Comissão de Fixação de Remunerações, sem prejuízo da manutenção das opções já atribuídas.

As principais alterações introduzidas pela Comissão de Fixação de Remunerações, em Março de 2004, no *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções* (em vigor para os anos de 2004 e seguintes) consistiram em reservar para si o poder de revogar ou alterar o Plano e respectivo Regulamento, em diminuir de oitenta e cinco para setenta e cinco por cento da cotação de referência o valor mínimo ao qual pode ser fixado o preço de exercício das opções atribuídas em cada ano e em alargar os casos de caducidade automática das opções atribuídas e ainda não exercidas às situações de cessação do contrato de trabalho por iniciativa do colaborador.

Em 2004, no âmbito deste Plano, com um período de exercício que decorreu entre os dias 14 e 21 de Maio, foram atribuídas 295.600 opções iniciais, contemplando 195 administradores e quadros do Grupo. Destes, 154 exerceram parte ou a totalidade dos seus direitos de opção, ao preço unitário de 3,20 euros, adquirindo um total de 266.000 acções. Assim, nos anos de 2005 a 2007,

inclusive, e relativamente a esta série, poderão vir a ser exercidas, àquele mesmo preço, um máximo de 798.000 opções derivadas.

OPÇÕES ATRIBUÍDAS, EXERCITÁVEIS E EXTINTAS

Relativamente à Série 2002, das 21.725 opções derivadas exercitáveis em 2004, ao preço de 3,70 euros/acção, apenas foram exercidas 6.200 opções, extinguindo-se as restantes 15.525. Remanescem, dessa série, 21.725 opções, exercitáveis, àquele mesmo preço unitário, em 2005.

Relativamente à Série 2003, das 194.310 opções derivadas exercitáveis em 2004, ao preço de 2,84 euros/acção, foram exercidas 181.850, extinguindo-se, por conseguinte, as restantes 12.460. Ainda em relação a esta série, foram também exercidas, por um colaborador que cessou o respectivo vínculo com o Grupo CIMPOR, e conforme admitido pelo anterior Regulamento, um total de 800 opções derivadas que, noutra situação, apenas seriam exercitáveis em 2005 e 2006. Outros três colaboradores que, entretanto, deixaram o Grupo, optaram por resgatar, de imediato, os respectivos direitos (correspondentes a um total de 4.600 opções derivadas). Por conseguinte, da Série 2003, remanescem, com o mesmo preço de exercício, um conjunto de opções derivadas, passíveis de serem exercidas em 2005 e 2006, equivalente a um total de 383.220 acções.

Em resumo, e com referência ao ano de 2004:

Série	Opções Atribuídas		Opções Exercitáveis	Opções Exercidas	Outras Opções Extintas	
	Iniciais	Derivadas			Iniciais	Derivadas
2002	---	---	21.725	6.200	---	15.525 ⁽¹⁾
2003	---	---	194.310	182.650 ⁽²⁾	---	12.460 ⁽¹⁾
2004	295.600	886.800	295.600	266.000	29.600 ⁽³⁾	88.800 ⁽³⁾
Total	295.600	886.800	511.635	454.850	29.600	116.785

(1) Por não exercício das opções vencidas em 2004.

(2) Incluindo 800 opções exercitáveis em 2005 e 2006.

(3) Por não exercício das opções iniciais atribuídas em 2004.

Assim, enquanto o número total de acções necessárias, no início do ano, para fazer face ao exercício das opções atribuídas até então era de 626.380 (das quais 216.035 exercitáveis em 2004), o número de acções necessárias, no final do ano, para fazer face ao exercício de todas as opções entretanto atribuídas, era o seguinte:

Série	Opções Exercitáveis em:			Total
	2005	2006	2007	
2002	21.725			21.725
2003	191.610	191.610		383.220
2004	266.000	266.000	266.000	798.000
Total	479.335	457.610	266.000	1.202.945

1.7. Negócios e Operações entre a Sociedade e os Membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, Titulares de Participações Qualificadas ou Sociedades que se encontrem em Relação de Domínio ou de Grupo

Visando o reforço das posições que o grupo CIMPOR detém em Espanha, e de acordo com a comunicação feita ao mercado em 22 de Março de 2004, a Corporación Noroeste, S.A. – através da sociedade Occidental de Hormigones, S.L., cujo capital detém integralmente – adquiriu à empresa espanhola Readymix Asland, S.A., participada indirectamente (a 50%) pelo Grupo Lafarge, por um valor total de cerca de 11,4 milhões de euros, um conjunto de 18 centrais de betão pronto, localizadas na Andalucía, Extremadura, León e Salamanca.

Por outro lado, e atendendo à decisão de criação de uma nova empresa, no seio do Grupo, para desenvolver o projecto de exploração de uma moagem de clínquer em terrenos localizados junto ao Terminal *Multipurpose* do Porto de Sines (a Mossines – Cimentos de Sines, S.A.), projecto esse mencionado no ponto 1.7. do Capítulo I do Relatório e Contas Consolidados de 2003, foram revogadas, em 2004, as operações contratuais mencionadas na alínea b) do referido ponto, a saber:

- _____ A cessão, à empresa Establecimientos Scial do Norte, S.A. (Grupo CIMPOR), por parte da TDCIM – Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenamento de Cimentos, S.A., da respectiva posição contratual no contrato promessa de constituição de direito de superfície sobre aqueles terrenos, celebrado entre esta última e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI); e
- _____ A promessa de venda, à mesma empresa, da referida moagem, então em fase final de construção pela TDCIM (cuja denominação social foi entretanto alterada para C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A.).

Consequentemente, e ainda em 2004, foram celebrados dois novos contratos:

- _____ Um contrato de compra e venda mediante o qual a C+PA (detentora, à data, de uma participação qualificada no capital social da CIMPOR) alienou à Mossines as instalações relativas à moagem de clínquer, por um preço correspondente aos custos comprovadamente suportados na sua construção (31.287.173,55 euros); e
- _____ Um contrato de cessão, à Mossines, com o consentimento do IAPMEI/PGS – Sociedade de Promoção e Gestão de Áreas Industriais e Serviços, S.A., da posição contratual da C+PA no contrato promessa de constituição de direito de superfície *supra* referido.

Por último, importa ainda referir a constituição de uma *joint venture* entre as empresas brasileiras do Grupo – Companhia de Cimentos do Brasil, Companhia de Cimento Atol e Companhia Paraíba de Cimento Portland (Cimepar) – e a Lafarge Brasil, limitada ao território daquele país e consubstanciada na criação de uma nova empresa – denominada Eco-Processa – Tratamento de Resíduos, Lda. – participada em partes iguais pelos dois Grupos e destinada à recolha, triagem, pré-tratamento e distribuição, pelas fábricas de cimento de ambos, de resíduos industriais susceptíveis de serem utilizados como matéria-prima ou eliminados nos respectivos fornos como combustível alternativo.

Para além destas operações, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., ou qualquer das empresas por si controladas, não realizou qualquer outro negócio ou operação com membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que, com estes, se encontrem em relação de domínio ou de grupo, à excepção de algumas transacções sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas, realizadas em condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da actividade corrente do Grupo.

1.8. Gabinete de Relações com Investidores

Procurando assegurar um relacionamento estreito com o mercado de capitais, a CIMPOR dispõe, desde o primeiro ano da sua admissão à cotação (1994), de um Gabinete de Relações com Investidores, ao qual compete manter a comunidade financeira informada sobre a evolução da actividade do Grupo e apoiar os accionistas da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., tanto actuais como potenciais, na sua relação com a Empresa.

Para além da informação susceptível de influenciar a cotação do título, disponibilizada através do *site* da CMVM (www.cmvm.pt), o contacto deste Gabinete com investidores particulares e institucionais, gestores de fundos e outros organismos de investimento colectivo, analistas e demais intervenientes no mercado de capitais é mantido através de apresentações (ao vivo ou na *Internet*), reuniões e respostas a solicitações de informação através de contactos telefónicos, *e-mail* ou correio tradicional. Paralelamente, os comunicados de factos relevantes e outras informações de interesse relacionadas com a actividade do Grupo, as convocatórias para as assembleias gerais, os Relatórios e Contas e a evolução da cotação das acções CIMPOR na Euronext são também divulgados através do *site* www.cimpor.pt.

Este último, para além dos referidos conteúdos e da informação obrigatória prevista no artigo 3.º-A do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, inclui ainda, entre outros elementos:

- _____ Um relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário;
- _____ O Relatório de Sustentabilidade da CIMPOR; e
- _____ Informação sobre as políticas do Grupo em matéria ambiental e de I&D.

Vias de acesso ao Gabinete de Relações com Investidores:

Morada:	Contactos Pessoais:	E-Mail:	Telefones:
Gabinete de Relações com Investidores	Dra. Filipa S. Mendes	gri@cimpor.pt	21 311 81 00
CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.			21 311 88 89
Rua Alexandre Herculano, 35		Internet:	
1250-009 Lisboa		www.cimpor.pt	Fax:
PORTUGAL			21 311 88 67

O Representante para as Relações com o Mercado de Capitais e com a CMVM, designadamente nos termos e para os efeitos do Código dos Valores Mobiliários, foi, até 30 de Setembro de 2004, o Dr. Raúl Tito Rodrigues Caldeira. A partir dessa data, e em consequência da nomeação deste último como responsável pela Direcção de Relações Externas e Comunicação da *holding*, as referidas funções passaram a ser asseguradas pela Dra. Filipa Saraiva Mendes.

1.9. Comissão de Fixação de Remunerações

A Assembleia Geral realizada em 31 de Julho de 2001 elegeu, para o quadriénio de 2001 a 2004, uma Comissão de Fixação de Remunerações da qual apenas tomaram posse e se encontram em funções os seguintes dois elementos:

_____ Banco Comercial Português, representado por Dr. Filipe de Jesus Pinhal

_____ Eng. António Carlos Caláinho de Azevedo Teixeira Duarte

Ambos estes membros da Comissão de Fixação de Remunerações são independentes em relação à administração da sociedade, conforme definição constante do n.º 9 do Capítulo I do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003).

Também em relação a esta Comissão, a sociedade proporciona, a expensas suas, acesso permanente a consultores externos especializados em diversas áreas.

1.10. Remuneração do Auditor

Em 2004, o custo global dos serviços prestados ao Grupo CIMPOR pelo seu auditor externo (Deloitte & Touche), incluindo todas as pessoas singulares ou colectivas pertencentes à respectiva "rede", foi de 1.457.031,41 euros, com a seguinte distribuição percentual:

a)	serviços de revisão legal de contas	81,31 %
b)	outros serviços de garantia de fiabilidade	4,69 %
c)	serviços de consultoria fiscal	11,98 %
d)	outros serviços que não de revisão legal de contas	2,02 %

De forma a salvaguardar a independência das referidas entidades, é expressamente proibida a aquisição às mesmas de todo o tipo de serviços susceptível de pôr em causa tal independência. Designadamente:

_____ Serviços de contabilidade e administrativos, como sejam a manutenção de registos contabilís-

ticos, a preparação de demonstrações financeiras ou relatórios de reporte de informação financeira, o processamento de salários e a elaboração de declarações fiscais;

- _____ A concepção, desenho e execução de sistemas de informação de gestão;
- _____ Serviços de avaliação de elementos activos ou passivos que possam vir a ser inscritos nas demonstrações financeiras do Grupo;
- _____ Serviços prestados no âmbito das funções atribuídas à auditoria interna;
- _____ Serviços de consultoria legal que impliquem que as entidades em questão representem qualquer das empresas do Grupo na resolução de litígios e diferendos com terceiros;
- _____ Serviços de recrutamento e selecção de quadros técnicos superiores.

Além disso, a aquisição de serviços ao auditor externo, ou a entidades pertencentes à respectiva "rede", tanto em Portugal como nos diferentes países em que o Grupo opera, está sujeita a um conjunto de regras estabelecidas ao nível da *holding* e comunicadas a todas as empresas do Grupo. Assim, para além da proibição de contratação dos serviços *supra* referidos, importa realçar que:

- _____ As entidades em causa deverão sempre demonstrar habilitações, credenciais, recursos e vantagens comparativas face a terceiros, no que toca à prestação dos serviços em questão;
- _____ As propostas de prestação de serviços apresentadas por aquelas entidades são analisadas e avaliadas – e, sempre que possível, aferidas com o mercado – pelo responsável da área (ou empresa) que deles necessita e, subsequentemente, dependendo do valor da proposta, pelo administrador do pelouro ou pela Comissão Executiva, a quem cabe decidir sobre a respectiva adjudicação.

2. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

A CIMPOR tem seguido uma política continuada de incentivo ao exercício activo dos direitos de voto, quer facilitando o voto por correspondência por parte dos seus accionistas, quer estimulando a sua participação nas reuniões da Assembleia Geral.

No que se refere ao voto por correspondência, a CIMPOR tem vindo a disponibilizar, através da *Internet*, um modelo para o exercício dos referidos direitos, aceitando, no entanto, qualquer declaração de voto que manifeste clara e inequivocamente a vontade do accionista. Para este efeito, os procedimentos a adoptar e os prazos a respeitar – a declaração de voto deverá chegar ao Presidente da Mesa até ao segundo dia útil anterior à data da Assembleia Geral – têm sido claramente definidos em todas as convocatórias de Assembleias Gerais.

Com vista a estimular a participação dos accionistas nas reuniões da Assembleia Geral, são igualmente inseridas no texto das respectivas convocatórias as diversas regras, constantes da lei ou do

contrato de sociedade, relativas a tal participação e ao exercício do direito de voto. Designadamente, e na sequência das alterações estatutárias aprovadas na Assembleia Geral de 14 de Maio de 2004:

- _____ Podem assistir à reunião da Assembleia Geral os accionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada quinhentas acções (os titulares de participações inferiores a este mínimo têm a possibilidade de se agrupar).
- _____ Os accionistas podem fazer-se representar, devendo, para o efeito, fazer chegar ao Presidente da Mesa, até às 17 horas do terceiro dia útil anterior à data da realização da Assembleia Geral, os necessários instrumentos de representação.
- _____ Podem fazer parte da Assembleia Geral, e podem votar por correspondência, os accionistas que detenham pelo menos quinhentas acções, as quais devem estar inscritas em seu nome até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral e manter-se inscritas nesse mesmo nome até ao seu encerramento; para este efeito, os accionistas deverão fazer chegar ao Presidente da Mesa, até três dias úteis antes daquela data, a declaração emitida pelo respectivo intermediário financeiro.
- _____ Nenhum accionista, com excepção do Estado ou de entidades que, para esse efeito, lhe são legalmente equiparadas, pode emitir votos contáveis, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam dez por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Durante os quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral, são colocadas à disposição dos accionistas, para consulta, na sede social e durante as horas de expediente, as informações referidas no artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais, facto que tem sido igualmente mencionado na respectiva convocatória.

Dado a actual situação de concentração da estrutura accionista da CIMPOR, não se tem mostrado necessário o recurso à utilização de outros meios electrónicos, para além dos mecanismos disponibilizados via *Internet*, para votação nas Assembleias Gerais.

3. Regras Societárias

3.1. Códigos de Conduta dos Órgãos da Sociedade

Além das disposições legais aplicáveis às sociedades comerciais, às sociedades com o capital aberto ao investimento público e aos mercados de valores mobiliários, existe uma cultura e prática da Empresa que dá ênfase às regras de boa conduta nas situações de conflitos de interesses entre os membros dos órgãos de administração e a sociedade e às principais obrigações resultantes dos deveres de diligência, lealdade e confidencialidade dos membros do órgão de administração, nomeadamente no que toca à prevenção da utilização indevida de bens societários e de oportunidades de negócio.

O Conselho de Administração tem igualmente velado pela aplicação destes princípios em todas as sociedades do Grupo.

O regime que decorre da lei e das referidas cultura e prática da Empresa tem-se revelado adequado para contemplar a matéria relativa a conflitos de interesses, sigilo e incompatibilidades, pelo que não se tem mostrado necessário, para além da constituição da já mencionada Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social (vd. ponto 1.2. supra), adoptar outro tipo de instrumentos destinados a complementar a disciplina de tais matérias.

3.2. Controlo do Risco na Actividade da Sociedade

Ao nível da *holding*, e para além do Centro Corporativo – responsável, entre outras atribuições, pela gestão dos riscos de natureza financeira e patrimonial (descritos no ponto 7.2. do capítulo II do presente Relatório) – o Grupo dispõe igualmente de um Gabinete de Auditoria Interna incumbido de zelar não só pela adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em todas as áreas do Grupo como também pelo bom desempenho dos referidos sistemas.

São funções deste Gabinete, designadamente:

- Realizar os trabalhos de auditoria financeira, administrativa e patrimonial,
 - certificando os resultados em função da estratégia e dos objectivos fixados;
 - examinando e assegurando o cumprimento das políticas definidas, dos planos estabelecidos e dos procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
 - verificando os poderes e responsabilidades estabelecidos no Grupo e o respectivo grau de formalização;
 - acompanhando o desenvolvimento ou alteração de operações, programas, sistemas e controlos; e
 - verificando a custódia, existência física e valorimetria dos activos;
- Executar as tarefas de auditoria operacional (em particular nas áreas de comercialização, produção, investimentos, conservação e pessoal),
 - avaliando o nível do respectivo controlo de gestão;
 - recomendando as medidas de correcção julgadas convenientes; e
 - verificando se as deficiências reportadas foram devidamente corrigidas;
- Efectuar os trabalhos de auditoria informática,
 - avaliando a fiabilidade e integridade da informação e os diversos meios utilizados para a identificar, tratar e divulgar; e
 - analisando os sistemas de informação existentes, designadamente nos aspectos de segurança, controlos básicos programados e actualidade dos manuais dos utilizadores.

3.3. Medidas Susceptíveis de Interferir no Êxito de Ofertas Públicas de Aquisição

Conforme referido no ponto 2. *supra*, "nenhum Accionista, com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam dez por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social" (n.º 5 do artigo 7.º do Contrato de Sociedade).

Se é certo que há quem possa entender a referida disposição como susceptível de dificultar o lançamento de Ofertas Públicas de Aquisição e, nessa medida, como desrespeitadora dos interesses dos sócios e da sociedade, não é menos verdade que a norma em questão (comum em muitas sociedades cotadas em diversos países da União Europeia), para além de constituir um importante mecanismo de ampliação da democracia accionista, se traduz também, e independentemente de juízos especulativos e abstractos sobre o maior ou menor interesse dos potenciais oferentes, num forte incentivo a que eventuais operações tendentes à aquisição de controlo tenham de reunir condições de muito ampla e generalizada atractividade junto do corpo accionista.

As únicas restrições à transmissibilidade de acções foram as que, até 9 de Agosto de 2004, impenderam sobre as acções detidas pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., na sequência do concurso público relativo à última fase de privatização da CIMPOR e que se traduziam na impossibilidade da sua transmissão antes de decorridos três anos desde a data em que teve lugar o referido concurso (Agosto de 2001). Decorrido este prazo, e com a admissão à cotação das acções em causa, a 24 de Novembro de 2004, todas as acções representativas do capital social da CIMPOR passaram a ser livremente transmissíveis em bolsa.

Por último, refira-se que nenhum accionista detém direitos especiais e que não se conhecem quaisquer acordos parassociais entre os accionistas da CIMPOR.

4. Órgão de Administração

4.1. Caracterização do Órgão de Administração

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração é composto por cinco a quinze administradores, sendo um presidente e os restantes vogais. O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, que designa também o seu presidente. À semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de quatro anos, podendo ser reeleito.

O Conselho de Administração que se encontrava em funções no início de 2004, eleito para o quadriénio de 2001 a 2004, era integrado pelos seguintes elementos:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – Presidente
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

- Dr. Jacques Lefèvre
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
- Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte
- Dr. João Salvador dos Santos Matias
- Dr. Manuel Ferreira

Além destes, e na sequência da respectiva eleição (por proposta de accionistas minoritários) em Assembleia Geral realizada a 31 de Julho de 2003, o Conselho de Administração integrava ainda o Dr. Vicente Árias Mosquera, o qual só cerca de um ano mais tarde – uma vez homologada pelo Tribunal a desistência do requerimento, interposto pela Secilpar, S.L., de procedimento cautelar de suspensão e de acção de anulação das deliberações sociais aprovadas na referida assembleia – acabaria por iniciar o exercício normal das funções para que fora eleito.

Entretanto, na sequência do pedido de renúncia ao cargo de administrador apresentado pelo Dr. Manuel Ferreira, o Conselho de Administração, na sua reunião de 24 de Novembro de 2004, deliberou unanimemente aceitar o referido pedido e, ao abrigo do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, também por unanimidade, proceder à sua substituição, por cooptação, nomeando para o exercício do referido cargo, até ao final do mandato em curso, o Sr. Manuel Roseta Fino.

Tal como recomendado pelas modernas orientações internacionais sobre *corporate governance*, a maioria dos actuais membros do Conselho de Administração (seis num total de onze), incluindo o respectivo Presidente, é composta por administradores não executivos. São eles:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – Presidente
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Dr. Jacques Lefèvre
- Dr. João Salvador dos Santos Matias
- Dr. Vicente Árias Mosquera
- Sr. Manuel Roseta Fino

Constituem a Comissão Executiva os restantes cinco administradores, a saber:

- Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte – Presidente
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc.

De acordo com o critério estabelecido no Regulamento n.º 11/2003, da CMVM, um administrador não é considerado independente se estiver associado a grupos de interesses específicos na

sociedade. Para este efeito, o n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento enumera as situações de administradores que:

- a) Sejam membros do órgão de administração de sociedade que, nos termos do Código dos Valores Mobiliários, exerça domínio sobre a sociedade;
- b) Sejam titulares de participação qualificada igual ou superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto da sociedade, ou de idêntica percentagem em sociedade que sobre aquela exerça domínio, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários;
- c) Exerçam funções de administração ou tenham um vínculo contratual com empresa concorrente;
- d) Aufiram qualquer remuneração da sociedade, ou de outras sociedades que com aquela estejam em relação de domínio ou de grupo, excepto a retribuição pelo exercício das funções de administração;
- e) Sejam cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao terceiro grau, inclusive, das pessoas referidas nas alíneas anteriores.

Para além das circunstâncias acima enunciadas, conforme o Regulamento, o órgão de administração deve ainda ajuizar, em termos fundamentados, da independência dos seus membros perante outras circunstâncias concretas a eles atinentes, isto é, de outros tipos de associação a grupos de interesse específicos.

Tendo em conta o estabelecido no referido n.º 2 do artigo 1.º, os administradores Dr. Jacques Lefèvre e Eng. Jean Carlos Angulo, a considerar-se relevante o exercício de funções de administração em empresas concorrentes da CIMPOR em alguns dos mercados em que o Grupo está presente (muito embora não seja o caso de Portugal, principal mercado do Grupo), não poderão, eventualmente, ser considerados como independentes, não obstante haverem sido propostos e eleitos em assembleia geral a título individual, não exercendo os respectivos cargos em representação de qualquer accionista particular.

Por outro lado, deverá também mencionar-se, por razões de transparência de informação, que os administradores Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte e Dr. João Salvador dos Santos Matias, apesar de não abrangidos por qualquer das situações previstas na referida disposição do Regulamento n.º 11/2003, da CMVM, e de haverem, tal como aqueles, sido propostos e eleitos em Assembleia Geral a título individual (não exercendo os respectivos cargos em representação de qualquer accionista particular), poderão ser igualmente tidos como não independentes, por exercerem funções de administração num accionista com participação superior a 10% no capital social da CIMPOR (a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.).

As considerações do parágrafo anterior aplicam-se igualmente, com as necessárias adaptações, ao administrador Sr. Manuel Roseta Fino, por o mesmo exercer funções de administração na sociedade Manuel Fino, SGPS, S.A., sociedade dominante da accionista TDP, SGPS, S.A. (cuja denominação social foi entretanto alterada para Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.), detentora de uma participação de cerca de 11,3% no capital da CIMPOR.

Todos os restantes administradores são independentes, por qualquer critério, pelo que, tanto no Conselho de Administração como na Comissão Executiva, se verifica uma maioria de membros qualificados como independentes.

Cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração

As funções exercidas pelos membros do órgão de administração noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2004, eram as seguintes:

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Presidente do Conselho de Administração da CIREs, S.A.
 Presidente do Conselho Fiscal do Banco Comercial Português, S.A.
 Presidente do Conselho Fiscal do Banco Comercial Português de Investimento, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Atlansider, SGPS, S.A.

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Presidente do Conselho de Administração da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.
 Mandatário Geral da agência, em Portugal, da Abeille Vie – Société Anonyme d'Assurances Vie et Capitalisation
 Presidente do Conselho de Administração da ADI – Administração de Investimentos, S.A.
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Bayer Portugal, S.A.
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APA – Associação Parque Atlântico
 Gerente da Silva & Barbosa – Consultores Internacionais de Gestão, Lda.
 Presidente do Instituto Humanismo e Desenvolvimento
 Director da Fundação Amélia da Silva de Mello
 Administrador da Fundação Oliveira Martins
 Administrador da Fundação Portugal-África
 Consultor do Grupo Somelos – Indústrias Têxteis
 Representante dos Detentores de Títulos de Participação do Banco Português de Investimentos

Dr. Jacques Lefèvre

Presidente do Conselho de Supervisão da Compagnie Fives Lille
 Vice-Presidente não executivo do Grupo Lafarge
 Administrador da Cementia Holding, A.G.
 Administrador da Lafarge Asland, S.A.
 Administrador da Cementos Molins, S.A.
 Administrador da Société Nationale d'Investissements au Maroc
 Administrador da Petrokazakhstan Inc.
 Co-Presidente do France – Philippines Business Council
 Co-Presidente do France – Morocco Business Council

Eng. Jean Carlos Angulo

Director Geral Adjunto do Grupo Lafarge
 Vice-Presidente da Lafarge Ciments
 Administrador da Lafarge Asland, S.A.
 Presidente do CTEO (Grupo Lafarge)
 Vice-Presidente da Lafarge Maroc
 Administrador da Lafarge Adriasebina
 Administrador da CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Inversiones, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Cimpship – Transportes Marítimos, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Geofer – Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Imobiliária, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração dos Estabelecimentos Scial do Norte, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Sacopor – Sociedade de Embalagens de Sacos de Papel, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Prediana – Sociedade de Pré-Esforçados, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da CTA – Comércio Internacional, S.A.
 Gerente da Kandmad, SGPS, Lda.
 Gerente da Vilaje – Vigas e Lajes Pré-Esforçadas, Lda.
 Gerente da Mekan – Manufatura de Elementos de Casas de Construção Normalizada, Lda.
 Presidente do Conselho de Administração da Asment de Témara, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Betocim, S.A.
 Administrador da CJO – Société des Ciments de Jbel Oust, S.A.
 Administrador da Amreyah Cement Company, S.A.E.
 Administrador da Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.
 Administrador da Cement Services Company, S.A.E.
 Administrador da Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E.
 Administrador da Natal Portland Cement Company (Pty) Limited
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Brasil, S.A.

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR

Presidente do Conselho Executivo da ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Administrador da CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.
 Vice-Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Inversiones, S.A.
 Administrador da CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.
 Administrador da CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Betão Liz, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Betão, SGPS, S.A.
 Presidente da CIMPOR TEC – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.
 Gerente da Vermofeira – Extração e Comércio de Areias, Lda.
 Gerente da Kandmad, SGPS, Lda.
 Presidente da Comissão Executiva da Corporación Noroeste, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Cimentos de Andalucía, S.L.
 Presidente do Conselho de Administração da Sociedad de Cimentos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A.
 Administrador da Asment de Témara, S.A.
 Administrador da CJO – Société des Ciments de Jbel Oust, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Amreyah Cement Company, S.A.E.
 Presidente do Conselho de Administração da Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.
 Presidente do Conselho de Administração da Cement Services Company, S.A.E.
 Presidente do Conselho de Administração da Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E.
 Administrador da Natal Portland Cement Company (Pty) Limited
 Administrador da CIMPOR Brasil, S.A.

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR

Vice-Presidente do *Comité de Liaison* da CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Administrador da CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.
 Vice-Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Inversiones, S.A.
 Administrador da CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.
 Administrador da CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.
 Administrador da CIMPOR – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A.
 Gerente da Kandmad, SGPS, Lda.
 Administrador da Asment de Témara, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da CJO – Société des Ciments de Jbel Oust, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da CEC – Cimpor Egypt for Cement, S.A.E.
 Administrador da Amreyah Cement Company, S.A.E.
 Administrador da Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.
 Administrador da Cement Services Company, S.A.E.
 Administrador da Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E.
 Presidente do Conselho de Administração da Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.
 Presidente do Conselho de Administração da Imopar – Imobiliária de Moçambique, S.A.R.L.
 Presidente do Conselho de Administração da Natal Portland Cement Company (Pty) Limited
 Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Reinsurance, S.A.
 Vice-Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Brasil, S.A.
 Administrador da Companhia de Cimentos do Brasil
 Administrador da CIMPOR Finance, Ltd.

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Administrador da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.
 Administrador da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções (Macau), Lda.
 Administrador da PASIM – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Gerente da EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.
 Gerente da F+P – Imobiliária, Lda.

Gerente da Hipus – Sociedade Hípica e Turística da Bela Vista, Lda.
 Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português, S.A.
 Membro do Conselho Geral da EIA – Ensino, Investigação e Administração, S.A.

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Administrador da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.
 Administrador da Tedal, SGPS, S.A.
 Administrador da Alto da Peça – Imobiliária, S.A.
 Administrador da Heather Properties, SGPS, S.A.
 Administrador da BEL – E.R.E. – Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.
 Administrador da ESTA – Gestão de Hóteis, S.A.
 Administrador da Bonaparte – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.
 Administrador da CPE – Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.
 Administrador da EVA – Sociedade Hoteleira, S.A.
 Administrador da Mercapetro – Produtos Petrolíferos, S.A.
 Administrador da Petrin – Petróleos e Investimentos, S.A.
 Administrador da S. Luís de Maranhão – Gestão Imobiliária, S.A.
 Administrador da Sinerama – Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.
 Administrador da Soprocine – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
 Administrador da Tratado – Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.
 Administrador da TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.
 Administrador da VTD – Veículos Automóveis, S.A.

Dr. Vicente Árias Mosquera

Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Pastor, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Inversiones Ibersuizas, S.A.
 Administrador da Inver-alia, S.L.
 Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundación Galicia-Europa
 Presidente do Conselho de Administração da Escuela de Enseñanza Social de Galicia
 Presidente do Conselho de Administração do Centro Galego de Arte Contemporânea
 Administrador da Fundación Juana de Vega
 Administrador da Fundación Camilo José Cela
 Vogal-Secretário do Conselho de Administração da Fundación Pedro Barrié de la Maza

Manuel Roseta Fino

Presidente do Conselho de Administração da Fino Participações, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Manuel Fino, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Carfino, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Snucker – Confecções, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Déessepor – Distribuição de Cosméticos, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Predifino – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Quinta da Ramada Imobiliária, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Quinta da Ramada Agrícola, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Imoban – Imobiliária do Ancão, S.A.

4.2. Comissão Executiva

Em 2001, foi deliberado pelo Conselho de Administração manter a tradição de existência de uma Comissão Executiva, elegendo uma comissão composta por cinco elementos, na qual foram delegados todos os poderes relativos à gestão corrente da sociedade, com excepção apenas das matérias legalmente definidas como não passíveis de delegação, enumeradas no ponto 4.3. *infra*.

Conforme anteriormente referido, a Comissão Executiva é composta pelos seguintes cinco administradores:

- Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc.

Os três últimos administradores são independentes por qualquer critério, aplicando-se aos dois primeiros as considerações acima expostas (*vd.* ponto 4.1. *supra*).

A Comissão Executiva – presidida pelo Dr. Pedro Teixeira Duarte, substituído quando necessário pelo Eng. Jorge Salavessa Moura – não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, não sendo permitida a representação de mais do que um administrador em cada reunião. As deliberações são tomadas por maioria dos presentes. Durante o ano de 2004, a Comissão Executiva reuniu por 46 vezes.

Sem prejuízo do exercício colegial das funções que estão delegadas na Comissão Executiva, a cada um dos seus membros foi especialmente cometida a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas Áreas Funcionais, conforme seguidamente indicado:

- Relações Externas e Comunicação, Recursos Humanos, Auditoria Interna e Assuntos Jurídicos – Eng. Jorge Salavessa Moura, substituído, quando necessário, pelo Eng. Luís Filipe Sequeira Martins;
- Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo – Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura;
- Centro Corporativo, Contabilidade, Consolidação e Fiscalidade e Planeamento, Controlo e Sistemas de Informação – Dr. Manuel de Faria Blanc, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura.

No que respeita à ligação às entidades externas abaixo indicadas, foi definida a seguinte distribuição:

- Associação Técnica da Indústria do Cimento (ATIC) e outras Associações Sectoriais – Eng. Jorge Salavessa Moura, substituído, quando necessário, pelo Eng. Luís Filipe Sequeira Martins;
- CEMBUREAU, "World Business Council for Sustainable Development" (WBCSD) e Associação

Portuguesa das Empresas de Betão Pronto (APEB) – Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura;

____ Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Euronext Lisboa e Conselho Fiscal – Dr. Manuel de Faria Blanc, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura.

4.3. Modo de Funcionamento do Órgão de Administração

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre, sem prejuízo, quando necessário, da realização de outras reuniões intercalares. Não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, não sendo, para esse efeito, permitido que um administrador represente mais do que um membro do Conselho de Administração. Durante o ano de 2004, o Conselho reuniu por 7 vezes.

Conforme anteriormente referido, à Comissão Executiva encontram-se vedadas todas as matérias qualificadas por lei como não delegáveis. A saber, nos termos do artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais:

- ____ Escolha do Presidente do Conselho de Administração, quando aplicável;
- ____ Cooptação de administradores;
- ____ Pedido de convocação de assembleias gerais;
- ____ Relatórios e contas anuais;
- ____ Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- ____ Mudança de sede e aumentos de capital;
- ____ Projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

Além destas matérias, que, nos termos da lei, constituem competências não delegáveis pelo Conselho de Administração, a Comissão Executiva entendeu, ainda, por sua iniciativa, em 3 de Agosto de 2001, reservar para o plenário do Conselho de Administração as deliberações finais sobre quaisquer negócios, compromissos, contratos, acordos e convenções a celebrar com accionistas detentores de 2% ou mais do capital social da CIMPOR, sempre que, pela sua natureza ou montantes envolvidos, os mesmos sejam considerados de especial relevância.

De forma a assegurar que todos os membros do órgão de administração conheçam as decisões tomadas pela Comissão Executiva, encontram-se criados os seguintes procedimentos:

- ____ Distribuição aos membros do Conselho de Administração das actas das reuniões da Comissão Executiva;
- ____ Nas reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva faz regularmente um sumário dos aspectos considerados relevantes da actividade desenvolvida desde a última reunião, facultando aos administradores os esclarecimentos e informações adicionais ou complementares que forem solicitados;
- ____ Encontra-se ainda regulamentada a possibilidade de solicitação, por parte dos administradores, de elementos ou informações à Comissão Executiva, fora das reuniões do Conselho.

4.4. Remunerações

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da sociedade, bem como as modalidades e prestações do respectivo esquema complementar de reforma ou de invalidez, são determinadas pela Comissão de Fixação de Remunerações, composta por accionistas eleitos em Assembleia Geral, podendo tal remuneração incluir uma componente variável, estabelecida em função dos lucros do exercício, que, nos termos do n.º 6 do artigo 17.º do Contrato de Sociedade – conforme aprovado na Assembleia Geral de 14 de Maio de 2004 – não poderá, globalmente, exceder 5% dos referidos lucros.

Na definição daquela componente variável, os interesses dos administradores estão inteiramente alinhados com o interesse da sociedade, já que a mesma depende dos respectivos resultados e da criação de valor para o accionista.

De acordo com as alterações estatutárias aprovadas na referida Assembleia Geral, a sociedade poderá ainda atribuir uma pensão de reforma vitalícia aos administradores que cessarem funções, sempre que esteja preenchido um dos seguintes requisitos:

- Terem exercido o cargo de administrador com funções executivas por período superior a dez anos, seguidos ou interpolados;
- Terem mantido vínculo laboral com, ou exercido funções de administração na, sociedade ou sociedades dependentes por período total superior a vinte e cinco anos, seguidos ou interpolados.

O quantitativo desta pensão será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, podendo ser anualmente revisto. A fixação, de acordo com estes critérios, do referido quantitativo (que nunca poderá ultrapassar o valor da mais elevada das remunerações fixas auferidas, em cada momento, pelos administradores em exercício), bem como a definição dos demais termos e condições da sua atribuição (a qual poderá ser titulada por contrato), competem à Assembleia Geral (ou à Comissão de Fixação de Remunerações, a existir).

O montante total de remunerações, prestações para o esquema complementar de reforma ou de invalidez e outros incentivos auferidos pelo conjunto dos membros do órgão de administração da sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foi o seguinte:

(valores em euros)	Remunerações		Remunerações
	Fixas	Variáveis	Totais
Administradores Executivos	1.139.075,00	1.610.172,90	2.749.247,90
Administradores Não Executivos	531.175,60	-	531.175,60
Total	1.670.250,60	1.610.172,90	3.280.423,50

RELATÓRIO E CONTAS **CONSOLIDADOS**
Actividade do Grupo

1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

1.1. Evolução da Economia Mundial

A economia mundial revelou, em 2004, importantes sinais de retoma, registando uma taxa de crescimento global de cerca de 5,0% (a mais elevada desde 1976), em consequência do forte crescimento dos países industrializados e do ritmo de expansão, excepcionalmente rápido, da generalidade dos mercados emergentes, particularmente da China.

No conjunto dos países da OCDE, o crescimento da actividade económica atingiu perto de 3,6%, numa clara melhoria relativamente aos 2,2% e 1,6% dos anos de 2003 e 2002, respectivamente. Os EUA, com um aumento real do PIB de 4,4%, e o Japão, com uns surpreendentes 4%, lideraram esta tendência, enquanto a Zona Euro, fortemente dependente da procura externa e limitada pela necessidade de cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, se quedou por uns modestos 2,0% (ainda assim bem acima da taxa de 0,6% registada em 2003).

Mas foram sobretudo países como a China, o Brasil e a Rússia, com crescimentos do PIB da ordem dos 9,2%, 4,5% e 6,0%, respectivamente, que mais contribuíram para a expansão da economia mundial e, em particular, o aumento significativo (9,5%) dos fluxos de comércio internacional.

A forte aceleração da procura, a par, nos últimos meses do ano, de alguns factores negativos do lado da oferta, conduziram a uma subida acentuada dos preços da generalidade das *commodities*, especialmente do petróleo, levando ao ressurgimento de algumas pressões inflacionistas – contrariadas, no entanto, pelo excesso de capacidade instalada ainda existente em muitos países, pela relativa moderação, face aos aumentos de produtividade, dos processos de revisão salarial e pela rentabilidade crescente das empresas, sobretudo nos EUA, ao permitir-lhes alguma folga na redução das respectivas margens de comercialização.

Em 2004, apesar da subida – a partir do final de Junho e num total de 125 p.b. – das taxas directoras da Reserva Federal norte-americana, o dólar depreciou-se cerca de 8% relativamente ao euro, com este último a fechar o ano acima dos 1,36 dólares. A persistência dos elevados *deficits* paralelos dos EUA parece constituir a principal razão estrutural desta tendência (sobretudo o *deficit* da balança comercial, o qual atingiu um novo máximo histórico em Outubro), suscitando cada vez mais preocupação quanto à inevitabilidade de um enfraquecimento ainda maior da moeda norte-americana.

1.2. Envolvente Económica dos Países em que o Grupo Opera

1.2.1. Portugal

Depois da contracção de 1,3% registada no ano anterior, o PIB português terá aumentado, em 2004, cerca de 1,1%, ainda assim claramente abaixo da média da Zona Euro. Após um primeiro semestre bastante promissor – caracterizado por uma forte recuperação do consumo, do investi-

mento e das exportações – os segundos seis meses do ano acabaram por ser desanimadores: na falta de estímulos extraordinários (como o havia sido o Euro 2004), na ausência de ganhos de salários reais e de criação de emprego que permitissem a manutenção do ritmo de crescimento do consumo e com uma resposta insuficiente ao aumento da procura externa, a economia portuguesa entrou de novo em clara desaceleração.

Mais do que a fraqueza dos números, são sobretudo preocupantes: a manutenção de um *deficit* das contas públicas muito acima (sem receitas extraordinárias) dos limites impostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento; a expansão do consumo privado a um nível que implica o aumento das necessidades de financiamento do país e uma diminuição da taxa de poupança das famílias; e a falta de competitividade das exportações portuguesas, traduzida numa perda acentuada de quota de mercado.

Quanto à taxa de inflação, baixou, em termos de média anual, dos 3,3% registados em 2003, para apenas 2,4%, beneficiando, tal como os outros países da Zona Euro, da depreciação do dólar norte-americano e da consequente limitação dos efeitos negativos da subida dos preços do petróleo.

1.2.2. Espanha

Apesar de um pouco aquém das previsões oficiais divulgadas em meados do ano, o desempenho da economia espanhola, em 2004, foi claramente positivo: a taxa de crescimento do PIB terá atingido os 2,7%, muito acima da média da Zona Euro e superior em 0,2 p.p. à taxa registada no ano anterior.

Por outro lado, o perfil de crescimento da economia foi bastante mais equilibrado que no passado recente, beneficiando de uma forte recuperação do investimento em bens de equipamento (mais 4,9% que em 2003), ao mesmo tempo que tanto o consumo privado como o investimento na construção continuaram a evoluir favoravelmente. Apenas o sector externo evidenciou alguma deterioração, com um aumento acentuado das importações – reflexo, em grande parte, do vigor da procura interna – enquanto as exportações sofriam os efeitos da lenta recuperação dos países da Zona Euro.

Nesta conjuntura, o número de desempregados caiu em mais de 41.000 pessoas (o que não acontecia desde o ano de 2000) e a taxa de inflação manteve-se a níveis relativamente elevados (3,0%, em termos de média anual).

1.2.3. Marrocos

Em 2004, o aumento real do PIB marroquino atingiu os 3,5% (mais meio ponto percentual do que a previsão oficial), por força, sobretudo, dos bons resultados da campanha agrícola, o que permitiu ao sector primário evidenciar uma taxa de crescimento de 6,8%. Esta evolução, conjugada com o incremento das receitas turísticas em 22,5% e com o elevado nível das remessas dos emigrantes, conseguiram atenuar o efeito negativo do aumento registado pelo *deficit* da balança comercial.

De salientar, também, que, com a criação de cerca de 520.000 novos postos de trabalho (metade dos quais no sector primário) a taxa de desemprego baixou de 12,3% para perto de 11%.

Quanto à taxa de inflação, ter-se-á mantido abaixo ou muito próxima dos 2%, favorecendo a estabilidade das taxas de juro e o aumento do crédito (em particular, do crédito imobiliário).

1.2.4. Tunísia

O crescimento da economia da Tunísia terá atingido, em 2004, os 5,8%, reflectindo o bom comportamento da generalidade dos sectores, em particular do sector agrícola, das indústrias agro-alimentares, mecânica e eléctrica e dos serviços de transportes, telecomunicações e turismo. O aumento do investimento ter-se-á cifrado em cerca de 6,5%, o que permitiu a criação de perto de 75.000 novos postos de trabalho.

Também as contas com o exterior viram melhorado o respectivo saldo, com as exportações a crescer 16,6%, as remessas dos emigrantes a subirem 13,2% e as receitas (em divisas) da actividade turística a aumentarem 17,7%, ao passo que o incremento das importações não terá ido além de 13%.

O *deficit* orçamental caiu de 3,2% do PIB para apenas 2,5% e a taxa de inflação média anual aumentou de 2,8%, no ano anterior, para cerca de 3,5%, em 2004, devido, essencialmente, à subida dos preços dos produtos petrolíferos (com dois aumentos sucessivos, num total de quase 24%) e do preço da energia eléctrica (9,9%).

1.2.5. Egipto

Em 2004, o desempenho da economia egípcia foi claramente mais favorável que no ano anterior, em grande parte devido às reformas estruturais introduzidas pelo novo governo e aos aumentos significativos da actividade turística, das receitas de utilização do Canal do Suez e das remessas dos emigrantes.

O crescimento do PIB terá atingido os 3,9%, enquanto a taxa de inflação continua a evidenciar uma forte resistência à descida, fixando-se em torno dos 5%.

No mercado cambial, depois da tentativa, mal sucedida, de implementação de um regime de *free float* (no início de 2003), a cotação da libra egípcia, relativamente ao dólar norte-americano, praticamente estabilizou. No final de 2004, com a implementação de um mercado interbancário para moeda externa e o levantamento de algumas medidas de cariz intervencionista por parte do Banco Central, a libra egípcia chegou mesmo a apreciar-se, assistindo-se a uma clara aproximação dos preços do dólar norte-americano nos mercados paralelo e oficial.

1.2.6. Brasil

Após três anos de comportamento frustrante, em que a economia, em média, cresceu apenas 1,2%/ano, o PIB brasileiro registou, em 2004, um aumento real de perto de 5,2%. Além das exportações, que continuaram a apresentar um ritmo de crescimento muito acentuado (com o *superavit* da balança comercial a atingir o recorde histórico de USD 33,7 mil milhões, superior em quase 36% ao obtido em 2003), também o consumo privado e, sobretudo, o investimento (com a FBCF a aumentar, previsivelmente, cerca de 12%) revelaram sinais encorajadores, permitindo antever uma nova fase de crescimento económico sustentado.

A inflação, apesar de se manter a níveis relativamente elevados (em torno dos 7%), mostrou sinais de abrandamento em relação ao ano anterior, fruto do controlo exercido pelas autoridades monetárias e da apreciação, pelo segundo ano consecutivo, da moeda brasileira relativamente ao dólar norte-americano (cerca de 9%, entre os finais de 2003 e 2004).

1.2.7. Moçambique

Em Moçambique, em ano de eleições gerais, o crescimento do PIB terá sido da ordem dos 8,6%, fortemente impulsionado pelo aumento do investimento público, traduzido no arranque de grandes projectos de reabilitação de estradas e vias ferroviárias.

A taxa média de inflação baixou de 13,5%, em 2003, para pouco mais de 9%, em 2004, favorecida pela descida da inflação na vizinha África do Sul (de onde provém grande parte das importações dos produtos alimentares transaccionados em Moçambique) e pela surpreendente apreciação do metical face ao dólar norte-americano e, até mesmo, relativamente ao euro (em mais de 25% e 15%, respectivamente).

1.2.8. África do Sul

Na África do Sul, o crescimento do PIB a uma taxa próxima dos 3,7% (quase um ponto percentual acima do ano anterior), a diminuição do desemprego, a descida (ainda que marginal) da taxa de intervenção do Banco Central e a perspectiva da organização do Campeonato Mundial de Futebol, em 2010, conduziram a um clima de grande optimismo por parte da generalidade dos agentes económicos, expresso na recuperação dos índices de confiança dos investidores para os valores mais elevados desde 1998.

A forte apreciação do rand face ao dólar norte-americano – em cerca de 17%, em 2004, depois de, no ano anterior, a moeda sul-africana já se ter valorizado em mais de 30% – se, por um lado, provocou uma redução acentuada das exportações, por outro lado, contribuiu decisivamente para a baixa da taxa de inflação (de 6,8%, em 2003, para, previsivelmente, 4,3%, em 2004).

1.3. Evolução do Sector Cimenteiro

O consumo mundial de cimento terá atingido, em 2004, cerca de 1.970 milhões de toneladas, aumentando perto de 5% em relação ao ano anterior. Os países asiáticos, onde o incremento médio do consumo ultrapassou os 6%, foram, a par dos mercados do Leste da Europa e da América Latina, os principais responsáveis por aquele crescimento.

Na Europa Ocidental, ter-se-ão verificado situações diferenciadas: em países como a Espanha, a França, a Itália e o Reino Unido, o aumento do consumo de cimento situou-se, conforme os casos, entre 1,5% e 3,5%; noutros países, como a Grécia, Portugal e a Alemanha, verificaram-se decréscimos mais ou menos significativos (entre 2,0% e 5,5%). Se, por um lado, se assistiu já, em termos gerais, a alguma retoma da actividade económica, com os correspondentes efeitos positivos nos níveis

de investimento em obras públicas e de investimento privado na construção de edifícios, por outro lado, nalguns desses países, a relativa estagnação das respectivas economias foi ainda agravada pela conclusão de grandes projectos em instalações desportivas e correspondentes infraestruturas, como foram os casos do Euro 2004, em Portugal, e dos Jogos Olímpicos, na Grécia.

Nos países do Leste da Europa, o aumento do consumo de cimento continuou a ser significativo (10,0% na Ucrânia, 5,2% na Rússia e 2,7% na Polónia), reflectindo o aumento da actividade do sector da construção civil e obras públicas, motor essencial do desenvolvimento das respectivas economias e do processo de recuperação do relativo atraso em que ainda se encontram face aos outros países do continente europeu.

Na América do Norte, enquanto o Canadá terá registado um importante abrandamento no ritmo de evolução da procura de cimento (de 5%, em 2003, para apenas 2%, em 2004), os Estados Unidos deverão ter mantido a taxa de crescimento observada no ano anterior (4,0%).

Na América Latina, reflectindo a situação de mercados emergentes e de economias em vias de desenvolvimento que caracteriza a generalidade dos respectivos países, o consumo de cimento continuou a apresentar taxas de crescimento acentuadas, as quais, em 2004, terão atingido, em média, cerca de 5%. Em termos individuais, são de destacar o elevado ritmo de aumento da procura mantido pela Argentina e a inversão da tendência de anos anteriores verificada no Brasil e na Venezuela, onde, depois de vários anos de queda consecutiva do consumo de cimento, este último terá registado uma evolução positiva da ordem dos 4% e 20%, respectivamente.

Na zona Ásia-Pacífico – responsável por mais de metade do consumo mundial de cimento (com a China a representar, por si só, cerca de 40%) – o ritmo de aumento da procura mantém-se a níveis assinaláveis: em 2004, países como a China, a Índia e a Indonésia registaram taxas de crescimento de entre 5 a 7%.

Já no continente africano, o aumento do consumo continua abaixo da média do conjunto dos mercados emergentes – apesar dos fortes crescimentos verificados em países como a Nigéria (9,8%) e a África do Sul (7,7%) – estimando-se que, em 2004, não tenha ido além de 2,8%.

Por último, no Médio Oriente, região fortemente afectada pelo conflito do Iraque, o consumo de cimento inverteu a tendência de estagnação verificada no ano anterior e terá registado, em média, uma taxa de crescimento da ordem dos 4,2%.

Ao nível do comércio internacional de cimento, assistiu-se, em 2004, a uma diminuição significativa da actividade de *trading*, não só devido aos aumentos de capacidade instalada que vêm sendo efectuados em diversos países tradicionalmente importadores, como também, e principalmente, em resultado da escassez de navios disponíveis e consequente subida, em exponencial, dos fretes marítimos. Ainda assim, países como a Espanha, a Itália e o Reino Unido continuaram a registar, em 2004, taxas de crescimento das importações bastante elevadas (entre os 6 e os 7%).

No que se refere aos movimentos de fusões e aquisições verificados no sector, 2004 foi, sobretudo, um ano de preparação de algumas grandes operações, com um número pouco significativo de transacções concretizadas. Entre estas, salientam-se as aquisições de 49% da Secil pela CRH, de 49% da Nova Cimangola pela CIMPOR e de 100% da Aalborg pela Cementir. Quanto à operação de

venda, lançada em 2004, da totalidade do capital da Loma Negra, a maior empresa cimenteira da Argentina, não se conhece ainda o respectivo desfecho.

Entre as grandes multinacionais do sector, a Holcim esteve particularmente activa, não só através de uma política de tomada de posições de controlo em algumas empresas da América Latina, Ásia e Europa de Leste onde já detinha participações minoritárias, como também no lançamento de uma oferta de aquisição sobre a totalidade do capital da maior empresa mundial de agregados (Aggregate Industries). Idêntico movimento realizou a Cemex, ao efectuar uma oferta de compra sobre a empresa cimenteira, e maior produtora mundial de betão, RMC. Ambas as operações, indiciadoras de uma política de integração vertical dos negócios, serão concretizadas em 2005.

2. Análise dos Resultados do Grupo

2.1. Síntese da Actividade Global

Em 2004, os Resultados Líquidos Consolidados do Grupo CIMPOR (após Interesses Minoritários) cifraram-se em 185,9 milhões de euros, valor este praticamente idêntico ao registado no ano anterior. Também a Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) do Grupo, atingindo cerca de 19,3%, quase não sofreu alteração relativamente ao nível alcançado em 2003 (19,5%).

Para a actividade operacional da CIMPOR, 2004 foi, no entanto, um ano particularmente difícil, fruto de um conjunto de factores adversos de entre os quais se destacam a queda de dois dos seus principais mercados (Portugal e Egipto), a forte descida dos preços de venda do cimento no mercado brasileiro, o aumento generalizado dos custos energéticos (em especial dos combustíveis) e o encarecimento substancial dos fretes marítimos.

Demonstração de Resultados do Grupo

(milhões de euros)				
	2004	2003	Var.	2002
Volume de Negócios	1.365,6	1.360,9	0,3 %	1.317,2
Cash Costs Operacionais	906,9	848,4	6,9 %	805,8
Cash Flow Operacional (EBITDA)	458,7	512,5	- 10,5 %	511,4
Amortizações e Provisões	210,5	223,5	- 5,8 %	227,6
Resultados Operacionais (EBIT)	248,2	289,0	- 14,1 %	283,8
Resultados Financeiros	- 6,5	- 35,5	s.s.	- 23,3
Resultados Correntes	241,7	253,4	- 4,6 %	260,5
Resultados Extraordinários	- 5,8	12,3	- 146,9 %	- 38,2
Resultados antes de Impostos	235,9	265,7	- 11,2 %	222,3
Impostos sobre o Rendimento	45,5	72,6	- 37,4 %	40,6
Resultados antes de Int. Minoritários	190,4	193,1	- 1,4 %	181,6
Interesses Minoritários	4,5	7,2	- 37,4 %	5,1
Resultado Líquido do Grupo	185,9	185,9	0,0 %	176,6

Em consequência destes factores – mas também do peso crescente das exportações no Volume de Negócios de Portugal (efectuadas a preços inevitavelmente inferiores aos praticados no mercado interno e com custos de transporte significativos) – o *Cash Flow* Operacional (*EBITDA*) do Grupo reduziu-se em perto de 53,8 milhões de euros, com a respectiva margem a cair cerca de 4,1 p.p. (de 37,7%, em 2003, para 33,6%, no ano transacto).

As Áreas de Negócios de Portugal e do Brasil – ambas com diminuições, naquele indicador, da ordem dos 35 milhões de euros, correspondentes a variações negativas de 16,4%, no primeiro caso, e de 30,4%, no segundo – foram, pelos motivos apontados, as principais responsáveis pela referida redução da rentabilidade operacional da CIMPOR. À excepção de Marrocos (onde os preços de venda caíram mais de 7% em moeda local) e de Moçambique (com muitos problemas ao nível fabril, agravados ainda pela subida dos fretes na importação de clínquer), todas as restantes Áreas de Negócios viram os respectivos *Cash Flows* da Exploração aumentados em maior ou menor medida, com particular destaque para o Egipto e a África do Sul, onde se registaram variações positivas de 8,3 milhões de euros (+38,8%) e 8,7 milhões de euros (+27,9%), respectivamente.

Em termos de margens *EBITDA* – para além das quedas que, pelas razões *supra* referidas, se observaram em Portugal e, sobretudo, em Moçambique e no Brasil – há que realçar, por um lado, a redução registada pela Área de Negócios de Espanha (justificada pelo maior peso que, na mesma, vem sendo assumido pela actividade de produção e comercialização de betão e pela venda de cimento importado ou produzido com clínquer adquirido) e, por outro lado, a continuação da melhoria deste indicador nas Áreas de Negócios da África do Sul, da Tunísia e, principalmente, do Egipto (fruto do aumento dos preços de venda e do arranque, em Fevereiro de 2004, de uma nova linha de produção).

Cash Flow Operacional (EBITDA)

(valores em milhões de euros)						
Áreas de Negócios	2004		2003		Variação	
	Valor	Margem	Valor	Margem	Valor	%
Portugal	175,7	31,3 %	210,1	35,8 %	- 34,4	- 16,4
Espanha	88,7	25,1 %	84,2	28,1 %	4,5	5,3
Marrocos	24,7	45,3 %	25,4	45,3 %	- 0,6	- 2,5
Tunísia	14,7	27,5 %	13,3	24,3 %	1,4	10,5
Egipto	29,5	44,2 %	21,3	38,4 %	8,3	38,8
Brasil	80,4	40,4 %	115,5	51,7 %	- 35,1	- 30,4
Moçambique	7,9	16,6 %	11,7	27,4 %	- 3,8	- 32,5
África do Sul	39,9	45,6 %	31,2	45,1 %	8,7	27,9
Outras Actividades	- 2,8	-	- 0,1	-	- 2,7	s.s.
Total	458,7	33,6 %	512,5	37,7 %	- 53,8	- 10,5

Com o total das Amortizações e Provisões a diminuir cerca de 13 milhões de euros, os Resultados Operacionais (*EBIT*) do Grupo não sofreram, em valor absoluto, uma redução tão significativa como o *Cash Flow* da Exploração, registando, ainda assim, uma queda ligeiramente superior a 14%.

Os Resultados Financeiros apresentaram uma melhoria substancial, da ordem dos 29 milhões de euros, quase totalmente explicados pela obtenção de resultados não recorrentes em empresas consolidadas por equivalência patrimonial. Esta melhoria, no entanto, foi em grande parte anulada pela evolução negativa dos Resultados Extraordinários em perto de 18 milhões de euros, pelo que o facto de os Resultados Líquidos atribuíveis ao Grupo haverem atingido um nível praticamente idêntico ao registado em 2003, apesar da referida redução dos Resultados Operacionais, deve-se, sobretudo, à diminuição dos Impostos sobre o Rendimento. A poupança correspondente (superior a 27 milhões de euros) – para além do decréscimo da matéria colectável – é essencialmente explicada pelas descidas da taxa de imposto ocorridas em Portugal e no Egipto e por alguma optimização fiscal conseguida no Brasil.

Entretanto, face à aproximação da data de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e atendendo ao disposto na Directriz Contabilística n.º 18, a CIMPOR entendeu adoptar de imediato (com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2004), as disposições do IAS 39 no que respeita à contabilização das operações de cobertura e ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros derivados em carteira, por considerar que, embora derogando a política contabilística anteriormente seguida, a referida adopção conduz a uma apresentação mais adequada da posição financeira e do resultado das operações do Grupo, ao mesmo tempo que a aproxima do preconizado pelas referidas Normas.

Os impactos daí decorrentes nos Resultados Líquidos do exercício e no valor dos Capitais Próprios no final do mesmo foram de cerca de 7,2 milhões de euros positivos e 44,9 milhões de euros negativos, respectivamente.

Em 2004, as vendas de cimento e clínquer do Grupo CIMPOR – pese embora a queda do consumo verificada nas Áreas de Negócios de Portugal e, principalmente, do Egipto – totalizaram cerca de 18,6 milhões de toneladas, registando um aumento de 1,9% em relação ao ano anterior.

Vendas de Cimento e Clínquer

(em milhares de toneladas)			
Áreas de Negócios	2004	2003	Variação
Portugal	5.946	5.862	1,4 %
Espanha	4.209	3.741	12,5 %
Marrocos	852	822	3,6 %
Tunísia	1.477	1.498	- 1,4 %
Egipto	2.275	2.108	7,9 %
Brasil	3.442	3.242	6,2 %
Moçambique	567	595	- 4,6 %
África do Sul	1.100	1.033	6,5 %
Total (consolidado)	18.641	18.298	1,9 %

À excepção da Tunísia (devido à diminuição das vendas de clínquer) e de Moçambique (pelos problemas de ordem operacional vividos na fábrica da Matola), todas as restantes Áreas de Negócios

lograram aumentar as respectivas quantidades vendidas, mesmo naqueles casos em que o mercado sofreu alguma retracção. Nestes, a redução das vendas no mercado interno (da ordem dos 6,3%, em Portugal, e de 8,8%, no Egipto) foi mais do que compensada pelo crescimento das exportações (incluindo para outras unidades do Grupo), tanto de cimento como de clínquer.

Em Espanha, o aumento das quantidades vendidas em 12,5% reflecte não só a subida do consumo de cimento naquele país como também algum ganho de quota de mercado. Na África do Sul, pelo contrário, e por questões de limitação da capacidade instalada, a evolução das vendas, embora significativa (+6,5%), não foi suficiente para acompanhar o crescimento do mercado.

As vendas de betão registaram um aumento assinalável (10%), com particular destaque para a Área de Negócios de Espanha, onde, devido sobretudo à aquisição de novas centrais, aumentaram mais de 30%.

Em contrapartida, e em consequência da retracção do mercado português, as vendas de agregados diminuíram, ao nível do Grupo, cerca de 4,0%, apesar da subida verificada em Espanha e do início da exploração desta actividade na África do Sul.

Quanto às vendas de argamassas, em clara expansão na Península Ibérica, atingiram quase as 500 mil toneladas, aumentando perto de 12%.

Vendas de Betão, Agregados e Argamassas

Produto / Áreas de Negócios	2004	2003	Variação
Betão (1.000 m³)			
Portugal	3.646	3.716	- 1,9 %
Espanha	2.517	1.897	32,6 %
Outras Áreas de Negócios	511	454	12,5 %
Total	6.674	6.068	10,0 %
Agregados (1.000 ton)			
Portugal	7.610	8.687	- 12,4 %
Espanha	3.867	3.504	10,4 %
Outras Áreas de Negócios	421	206	103,9 %
Total	11.897	12.397	- 4,0 %
Argamassas (1.000 ton)	490	438	11,9 %

Neste ano de 2004, o Volume de Negócios da CIMPOR cifrou-se, em termos consolidados, em 1.365,6 milhões de euros, pouco acima (0,3%) do valor obtido no ano anterior. Excluindo as transacções intra-Grupo, há a salientar o aumento significativo dos contributos, para este indicador, das Áreas de Negócios de Espanha e da África do Sul, com variações positivas de 44,8 milhões de euros e 18,4 milhões de euros, respectivamente, a par da evolução, igualmente favorável, da actividade de *Trading* (cujo *turnover* mais do que duplicou) e das Áreas de Negócios do Egipto e de

Moçambique, onde a importância das vendas efectuadas ultrapassou em 8,7% e 11,3%, respectivamente, os valores registados em 2003.

Contributos para o Volume de Negócios *

(valores em milhões de euros)						
Áreas de Negócios	2004		2003		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Portugal	509,5	37,3	555,3	40,8	- 45,8	- 8,2
Espanha	344,1	25,2	299,3	22,0	44,8	15,0
Marrocos	54,5	4,0	56,1	4,1	- 1,5	- 2,7
Tunísia	53,6	3,9	54,9	4,0	- 1,3	- 2,4
Egipto	60,1	4,4	55,3	4,1	4,8	8,7
Brasil	199,1	14,6	223,5	16,4	- 24,4	- 10,9
Moçambique	47,3	3,5	42,5	3,1	4,8	11,3
África do Sul	87,5	6,4	69,1	5,1	18,4	26,6
Trading	9,9	0,7	4,8	0,4	5,0	103,6
Total Consolidado	1.365,6	100,0	1.360,9	100,0	4,7	0,3

* Excluindo as transacções intra-Grupo

Quanto às importantes reduções verificadas nos contributos, tanto de Portugal como do Brasil, para o Volume de Negócios do Grupo (nos valores de cerca de 46 milhões de euros e 24 milhões de euros, respectivamente), ficaram essencialmente a dever-se à menor quantidade de produtos vendidos no mercado interno, no caso de Portugal, e à já referida queda dos preços de venda do cimento (em quase 15%) no mercado brasileiro.

Entre os finais de 2003 e 2004, o total dos Capitais Empregues praticamente não se alterou (mantendo-se entre os 2,5 e os 2,6 mil milhões de euros), com o volume (líquido) de novos investimentos em imobilizado (técnico e financeiro), incluindo o *goodwill* pago nas aquisições efectuadas, a atingir perto de 310 milhões de euros.

Entre os referidos investimentos, destacam-se a construção de uma moagem de cimento, em Sines (Portugal), a conclusão de uma nova linha de produção, no Egipto, a compra de pedreiras e centrais de betão, em Portugal, Espanha, Brasil e África do Sul, a aquisição de uma moagem de cimento no norte de Espanha e a entrada no capital (ao nível de 49%) da maior empresa cimenteira angolana (Nova Cimangola). Mesmo sem consideração, ainda, desta última, a capacidade total de produção de cimento (com clínquer próprio) do Grupo CIMPOR aumentou, em 2004, cerca de 1,3 milhões de toneladas, passando para perto de 23,4 milhões de toneladas/ano. Assim, a posição do Grupo como décima maior empresa do sector, a nível mundial, não deverá ter sofrido alteração.

A tomada de uma participação significativa no capital da Nova Cimangola assume particular importância: trata-se da única empresa angolana do sector cimenteiro que, num mercado em fortíssima expansão, dispõe de uma fábrica integrada de produção e moagem de clínquer (localizada a cerca de 15 km da capital). Com uma capacidade instalada de produção de cimento de, actualmente, 1,3 milhões de toneladas/ano (das quais perto de metade com clínquer próprio), a Nova Cimangola

II. Actividade do Grupo

atingiu, em 2004, um volume de vendas de aproximadamente 750 mil toneladas, correspondentes a uma quota de mercado próxima dos 80%.

Capitais Empregues (Grupo)

(em milhões de euros)

	2004	2003	2002
Activos Correntes	457,2	419,8	440,9
(Passivo Corrente não Financeiro)	(394,2)	(237,0)	(258,8)
Capital Circulante (liq.)	63,1	182,8	182,1
Goodwill (bruto)	1.293,6	1.250,7	1.256,5
Imobilizado Corpóreo (liq.)	1.217,5	1.193,6	1.300,1
Outros Activos (liq.)	(26,0)	(55,7)	(273,1)
Capitais Empregues	2.548,2	2.571,3	2.465,5
Passivo de Financiamento	1.469,1	1.531,4	1.520,9
(Emprést. Concedidos / Disponibilidades)	(239,6)	(292,9)	(372,0)
Dívida Financeira Líquida	1.229,4	1.238,5	1.148,9
Provisões p/Riscos e Encargos	145,0	127,9	118,7
Interesses Minoritários	76,3	78,3	88,5
Impostos Diferidos (Sc)	(52,2)	(22,7)	(25,3)
Amortiz. Acumuladas do Goodwill	420,7	365,8	300,1
Capitais Próprios	970,4	960,6	949,6
Subtotal	2.789,6	2.748,5	2.580,5
(Activos não Afectos à Exploração)	(241,4)	(177,2)	(115,0)
Capitais Empregues	2.548,2	2.571,3	2.465,5

De salientar, também, não tanto pelos capitais envolvidos mas, sobretudo, pela sua importância estratégica, o envolvimento do Grupo na actividade de transportes marítimos, em associação com uma empresa espanhola com larga experiência e *know-how* nesse sector. Efectivamente, desde o verão de 2003 que se vinha assistindo a uma subida em exponencial dos preços dos fretes marítimos, os quais, em contraste com a situação de relativa estabilidade que caracterizara os vinte anos imediatamente anteriores, chegaram a atingir, em Março de 2004, um nível correspondente a cerca do triplo da média daquele período. Não se antevendo quaisquer sinais de inversão desta tendência e perante o aumento das necessidades do Grupo em transporte marítimo (as quais mais do que duplicaram em cerca de um ano), foi decidido assegurar, por meios próprios, a satisfação de pelo menos parte dessas necessidades, limitando desta forma os efeitos negativos da referida escalada de preços. Assim nasceu a CIMPISHIP – Transportes Marítimos, S.A., em cujo capital social (no valor de 50.000 euros) o Grupo CIMPOR detém uma participação de 60%, e que é, já hoje, proprietária de dois navios graneleiros de 38.000 toneladas cada, integralmente afectos ao serviço do Grupo.

Apesar do volume de investimentos efectuados e do elevado montante de dividendos distribuídos (mais de 110 milhões de euros), a Dívida Financeira Líquida (no valor de cerca de 1.230

milhões de euros) manteve-se praticamente constante, continuando a representar menos de 50% do total dos Capitais Empregues.

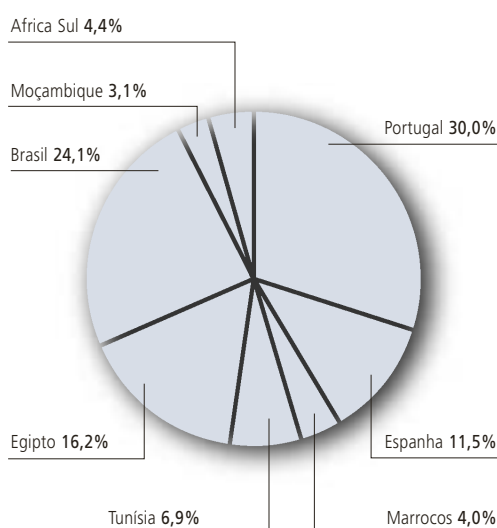
Free Cash Flow

(em milhões de euros)			
	2004	2003	2002
Resultados Operacionais	248,2	289,0	283,8
Amortizações do <i>Goodwill</i>	66,7	65,8	59,0
Resultados Operacionais Ajustados	314,9	354,8	342,9
(Impostos s/Resultados Operacionais Ajustados)	(66,5)	(86,0)	(101,8)
Variação de Impostos Diferidos	(29,5)	2,6	(58,2)
Result. Operacionais Ajustados liq. Impostos	218,9	271,4	182,9
Amortizações do Imobiliz. Corpóreo e Incorpóreo	131,7	139,3	150,7
Outros <i>Non-Cash Costs</i> Operacionais	14,4	18,9	18,7
<i>Cash Flow</i> Bruto	365,0	429,5	352,2
Aum./(Dim.) Capital Circulante (liq.)	(3,5)	1,0	(25,0)
Investimentos (liq.) em <i>Goodwill</i>	56,3	5,7	303,4
Investimentos (liq.) em Imobilizado Corpóreo			
Via Aquisições	38,5	(0,7)	213,5
Outros	132,1	149,0	187,7
Aum./(Dim.) Out. Activos (liq. Out. Passivos)	32,4	220,8	(237,9)
Investimento Bruto	255,8	375,9	441,7
<i>Free Cash Flow</i> da Exploração	109,2	53,6	(89,4)
Outros Fundos Libertos (liq. Impostos)	51,8	26,2	152,3
<i>Free Cash Flow</i>	161,0	79,9	62,9
Custos Financeiros Líquidos (liq. Impostos)	34,3	44,0	24,1
(Aum.)/Dim. Dívida Financeira Líquida	6,7	(88,0)	(90,4)
Interesses Minoritários	6,5	17,4	28,1
Resultados Distribuídos	115,3	108,3	98,7
Aum./(Dim.) Acções Próprias	(1,8)	(1,8)	2,4
<i>Free Cash Flow</i>	161,0	79,9	62,9

Registe-se, por último, o aumento em mais de 100% do *Free Cash Flow* do Grupo, pese embora a redução dos fundos libertos pela actividade operacional em quase 65 milhões de euros (aproximadamente 15%).

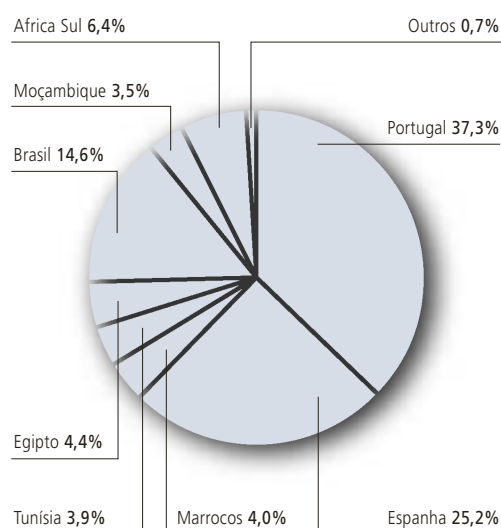
Contribuições e Posição relativa das diferentes Áreas de Negócios (2004)

Repartição da Capacidade Instalada de Cimento

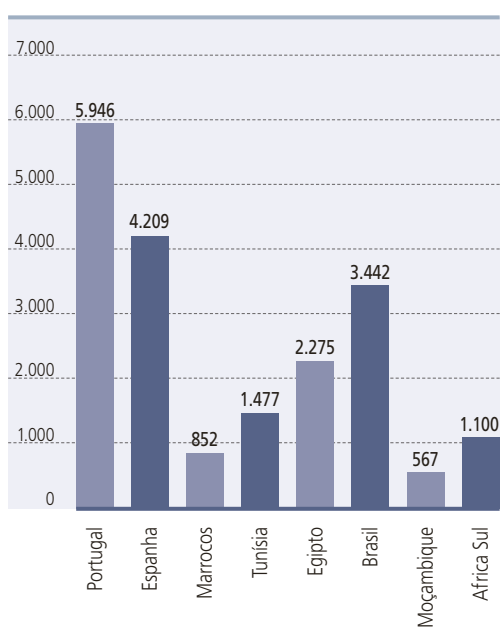


Contribuições para o Volume de Negócios *

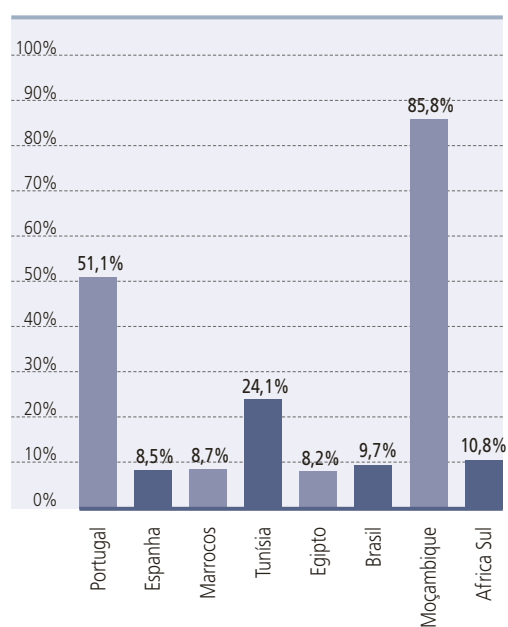
Excluindo transacções intra-grupo *



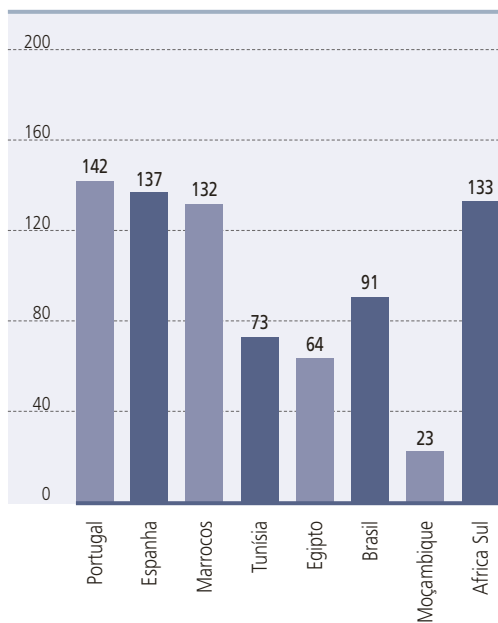
Vendas de Cimento e Clíiquer

10³ ton

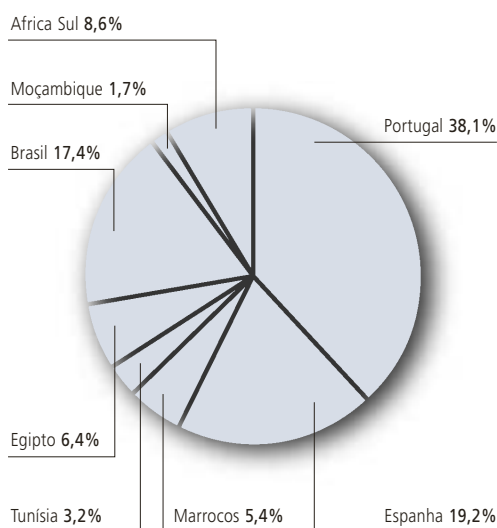
Quota de Mercado de Cimento



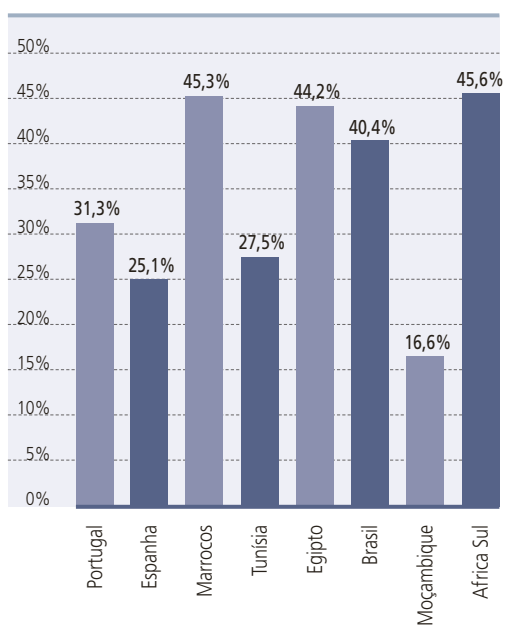
Valor Acrescentado / Colaborador

 10³ euros


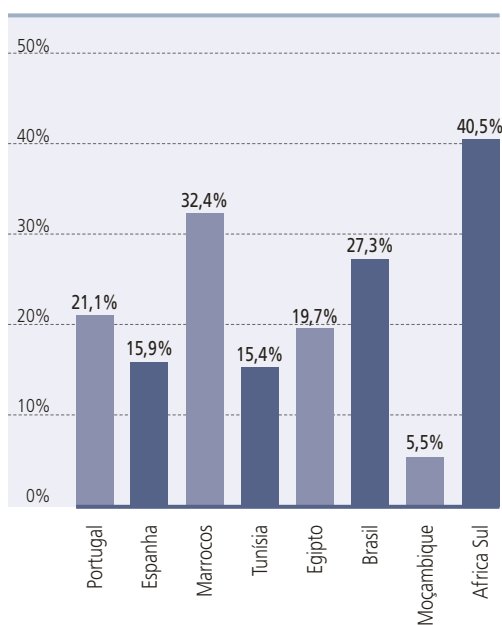
Contribuições para o Cash Flow Operacional



Margem EBITDA



Margem EBIT



2.2. Portugal

Em Portugal, a produção global do sector da construção e obras públicas deverá ter registado, em 2004, uma redução da ordem dos 4,7%, elevando para um nível próximo dos 18% a quebra, em termos acumulados, da actividade deste sector nos últimos três anos. O segmento mais afectado terá sido o das obras públicas e engenharia civil, cujo volume de produção sofreu uma contracção superior a 6%. Por outro lado, a evolução positiva que se verificou ao nível da procura de habitação não foi ainda suficiente para reanimar o segmento da construção de edifícios residenciais.

Quanto ao consumo de cimento, apresentou uma diminuição menos acentuada, a qual, em 2004, não deverá ter ido além de 1%. Muito embora, relativamente a 2002, se verifique uma quebra de cerca de 17%, o mercado mantém uma dimensão (um pouco abaixo das 9,4 milhões de toneladas/ano) correspondente a um dos maiores consumos *per capita* da Europa (890 kg/habitante), inferior, apenas, aos que se registam no Luxemburgo, Espanha, Irlanda e Grécia.

As vendas da CIMPOR no mercado interno (sem consideração do cimento produzido em Espanha e vendido em Portugal) passaram de 5,1 milhões de toneladas, em 2003, para menos de 4,8 milhões de toneladas, em 2004, regredindo mais do que a média do mercado. Estando esta influenciada pelo elevado crescimento, em contraste com o resto do país, do consumo de cimento na Região Autónoma da Madeira, onde a importação representa uma parcela considerável, não será de estranhar a maior quebra registada pelo Grupo, em consequência da qual a respectiva quota no total do mercado português, incluindo as vendas do cimento produzido em Espanha, diminuiu cerca de 2,7 p.p., sendo agora de aproximadamente 52,6%.

Obrigada a procurar mercados alternativos onde colocar os seus excedentes de produção, a CIMPOR aumentou consideravelmente a sua actividade de *trading*, tanto de cimento como de clínquer, atingindo, em 2004, um total de quase 1,2 milhões de toneladas exportadas (mais 54% que no ano anterior). Destas, cerca de 1,0 milhão destinaram-se às unidades de produção e comercialização do Grupo na região espanhola da Andaluzia. Assim, as vendas totais de cimento e clínquer fabricados em Portugal (5,946 milhões de toneladas), acabaram por registar, apesar da retracção do mercado interno, uma subida de perto de 1,4%.

No sector dos betões, com o aumento da taxa de penetração do fabrico de betão pronto industrial no consumo total de cimento, os volumes de produção deverão ter crescido cerca de 6%. No entanto, devido ao acréscimo de concorrência no sector, provocado pela relativa escassez de obras e pelo aparecimento de novos operadores, as vendas do Grupo diminuiram em quase 2%, para, aproximadamente, 3,65 milhões de metros cúbicos.

No sector dos agregados, estima-se que o mercado tenha acusado uma contracção da ordem dos 20%, com as vendas da CIMPOR a regredirem um pouco menos (12,4%).

Nas argamassas, pelo contrário, o volume de vendas do Grupo, fruto de uma maior agressividade comercial e da crescente tendência do mercado para a adopção de soluções industrializadas, registou um crescimento considerável (26,7%), ultrapassando as 180 mil toneladas.

No Grupo CIMPOR, Portugal continua a ser o país com maior importância relativa, muito embora, tal como já acontecera no ano anterior, a mesma tenha diminuído significativamente de

2003 para 2004: em termos de Volume de Negócios (excluindo as transacções intra-Grupo), de 40,7% para 37,3%; ao nível do *Cash Flow* Operacional, de 41,2% para 38,3%; e em contributo para o Resultado Operacional do Grupo, de 49,4 % para 46,3%.

Em 2004, o Volume de Negócios cifrou-se em 562 milhões de euros, menos 4,3% que no ano anterior, em consequência do já referido menor volume de vendas no mercado interno (com a única excepção das argamassas), da descida (em cerca de 5%) do preço médio de venda do betão pronto e do peso crescente das exportações, quer de cimento (a preços inevitavelmente inferiores aos praticados em Portugal), quer de clínquer (o qual, sendo um produto intermédio, é naturalmente vendido a um preço mais baixo).

Área de Negócios de Portugal

	Unidade	2004	2003 ⁽¹⁾	Var.
Capacidade Instalada ⁽²⁾	10 ³ ton	7.000	7.000	0,0%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽³⁾		87,1%	82,7%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	5.946	5.862	1,4%
Quota de Mercado ⁽⁴⁾		51,1%	54,1%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	3.646	3.716	- 1,9%
Vendas de Agregados	10 ³ ton.	7.610	8.687	- 12,4%
Vendas de Argamassas	10 ³ ton.	184	146	26,7%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	562,1	587,5	- 4,3%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	63,7	62,0	2,8%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	175,7	210,1	- 16,4%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	118,8	139,3	- 14,7%
Resultados Líquidos ⁽⁵⁾	10 ⁶ euros	112,9	122,6	- 7,9%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	422,9	377,6	12,0%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	70,5	40,5	74,2%
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	1.666	1.694	- 1,7%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	333	330	1,0%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	142	153	- 7,1%
Margem <i>EBITDA</i>				
Cimento		37,7%	43,8%	
Betão		6,1%	9,7%	
Agregados		17,3%	18,8%	
Argamassas		19,8%	15,4%	
Global		31,3%	35,8%	
Margem <i>EBIT</i>		21,1%	23,7%	

(1) Ajustado, para efeitos comparativos.

(2) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(3) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

(4) Cimento produzido em Portugal.

(5) Antes de Interesses Minoritários.

O menor valor acrescentado das referidas exportações, não apenas pelo diferencial de preços como também pelos custos de transporte associados, aliado à subida destes últimos, ao aumento dos

custos energéticos e à queda do preço do betão, determinaram uma redução em cerca de 16% do *Cash Flow* da Exploração e em perto de 15% dos Resultados Operacionais, com as respectivas margens a caírem para 31,3% e 21,1%, respectivamente.

Apesar da redução do *EBIT* em mais de 20 milhões de euros, a descida verificada na taxa do Imposto sobre o Rendimento e a obtenção de importantes ganhos financeiros não tributáveis permitiram que os Resultados Líquidos desta Área de Negócios (antes de Interesses Minoritários) acabassem por baixar em menos de metade daquele valor, fixando-se em, aproximadamente, 113 milhões de euros.

Entre os diversos investimentos realizados em 2004, num total, excluindo a aquisição de participações financeiras em empresas do sector, de mais de 70 milhões de euros, salientam-se a aquisição de dois navios graneleiros pela CIMPISHIP, a construção de uma moagem de clínquer no porto de Sines e a preparação das fábricas para o lançamento (ainda naquele ano) de embalagens de cimento de 35 kgs.

Na área dos betões, deu-se continuidade à reestruturação interna iniciada em 2001, envolvendo diversos processos de fusão e de transferência de participações dentro do Grupo. De salientar, também, no sector das argamassas, a obtenção das certificações de marca CE para as betonilhas e de produto para as argamassas de assentamento.

2.3. Espanha

O consumo de cimento, em Espanha, registou, em 2004, um novo máximo absoluto, atingindo um total de cerca de 47,8 milhões de toneladas (3,5% acima do valor do ano anterior) e elevando para mais de 90% o respectivo crescimento acumulado no escasso período de oito anos.

Tal como em 2003, este aumento não foi, no entanto, generalizado: enquanto algumas zonas – sobretudo aquelas onde estão a ser construídas importantes infraestruturas de comunicação e/ou que beneficiam do investimento em segundas habitações – ultrapassaram largamente a média nacional (principalmente a região sul, com um crescimento de 15,1%), outras registaram mesmo variações negativas (caso da região noroeste, com uma queda de 4,8%).

Os mercados onde o Grupo está presente – Galiza (2,8 milhões de toneladas), Andaluzia (10,4 milhões) e Extremadura (1,1 milhões) – evoluíram de forma bastante diferenciada: o primeiro caiu perto de 1,8%, enquanto os restantes aumentaram 14,8% e 18,4%, respectivamente.

No seu conjunto, as vendas de cimento e clínquer do Grupo CIMPOR, incluindo cerca de 136 mil toneladas exportadas, atingiram um total de 4,2 milhões de toneladas (mais 12,5% que no ano anterior), o que permitiu elevar a respectiva quota no mercado espanhol para um nível próximo dos 8,5% (mais 0,7 p.p. que em 2003).

As vendas de betão (mais 32,6%), agregados (mais 10,4%) e argamassas (mais 12,8%) registaram também crescimentos significativos, explicados, em parte, pela compra de mais 19 centrais de betão, fundamentalmente na região sul.

Esta evolução, francamente favorável, conduziu a que o Volume de Negócios gerado em Espanha ultrapassasse, em termos consolidados, os 350 milhões de euros, aumentando quase 18% relativamente ao ano anterior. No entanto, a descida dos preços médios de venda, tanto do cimento como do betão, na região da Galiza, a quase duplicação das quantidades exportadas e o facto de o crescimento das vendas de cimento no mercado do sul, dado o esgotamento das capacidades instaladas nas fábricas de Córdoba e Niebla, só haver sido possível mediante a importação de mais de 500 mil toneladas de produto provenientes de Portugal não permitiram que o *Cash Flow* Operacional evoluísse da mesma forma: o respectivo aumento não foi além de 4,5 milhões de euros, correspondentes a uma taxa de crescimento de 5,3%.

Pelas mesmas razões, aliadas ao peso crescente da região da Andaluzia (com margens inferiores às da Galiza) na Área de Negócios de Espanha e devido ainda a um importante incêndio verificado numa pedreira do Grupo e que obrigou à paragem da respectiva exploração, todas as actividades, com a única excepção da produção e comercialização de argamassas, registaram, em maior ou menor medida, uma queda das respectivas margens *EBITDA*.

Área de Negócios de Espanha

	Unidade	2004	2003	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	2.680	2.640	1,5%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		99,6%	99,5%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	4.209	3.741	12,5%
Quota de Mercado		8,5%	7,8%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	2.517	1.897	32,6%
Vendas de Agregados	10 ³ ton.	3.867	3.504	10,4%
Vendas de Argamassas	10 ³ ton.	169	150	12,8%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	353,8	300,1	17,9%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	43,6	41,2	5,7%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	88,7	84,2	5,3%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	56,4	53,2	6,0%
Resultados Líquidos ⁽³⁾	10 ⁶ euros	33,4	30,5	9,7%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	430,0	377,9	13,8%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	29,1	27,0	7,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	1.003	940	6,7%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	365	323	13,1%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	137	135	1,2%
Margem <i>EBITDA</i>				
Cimento		31,2%	33,3%	
Betão		2,6%	2,9%	
Agregados		18,9%	23,6%	
Argamassas		29,5%	27,0%	
Global		25,1%	28,1%	
Margem <i>EBIT</i>		15,9%	17,7%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

(3) Antes de Interesses Minoritários.

Entre os principais investimentos realizados, e para além da já referida compra de activos na área dos betões e agregados, destacam-se o início da construção, próximo de Santiago de Compostela, de uma segunda fábrica de argamassas secas e autonivelantes e a aquisição, já perto do final do ano, de uma nova pedreira na Galiza e de cerca de 54% do capital social da empresa Materiales del Atlántico, S.A., detentora de uma moagem de clínquer em Narón (A Coruña).

2.4. Marrocos

Embora menos significativa que em 2003, a taxa de crescimento do mercado cimenteiro marroquino manteve-se a um nível assinalável (5,5%), com o sector da construção e obras públicas a beneficiar do prosseguimento do programa nacional de edificação de infraestruturas de base, do reforço da rede rodoviária, do lançamento dos trabalhos de construção do porto de Tânger-Mediterrâneo, do impulso dado ao programa estatal de luta contra as habitações insalubres e dos investimentos em novas zonas turísticas.

Área de Negócios de Marrocos

	Unidade	2004	2003	Var.
Capacidade Instalada (1)	10 ³ ton	925	870	6,3%
Utilização da Capacidade Instalada (2)		94,0%	86,9%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	852	822	3,6%
Quota de Mercado		8,7%	8,7%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	92,2	95,9	- 3,9%
Vendas de Agregados	10 ³ ton.	221,0	206,3	7,2%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	54,5	56,1	- 2,7%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	4,1	4,7	- 13,6%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	24,7	25,4	- 2,5%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	17,7	17,5	1,4%
Resultados Líquidos (3)	10 ⁶ euros	7,3	11,1	- 34,7%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	68,6	57,6	19,1%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	18,9	8,2	132,0%
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	215	219	- 1,8%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	251	225	11,4%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	132	121	9,6%
Margem EBITDA				
Cimento		48,4%	46,7%	
Betão e Agregados		10,0%	14,5%	
Global		45,3%	45,3%	
Margem EBIT		32,4%	31,1%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

(3) Antes de Interesses Minoritários.

Ao contrário do ano anterior, a Asment de Témara não comercializou, em 2004, quaisquer quantidades de clínquer, pelo que, globalmente, o incremento das respectivas vendas não foi além de 3,6% (o suficiente, no entanto, para manter a correspondente quota de mercado em cerca de 8,7%). A Betocim, por seu turno, aumentou em 7,2% as suas vendas de agregados, ao mesmo tempo que reduzia em 3,9% a produção e venda de betão pronto.

Com a diminuição do preço médio de venda do cimento, em moeda local, em perto de 7% – devido à imposição, pelo governo marroquino, de uma taxa destinada a financiar o programa nacional de recuperação de habitações degradadas – o Volume de Negócios acabou por registar, em termos consolidados, uma quebra de 2,7%. O *Cash Flow* Operacional, beneficiando das poupanças alcançadas ao nível dos custos com pessoal e da diminuição dos impostos incidentes sobre os preços da energia e combustíveis, não desceu mais que 650 mil euros, reduzindo-se aproximadamente na mesma medida (2,5%). Assim, a margem *EBITDA* não sofreu qualquer alteração, mantendo-se, apesar da menor rentabilidade da Betocim, ao mesmo nível de 2003 (43,5%).

O agravamento, em quase 200%, dos Impostos sobre o Rendimento, devido ao grande aumento da matéria colectável (calculada em conformidade com as normas locais), conduziu, no entanto, a uma queda dos Resultados Líquidos desta Área de Negócios em cerca de 3,9 milhões de euros.

Com a sua capacidade instalada praticamente esgotada, a Asment de Témara efectuou, em 2004, diversas intervenções na respectiva linha de produção – entre as quais a montagem de novos moinhos de cru e de carvão/petcoke, o *revamping* do refrigerador e a introdução de um novo pré-calcinador – que, a partir de Março de 2005, permitiram o aumento da sua capacidade de produção de clínquer em 800 toneladas/dia.

2.5. Tunísia

Na Tunísia, o consumo de ligantes (cimento e cal hidráulica) totalizou, em 2004, cerca de 5,9 milhões de toneladas, mais 6,7% que no ano anterior. As vendas dos referidos produtos efectuadas pela Ciments de Jbel Oust (CJO) no mercado interno, cifrando-se em 1,43 milhões de toneladas, não aumentaram, porém, mais do que 1%, fazendo baixar a respectiva quota de mercado em 1,4 p.p..

Por outro lado, o incremento das exportações (de um valor quase insignificante para cerca de 35 mil toneladas) não foi suficiente para contrabalançar o menor volume de vendas de clínquer, conduzindo a que, globalmente, as quantidades comercializadas pela CJO tenham caído 1,4%.

Em matéria de preços de venda, há a registar, mais uma vez, o adiamento da respectiva liberalização, com o governo a optar, tal como no ano anterior, pela sua actualização administrativa em 6%. O facto de esta ter ocorrido mais tarde que o habitual, aliado à referida diminuição do volume de vendas e à desvalorização da moeda, relativamente ao euro, em quase 7% (em termos de câmbio médio anual) determinaram a redução do Volume de Negócios para cerca de 53,6 milhões de euros (menos 2,4% que em 2003).

Área de Negócios da Tunísia

	Unidade	2004	2003	Var.
Capacidade Instalada (1)	10 ³ ton	1.600	1.570	1,9%
Utilização da Capacidade Instalada (2)		89,2%	86,9%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	1.477	1.498	-1,4%
Quota de Mercado		24,1%	25,5%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	53,6	54,9	- 2,4%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	2,9	3,3	- 13,0%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	14,7	13,3	10,5%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	8,2	4,5	82,3%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	8,8	6,3	38,9%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	114,9	115,1	- 0,2%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	8,3	13,3	- 37,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	241	245	- 1,6%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	221	221	- 0,1%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	72	67	8,4%
Margem EBITDA		27,5%	24,3%	
Margem EBIT		15,4%	8,2%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

No entanto, a redução dos custos com pessoal, a par da melhoria progressiva dos níveis de desempenho de todo o aparelho produtivo – pesem embora os impedimentos colocados à substituição do fuel por petcoke – permitiram que o *Cash Flow* Operacional registasse, tal como nos anos anteriores, um aumento significativo (10,5%), atingindo o valor de 14,7 milhões de euros. Esta melhoria é bem patente quer na evolução da margem *EBITDA* – a qual passou de 24,3%, em 2003, para 27,5%, em 2004 – quer no crescimento dos Resultados Líquidos, os quais, elevando-se a perto de 9 milhões de euros, aumentaram quase 40%.

Quanto aos investimentos realizados, há a salientar as alterações introduzidas nas três moagens de clínquer, com expansão das respectivas capacidades, e a conclusão dos trabalhos de construção de um moinho de carvão e de uma nova instalação de paletização de sacos.

2.6. Egipto

Após haver registado, no ano anterior, uma contracção da ordem dos 4,8%, o mercado cimenteiro egípcio voltou a cair, em 2004, cerca de 8,4%, não indo além das 23,55 milhões de toneladas (uma quebra de 3,8 milhões em apenas dois anos). Com o acentuar do excesso de capacidade instalada (agravado ainda pelo incremento desta última) e a progressiva desvalorização da libra egípcia em relação ao euro (aumentando a competitividade da indústria em termos internacionais), assistiu-se, à semelhança do ano anterior, a um fortíssimo crescimento da actividade exportadora, a qual, em termos de vendas de cimento e clínquer, atingiu perto de 11,9 milhões de toneladas (mais 52% que em 2003).

O abrandamento da pressão que vinha sendo exercida sobre os preços de venda no mercado interno possibilitou um aumento significativo destes últimos em moeda local, insuficiente, no entanto, para os colocar ao mesmo nível de outros países da zona e que, pelo menos em parte, acabou por ser anulado pela importante subida dos custos com transportes, energia e combustíveis.

As vendas do Grupo no mercado egípcio diminuíram na mesma medida deste último, totalizando um pouco mais de 1,9 milhões de toneladas, pelo que a respectiva quota de mercado se manteve em cerca de 8,2%. Por outro lado, com a entrada em exploração da linha de produção da Amreyah Cimpor Cement Company (ACCC), foi possível iniciar, de forma sistemática, a exportação de grandes quantidades de clínquer, as quais, em 2004, ultrapassaram já as 300 mil toneladas (tendo, sobretudo, como destino a moagem de Huelva). Assim, no seu conjunto, as vendas de cimento e clínquer das unidades do Grupo localizadas no Egipto acabaram por registar um aumento de quase 8%, aproximando-se das 2,3 milhões de toneladas.

Este aumento, reforçado pela subida dos preços médios de venda, permitiu que, mesmo quando medido na moeda europeia, o Volume de Negócios registasse um crescimento superior a 20%, atingindo perto de 67 milhões de euros.

Em consequência, e igualmente por força da superior performance da nova linha e do prosseguimento do esforço de optimização do quadro de pessoal (reduzido, neste ano, em mais 171 unidades), o *Cash Flow* Operacional, apesar do já referido agravamento de alguns factores de produção, aumentou cerca de 8,3 milhões de euros (mais 38,8% que no ano anterior), com a respectiva margem a subir de 38,4%, em 2003, para 44,2%, em 2004.

Área de Negócios do Egipto

	Unidade	2004	2003	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	3.660	2.390	53,1%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		62,5%	86,4%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	2.275	2.108	7,9%
Quota de Mercado		8,2%	8,2%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	66,8	55,4	20,7%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	2,2	3,9	- 42,8%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	29,5	21,3	38,8%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	13,2	6,3	109,8%
Resultados Líquidos ⁽³⁾	10 ⁶ euros	11,0	- 3,9	s.s.
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	198,9	197,6	0,6%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	7,7	40,9	- 81,1%
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	471	642	- 26,6%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	135	80	68,9%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	64	36	76,7%
Margem <i>EBITDA</i>		44,2%	38,4%	
Margem <i>EBIT</i>		19,7%	11,4%	

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

⁽³⁾ Antes de Interesses Minoritários.

Os Resultados da Exploração mais do que duplicaram, enquanto os Resultados Líquidos (antes de interesses minoritários), pelo efeito conjugado desta melhoria de desempenho e do ajustamento dos impostos diferidos (em virtude da redução da taxa de imposto a partir de 2005), passaram de um valor ligeiramente negativo para cerca de 11 milhões de euros positivos.

De entre os investimentos efectuados, salienta-se, sobretudo, a conclusão da linha de produção da ACCC, em consequência da qual a capacidade de produção de cimento com clínquer próprio do Grupo CIMPOR, nesta Área de Negócios, aumentou para perto de 3,8 milhões de toneladas/ano.

De assinalar, também, a constituição de uma nova empresa destinada a construir e operar uma fábrica de sacos de papel (a CIMPSAC – Cimpor Sacs Manufacture Company) e o aumento de capital (para EGP 2.660 milhões, utilizando os meios financeiros que lhe foram disponibilizados em anos anteriores) da *holding* do Grupo no Egipto (a CEC – Cimpor Egypt for Cement).

2.7. Brasil

Após três anos consecutivos de recessão, em que acumulou uma queda, em termos reais, de cerca de 10%, o sector brasileiro da construção civil e obras públicas encetou, finalmente, uma ligeira recuperação, conduzindo a um aumento, que se estima em perto de 3%, do consumo de cimento. Esta recuperação não foi, no entanto, uniforme ou, sequer, generalizada: enquanto as regiões Norte e Centro Oeste registaram aumentos próximos dos 17% e 15%, respectivamente, as regiões Sul e Nordeste cresceram abaixo dos 2% e a região Sudeste, onde se concentra quase metade do consumo total do país, acusou uma quebra superior a 3%.

O ano de 2004 foi igualmente caracterizado por um forte acréscimo de concorrência nos diferentes mercados (sobretudo nas duas primeiras regiões *supra* referidas), pelo aparecimento de novos operadores no Sul, Nordeste e Sudeste e pelo aumento das importações na região Sul. Nesta conjuntura, os preços de venda do cimento sofreram, em praticamente todo o país, uma descida significativa, a qual, no caso específico do Grupo CIMPOR, atingiu, em termos de média anual e em moeda local, perto de 15%.

As vendas do Grupo no mercado interno (3,36 milhões de toneladas) cresceram um pouco acima deste último, o que, em conjunto com o aumento das exportações, conduziu a um incremento global de 6,2% nas quantidades de cimento vendidas. A actividade de produção e comercialização de betão pronto (ao contrário do sector das argamassas) registou também um aumento assinalável (6,6%), com um pequeno contributo de três novas centrais, adquiridas já muito perto do final do ano.

Em consequência da referida redução de preços (igualmente patente, embora em menor medida, no sector dos betões), e apesar do aumento do nível de actividade, o Volume de Negócios do Grupo diminuiu em quase 11%, baixando para menos de 200 milhões de euros. Pela mesma ordem de razões, o *Cash Flow* Operacional acusou uma quebra superior a 35 milhões de euros (30,4%), com a respectiva margem a cair de perto de 52%, em 2003, para pouco mais de 40%, em 2004.

Área de Negócios do Brasil

	Unidade	2004	2003	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	5.625	5.100	10,3%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		57,6%	66,8%	
Vendas de Cimento	10 ³ ton	3.442	3.242	6,2%
Quota de Mercado		9,7%	9,6%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	344	323	6,6%
Vendas de Argamassas	10 ³ ton.	136	142	- 4,3%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	199,1	223,5	- 10,9%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	17,0	17,2	- 1,5%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	80,4	115,5	- 30,4%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	54,3	91,6	- 40,8%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	58,0	78,4	- 26,0%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	267,7	261,7	2,3%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	7,8	22,0	- 64,6%
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	1.128	1.092	3,3%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	185	207	- 10,3%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	91	123	- 26,1%
Margem EBITDA		40,4%	51,7%	
Margem EBIT		27,3%	41,0%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

No entanto, o aumento dos Resultados Financeiros em aproximadamente 7,3 milhões de euros e a redução dos Impostos sobre o Rendimento em quase 70% (fruto de alguma optimização fiscal) permitiram limitar a quebra dos Resultados Líquidos a cerca de 20,4 milhões de euros.

Entretanto, concluiu-se, com inteiro sucesso, o processo de Oferta Pública de Aquisição de acções da Companhia de Cimentos do Brasil (CCB), a que se seguiu o cancelamento do respectivo registo como sociedade aberta.

Igualmente significativa foi a constituição, em parceria com a Lafarge Brasil, de uma empresa denominada Eco-Processa – Tratamento de Resíduos, Lda., que, já em 2005, assinou um protocolo de entendimento com uma sociedade do Grupo Odebrecht, visando a criação de uma *joint venture* destinada a gerir plataformas de triagem, selecção e "blendagem" de resíduos, preparando-os para serem eliminados nos fornos de clínquer. Esta actividade, para além dos proveitos próprios da mesma, irá potenciar, através da utilização de resíduos com valor energético, importantes economias na importação de combustíveis.

2.8. Moçambique

O consumo de cimento, em todo o território moçambicano, deverá ter registado uma redução da ordem dos 2%, não indo além das 662 mil toneladas. A própria Cimentos de Moçambique terá contribuído para este decréscimo, já que, durante alguns períodos do ano, teve sérias dificuldades

em abastecer o mercado – quer por falta de clínquer nas moagens do Dondo e Nacala, quer pelos problemas de natureza operacional ocorridos tanto nesta última como na fábrica da Matola.

As vendas de cimento foram de apenas 567 mil toneladas, diminuindo 4,6% em relação ao ano anterior. Já as vendas de betão pronto, ultrapassando os 53 mil metros cúbicos, registaram um aumento superior a 50%.

Com a subida dos preços de venda do cimento, tornada inevitável pelo incremento dos custos de importação de clínquer (devido ao encarecimento dos fretes marítimos), o Volume de Negócios, em termos consolidados, acabou por aumentar cerca de 11,4%, cifrando-se em 47,3 milhões de euros. Tal não foi, no entanto, suficiente para impedir a redução do *Cash Flow* Operacional em mais de 30%, dados o enorme agravamento dos referidos custos (nalguns casos superior a 70%) e os pesados encargos originados pelas sucessivas paragens, por períodos prolongados, das três unidades produtivas da Cimentos de Moçambique.

Consequentemente, a margem *EBITDA*, ficando abaixo dos 17% (o nível mais baixo dos últimos quatro anos), baixou quase 11 p.p., o que contribuiu decisivamente para que esta Área de Negócios, que, em 2003, apresentara pela primeira vez resultados positivos, voltasse a registar prejuízos.

Área de Negócios de Moçambique

	Unidade	2004	2003	Var.
Capacidade Instalada (1)	10 ³ ton	725	760	- 4,6%
Utilização da Capacidade Instalada (2)		41,1%	47,6%	
Vendas de Cimento	10 ³ ton	567	595	- 4,6%
Quota de Mercado		85,8%	88,1%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	53,2	35,4	50,4%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	47,3	42,5	11,4%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,5	3,6	- 2,3%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	7,9	11,7	- 32,5%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	2,6	5,9	- 55,8%
Resultados Líquidos (3)	10 ⁶ euros	- 3,1	1,0	- 398,7%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	49,6	60,2	- 17,6%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	1,9	1,4	33,2%
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	487	523	- 6,9%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	94	77	21,6%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	23	28	- 18,6%
Margem <i>EBITDA</i>				
Cimento		17,2%	28,4%	
Betão		7,6%	6,8%	
Global		16,6%	27,4%	
Margem <i>EBIT</i>		5,5%	14,0%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

(3) Antes de Interesses Minoritários.

Os principais investimentos realizados consistiram na aquisição de uma central de betão móvel, susceptível de permitir a angariação de obras fora do perímetro da capital, na abertura de uma via de acesso à parcela 16 da pedreira de Salamanga e no início dos trabalhos de ampliação da capacidade de produção da moagem de Nacala, de 14 para 21 toneladas/hora.

2.9. África do Sul

Na África do Sul, o sector da construção civil e obras públicas continua a revelar um dinamismo assinalável, impulsionado pelo crescimento do mercado habitacional, a edificação de pontes, hospitais, escolas e novos aeroportos, a reabilitação de estradas e ferrovias, a construção de barragens e o melhoramento de diversas instalações portuárias. Nesta conjuntura, o consumo de cimento terá registado, em 2004, um aumento próximo dos 13%, atingindo 10,2 milhões de toneladas. Na província de KwaZulu-Natal – onde, através da Natal Portland Cement (NPC), se concentra a actividade do Grupo – a evolução do mercado terá sido ainda mais favorável, com o consumo a aumentar cerca de 14%, para 1,6 milhões de toneladas.

Área de Negócios da África do Sul

	Unidade	2004	2003	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	1.025	1.010	1,5%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		96,6%	92,4%	
Vendas de Cimento	10 ³ ton	1.100	1.033	6,5%
Quota de Mercado		10,8%	11,4%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	21,7	-	-
Vendas de Agregados	10 ³ ton.	199,6	-	-
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	87,5	69,2	26,6%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	7,6	5,8	32,0%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	39,9	31,2	27,9%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	35,5	26,5	33,6%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	24,8	19,1	29,4%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	43,0	33,5	28,3%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	2,3	1,8	25,6%
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	406	332	22,3%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	244	207	18,2%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	133	111	20,0%
Margem EBITDA				
Cimento		45,5%	45,1%	
Betão		29,3%	-	
Agregados		42,8%	-	
Global		45,6%	45,1%	
Margem EBIT		40,5%	38,4%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano).

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer).

Limitadas pela capacidade de produção da empresa, as vendas da NPC, apesar de haverem atingido um novo máximo histórico, não puderam ir além de 1,1 milhões de toneladas (mais 6,5% que no ano anterior), provocando uma ligeira baixa na respectiva quota de mercado (de 11,4%, em 2003, para 10,8%, em 2004). Entretanto, em meados do ano, a actividade do Grupo foi alargada à área dos betões e agregados, com a aquisição de três empresas que, beneficiando do crescimento notável deste sector (estimado em mais de 20%), alcançaram, em apenas seis meses, volumes de vendas correspondentes a perto de 22 mil metros cúbicos de betão e a quase 200 mil toneladas de agregados.

Em termos consolidados, o Volume de Negócios gerado na África do Sul, favorecido também pela valorização do rand, totalizou 87,5 milhões de euros, aumentando 26,6% relativamente ao ano anterior. Quanto ao *Cash Flow* Operacional, registou – apesar da compra de cerca de 87 mil toneladas de cimento e clínquer, exigida pelo crescimento da procura – um incremento de quase 28%. Assim, e mesmo com o alargamento da actividade do Grupo a sectores tradicionalmente menos rentáveis (embora, neste caso, com margens claramente mais elevadas que em qualquer das restantes Áreas de Negócios), a margem *EBITDA* alcançada, em 2004, na África do Sul, cifrando-se em 45,6%, foi superior em 0,5 p.p. à obtida no ano anterior.

Graças a este excelente desempenho, os Resultados Líquidos aumentaram em perto de 30%, aproximando-se dos 25 milhões de euros (cerca de 2,5 vezes o valor registado em 2002, ano em que a NPC foi adquirida pelo Grupo CIMPOR).

Entretanto, já em 2005, irá arrancar, em Simuma, um importante investimento destinado a aumentar em mais de 50% a capacidade de produção de cimento com clínquer próprio desta Área de Negócios.

3. Inovação e Desenvolvimento

3.1. Investimentos e Política de I&D

O ano de 2004 constituiu, para o Grupo CIMPOR, um marco importante no sentido do seu desenvolvimento industrial, com a conclusão de um conjunto significativo de investimentos e a aprovação de diversos outros projectos de alguma dimensão.

O processo de produção de cimento, embora estabilizado e maduro, tem vindo a evoluir no sentido de uma cada vez maior sofisticação das tecnologias de gestão e de fabrico utilizadas. O Grupo CIMPOR adquiriu e desenvolveu ao longo dos anos um nível de conhecimentos que lhe tem permitido aumentar rapidamente as suas capacidades de produção e logística, bem como melhorar continuamente a *performance* das suas unidades industriais, tanto em termos de produtividade como de desempenho operacional e ambiental e de qualidade dos produtos fabricados.

Graças a este nível de conhecimentos, o Grupo – até ao final de 2004, através do CEDI – Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial, e, a partir de 2005, da recém-criada CIMPOR TEC, mas

sempre com o apoio das diferentes Áreas de Negócios – procede regularmente à modernização e renovação das suas fábricas, particularmente daquelas que tem vindo a adquirir, introduzindo nas mesmas, sempre que tal se justifica, as mais recentes inovações tecnológicas e as melhores técnicas e práticas disponíveis.

Durante o ano de 2004, foi lançado, em Portugal e no Brasil, o chamado "Programa de *Performance* CIMPOR" (PPC) – um aprofundamento do processo de *benchmarking* iniciado em 2002 que, permitindo a comparação, em relação com o desenvolvimento de acções específicas de melhoria, do desempenho operacional das diferentes unidades industriais (não só a nível interno como também externamente, com unidades de outras empresas consideradas *best-in-class*), constituirá um importante instrumento de progresso da *performance* global do Grupo. O objectivo é acompanhar e controlar o bom funcionamento das unidades operacionais, através do desenvolvimento e implementação de ferramentas de gestão de desempenho e da definição, cálculo e validação de um conjunto de indicadores-chave de *performance* (*KPI's*), cujos valores são sistematicamente confrontados com os respectivos referenciais de "excelência".

Este instrumento – que, ao longo de 2005, será estendido às restantes Áreas de Negócios – permite à CIMPOR TEC, em conjunto com os responsáveis das unidades operacionais, identificar de um modo mais rigoroso possíveis margens de melhoria de desempenho, detectar eventuais necessidades de assistência técnica especializada e, conseqüentemente, colocar àquelas unidades o desafio de definirem para si próprias prioridades, acções e objectivos cada vez mais ambiciosos, umas e outros traduzidos, depois, num "Plano de Melhoria de *Performance*", a três anos, que compromete, em termos de disponibilização de meios humanos e materiais, diferentes estruturas do Grupo.

No plano do desenvolvimento industrial, foram concluídos, prosseguidos ou iniciados, no ano de 2004, um conjunto de importantes projectos:

- Em Portugal, prepararam-se todas as fábricas para a utilização de sacos de cimento de 35 kgs e deu-se início à reformulação do sistema de comando e controlo da fábrica de Souselas e à edificação, na fábrica de Alhandra, de um parque fechado para recepção, armazenagem e expedição de carvão/coque de petróleo, ao mesmo tempo que, também nesta última, prosseguiram os trabalhos de construção das instalações de expedição de clínquer por rodovia e ferrovia, de *revamping* dos satélites do arrefecedor de um dos fornos e de insonorização das instalações fabris;
- Em Espanha, para além do início da construção de uma instalação de descarga de clínquer na fábrica de Córdoba, foi dada continuidade, em Toral de los Vados, ao investimento num novo silo de cimento de 6.000 toneladas;
- Em Marrocos, procedeu-se ao aumento da capacidade de produção de clínquer da linha existente, de 2.000 para 2.800 toneladas/dia;
- Na Tunísia, reforçou-se a torre de pré-aquecimento do forno e concluíram-se os trabalhos de optimização de duas das três moagens de cimento existentes, bem como a construção da nova moagem de carvão e do parque de recepção de carvão/coque de petróleo;
- No Egipto, arrancou uma terceira linha de produção de clínquer, com uma capacidade nominal de 4.300 toneladas/dia (utilizando o gás natural como combustível) e iniciaram-se os tra-

balhos de construção das instalações necessárias ao abastecimento das restantes duas linhas também por gás natural, de *revamping* completo de uma delas e de construção de uma fábrica de sacos de papel (pertencente à recém-criada CIMPSAC);

- No Brasil, decidiu-se iniciar o investimento numa nova moagem de carvão na fábrica de Cajati e realizar os estudos necessários ao aumento da capacidade de produção de clínquer de uma das linhas da fábrica de Goiás, de 1.500 para 2.000 toneladas/dia;
- Em Moçambique, para além da construção de uma nova ensacagem e do respectivo sistema de transporte de cimento, arrancaram também os trabalhos de montagem do sistema de despoeiramento do arrefecedor do forno, cujo *revamping* foi entretanto concluído;
- Na África do Sul, foi decidido dar início à construção, na fábrica de Simuma, de uma segunda linha de produção de clínquer (com uma capacidade, duplicável, de 1.500 toneladas/dia), de uma moagem de clínquer, de um silo de cimento e de instalações de ensacagem;

No plano do desenvolvimento da sua gama de produtos, o Grupo CIMPOR tem vindo a prosseguir uma política de aumento da produção e comercialização de cimentos compostos, sobretudo em Portugal e Espanha, dada a entrada em vigor, já em 2005, de um novo regime de "*cap and trade*", aplicável às emissões de CO₂ de um conjunto de indústrias europeias, nas quais se inclui o sector cimenteiro. Com efeito, a utilização generalizada daquele tipo de produtos permite, por via da diminuição do rácio clínquer/cimento, não só baixar o nível das emissões de um gás com efeito de estufa (como é o caso do CO₂) como também reduzir o consumo de matérias-primas e combustíveis, com todas as vantagens técnicas e económicas daí decorrentes. Trata-se, no essencial, de incorporar no cimento produzido, para além do clínquer, adições de constituintes menores, tais como escórias de alto-forno e cinzas volantes provenientes de centrais termoeléctricas, proporcionando simultaneamente a estas indústrias a possibilidade de se libertarem dos referidos subprodutos. Além disso, a porosidade dos betões preparados com cimento desta natureza é substancialmente reduzida, tornando-os particularmente recomendáveis em aplicações junto de ambientes marítimos ou em obras hidráulicas. Factores de mercado, tradição, requisitos técnicos, composição das matérias-primas ou determinadas normas locais constituirão, em alguns dos casos, a única limitação à capacidade do Grupo para continuar a intensificar a produção e comercialização de cimentos compostos.

A incorporação, no cimento, de pozolanas naturais e artificiais é, também, um tema que – após a conclusão, em 2002, dos ensaios para a produção de pozolanas artificiais (argilas calcinadas) e a montagem de instalações específicas para o efeito (em Cajati e João Pessoa, no Brasil) – continuou, em 2004, a ser objecto de investigação no seio do Grupo.

Um outro assunto que tem vindo, igualmente, a merecer atenção por parte da CIMPOR, com algumas experiências preliminares já efectuadas, é o da reciclagem dos resíduos da construção e demolição de edifícios, por via da sua utilização como inertes na produção de betão e como matéria-prima para a produção de clínquer.

Também em 2004, foram assinados, em mais do que uma Área de Negócios, diversos protocolos de I&D, no âmbito dos produtos e respectivos processos de fabrico, entre empresas do Grupo CIMPOR e universidades dos países em causa.

3.2. Gestão da Qualidade

Num processo de melhoria contínua – visando o aumento da competitividade da empresa e a satisfação das expectativas dos seus clientes, colaboradores e accionistas – a CIMPOR Indústria (Portugal) dispõe, desde 2001, de um sistema de Gestão pela Qualidade Total segundo o modelo da EFQM – *European Foundation for Quality Management*.

Além disso, todas as unidades industriais do Grupo ligadas à produção de cimento e cal hidráulica – à excepção das localizadas em Moçambique e da Amreyah Cimpor Cement Company (Egipto), cuja actividade se iniciou apenas em 2004 – possuem já os respectivos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ) certificados segundo a norma ISO 9001:2000. O mesmo acontece com as empresas de betão pronto.

De referir o papel do Laboratório Central, recentemente integrado na CIMPOR TEC, no desenvolvimento e optimização, a pedido dos clientes ou por recomendação dos serviços técnicos, de alguns tipos de cimento, designadamente cimentos compostos, com o objectivo de responder adequada e economicamente às mais variadas necessidades do mercado. Localizado em Lisboa, o Laboratório Central tem empreendido diversas actividades destinadas a desenvolver e a melhorar os produtos do Grupo, realizando ensaios de aptidão e aferição dos métodos de fabrico, numa postura de laboratório de referência e procurando obter sinergias com os serviços congéneres das diferentes Áreas de Negócios, responsáveis pelas necessárias adaptações dos respectivos produtos às disponibilidades de matérias-primas e às condições de mercado locais.

Na sequência da publicação da Directiva Europeia, em vigor desde o início de 2005, que limita a 2 ppm o teor do cimento em "crómio VI", foram entretanto concluídos – num trabalho conjunto do Laboratório Central e das unidades operacionais do Grupo de Portugal e Espanha – a investigação laboratorial e os testes à escala industrial que permitiram identificar, numa óptica técnico-económica, a metodologia mais eficaz de conversão, durante a fase de hidratação, do "crómio VI" (solúvel) em "crómio III" (insolúvel), por via da adição de um elemento redutor. Os investimentos necessários à aplicação da referida metodologia nas Áreas de Negócios de Portugal e Espanha ou já foram concluídos em 2004 ou sê-lo-ão no corrente ano.

4. Desenvolvimento Sustentável

Na sociedade de hoje, os resultados económicos e financeiros das empresas justificam apenas uma parte, embora importante, do seu valor. Neste último, é notório o peso crescente das componentes intangíveis, onde se incluem aspectos tão diversos como o capital intelectual, a transparência do sistema de governo e a responsabilidade social e ambiental das empresas.

A compatibilização, de uma forma equilibrada, de objectivos de excelência ao nível do seu desempenho técnico, económico e financeiro com um grau de responsabilidade social e ambiental

de grande exigência constitui não só um dos pilares da cultura corporativa da CIMPOR como também uma das suas prioridades essenciais e uma condição fundamental do desenvolvimento futuro do Grupo, afirmando-o, em todos os países onde opera, como pioneiro na adopção do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A CIMPOR há muito que interiorizou a necessidade de adoptar uma posição proactiva nesta matéria, contribuindo para que a indústria cimenteira não incorra nos mesmos erros de outros sectores. Ao publicar, em 2003, o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, o Grupo procurou exactamente ir ao encontro destas preocupações, visando não só um melhor conhecimento externo da CIMPOR e das suas estratégia e filosofia de gestão, como também a mobilização de todos quantos nela trabalham em torno de um tema que terá certamente consequências decisivas no seu futuro.

4.1. Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento (CSI)

A CIMPOR apoia o conceito de Desenvolvimento Sustentável como forma de atender, em pé de igualdade, a preocupações de âmbito económico, ambiental e social no exercício de toda a sua actividade. A adesão do Grupo, em 1997, ao WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development* (Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável) é bem uma manifestação desse apoio.

Arrancando em 1999, o projecto designado por *CSI – Cement Sustainability Initiative* (Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento) constituiu, de início, um contributo de dez das principais empresas cimenteiras mundiais, entre as quais a CIMPOR, para a aplicação, sob a égide do WBCSD, do referido conceito ao seu sector de actividade.

Embora todas essas empresas tenham vindo a desenvolver, ao longo dos últimos anos, projectos neste domínio, a "Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento" representa a oportunidade de, pela primeira vez, reunirem esforços no sentido de, em conjunto, enfrentarem desafios comuns a toda a indústria e à sociedade em geral. Após a execução de um programa de investigação independente e de consulta das partes interessadas, as referidas empresas subscreveram e lançaram, em Julho de 2002, um plano de acção, a cinco anos, a que chamaram "*Our Agenda for Action*", onde se identificam seis áreas-chave no progresso rumo a uma sociedade mais sustentável e para o tratamento das quais foram constituídos outros tantos grupos de trabalho, envolvendo especialistas do sector e entidades externas ao mesmo:

- _____ Protecção climática e gestão das emissões de CO₂;
- _____ Utilização responsável de matérias-primas e combustíveis;
- _____ Segurança e saúde dos trabalhadores;
- _____ Monitorização e divulgação das emissões;
- _____ Impactos em termos do uso da terra e ao nível das comunidades locais;
- _____ *Reporting* e comunicação.

Em 2004, aquele grupo de empresas concluiu já, em cada uma destas áreas, diversos projectos conjuntos, de acordo com a enumeração de temas constante da *Agenda for Action*, ao mesmo tempo que novos temas foram propostos. Entre os projectos concluídos, destacam-se:

- _____ Um protocolo respeitante ao cálculo das emissões (directas e indirectas) de CO₂, onde é definida uma abordagem comum para a respectiva monitorização e subsequente divulgação;
- _____ Um conjunto de directrizes relativas à utilização responsável de matérias-primas e combustíveis alternativos e a aspectos de segurança a ter em consideração no seu manuseamento, segundo as melhores práticas actuais da indústria e em linha com os princípios do Desenvolvimento Sustentável;
- _____ Um protocolo onde se define uma métrica para o cálculo de um conjunto de indicadores de segurança, o qual irá permitir não só o *reporting* dos acidentes de trabalho de acordo com uma linguagem comum a toda a indústria como também as respectivas comparações temporais e sectoriais;
- _____ Um protocolo referente ao registo, monitorização e divulgação das principais emissões poluentes – correspondentes a partículas sólidas, óxidos de azoto, compostos sulfurosos, compostos orgânicos voláteis, dioxinas/furanos e metais pesados – nas chaminés das fábricas, definindo também uma metodologia de fixação de uma *baseline* para o registo das emissões de micro-poluentes;
- _____ Um conjunto de directrizes sobre Estudos de Impacte Ambiental e Social;
- _____ Um *website* próprio da CSI (www.wbcsdcement.org), com a ambição de vir a ser uma referência permanente e actualizada da Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento, dos seus principais projectos e de toda a problemática, em geral, do Desenvolvimento Sustentável.

Na elaboração de todas estas directrizes e protocolos, para além de uma preocupação de rigor técnico e científico, procurou-se também que os mesmos correspondessem a soluções viáveis do ponto de vista económico e que houvessem sido objecto de escrutínio e validação por parte de organizações não-governamentais globais e de outros *stakeholders* da indústria.

As dezasseis empresas envolvidas, desde 2002, na CSI – às dez empresas que lançaram o projecto vieram, naquele ano, juntar-se outras seis – estão actualmente a preparar a publicação conjunta, em Junho de 2005, de um relatório intercalar sobre a evolução dos compromissos assumidos na *Agenda for Action*, prevendo-se para meados de 2007 a apresentação do relatório final sobre o grau de cumprimento dos referidos compromissos.

Entretanto, a iniciativa irá prosseguir sob a égide do WBCSD, em cujo *site* (www.wbcsdcement.org) poderá ser consultada toda a informação sobre o progresso dos trabalhos.

4.2. Gestão Ambiental

Consciente dos aspectos menos positivos que caracterizam o seu sector, a CIMPOR tem vindo a empreender – e continuará a fazê-lo – diversas acções no sentido de reduzir o impacto da sua actividade e, em particular, das suas fábricas e pedreiras, visando transformar aquilo que são legítimas

preocupações ambientais num factor estratégico de competitividade do negócio. Adoptando uma atitude claramente proactiva, a CIMPOR procura antecipar, sempre que possível, o cumprimento dos requisitos legais mínimos nesta matéria, sem esquecer, no entanto, o prosseguimento dos seus objectivos de rentabilidade.

Faz parte da estratégia geral do Grupo, comum a todas as Áreas de Negócios, ter sistematicamente em consideração as preocupações de natureza ambiental, tanto no desenvolvimento dos seus produtos e serviços como no aperfeiçoamento dos respectivos métodos de produção. O grau de inovação alcançado em matéria de produtos e processos veio tornar possível o acautelar destas questões ambientais desde a fase inicial de implementação dos projectos, evitando, assim, a necessidade de investimentos, *a posteriori*, em medidas de eliminação da poluição, conducentes a aumentos significativos dos custos operacionais e, por conseguinte, do preço a pagar pela empresa e pela comunidade em geral.

Em associação com universidades e empresas detentoras de *know-how* específico nesta área, a CIMPOR irá continuar a desempenhar um importante papel no aumento do conhecimento científico sobre o impacto ambiental das suas actividades, produtos e processos, apostando no aproveitamento eficiente e económico da energia e das matérias-primas, bem como no desenvolvimento de tecnologias inovadoras para o tratamento, reciclagem e valorização de resíduos.

Preocupação permanente do Grupo é, igualmente, a rápida introdução, nas unidades recém-adquiridas, dos princípios que norteiam a sua política nesta matéria. Um Grupo como a CIMPOR não pode conceber o seu desenvolvimento a longo prazo, nas diversas regiões onde se encontra representado, sem perspectivar a conjugação do mesmo com aspectos de natureza ambiental e social. Neste sentido, a sua política interna de *benchmarking* visa não apenas a obtenção de melhorias de desempenho operacional como também a transferência de experiências e de melhores práticas ambientais no seio do Grupo.

A CIMPOR Indústria tem funcionado, até esta data, como rampa de lançamento da maioria das iniciativas do Grupo neste domínio, com as práticas que vão sendo adoptadas em Portugal a serem progressivamente estendidas às restantes Áreas de Negócios. A criação de uma Área Ambiental na recém-constituída CIMPOR TEC pretende exactamente dar resposta a esta preocupação de, sem prejuízo das iniciativas locais, assegurar o desenvolvimento, também nestas matérias, de uma política comum a todo o Grupo.

Igualmente neste sentido, a CIMPOR continuou a manter, em 2004, uma aposta firme na certificação de todas as suas unidades fabris segundo normas de referência internacionais. A implementação de sistemas de gestão de qualidade, de gestão ambiental e de segurança e saúde ocupacional nas referidas unidades e a certificação das mesmas de acordo com as normas ISO 9001:2000, ISO 14001:1996 e OHSAS 18001:1999, respectivamente, constituem uma importante prioridade a nível corporativo e um instrumento indispensável ao serviço do progresso rumo ao Desenvolvimento Sustentável.

Em 2004, as unidades industriais de Simuma, Durban e Newcastle, na África do Sul, obtiveram a respectiva certificação segundo a norma ISO 14001, o que está igualmente prestes a suceder com as quatro fábricas de Espanha (Oural, Toral de los Vados, Córdoba e Niebla), a moagem de Nova Santa Rita, no Brasil, e a fábrica da Jbel Oust, na Tunísia. Em Portugal, os centros de produção de Souselas,

Alhandra e Loulé aguardam, também para breve, o registo dos respectivos sistemas de gestão ambiental em sede de EMAS.

Marcos Principais da Política Ambiental do Grupo CIMPOR

- _____ **1995** – Lançamento da Política Ambiental da CIMPOR Indústria (Portugal) – Definição e anúncio público dos objectivos estratégicos e dos princípios de acção conducentes ao registo da empresa no EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria).
- _____ **1996** – Criação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da CIMPOR Indústria e da respectiva estrutura organizacional.
- _____ **1997** – Adesão da CIMPOR ao *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*, com o objectivo de compreender e incorporar gradualmente na sua estratégia de negócio os princípios do Desenvolvimento Sustentável.
- _____ **1998** – Definição de um conjunto de indicadores, em particular de eco-eficiência, destinados ao *Relatório Ambiental* da CIMPOR Indústria.
- _____ **1999** – Assinatura, com o Governo Português, do *Contrato de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental para o Sector Cimenteiro*.
- _____ **1999** – Publicação do primeiro *Relatório Ambiental* (Portugal).
- _____ **1999** – Adesão da CIMPOR, como membro fundador, à *Cement Sustainability Initiative (CSI)*, conduzida sob a égide do WBCSD.
- _____ **2001** – Criação, por iniciativa da CIMPOR e de outras 35 empresas portuguesas ou a operar em Portugal, do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (*BCSD Portugal*), o qual passa a integrar a vasta rede regional do WBCSD.
- _____ **2002** – Subscrição e lançamento, em conjunto com outras nove empresas internacionais do sector cimenteiro, do plano de acção a cinco anos designado por *Our Agenda for Action*, no âmbito da *Cement Sustainability Initiative*.
- _____ **2002** – Arranque dos trabalhos destinados à criação e aprovação de um conjunto de indicadores destinados ao *Relatório de Sustentabilidade* do Grupo CIMPOR.
- _____ **2002** – Monitorização das emissões de CO₂, das fábricas do Grupo, em Portugal, de acordo com o Protocolo de CO₂, desenvolvido como parte da CSI – em conjunto com o WBCSD e o *World Resources Institute (WRI)* – e no âmbito do *GHG Protocol Initiative*, trabalho este que começou a ser alargado às restantes fábricas do Grupo.
- _____ **2003** – Certificação do sistema de gestão ambiental das fábricas de Alhandra, Souselas e Loulé, em Portugal, segundo a norma ISO 14001:1996.
- _____ **2003** – Publicação do primeiro *Relatório de Sustentabilidade* do Grupo CIMPOR.

- **2003** – Avaliação do impacto económico, nas empresas de Portugal e Espanha, da entrada em vigor, em 2005, do mercado europeu de licenças de emissão de CO₂ (EU ETS).
- **2003** – Certificação do sistema de gestão ambiental da fábrica de João Pessoa, no Brasil, segundo a norma ISO 14001:1996.
- **2004** – Vencimento do *Contrato de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental para o Sector Cimenteiro*, com a concretização de todas as medidas nele previstas (Investimento global superior a 50 milhões de euros).
- **2004** – Publicação, pelos governos de Portugal e Espanha, dos *Planos Nacionais de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE's)*, aprovados pela Comissão Europeia, e atribuição às unidades operacionais destes dois países das licenças de emissão de CO₂ para o período 2005-2007.
- **2004** – Certificação do sistema de gestão ambiental da fábrica de Simuma e das moagens de Durban e Newcastle, na África do Sul, segundo a norma ISO 14001:1996.

Entretanto, o acordo celebrado, em 1999, entre a CIMPOR e o Governo Português – o chamado "Contrato de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental para o Sector Cimenteiro" – foi dado por concluído, com a concretização de todos os investimentos nele previstos (mais de 50 milhões de euros), o que representou um esforço significativo por parte da CIMPOR em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades adjacentes às fábricas.

Situação das Certificações dos Sistemas de Gestão Ambiental do Grupo

Fábricas e Moagens de Cimento	
Alhandra (Portugal)	ISO 14001:1996; EMAS (2005)
Souselas (Portugal)	ISO 14001:1996; EMAS (2005)
Loulé (Portugal)	ISO 14001:1996; EMAS (2005)
Toral de los Vados (Espanha)	ISO 14001:1996 (2005)
Oural (Espanha)	ISO 14001:1996 (2005)
Córdoba (Espanha)	ISO 14001:1996 (2005)
Niebla (Espanha)	ISO 14001:1996 (2005)
Asment de Témara (Marrocos)	ISO 14001:1996 (em curso)
Jbel Oust (Tunísia)	ISO 14001:1996 (2005)
Amreyah Cement Company (Egipto)	ISO 14001:1996
João Pessoa (Brasil)	ISO 14001:1996
Cajati (Brasil)	ISO 14001:1996 (em curso)
Nova Santa Rita / Moagem (Brasil)	ISO 14001:1996 (2005)
Campo Formoso (Brasil)	ISO 14001:1996 (em curso)
São Miguel dos Campos (Brasil)	ISO 14001:1996 (em curso)
Simuma (África do Sul)	ISO 14001:1996
Durban / Moagem (África do Sul)	ISO 14001:1996
Newcastle / Moagem (África do Sul)	ISO 14001:1996
Matola (Moçambique)	ISO 14001:1996 (em curso)

Os investimentos ambientais do Grupo CIMPOR (devidamente detalhados no Relatório de Sustentabilidade) têm vindo a ser orientados para as seguintes áreas prioritárias:

- **Economia dos recursos naturais e utilização racional da energia** – através da instalação de novos equipamentos e da adopção continuada de programas de redução do consumo de energia eléctrica e térmica, mediante a optimização dos processos de moagem e cozedura, a reciclagem de resíduos por via da utilização de matérias-primas alternativas e a aplicação de cinzas volantes provenientes de centrais termoeléctricas, bem como de escórias de siderurgia, como aditivos do cimento. Em 2004, a fábrica de Alhandra continuou a proceder à valorização, como matéria-prima, de lamas provenientes de estações de tratamento de águas. Nesta linha, e dada a importância vital da disponibilidade de recursos naturais para o desenvolvimento da sua actividade, o Grupo procurará igualmente, através de uma política de longo prazo na gestão das suas pedreiras, acompanhar as tendências que apontam no sentido da crescente reciclagem de resíduos da construção – utilizando-os como matéria-prima alternativa para o fabrico de cimento ou como inertes para o betão – assim como do próprio betão e dos resíduos necessários à sua produção, com a separação destes nos seus elementos constitutivos e sua posterior reutilização (a fábrica de Alhandra tem vindo, sistematicamente, a proceder ao aproveitamento, como matéria-prima para a produção de clínquer, de resíduos de demolição de edifícios industriais antigos). Também em 2004, iniciou-se, na fábrica de Candiota (Brasil), em colaboração com a Universidade de São Paulo, um projecto destinado ao desenvolvimento de novas tecnologias que permitam recuperar uma parte importante do estéril resultante da exploração da actual pedreira de calcário.
- **Redução das emissões de CO₂** – mediante a construção de novas linhas de produção, mais modernas e eficientes, a remodelação de linhas antigas e o desenvolvimento crescente de novos tipos de cimentos compostos, com menor incorporação de clínquer (substituído por cinzas volantes provenientes de centrais termoeléctricas, escórias de siderurgia e todo um conjunto de outros aditivos). A conversão dos sistemas de combustão para a utilização de combustíveis com factores de emissão de CO₂ mais reduzidos (e.g., a passagem de fuel-óleo a gás natural, em 2004, no Egipto, ou a possível utilização futura de biomassa como combustível alternativo) é um dos caminhos que se procura seguir. Também a substituição gradual dos combustíveis fósseis, não-renováveis, por combustíveis alternativos, assim como a utilização de matérias-primas já descarbonatadas, constituem apostas decisivas na redução das emissões de CO₂, com todos os benefícios económicos daí decorrentes, cujo potencial está actualmente a ser estudado nos diversos países onde o Grupo está presente. A optimização da recuperação de calor nos arrefecedores de clínquer, com o aumento do rendimento dos mesmos, é outro exemplo do tipo de resposta que a CIMPOR tem vindo a dar a este enorme desafio que está colocado à indústria cimenteira.
- **Redução das emissões de partículas sólidas através das chaminés dos fornos, bem como de poeiras difusas e pontuais** – através da conclusão da instalação de filtros de mangas de alta tecnologia nos fornos de clínquer e do despoeiramento dos respectivos arrefecedores, assim como dos diversos pontos de carga e descarga de matérias-primas, combustíveis e outros produtos. A instalação de tanques ou lagos artificiais para abastecimento do sistema de aspersão automática de água (futuramente com ligação à rede de recuperação de águas pluviais de algumas das fábricas) nos circuitos principais de passagem de veículos nas

pedreiras e no interior do perímetro fabril, a execução de diversas pavimentações e a instalação de portões de fecho automático nos pontos de descarga de clínquer e matérias-primas completam o conjunto de medidas que têm vindo a ser adoptadas para a redução das emissões difusas de poeiras. Na fábrica de Alhandra, foi criada uma instalação específica para a recepção do clínquer proveniente do exterior e irá proceder-se à transferência para um outro local, em condições ideais de manuseamento, da operação de descarga e movimentação de carvão e coque de petróleo. A formação contínua dos colaboradores e a sua consciencialização em torno de um conjunto de aspectos a acautelar em matéria de emissão de poeiras representam outro dos pilares desta política de redução da emissão de partículas.

— **Redução das emissões de SO_x e de NO_x através das chaminés dos fornos** – mediante a montagem de instalações fixas, com o objectivo de promover a limpeza dos gases provenientes da combustão e evoluir para melhores práticas em termos de tecnologia de processo. Após a conclusão, em 2002, com resultados muito positivos, de diversos ensaios visando a redução das emissões de NO_x nas chaminés dos fornos, deu-se continuidade, em 2004, aos investimentos nesta área: em Alhandra, foi instalado um equipamento fixo para injeção de amónia nas câmaras de fumos dos fornos existentes; em Souselas, na sequência dos ensaios realizados em anos anteriores e da implementação de medidas adicionais de controlo do processo, visando baixar as emissões de SO₂, passou a injectar-se regularmente hidróxido de cálcio na torre de ciclones do forno 3.

— **Limitação do ruído e das vibrações provenientes dos equipamentos** – através da instalação de barreiras acústicas naturais e artificiais ao longo dos perímetros fabris, do isolamento dos edifícios de moagem com painéis acústicos, da instalação de silenciadores em ventiladores e de canópias em equipamentos diversos e, nos casos em que, do ponto de vista económico, tal se justifica, da transformação de arrefecedores de satélites em arrefecedores de grelha. Dentro deste princípio, o Grupo tem vindo a utilizar, para desmonte das frentes das pedreiras, sistemas de explosão baseados em detonadores com "micro-retardo", no sentido de atenuar os níveis de vibrações e de ruído resultantes da exploração. No caso particular da Mina da Graça (em João Pessoa, no Brasil), está inclusive a ser aplicado, como complemento ao sistema de explosivos, um método alternativo, inovador no seio do Grupo, que consiste em utilizar um minerador contínuo de superfície no desmonte mecânico das frentes da pedreira.

— **Melhor integração / recuperação paisagística e arranjos interiores** – através do recurso à plantação de écrans arbóreos nos perímetros fabris e à criação de zonas ajardinadas no interior e exterior das fábricas, bem como de novos enquadramentos arquitectónicos e pinturas, susceptíveis de contribuir para uma melhor integração dos edifícios e unidades industriais no seu meio envolvente. No caso específico de Portugal, o ano de 2004 assinalou a conclusão do processo de adaptação da exploração das pedreiras ao novo regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais (Decreto-Lei n.º 270/2001), através da regularização das bancadas exploradas, a plantação de espécies adaptadas às condições do solo e do clima locais e a criação de condições que favoreçam a recolonização espontânea da terra por espécies autóctones. Pretende-se, desta forma, recriar, na medida do possível, o coberto vegetal anteriormente existente nestas áreas, de modo a poder vir a atrair, no futuro, alguma da fauna originalmente existente na região.

- **Monitorização ambiental** – mediante a instalação de diversos equipamentos de amostragem integrados na Rede da Qualidade do Ar das fábricas e de medidores *on-line* destinados à monitorização, em contínuo, no interior do perímetro fabril, das emissões das fontes fixas e da concentração de partículas totais na atmosfera. A partir de 2004, a percentagem de chaminés dos fornos do Grupo CIMPOR a dispor de monitorização permanente das emissões de poeiras, de NO_x, de SO_x e de compostos orgânicos voláteis (COV's) passou a ser de 96%, 76%, 60% e 6%, respectivamente. Além disso, em 52% das chaminés são efectuadas medições pontuais de metais pesados (44%, no caso de dioxinas e furanos). Ainda em 2004, procedeu-se à actualização dos mapas de ruído de diversas unidades operacionais, o que permitiu avaliar a eficácia de muitas das medidas já implementadas e eleger um novo leque de possíveis soluções com vista à minimização da poluição sonora.

4.3. Responsabilidade Social

A CIMPOR, consciente da necessidade de ligação ao meio social onde se insere e das responsabilidades para com as populações com que diariamente se relaciona, tem vindo a intensificar, ao longo dos anos, uma relação privilegiada com as comunidades envolventes das suas instalações, desenvolvendo um conjunto de acções de significativa importância.

Esta política de responsabilidade social procura traduzir-se em algo mais do que o simples apoio financeiro ou a mera oferta dos produtos fabricados pelo Grupo, valorizando o envolvimento efectivo com as comunidades e o estabelecimento de parcerias com as diversas entidades ligadas ao projecto em causa. Em Portugal, a CIMPOR Indústria – no âmbito do seu modelo EFQM de Gestão pela Qualidade Total – realiza anualmente um inquérito ao "Impacto da Empresa na Sociedade", dirigido às comunidades envolventes das suas unidades fabris (e.g., cidadãos, empresas industriais e de serviços, empreiteiros, fornecedores, clientes, bombeiros, polícia, comércio, escolas, universidades, municípios e juntas de freguesia, clubes desportivos e outras instituições, públicas e privadas), o qual constitui um importante instrumento para melhor conhecer o efeito da sua actividade sobre as referidas comunidades, ao mesmo tempo que lhe permite monitorar de forma contínua a respectiva evolução.

A responsabilidade social do Grupo tem-se manifestado em diferentes domínios, de que se dão apenas alguns exemplos:

APOIO SOCIAL

- Abertura, em 2004, de um centro informático na *Windsor Secondary School*, em Ladysmith (África do Sul), numa iniciativa conjunta do Grupo CIMPOR, através da Natal Portland Cement (NPC), de uma empresa de desenvolvimento de *software* (Afrisoft), da Toyota e do Departamento de Educação local, estando prevista a criação de mais dez centros deste tipo na mesma região;
- Doação, através da referida empresa *Afrisoft*, de mais de 50 computadores usados da NPC a algumas escolas de ensino especial, no âmbito de uma parceria estabelecida em 2003 e que mereceu uma distinção especial do departamento governamental para a Educação e Cultura,

como reconhecimento do papel desempenhado pela NPC na introdução das tecnologias de informação em comunidades carenciadas;

- Desenvolvimento da colaboração, iniciada em 2002, com a organização ecuménica cristã *Habitat for Humanity South Africa (HfHSA)*, em resposta ao compromisso da NPC de contribuir para a disponibilização de soluções sustentáveis de alojamento na região de KwaZulu-Natal; nesse sentido, além da doação, naquele ano, de uma verba de 200.000 rands, 15 dos seus colaboradores trabalharam activamente, em regime de voluntariado e durante cinco dias, na construção de uma casa com 50 m²; em 2003 e 2004, não só o número de voluntários da NPC aumentou para 28 como foi possível sensibilizar um conjunto de clientes (21) e fornecedores (6) da empresa para o mesmo projecto;
- Contribuições sócio-económicas anuais destinadas às mais diversas entidades e instituições (caso de escolas, creches, lares de pessoas idosas, hospitais, igrejas e bombeiros), inseridas nas comunidades envolventes das diferentes fábricas do Grupo.

DIÁLOGO COM A COMUNIDADE ENVOLVENTE

- Cumprimento de um programa anual de incentivos, por parte da NPC, à criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas, sobretudo na área da produção de blocos de betão e préfabricados, com o objectivo de levar potenciais empresários a lançarem e expandirem o seu próprio negócio de uma forma competitiva, contribuindo para a criação de novos postos de trabalho em zonas de elevada taxa de desemprego; a aquisição de competências específicas para este efeito é obtida através de acções de formação (nas quais, desde 2002, já estiveram envolvidas mais de 300 pessoas, 70% das quais do sexo feminino) e do empréstimo inicial de alguns equipamentos; além disso, procura-se auxiliar a viabilização dos negócios mediante a criação, em toda a região de KwaZulu-Natal, de uma vasta rede de parcerias com outras empresas, departamentos municipais/governamentais e ONG's, de que são exemplo a *Durban Metro Housing*, a *Eskom Development Foundation* e o *Indlovu Regional Council*;
- Apoio da NPC, através de donativos e desde há oito anos a esta parte, ao projecto educacional *Natal Schools Project*, cujo objectivo principal é o de melhorar os rácios aluno/professor e as condições de trabalho de docentes e discentes, mediante a construção e remodelação de salas de aula, escritórios e instalações sanitárias;
- Organização, também pela NPC, de um programa de qualificação profissional de 80 membros da comunidade de *Ncgwayi* (localizada junto à pedreira da fábrica de Simuma), com um nível de instrução muito reduzido, visando a respectiva preparação para poderem vir a tomar parte activa no processo de desenvolvimento da infraestrutura turística da região;
- Preservação das zonas de reserva natural adjacentes à fábrica de Simuma (*Oribi Conservancy* e *Idwala*), ricas em espécies animais, incluindo a disponibilização mensal, a grupos de jovens da vizinhança, de um autocarro para visitas guiadas;
- Manutenção, ainda pela NPC, de duas "janelas geológicas" – *The Marble Delta's Geological Windows* – destinadas a expor a todos os interessados as características geológicas ímpares

do *Oribi Gorge Marble Delta*, junto à referida fábrica, e a informá-los sobre o programa de reabilitação, em curso, da respectiva pedreira;

- Apoio da NPC às autoridades policiais da região, através de diversas iniciativas e na sua qualidade de membro da organização *Business Against Crime (BAC)*;
- Envolvimento da unidade de Nova Santa Rita (Brasil) no projecto "Pescar" – "Se quiseres matar a fome a alguém, dá-lhe um peixe, mas se quiseres que nunca mais passe fome, ensina-o a pescar"; o projecto baseia-se na realização, na própria fábrica, de cursos de formação profissional, destinados a jovens do município com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, visando o seu futuro ingresso no mercado de trabalho, o aumento do rendimento das suas famílias e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada na envolvente fabril;
- Implementação, pela unidade de São Miguel dos Campos (Brasil), de um projecto de qualificação profissional para deficientes físicos ("Lidando com as limitações") – em parceria com a ADEFISMIC (Associação dos Deficientes Físicos de São Miguel dos Campos) – com o objectivo de aumentar as suas possibilidades de emprego, ministrando-lhes cursos em diversas áreas e facultando à referida associação uma casa da empresa para salas de formação, instalação da respectiva sede e desenvolvimento das suas actividades de atendimento médico e assistência social;
- Concretização, pela unidade de Candiota (Brasil), de um projecto de incentivo à prática da actividade desportiva, dirigido a crianças da comunidade envolvente da fábrica (num total de cerca de 100, cujo avanço escolar, desde o arranque do projecto, é já notório), incluindo a criação de uma Escola Polidesportiva, a contratação de um instrutor técnico e a aquisição do material necessário;
- Apoio à revitalização da Ilha do Bispo, pequena povoação carente e com um índice de marginalidade relativamente elevado, situada junto à fábrica de João Pessoa (Brasil), através do cumprimento de um ambicioso programa de índole social – designado por "Comunidade Promovendo a Vida" – que oferece assistência a perto de 320 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos; o referido apoio traduz-se na doação de terrenos e na reabilitação e construção de edifícios com finalidades tão variadas como a habitação, o ensino e o acolhimento de crianças, tendo dado origem, inclusive, a uma parceria com a "Amazona" (ONG que actua no domínio da prevenção da SIDA e de outras doenças sexualmente transmissíveis);
- Desenvolvimento, também no Brasil, de um projecto plurianual de recuperação de uma Área de Preservação Permanente ("zona de mangue", rica em espécies animais e vegetais), conhecida como a Fazenda da Graça, e que se tem vindo a concretizar na restauração de uma capela secular e de diversas vivendas coloniais, na catalogação das espécies vegetais existentes (com o apoio de biólogos da universidade local), na criação de viveiros para as espécies vegetais mais raras e na plantação de flora variada da região;
- Continuação, no cumprimento do protocolo assinado entre a CIMPOR (Brasil) e a UNICEF, das acções de inserção, nos sacos de cimento e argamassas secas, de mensagens (escolhidas por aquela Instituição) relacionadas com a defesa dos direitos das crianças e dos jovens (e.g., "Criança tem que estar na escola");

II. Actividade do Grupo

- _____ Promoção regular de visitas de alunos às áreas de reflorestação da pedreira da fábrica de Candiota (Brasil), envolvendo uma forte componente de formação sobre as características das espécies locais;
- _____ Apoio a crianças carentes, no âmbito de uma parceria estabelecida com o exército brasileiro ("Programa Pelotão Esperança");
- _____ Participação regular dos colaboradores da CIMPOR Brasil em diversas acções de voluntariado junto das comunidades locais: campanhas para a arrecadação de brinquedos, agasalhos e mantimentos para crianças e idosos; promoção de festas de Natal e do Dia da Criança; prestação de serviços voluntários em escolas públicas e na construção e limpeza de instituições religiosas e escolas municipais; participação na preparação e distribuição de cabazes de bens essenciais a comunidades carenciadas, bem como na promoção de eventos destinados à recolha de fundos com idêntico objectivo, etc.;
- _____ Adopção generalizada de uma política de "Porta Aberta", com a promoção de visitas guiadas às instalações industriais do Grupo, com o objectivo de melhor dar a conhecer ao público interessado (e.g., escolas, liceus, universidades, organizações locais, grupos de cidadãos, instituições militares e paramilitares e ONG's) a forma como desenvolvem a sua actividade diária, com especial relevo para os aspectos ambientais e de segurança e saúde ocupacional;
- _____ Promoção da facilidade de acesso, por parte de jovens das comunidades locais, às instalações dos clubes desportivos criados para os colaboradores do Grupo; nesta mesma linha, assinala-se a conclusão, em 2004, da construção das novas piscinas do Alhandra Sporting Club (Portugal), para a qual a CIMPOR contribuiu com uma verba global superior a 575.000 euros;
- _____ Disponibilização, através da Colónia de Férias da CIMPOR, em São Martinho do Porto (Portugal), de um período anual de duas semanas de férias de Verão aos filhos dos colaboradores (a Colónia de Férias encontra-se igualmente aberta, ao longo do ano, a jovens de escolas, colectividades e escuteiros de todo o país);
- _____ Promoção de diversas outras iniciativas, como sejam: programas de formação profissional de colaboradores, jovens e deficientes físicos; formação cultural e desportiva de jovens; projectos de apoio à educação infantil e à criação de creches-escola; e programas de acompanhamento de idosos, mães grávidas e crianças.

APOIO NA ÁREA DA FORMAÇÃO DE JOVENS E RECÉM-LICENCIADOS

- _____ Concessão de estágios remunerados a jovens residentes nas zonas de implantação das fábricas, bem como de bolsas de estudo a alunos universitários, naturais de Moçambique, que se encontrem a estudar em Portugal;
- _____ Presença em Feiras de Emprego, destinadas a apresentar o Grupo CIMPOR e as oportunidades de emprego oferecidas;
- _____ Patrocínio, pela NPC (África do Sul), e desde há mais de 11 anos, do programa anual *Junior Achievement*, destinado a estudantes do último ciclo do liceu das escolas das comunidades

envolventes, cujo objectivo consiste em promover o desenvolvimento da capacidade empreendedora de um grupo de cerca de 40 jovens, dando-lhes a oportunidade de, durante um período de onze meses, criarem, gerirem e venderem uma "mini-empresa";

- _____ Contribuição da NPC para um programa de desenvolvimento destinado a colocar jovens professores em escolas da região de Shepstone;

RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E APOIO MECENÁTICO

- _____ Contribuição para o restauro do tecto da Igreja da Encarnação, no Largo do Chiado, em Lisboa (2003/2004);
- _____ Participação em diversas acções de filantropia e mecenato, contribuindo para o restauro de alguns dos mais importantes monumentos do património histórico e cultural português, como foram os casos da Torre de Belém (1996/97), do claustro do Mosteiro dos Jerónimos (1999/2001), do carrilhão do Convento de Mafra (1993), da Igreja da Madre de Deus (1999/2001) e dos jardins envolventes da Fundação de Serralves (2000/01), da qual a CIMPOR é Membro Fundador (1994);
- _____ Apoio à Fundação Portugal – África (2002/2003);
- _____ Patrocínio da edição "Arquitectos Portugueses Contemporâneos", destinada a divulgar o trabalho dos arquitectos nacionais (2003/2004);
- _____ Patrocínio, segundo critérios de proximidade às instalações do Grupo, de alguns eventos de interesse cultural (concertos, exposições e acontecimentos desportivos) ou de natureza técnica e ambiental (conferências e seminários);
- _____ Apoio a diversas iniciativas das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia das zonas envolventes das fábricas do Grupo.

COLABORAÇÃO COM UNIVERSIDADES E OUTRAS ENTIDADES CIENTÍFICAS

- _____ Oferta, pela NPC, no âmbito do seu *Student Trainee Programme*, de estágios profissionais a estudantes universitários em áreas correlacionadas com a actividade da empresa;
- _____ Apoio financeiro da NPC ao programa *Collaborative Research* da fundação sul-africana *Industry Foundation for Research Development*, cujo objectivo consiste no desenvolvimento de técnicas que, tornando a construção em betão mais económica e durável, contribuam para a sustentabilidade deste material;
- _____ Contribuições para a comunidade científica, designadamente universidades e outras instituições de ensino, dos países onde o Grupo opera, através de apoio financeiro a alguns dos seus programas, cursos de pós-graduação, estudos específicos e seminários diversos – a NPC, por exemplo, efectua uma contribuição anual destinada aos departamentos de engenharia civil de diversas universidades e institutos sul-africanos da região de Durban (*The University of*

Natal, Natal Technikon, Durban Institute of Technology e Mangosuthu Technikon), bem como ao financiamento de bolsas de estudo na *University of Zululand*;

— Apoio financeiro à realização, em 2004, do estudo "Portugal 2010", efectuado pela McKinsey International.

5. O Protocolo de Quioto

Em 11 de Dezembro de 1997, a Organização das Nações Unidas adoptou o chamado "Protocolo de Quioto", visando combater as alterações climáticas provocadas por determinados gases com efeito de estufa (GEE), através de uma acção concertada, a nível internacional, de redução das emissões de seis tipos de gases, considerados responsáveis pelo aquecimento global da atmosfera: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nítrico (N₂O), hidrofluorcarbonetos (HFC's), perfluorcarbonetos (PFC's) e hexafluoreto de enxofre (SF₆).

O Protocolo entrou em vigor a 16 de Fevereiro de 2005, após mais de 55 países – representativos, globalmente, e com referência a 1990, de pelo menos 55% das emissões globais de CO₂ – haverem depositado os correspondentes instrumentos de ratificação.

Em 25 de Abril de 2002, com a aprovação do Protocolo de Quioto pela Comunidade Europeia (Decisão 2002/358/CE), os respectivos Estados-Membros comprometeram-se a assegurar, no seu conjunto, durante os anos de 2008 a 2012 e relativamente aos níveis registados em 1990, uma redução em pelo menos 8% das suas emissões globais de gases com efeito de estufa. Em termos individuais, os compromissos assumidos por Portugal e Espanha corresponderam à obrigação de, naquele período e sempre com referência a 1990, não ultrapassarem em mais de 27% e 15%, respectivamente, os níveis agregados de emissões antropogénicas dos referidos gases, expressas numa medida equivalente de dióxido de carbono.

Entretanto, através da Directiva 2003/87/CE, de 13 de Outubro de 2003, foi criado na União Europeia um regime de comércio intra-comunitário de Licenças de Emissão de GEE's, a vigorar entre 2005 e 2007 e, a partir de 2008, por períodos consecutivos de cinco anos. Nos termos da referida Directiva, e desde 1 de Janeiro de 2005, todos os operadores de instalações que realizem qualquer das actividades enumeradas no respectivo Anexo I, da qual resultem emissões que, em relação à actividade em causa, aí estejam especificadas, terão obrigatoriamente de ser detentores de um Título de Emissão de GEE's emitido pela autoridade competente. As licenças a atribuir às instalações abrangidas, nas quais se incluem as do sector cimenteiro, são-no de acordo com o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) aprovado em cada país.

Em Portugal, na sua versão de Maio de 2004, para notificação à Comissão Europeia, o PNALE atribuiu às instalações da CIMPOR (Centros de Produção de Loulé, Alhandra e Souselas e Fábrica de Cal Hidráulica do Cabo Mondego) um total de licenças de emissão, para o período 2005-07, equivalentes a 12.216.330 toneladas de CO₂, num total de 116,82 milhões de toneladas para o conjunto das actividades abrangidas pela Directiva e de 21,12 milhões de toneladas para a indústria cimenteira

(correspondentes a um volume médio anual de 7,04 milhões de toneladas, inferior em 1,2% ao registado em 2002). Entretanto, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2005, que aprovou o PNALE, acabou por fixar o montante global de licenças de emissão a atribuir naquele período em 114,48 milhões de toneladas de CO₂, incluindo uma reserva para novas instalações.

Em Espanha, foi já aprovada, pelo respectivo Governo, a lista definitiva do Plano de Alocação de Direitos de Emissão, com atribuição ao sector cimenteiro do equivalente a cerca de 27,25 milhões de toneladas de CO₂, valor este inferior em perto de 5% ao solicitado pelo conjunto do sector. No Grupo CIMPOR (fábricas de Oural, Toral de los Vados, Córdoba e Niebla), as autorizações concedidas correspondem a um total, para o período em causa, de 5.321.670 toneladas de CO₂.

Em ambos os casos, os direitos de emissão atribuídos ao Grupo estão abaixo dos exigidos por uma utilização plena da capacidade nominal de produção de clínquer instalada nestes dois países. O que significa que, tanto num como noutro, a capacidade de produção de cimento com base em clínquer próprio poderá vir a ser prejudicada pelas decisões tomadas. No entanto, no caso específico de Portugal, as licenças concedidas são ainda suficientes para acomodar, sem necessidade de aquisição de direitos e relativamente às quantidades produzidas em 2004 (com destino a estes dois mercados), um aumento de produção da ordem dos 10%.

Como é sabido, a produção de cimento envolve essencialmente duas fases (o fabrico de clínquer em forno e a subsequente moagem deste produto intermédio), só se verificando emissões de CO₂ durante a primeira fase – quer por força do consumo de combustível, quer por via do processo de descarbonatação da matéria-prima (calcário). Assim, será actuando sobre estes dois factores que, para um mesmo volume de produção, as referidas emissões poderão ser reduzidas (o recurso a uma menor incorporação de clínquer no cimento – através da adição, designadamente, de cinzas volantes, escórias siderúrgicas ou *filler* calcário – encontra-se limitado pelas normas europeias em vigor).

A prioridade reside, portanto, nas actuações ao nível da fabricação do clínquer, através de uma utilização mais intensiva de matérias-primas não carbonatadas (actualmente de difícil concretização com um mínimo de significado) e/ou do incremento do uso de biomassa (resíduos florestais, farinhas animais e outros resíduos banais, industriais ou urbanos). É este esforço que o Grupo CIMPOR se propõe desenvolver, apesar das dificuldades existentes nesta área: a pouca disponibilidade de biomassa, em ambos os países, tanto em quantidade como nas condições mais adequadas; e, particularmente em Portugal, a necessária aprovação pelas autoridades competentes, dos pedidos de licenciamento para o efeito (actualmente em curso).

6. Recursos Humanos

Tendo presentes a responsabilidade social da CIMPOR e as exigências do meio envolvente nos diferentes países onde opera, a gestão dos Recursos Humanos do Grupo assenta, essencialmente, na definição e desenvolvimento de linhas de orientação estratégica coerentes com a sua política global e no esforço de adequação das práticas daí decorrentes à especificidade e cultura locais. Identificar e

II. Actividade do Grupo

desenvolver o potencial dos colaboradores, incentivar a melhoria do respectivo desempenho, integrar e partilhar saberes e experiências acumulados e garantir a empregabilidade de todos os que hoje fazem parte do Grupo constituem os principais objectivos prosseguidos nesta área.

O cuidado posto na gestão dos Recursos Humanos tem-se revelado fundamental para o sucesso, sustentado, da estratégia de internacionalização da CIMPOR. Com efeito, o aumento da dimensão do Grupo, com as consequentes dispersão geográfica e diversidade linguística, tem tido um impacto assinalável no número, composição e nacionalidade dos seus efectivos, exigindo da organização e, em particular, da gestão dos Recursos Humanos, a aplicação de uma política de movimentação de pessoal entre os diferentes países que promova a divulgação e partilha dos valores e da cultura CIMPOR e, em simultâneo, proporcione novas oportunidades de carreira internacional. Em consequência desta crescente mobilidade dos quadros do Grupo, a experiência internacional passou a constituir um dos principais factores incentivadores da sua evolução profissional e um eficiente meio de aproveitamento das competências e talentos individuais dos colaboradores de maior potencial.

Número de Colaboradores por Áreas de Negócios (31 Dez.) ⁽¹⁾

	2004	2003	Var.
Serviços Centrais ⁽²⁾	86	133	- 35,3 %
Trading	3	1	200,0 %
Portugal	1.666	1.694	- 1,7 %
Espanha	1.003	940	6,7 %
Marrocos	215	219	- 1,8 %
Tunísia	241	245	- 1,6 %
Egipto	471	642	- 26,6 %
Brasil	1.128	1.092	3,3 %
Moçambique	487	523	- 6,9 %
África do Sul	406	332	22,3 %
Total	5.706	5.821	- 2,0 %

⁽¹⁾ De empresas incluídas na consolidação (incluindo eventuais / contratados a prazo).

⁽²⁾ Holding, CIMPOR Inversiones e CIMPOR Internacional.

Apesar da expansão do Grupo – com a compra da moagem de Narón (Espanha) e, sobretudo, de diversos activos no sector dos betões e agregados das Áreas de Negócios de Espanha, Brasil e África do Sul, responsáveis, no seu conjunto, pela entrada de mais de 240 novos efectivos – o número de colaboradores da CIMPOR diminuiu, em 2004, cerca de 2,0%, para um total, no final do ano (incluindo eventuais e contratados a prazo), de 5.706 (menos 115 que em 31 de Dezembro de 2003).

Este esforço de redimensionamento do quadro de pessoal foi particularmente significativo ao nível dos Serviços Centrais (-35,3%) e, à semelhança de anos anteriores, nas Áreas de Negócios do Egipto (-26,6%) e de Moçambique (-6,9%). No primeiro caso, grande parte da referida redução é

explicada pela transferência para a CIMPOR Serviços (integrada na Área de Negócios de Portugal) de algumas funções anteriormente desempenhadas ao nível da *holding* (contrabalançada, em parte, pela passagem, para a CIMPOR Inversiones, de 22 colaboradores anteriormente afectos à Área de Negócios de Espanha).

O início da actividade da CIMPOR Serviços marcou decisivamente o ano de 2004, já que veio permitir uma importante centralização de diversas funções de apoio ao Grupo, integrando colaboradores que se encontravam afectos a diferentes áreas operacionais (daí o incremento que, no quadro junto, se verifica nos chamados "Serviços Comuns"). Além de outras vantagens, a referida centralização, tendo por base um trabalho exaustivo de recolha e análise das melhores práticas no seio do Grupo, veio facilitar a réplica das mesmas ao nível de cada processo, possibilitando a obtenção de ganhos de produtividade significativos.

Evolução do Número de Colaboradores por Actividade (31 Dez.)

	2004		2003		Var.
	Número	%	Número	%	
Actividades Operacionais					
Cimento	3.661	64,2	3.942	67,7	- 7,1 %
Betões e Agregados	1.404	24,6	1.279	22,0	9,8 %
Argamassas	63	1,1	64	1,1	- 1,6 %
Outras Actividades Operacionais	217	3,8	217	3,7	0,0 %
Serviços Comuns	361	6,3	319	5,5	13,2 %
Total	5.706	100,0	5.821	100,0	- 2,0 %

Considerando que, na sequência desta reestruturação, mais de 90 colaboradores que desempenhavam funções de apoio no âmbito das chamadas actividades operacionais deixaram de estar afectos às mesmas, conclui-se que, ao nível dos "Serviços Comuns", se verificou efectivamente uma redução, em Portugal e Espanha, de perto de 60 colaboradores. Por actividades, realce-se ainda a diminuição apresentada pela área do cimento e a subida, por força das mencionadas aquisições, registada pelo sector de betões e agregados (representativo, no final do ano, de quase 25% do número total de colaboradores).

Em 2004, a CIMPOR desenvolveu e implementou um programa integrado de formação, especificamente dirigido a quadros superiores da área de engenharia, que contou com participantes de todas as empresas do Grupo. Por outro lado, e partindo da identificação dos perfis de competências mais necessários nas diversas Áreas de Negócios, estabeleceu-se um plano de rejuvenescimento de recursos humanos, incluindo, para efeitos de recrutamento de quadros superiores, a definição de um conjunto de características comuns aos diferentes perfis. O referido recrutamento surge em complemento da metodologia que, em Portugal, vem sendo seguida há vários anos – a bolsa de técnicos – e que, em 2004, começou a ser alargada a outros países.

Outra importante componente da gestão de Recursos Humanos que, no ano transacto, mereceu a particular atenção da CIMPOR foi a relativa à implementação de um "Plano de Sucessões", que, em articulação com as necessidades de mobilidade internacional e partindo da definição de quais as funções-chave ao nível do Grupo, permita identificar os mais habilitados (em termos de perfil de competências, experiência e disponibilidade) para, um dia, as preencher.

Por último, refira-se o arranque de um projecto na área da "Saúde e Segurança", alargado a todo o Grupo, que se prolongará pelos próximos três anos e que tem por objectivos:

- _____ Melhorar, de forma sustentada, as condições de trabalho da generalidade dos colaboradores;
- _____ Impor a "Saúde e Segurança" como um valor estratégico do Grupo, ao nível dos comportamentos tanto individuais como colectivos;
- _____ Melhorar todos os indicadores de segurança da CIMPOR; e
- _____ Obter a certificação das diferentes actividades operacionais pela OHSAS 18.000.

7. Política Financeira e de Gestão de Riscos

7.1. Gestão da Dívida Financeira

Em 2004, a gestão da dívida financeira do Grupo manteve a orientação seguida no ano anterior, procurando consolidar os objectivos então definidos:

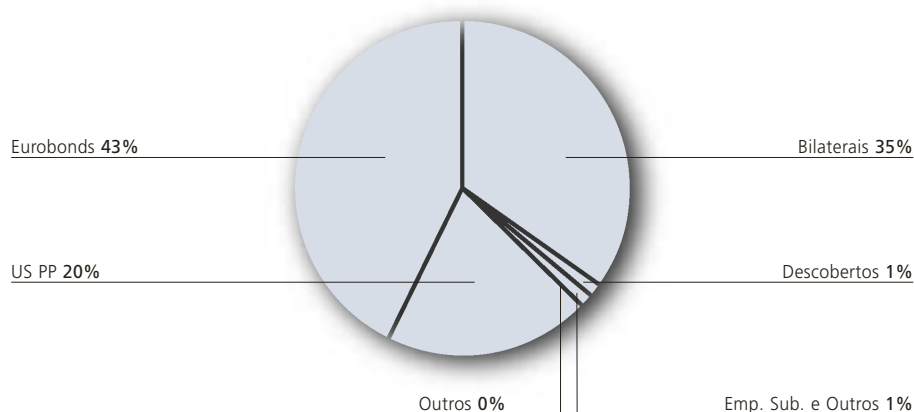
- _____ Refinanciar a dívida vincenda no prazo de um ano;
- _____ Aumentar o prazo médio de maturidade da dívida consolidada para um nível mais consentâneo com a estrutura de activos do Grupo;
- _____ Diversificar as fontes de financiamento; e
- _____ Assegurar os meios financeiros necessários à realização dos investimentos efectuados nos diferentes países onde o Grupo está presente, privilegiando a contratação de financiamentos em moeda local e, dessa forma, a criação de situações de *hedging* natural.

Neste sentido, concretizaram-se, em 2004, diversas acções, de entre as quais se destacam:

- _____ Uma emissão inaugural de obrigações a taxa fixa (*Eurobonds*), por parte da CIMPOR Financial Operations, B.V., no valor de 600 milhões de euros, com um prazo de 7 anos e um cupão de 4,50%, realizada ao abrigo do Programa de *Medium Term Notes*;
- _____ A amortização antecipada de uma parcela significativa das dívidas bancárias com maturidade em Junho de 2005 – um empréstimo bilateral de 45 milhões de euros, dois *syndicated loans*, nos valores de 283,5 milhões de euros e 75 milhões de dólares, respectivamente, e parte (150 milhões de euros) de um outro empréstimo bilateral;

_____ O reembolso antecipado de um empréstimo obrigacionista emitido em 2003 pela Cimentos de Moçambique, utilizando para tanto os fundos provenientes da emissão de um novo empréstimo do mesmo tipo mas com um indexante claramente mais favorável.

Na sequência destas operações, a dívida consolidada do Grupo, no final de 2004, apresentava um prazo médio de maturidade de cerca de seis anos e, em valor, a seguinte repartição por mercados:



No âmbito da gestão da dívida de curto prazo, mantiveram-se os programas de Papel Comercial da *holding* e da CIMPOR Indústria (num montante global de 300 milhões de euros), tendo-se assegurado a continuidade da respectiva notação (A-2) junto da Companhia Portuguesa de *Rating*. Estes Programas, conjuntamente com o sistema de *cash-pooling*, continuam a funcionar como instrumentos fundamentais no financiamento de curto prazo de todas as empresas do Grupo sedeadas em Portugal.

No final do ano, o montante da dívida financeira líquida, consolidada, era de cerca de 1.230 milhões de euros, inferior em aproximadamente 9 milhões de euros ao registado no final de 2003.

A gestão dos veículos financeiros do Grupo no exterior – a CIMPOR Financial Operations, B.V. (Holanda) e a CIMPOR Finance Limited (Irlanda) – prosseguiu nos moldes habituais, continuando a primeira a desempenhar um importante papel na captação de fundos no mercado internacional e a segunda a contribuir para uma eficiente alocação dos mesmos às empresas que deles necessitam para prosseguir as suas actividades correntes ou de investimento.

As condições de crédito obtidas nas operações de financiamento realizadas durante o ano, em termos de taxa de juro e de maturidade da dívida, conjuntamente com o bom desempenho operacional do Grupo, permitiram o cumprimento de todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos em vigor, assim como a manutenção, durante o ano de 2004, da notação de *rating* de longo prazo de BBB+, embora com *outlook* negativo, atribuída pela Standard&Poor's.

II. Actividade do Grupo

Segue-se um quadro-resumo com os dados relativos às principais operações financeiras registadas no passivo consolidado do Grupo:

Dívida Financeira em 31 de Dezembro de 2004

Financiamento	Moeda	Valor (10³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
Holding					
Financiam. Bonificado	EUR	499	Out 2002	Jul 2006	0,000%
CIMPOR Inversiones					
Empréstimo Sindicado	EUR	106.400	Jun 2003	Jun 2008	Euribor + 0,500%
Empréstimo Bilateral	EUR	87.500	Jun 2002	Jun 2005	Euribor + 0,675%
Total	EUR	193.900			
CIMPOR B.V.					
Eurobonds	EUR	600.000	Mai 2004	Mai 2011	4,500%
US PP 10y	USD	150.000	Jun 2003	Jun 2013	4,900%
US PP 12y	USD	254.000	Jun 2003	Jun 2015	4,750%
Efeito IAS 39	EUR	- 58.994			
Total	EUR	885.716			
Portugal					
CIMPOR Indústria					
Financiamento BEI	EUR	60.000	Set 2003	Set 2015	EIB Basic Rate
Financ. Bonificado	EUR	9.536	Out 2001	Out 2007	0,000%
Descobertos	EUR	2.847	-	-	-
Subtotal	EUR	72.382			
Outras Empresas					
Empréstimo Bilateral	EUR	1.875	Abr 2001	Abr 2006	Euribor + 0,575%
Financiam. Diversos	EUR	2.099	-	-	-
Descobertos	EUR	1.610	-	-	-
Subtotal	EUR	5.584			
Total Portugal	EUR	77.966			
Espanha					
Corporación Noroeste					
Emprést. Sindicado	EUR	193.600	Jun 2003	Jun 2008	Euribor + 0,500%
Emprést. Bilaterais	EUR	11.310	-	-	-
Financiam. Diversos	EUR	6.766	-	-	-
Descobertos	EUR	11.537	-	-	-
Subtotal	EUR	223.213			
Outras Empresas					
Financiam. Diversos	EUR	55	-	-	-
Total Espanha	EUR	223.268			
Brasil					
Emprést. Bilaterais	BRL	45.852	-	-	-
Financiam. Bonificado	BRL	5.366	-	-	2,400%
Total	EUR	14.169			
Egipto					
Amreyah					
Empréstimo Bilateral	EGP	163.636	Dez 2002	Dez 2009	Caibor + 1,125%
Empréstimo Bilateral	EGP	4.810	Jan 1980	Jun 2006	11,700%
Descoberto	EGP	90.883	-	-	12,500%
Subtotal	EUR	31.366			

Financiamento	Moeda	Valor (10³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
Amreyah Cimpor					
Empréstimo Bilateral	EUR	21.875	Set 2003	Jan 2008	Euribor + 1,500%
Cimpor Egypt					
Descoberto	EGP	8.590	-	-	12,500%
Subtotal	EUR	1.039			
Total	EUR	54.280			
Moçambique					
Empréstimo Bilateral	USD	6.146	Set 2000	Set 2005	Libor + 1,000%
Empr. Obrigacionista	MZM	198.333.300	Dez 2004	Jun 2007	TAM + 5,25%
Total	EUR	12.347			
África do Sul					
NPC					
Descobertos	ZAR	166	-	-	-
Subtotal	EUR	22			
Outras Empresas					
Emprést. Bilaterais	ZAR	4.759	-	-	-
Descobertos	ZAR	467	-	-	-
Subtotal	EUR	680			
Total	EUR	701			
Outras Áreas de Negócios					
Marrocos	MAD	47.297	-	-	-
Tunísia	TND	3.266	-	-	-
Total	EUR	6.213			
TOTAL GRUPO	EUR	1.469.059			

7.2. Política de Gestão de Riscos

7.2.1. Gestão dos Riscos Financeiros

No decurso da sua actividade, o Grupo CIMPOR é confrontado com diversos riscos de carácter financeiro, em consequência da exposição do respectivo balanço à evolução das taxas de câmbio das moedas dos países onde o Grupo está presente, bem como às variações das taxas de juro do euro e do dólar norte-americano, principais moedas em que se encontra denominada a sua dívida financeira.

Na gestão deste tipo de riscos, a política do Grupo orienta-se pelos seguintes princípios:

- Contratação de produtos derivados apenas para cobertura dos riscos financeiros inerentes a determinados activos e/ou passivos, ou em antecipação a operações futuras, e nunca com o mero objectivo de *trading*, sem a existência de activos ou passivos subjacentes;
- Escolha dos instrumentos de cobertura com base numa análise e avaliação cuidadas do binómio risco/retorno das diferentes alternativas disponíveis no mercado para o tipo de risco em questão;

- _____ Procura de situações de *hedging* natural, através da contratação, nos diversos países onde o Grupo desenvolve a sua actividade, de financiamentos em moeda local;
- _____ Centralização, ao nível da *holding*, de toda a actividade de gestão de riscos, tanto no que respeita à análise e aprovação das operações (Comissão Executiva) como à sua execução e acompanhamento (Área de Operações Financeiras do Centro Corporativo);
- _____ Monitorização contínua dos riscos, e respectivos custos, associados às diferentes operações contratadas, através, designadamente, do cálculo do seu valor de mercado e de análises de sensibilidade do referido valor face a alterações das variáveis principais.

Desde 2003 que o Grupo vem tomando diversas iniciativas no sentido de aperfeiçoar a gestão da sua carteira de derivados e de se preparar para a adopção plena das novas regras de contabilização dos instrumentos financeiros (IAS 39), obrigatória a partir de Janeiro de 2005. Assim, uma vez compreendidos os diferentes impactos contabilísticos decorrentes da aplicação das novas regras, procedeu-se a uma avaliação rigorosa dos mesmos ao nível dos resultados e da situação líquida do Grupo e desenvolveram-se algumas ferramentas adicionais de gestão da carteira de derivados de taxa de juro.

Entre estas, foi dada primazia a uma medida estatística suficientemente relevante – os *Earnings-at-Risk* – que, indicando, com 95% de probabilidade e para um horizonte temporal de três meses, qual o impacto negativo máximo, em termos de resultados, induzido pela referida carteira, permite não só uma análise contínua da mesma como também avaliar em que medida esse impacto pode ou não ser minorado com a contratação de determinadas operações.

Os progressos feitos nesta matéria permitiram ao Grupo antecipar, para 2004, a adopção dos IAS 32 e 39, aumentando assim o rigor e transparência das suas contas.

De entre as operações de cobertura do risco cambial já existentes no início do ano ou realizadas durante o mesmo, destacam-se as seguintes:

- _____ Manutenção dos dois *cross-currency swaps* (USD/EUR) associados aos *Private Placements* emitidos, em Junho de 2003, no mercado norte-americano, num total de 404 milhões de dólares;
- _____ Cobertura, *off-shore*, EUR/TND, de 50% do risco cambial inerente ao pagamento dos investimentos realizados pela Jbel Oust (Tunísia), no montante aproximado de 6 milhões de euros (entretanto liquidada);
- _____ Cobertura integral do risco cambial (USD/EUR) associado à aquisição de uma nova participação financeira (Nova Cimangola), no valor de cerca de 67 milhões de dólares.

Por outro lado, e face à evolução favorável das respectivas moedas em relação ao dólar norte-americano, decidiu-se não renovar as operações, contratadas em 2003, de cobertura dos investimentos efectuados no Brasil e na África do Sul.

No âmbito do risco de taxa de juro, deu-se continuidade à gestão dinâmica da carteira de derivados, tendo por objectivos a manutenção de um nível confortável de repartição da dívida entre taxa fixa e taxa variável, a minimização do respectivo custo global e o equilíbrio do binómio *cash flow / market value*. Neste sentido, foram reestruturadas duas operações de cobertura, no valor de 466 milhões de euros, tendo em vista a redução da volatilidade implícita dos respectivos valores de mercado.

7.2.2. Gestão dos Riscos Patrimoniais

Em 2004, as principais companhias envolvidas no processo de renegociação das apólices de seguro que integram os programas globais do Grupo CIMPOR continuaram a apresentar condições bastante exigentes para se manterem nos referidos programas. O resultado final acabaria, apesar de tudo, por ser claramente positivo para o Grupo, obtendo-se uma redução da taxa na apólice de danos materiais e, embora com algum aumento do prémio, uma diminuição das franquias no seguro de responsabilidade civil.

A política de gestão dos riscos operacionais não sofreu, entretanto, alteração, mantendo-se o mesmo nível de auto-seguro de anos anteriores, com a colocação dos "grandes riscos" junto de seguradoras internacionais.

A "cativa" de resseguro do Grupo – a CIMPOR Reinsurance, com sede no Luxemburgo – continuou a assumir, directamente, os riscos de danos materiais e de avaria de máquinas, com limites de indemnização até dois milhões de euros, bem como os riscos de responsabilidade civil geral e de produtos, com limites de indemnização até duzentos e cinquenta mil euros. Acima destes montantes, as coberturas respectivas mantiveram-se colocadas no mercado internacional de resseguro.

A existência desta "cativa" tem permitido ao Grupo CIMPOR não só racionalizar a gestão dos riscos operacionais e patrimoniais, minimizando os respectivos encargos, como também gerar alguns benefícios financeiros, em resultado da aplicação dos prémios que recebe das diferentes Áreas de Negócios, designadamente através da afectação dos fundos disponíveis ao financiamento das empresas do Grupo.

Em 2004, procedeu-se igualmente à renegociação do seguro global de responsabilidade civil de administradores e directores do Grupo, tendo sido possível, apesar das difíceis condições do mercado, manter as mesmas coberturas de anos anteriores e, simultaneamente, obter uma redução do respectivo prémio.

Os seguros de natureza pessoal, os seguros de viaturas e outros de natureza diversa continuaram a ser colocados pelas diferentes Áreas de Negócios em companhias locais, dada a especificidade da legislação de cada país e das condições contratuais dos respectivos trabalhadores.

No âmbito do Centro Corporativo, prosseguiram entretanto as iniciativas tendentes a melhorar o nível de gestão e controlo dos riscos de carácter operacional e patrimonial do Grupo, nomeadamente em termos da identificação dos recursos materiais, técnicos e humanos sujeitos a risco, da análise e avaliação do grau de exposição a que esses recursos estão sujeitos, da valorização das perdas previsíveis em caso de sinistro e da ponderação das diferentes alternativas que, em cada momento, sejam consideradas as mais indicadas à cobertura dos riscos.

8. Tecnologias de Informação

Em matéria de Sistemas de Informação, as acções desenvolvidas em 2004 integraram-se na estratégia, de há muito definida pela CIMPOR, de uniformização das soluções adoptadas, neste domínio, pelas diversas empresas do Grupo, destacando-se, de entre as referidas acções, o lançamento de dois novos projectos de instalação total da solução ERP da SAP nas Áreas de Negócios do Brasil e da África do Sul.

No âmbito destes dois projectos, para além dos já habituais módulos Financeiro, Logístico e Comercial, foram ainda implementados alguns módulos adicionais – de Planeamento da Produção, de *Workflow* e, no caso específico do Brasil, de Gestão do Relacionamento com Clientes (CRM) e de Gestão de Projectos (em articulação com o módulo de Investimentos) – atingindo-se assim um maior nível de cobertura dos diferentes processos de negócio.

De entre as restantes actividades desenvolvidas, em 2004, pela Área de Projectos e Desenvolvimento, salientam-se ainda as seguintes:

- _____ Implementação do AIS (*Audit Information System*), na vertente da auditoria de gestão disponibilizada pelo SAP;
- _____ Instalação do software DEFIR/PRO na CIMPOR Serviços, com vista à sua utilização pela Área de Fiscalidade, no âmbito do apoio que presta às diversas empresas do Grupo;
- _____ Conclusão e arranque dos processos *Intercompany* das empresas Betão Liz e Ibera, com a consequente automatização total dos processos de integração, conferência e contabilização das facturas dos respectivos fornecedores internos;
- _____ Upgrade da versão SAP 4.6C para a versão 4.7 (*Enterprise*), nas Áreas de Negócios de Moçambique e da África do Sul;
- _____ Implementação de uma nova versão do Sistema de Produção da actividade de Betões (*Arcowin*), do que resultou a disponibilização de uma gama adicional de funcionalidades e seguranças;
- _____ Reformulação total das *Interfaces* SAP das actividades de Betões e Agregados, com a inclusão específica de *fluxos intercompany* para a Transviária;
- _____ Implementação do SAP na Mossines;
- _____ Unificação, em SAP e no SIPET (Sistema Integrado de Planificação, Expedição e Transporte), dos Serviços Comerciais da CIMPOR Indústria e dos Escritórios Regionais da Transviária;
- _____ Arranque em produtivo do SAP na Área de Negócios do Egipto;
- _____ Roll-out da *Business Information Warehouse* (BW) comercial da CIMPOR Indústria para as empresas Ciarga e Cecisa;
- _____ Arranque em produtivo do Sistema da Rede da Qualidade (*SIQUAL*) nas fábricas de Souselas, Alhandra, Loulé, Oural e Toral de los Vados, bem como nos Serviços Centrais do Gabinete de Gestão da Qualidade da CIMPOR Indústria, e início da instalação do mesmo nas fábricas de Córdoba e Niebla e na moagem de Huelva;

- _____ Implementação, na Cimentação, de uma nova *Interface* de Expedição em SAP, o que permitiu automatizar, em mais de 60%, os processos até então executados manualmente;
- _____ Implementação do SIPET em todos os entrepostos e fábricas da CIMPOR Indústria, com a consequente redução, em cerca de 30%, das tarefas manuais exigidas pelo anterior sistema;
- _____ Conclusão de processos em SAP, nas áreas Logística e Financeira, destinados à obtenção de indicadores de gestão relacionados com a aplicação da Directriz Contabilística n.º 29 – Matérias Ambientais;
- _____ Início do projecto de implementação do SAP nas expedições da actividade de Agregados, com ligação directa às básculas.

Quanto à Área de Tecnologia e Administração de Sistemas, desenvolveu, também em 2004, um conjunto de importantes projectos no campo da gestão das infraestruturas tecnológicas e de comunicações do Grupo:

- _____ Reformulação da rede de comunicações nos Centros de Produção de Alhandra e Souselas e no edifício do Prior Velho;
- _____ Renovação dos servidores principais, de forma a acompanhar o crescimento do negócio, em paralelo com o *upgrade* do respectivo sistema operativo (de *Windows 2000* para *Windows 2003*);
- _____ Instalação de meios de comunicação entre Lisboa e as Áreas de Negócios do Brasil e da África do Sul;
- _____ Implementação, nestas últimas, de uma estrutura de *Active Directory*, a par da renovação dos respectivos serviços de correio electrónico e da criação, em ambas, do *landscape* de SAP R/3;
- _____ *Upgrade* do sistema de correio electrónico (de *Exchange 2000* para *Exchange 2003*) e do *software* de suporte documental do Sistema de Gestão da Qualidade;
- _____ Ligação aos autómatos, no Centro de Produção de Alhandra, da aplicação de Estatística Fabril, permitindo assim a extracção automática de dados;
- _____ Reforço da segurança nas áreas da *internet* e do correio electrónico, mediante a instalação de um sistema *anti-spam*.

A execução destes projectos encaminha o conjunto das Áreas de Negócios do Grupo para um aproveitamento de sinergias e uma uniformidade de soluções que garante a optimização dos custos de infraestrutura e de gestão de informação, tanto em meios humanos como em investimentos em Tecnologias de Informação.

9. Perspectivas para 2005

Em 2005, a economia mundial deverá sofrer alguma desaceleração, ainda que pouco acentuada. Os maiores factores de risco residem numa queda particularmente abrupta do dólar norte-americano, com consequências negativas nos países mais dependentes do comércio externo (como é o caso dos países da UEM), num arrefecimento muito pronunciado da economia chinesa e na manutenção do preço do petróleo em valores excessivamente elevados, com efeitos nos resultados das empresas e, por conseguinte, nos níveis de investimento e de criação de emprego.

Nos EUA, o comportamento favorável das despesas de capital e o aumento das exportações, favorecidas por um dólar fraco, deverão continuar a assegurar um crescimento sustentado, ainda que menos robusto do que em 2004. Por outro lado, uma política monetária mais restritiva, tendendo a dinamizar a poupança das famílias, tornará o consumo privado mais dependente da evolução do mercado de trabalho, a qual se antevê positiva. A inflação deverá permanecer controlada, beneficiando de um aumento moderado dos salários e do abrandamento da procura interna.

Também na Zona Euro, as últimas estimativas disponíveis apontam para uma ligeira desaceleração do ritmo de crescimento da actividade económica. No entanto, para que esta não se venha a revelar mais acentuada, será fundamental a não deterioração da confiança dos agentes económicos, em consequência de uma eventual nova subida dos preços do petróleo e/ou de uma excessiva valorização do euro, com reflexos potencialmente negativos no sector exportador. Este último deverá manter-se como o principal motor da economia, já que a necessidade de prossecução de reformas estruturais, de correcção dos *deficits* públicos e, em alguns países, de redução dos níveis de endividamento dos particulares deverá limitar o crescimento da procura interna. Quanto à inflação, espera-se algum abrandamento, em consequência de um aumento moderado dos salários e da evolução dos preços dos bens importados, em resultado da valorização do euro.

Para o conjunto dos mercados emergentes, as perspectivas são de continuação do forte crescimento registado em 2004, sobretudo na região Ásia-Pacífico, onde, em termos globais, tanto a procura interna como os excedentes das contas com o exterior deverão manter-se elevados. Também a América Latina, apesar da persistência de alguns factores de instabilidade, apresenta sinais claros de uma recuperação sustentada da actividade económica, suportada, neste caso, pelo crescimento da economia mundial, pela subida dos preços das *commodities* e, cada vez mais, pelo aumento da procura interna.

No tocante à evolução do consumo de cimento, prevê-se, para 2005, um ritmo de crescimento global muito semelhante ao observado em 2004, impulsionado, tal como neste ano, pelo desenvolvimento dos mercados emergentes. Nos EUA, o incremento da procura não deverá ser tão acentuado como no último ano, enquanto na Europa Ocidental, sem prejuízo das esperadas recuperações de alguns mercados (casos da Alemanha e de Portugal), o aumento do consumo de cimento deverá situar-se a um nível idêntico ao registado em 2004.

Portugal

Consoante o maior ou menor optimismo das previsões respeitantes ao contributo da procura externa para a recuperação da economia portuguesa, as perspectivas de crescimento do PIB, em 2005, variam entre um máximo de 2,4% (Governo) e um mínimo de 1,6% (Banco de Portugal).

De acordo com a Comissão Europeia (que, tal como o FMI, aponta para uma taxa de crescimento de 2,2%), a procura interna continuará a ser o principal motor da economia, com a expansão do investimento a mais do que compensar a esperada desaceleração do consumo privado, fruto do elevado nível de endividamento das famílias e de algum agravamento da taxa de desemprego. Consequentemente, é previsível que o ritmo de crescimento das importações venha a diminuir, permitindo que o contributo da procura externa, negativo em 2004, se torne agora ligeiramente positivo. Quanto à inflação, antevê-se um pequeno decréscimo relativamente aos níveis actuais (para cerca de 2,2%), reflectindo o abrandamento do consumo e uma certa moderação nos aumentos salariais.

O sector da construção, depois de três anos consecutivos de queda, deverá, finalmente, registar alguma recuperação, ainda que meramente simbólica (1%). Perante o ritmo de expansão, verificado em 2004, nos concursos de obras correspondentes a edifícios não residenciais (com aumentos superiores a 30%, tanto em número como em valor, das adjudicações efectuadas), a componente pública deste segmento será, provavelmente, a principal responsável pela referida evolução. Aliás, no segmento da construção de edifícios habitacionais, se as perspectivas já não eram favoráveis, o cancelamento de todo o processo relacionado com a nova lei das rendas, além de adiar o tão esperado relançamento do mercado de arrendamento, veio dificultar ainda mais a desejada dinamização das obras de reabilitação e recuperação deste tipo de edifícios.

Nesta conjuntura, as últimas estimativas disponíveis apontam para um crescimento do consumo de cimento de cerca de 1%, o que, aliado ao previsível decréscimo das importações por via marítima, deverá permitir um aumento das vendas da CIMPOR, no mercado interno, superior a 5%. Por outro lado, e apesar dos fornecimentos de clínquer à moagem de Huelva terem deixado de ser feitos a partir de Portugal, a abertura de outros mercados, designadamente Angola, irá possibilitar a manutenção da actividade de exportação, tanto de cimento como de clínquer, a um nível pelo menos idêntico ao registado em 2004 (perto de 1,2 milhões de toneladas/ano).

Espanha

De acordo com as mais recentes estimativas efectuadas por diferentes instituições e organismos oficiais – baseadas na expectativa da manutenção do ritmo de crescimento do sector da construção, de uma ligeira desaceleração do consumo privado e da contenção do *deficit* externo – o aumento do PIB espanhol, em 2005, deverá situar-se aproximadamente ao mesmo nível do registado o ano transacto (2,5% – 2,7%), com a taxa de inflação a ficar um pouco abaixo dos 3%.

Na actividade da construção, e com base nas perspectivas de manutenção do ritmo de criação de emprego, de desenvolvimento dos planos de infraestruturas hidráulicas e ferroviárias e de não aumento significativo das taxas de juro, aponta-se para uma taxa de crescimento em torno dos 4%.

Apesar de, a nível global, o consumo de cimento não dever aumentar mais de 1%, nas regiões onde o Grupo opera (Galiza e Andaluzia) são esperadas subidas da ordem dos 2% e 5%, respectivamente.

Norte de África

Nos países do norte de África onde o Grupo está presente, é previsível que as taxas de crescimento do PIB se mantenham a níveis elevados (entre 4 a 5%), com o consumo de cimento a aumentar sensivelmente ao mesmo ritmo.

As recentes expansões de capacidade efectuadas nas fábricas de Marrocos e, sobretudo, do Egipto, deverão permitir, em ambos os casos, incrementos percentuais das quantidades vendidas na ordem dos dois dígitos, em resultado não só da esperada progressão das respectivas quotas de mercado como também do aumento das vendas de clínquer, quer para o mercado interno (Marrocos), quer para exportação (Egipto).

Por outro lado, com o início da utilização de coque de petróleo, na Tunísia, a entrada em exploração das modificações introduzidas na fábrica de Marrocos e a estabilização da nova linha de produção do Egipto, os níveis de desempenho das unidades operacionais destes três países deverão experimentar uma melhoria significativa, reflectindo-se num crescimento acentuado dos respectivos resultados e no aumento da sua importância relativa no seio do Grupo.

Brasil

As perspectivas de evolução da economia brasileira, para 2005, mantêm-se claramente favoráveis, apesar de se admitir que a taxa de crescimento do PIB, fruto de um cenário de taxas de juro mais elevadas e de um aumento mais moderado das exportações, venha a situar-se um pouco abaixo da registada em 2004.

A actividade da construção e, por conseguinte, o consumo de cimento deverão registar um ritmo de expansão acima dos 3%, insuficiente, no entanto, para impedir que o Grupo, ainda que mantendo uma quota de mercado em torno dos 10%, registre uma diminuição no seu Volume de Negócios, mesmo quando expresso em moeda local. Na realidade, os efeitos do significativo acréscimo de concorrência que caracterizou o sector cimenteiro do Brasil no último ano, traduzidos numa descida acentuada dos preços de venda, far-se-ão sentir ainda em 2005, com um impacto significativo ao nível não só daquele indicador como também das margem *EBITDA*.

Sul de África

Em 2005, as economias de Moçambique e da África do Sul deverão registar taxas de crescimento do PIB em torno dos 7,0% e 3,8%, respectivamente, impulsionadas, em ambos os casos, pela componente investimento. No caso específico da África do Sul, o aumento do nível de confiança dos agentes económicos permite perspectivar uma subida do investimento na ordem dos 9%, mais do que compensando os efeitos negativos da recente valorização do rand sobre a actividade exportadora.

Em Moçambique, uma vez ultrapassados os problemas de natureza operacional que impediram as unidades da CIMPOR, em 2004, de satisfazer convenientemente o mercado, o consumo de cimento deverá retomar a sua anterior tendência de crescimento, aproximando-se das 750 mil toneladas/ano. Os resultados desta Área de Negócios deverão, por isso, registar um acréscimo significativo, favorecido, além do mais, pela isenção de impostos aduaneiros sobre as importações de clínquer e gesso concedida às três unidades do Grupo.

Na África do Sul – e, sobretudo, no mercado natural da NPC (a província de KwaZulu-Natal) – a importância dos investimentos previstos, tanto públicos como privados, permite antecipar um aumento do consumo de cimento próximo dos 10%, ao qual o Grupo, por uma questão de capacidade instalada, dificilmente poderá responder. De qualquer forma, e não esquecendo o excelente desempenho das unidades de betões e agregados adquiridas em meados do ano transacto, as perspectivas para 2005 continuam a ser claramente favoráveis. Entretanto, na previsão de que o ritmo de crescimento da procura irá manter-se a níveis elevados, o projectado investimento numa nova moagem e numa segunda linha de fabricação de clínquer irá arrancar já em 2005, o que permitirá aumentar a capacidade de produção de cimento da NPC, dentro de dois anos, em cerca de 60% (para 1,6 milhões de toneladas/ano).

Angola

Depois de um ano em que o PIB terá aumentado cerca de 11,7%, a maior parte dos observadores aponta para a manutenção, em 2005, de um ritmo de crescimento acentuado, embora abaixo do pressuposto pelo Governo (16%). A economia deverá continuar a apresentar uma forte correlação com a actividade do sector petrolífero, cujo contributo para o PIB poderá, inclusive, aumentar, justificando a previsão de um excedente na balança comercial. O objectivo para a taxa de inflação (15%) é considerado igualmente ambicioso, já que a descida alcançada em 2004 (de quase 100%, em 2003, para pouco mais de 40%, no ano transacto) é em grande parte explicada pela contenção dos preços dos produtos importados, via fortíssimas intervenções do Banco Central no mercado cambial, o que, perante a necessidade de utilização das reservas externas para financiamento do *deficit* das contas públicas, muito dificilmente terá continuidade.

O crescimento do sector da construção deverá prosseguir a bom ritmo (14%, em 2004), o que justifica o optimismo da Nova Cimangola na subida das vendas de cimento para mais de um milhão de toneladas e, com a entrada em exploração da Ponte-Cais e de uma nova moagem, no aumento do *EBITDA* para cerca de 20 milhões de euros. Entretanto, irá arrancar o investimento num novo forno, o que permitirá aumentar a capacidade anual de produção de cimento com clínquer próprio das actuais 650 a 700 mil toneladas para perto de 1,6 milhões de toneladas.

10. Eventos Posteriores

Merecem relevo os seguintes factos passados após o termo do exercício de 2004:

- _____ Aquisição, através da Cimpor Inversiones, S.A., da totalidade do capital social da empresa cabo-verdiana Nordicave Trading Industrial, Lda., detentora de uma participação de 86,65% no capital da sociedade Cimentos de Cabo Verde, S.A.R.L.;
- _____ Alienação, pela Betão Liz, S.A., da totalidade das acções representativas do capital social da Jobrita – Indústrias Extractivas, S.A.;
- _____ Subscrição, e princípio de realização, pela Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., na proporção da respectiva participação (48%), do aumento do capital social da C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A., de 100 milhões para 200 milhões de euros;
- _____ Constituição da sociedade Prebetong Lugo Hormigones, S.A., resultante da cisão parcial da actividade de produção e venda de betão pronto e argamassas secas, desenvolvida até então pela Prebetong Lugo, S.A.;
- _____ Reinício da actividade da linha de produção de clínquer da fábrica de Marrocos, após aumento da respectiva capacidade de 2.000 para 2.800 toneladas/dia;
- _____ Realização dos primeiros ensaios de verificação de desempenho da fábrica da Tunísia com utilização de coque de petróleo;
- _____ Conclusão das obras de adaptação das novas instalações administrativas e comerciais do Grupo, no Egipto.

11. Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)

A CIMPOR iniciou, em 2003, um processo de diagnóstico e análise das implicações – em termos de apresentação de contas, mensuração de resultados e reconhecimento de custos e proveitos – decorrentes da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como das respectivas consequências ao nível dos seus sistemas de informação.

Este processo encontra-se actualmente na sua fase final, com a quantificação das diferenças de tratamento contabilístico que exigem o recurso a profissionais externos e a implementação das alterações necessárias nos sistemas de informação (e de reporte para a consolidação) das diferentes empresas do Grupo.

O trabalho entretanto realizado permite perspectivar que, entre as referidas diferenças, aquelas que maior impacto terão ao nível da situação patrimonial, dos resultados das operações e da apresentação das demonstrações financeiras da CIMPOR (a relevar a partir de 1 de Janeiro de 2005) são as seguintes:

DESPESAS DE INSTALAÇÃO, DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO E PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS

O normativo contabilístico português permite a capitalização de algumas despesas que, à luz das Normas Internacionais de Relato Financeiro, devem ser imediatamente reconhecidas como custos do exercício. É o caso, designadamente, das despesas associadas a processos de aumento de capital, a projectos de certificação de qualidade ou a estudos de impacto ambiental, as quais não cumprem com os critérios definidos no IAS 38 para o seu reconhecimento como um activo. À data da transição, os valores, líquidos de amortizações acumuladas, dos *items* incluídos nas rubricas *supra* referidas que não satisfazem tais critérios serão anulados por contrapartida de Resultados Transitados.

DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO (GOODWILL)

Nos termos do IFRS 1, é permitido às empresas, desde que observadas determinadas condições, designarem um qualquer momento anterior ao da transição como data de adopção das disposições do IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais. A CIMPOR irá utilizar esta opção, elegendo, para o efeito, a data de 31 de Dezembro de 1998. Assim, todas as aquisições de partes de capital ocorridas posteriormente àquela data, bem como as correspondentes diferenças de consolidação, passarão a ser contabilisticamente relevadas em conformidade com a referida norma.

Em relação aos procedimentos adoptados até agora pela CIMPOR, de acordo com o normativo contabilístico geralmente aceite em Portugal, verificar-se-ão importantes alterações:

- _____ As Diferenças de Consolidação relativas às aquisições efectuadas depois de 31 de Dezembro de 1998 passarão a estar denominadas na moeda funcional das filiais em causa, ficando por isso sujeitas a variações cambiais, registadas por contrapartida da Reserva de Conversão Cambial;
- _____ Todas as Diferenças de Consolidação deixam de ser amortizadas a partir daquela data, sendo anualmente submetidas a testes de imparidade, conforme requerido pelo IAS 36 – Imparidade de Activos;
- _____ As Diferenças de Consolidação negativas são imediatamente reconhecidas como resultado do período (à data de transição, as existentes são anuladas por contrapartida de Resultados Transitados).

IMOBILIZADO CORPÓREO

A CIMPOR irá manter o custo histórico como critério de valorimetria dos seus imobilizados, utilizando, porém, a opção permitida pelo IFRS 1 de reavaliar ao justo valor, na data de transição, algumas das classes homogéneas do seu activo fixo corpóreo (as correspondentes aos bens de vida útil mais prolongada e directamente afectos à actividade de produção de cimento).

No respeitante à política de amortizações, deixarão de utilizar-se taxas degressivas, bem como dotações anuais de amortização no ano de aquisição ou de entrada em funcionamento, passando a aplicar-se taxas constantes e por duodécimos.

CUSTOS DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE EXPLORAÇÃO DAS PEDREIRAS

A CIMPOR tem como prática reconstituir progressivamente os espaços libertos pelas pedreiras, reconhecendo nos respectivos exercícios os custos incorridos com tal recuperação e constituindo provisões sempre que, face às áreas exploradas, os mesmos são considerados insuficientes.

De acordo com o IFRIC 1, os custos de recuperação devem ser adicionados ao valor do activo, por contrapartida da constituição de uma provisão (periodicamente actualizada), procedendo-se ao seu reconhecimento a um ritmo idêntico ao da amortização do activo.

INTERESSES MINORITÁRIOS

Os Interesses Minoritários passarão a ser apresentados como uma componente do Capital Próprio.

RESERVA DE CONVERSÃO CAMBIAL

O IFRS 1 permite que o saldo da Reserva de Conversão Cambial na data de transição seja anulado por contrapartida de Resultados Transitados, opção esta que, não tendo qualquer impacto patrimonial, a CIMPOR irá utilizar.

CUSTOS COM PESSOAL

- **Gratificações** – As gratificações atribuídas a título de distribuição de resultados, na sequência da aprovação, em Assembleia Geral, da respectiva proposta, têm vindo a ser registadas como variação patrimonial negativa no exercício em que são efectivamente pagas. De acordo com o IAS 19, estas gratificações deverão passar a ser reconhecidas em resultados no ano a que respeitam os serviços pelos quais são atribuídas.
- **Responsabilidades com Pensões** – A CIMPOR tem vindo a registar directamente em resultados do exercício a totalidade dos ganhos e perdas actuariais dos planos de benefício definido atribuídos aos seus colaboradores. O IAS 19 permite diferir o reconhecimento dos referidos ganhos e perdas, desde que o seu valor acumulado não ultrapasse 10% do valor actual das responsabilidades com pensões ou do justo valor dos activos afectos à respectiva cobertura, dos dois o mais elevado (caso aquele limite seja ultrapassado, o excesso sobre o mesmo é amortizado de acordo com a média de anos de trabalho, até atingirem a idade da reforma, do conjunto dos colaboradores abrangidos). A CIMPOR irá utilizar esta opção no reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais que se venham a verificar após a data de transição.
- **Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções** – De acordo com a prática contabilística vigente em Portugal, os resultados apurados nas operações efectuadas ao abrigo de planos de atribuição de opções de compra de acções da própria sociedade (uma vez que a CIMPOR detém em carteira um número de acções próprias suficiente para fazer face à exe-

cução daqueles planos) têm vindo a ser registados numa conta de Reservas. Nos termos do IFRS 2, as responsabilidades que derivam de opções atribuídas anteriormente à data de transição, mas ainda não exercidas a essa data, deverão ser relevadas ao seu justo valor, por contrapartida de Resultados Transitados; quanto às opções atribuídas posteriormente, serão contabilizadas, ao seu justo valor, como custos do exercício.

CUSTOS E PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS

Uma vez que as Normas Internacionais de Relato Financeiro não contemplam a existência de resultados extraordinários, a respectiva adopção, apesar de, nesta matéria, não ter qualquer impacto patrimonial, irá afectar a apresentação dos resultados do exercício.

Lisboa, 7 de Abril de 2005

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
Eng. Jean Carlos Angulo
Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte
Dr. Vicente Arias Mosquera

Dr. Jacques Lefèvre
Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Dr. João Salvador dos Santos Matias
Manuel Roseta Fino

The background of the page features a series of diagonal stripes in varying shades of blue and grey, creating a modern, architectural feel.

3

RELATÓRIO E CONTAS **CONSOLIDADOS**

Documentos de Prestação das Contas Consolidadas

Balanços Consolidados

em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

Activo

(milhares de euros)		2004			2003
	Notas	Activo Bruto	Amort. e Prov. Acumuladas	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de instalação	27	12.238	(8.244)	3.994	2.410
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27	4.733	(3.461)	1.273	323
Propriedade industrial e outros direitos	27	12.328	(6.334)	5.994	4.128
Imobilizações em curso	27	7.040	-	7.040	185
Diferenças de consolidação	10 e 27	1.293.589	(420.718)	872.870	884.873
		1.329.928	(438.757)	891.170	891.919
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	27 e 42	213.307	(35.209)	178.097	174.314
Edifícios e outras construções	27 e 42	1.114.453	(812.263)	302.190	300.927
Equipamento básico	27 e 42	2.693.819	(2.114.158)	579.661	546.333
Equipamento de transporte	27 e 42	80.279	(60.397)	19.882	8.110
Ferramentas e utensílios	27 e 42	6.914	(5.876)	1.038	1.293
Equipamento administrativo	27 e 42	46.498	(37.417)	9.081	9.733
Taras e vasilhame	27 e 42	590	(139)	451	16
Outras imobilizações corpóreas	27 e 42	8.393	(5.159)	3.234	2.898
Imobilizações em curso	27	117.653	-	117.653	141.092
Adiant. p/conta de imobiliz. corpóreas	27	6.255	-	6.255	8.842
		4.288.162	(3.070.618)	1.217.543	1.193.557
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Partes capital empresas associadas	18, 27 e 36	176.946	-	176.946	77.199
Partes capital em outras emp. participadas	27 e 46	58.718	(4.480)	54.238	60.474
Empréstimos a outras emp. participadas	27 e 46	911	(783)	128	114
Títulos e outras aplicações financeiras	27 e 46	9.415	(4.844)	4.571	7.321
Outros empréstimos concedidos	27	57	-	57	99
Imobilizações em curso	27	-	-	-	4.006
Adiant. p/conta de invest. financeiros	27	9.499	-	9.499	2.695
		255.545	(10.107)	245.439	151.906
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:					
Clientes de cobrança duvidosa		22.060	(21.987)	73	126
Empresas associadas		-	-	-	27.359
Empresas participadas e participantes		-	-	-	935
Outros accionistas		283	(283)	-	7
Estado e outros entes públicos	52	2.677	-	2.677	2.237
Outros devedores	46	2.736	(489)	2.246	2.993
		27.756	(22.759)	4.997	33.656
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS:					
Matérias-primas, subprod., e de consumo		108.233	(6.280)	101.953	86.638
Produtos e trabalhos em curso		28.820	(983)	27.837	32.304
Subprod., desperdícios, etc.		143	(15)	128	49
Produtos acabados e intermédios		12.327	(1.660)	10.667	8.207
Mercadorias		11.013	(1.220)	9.793	7.334
Adiantamentos p/conta de compras	46	2.733	-	2.733	796
		163.269	(10.159)	153.111	135.327
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:					
Clientes, conta corrente		224.158	(282)	223.876	212.643
Clientes - Títulos a receber		2.768	-	2.768	1.780
Clientes de cobrança duvidosa		34.179	(32.235)	1.945	2.033
Empresas associadas		32	-	32	2.133
Empresas participadas e participantes		1.549	-	1.549	191
Outros accionistas		49	-	49	-
Adiantamentos a fornecedores		3.944	-	3.944	1.773
Adiantam. forneced. imobilizado		223	-	223	20
Estado e outros entes públicos	52	32.669	-	32.669	21.313
Outros devedores	46	19.989	(295)	19.693	35.680
		319.561	(32.812)	286.748	277.567
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
Outros títulos negociáveis		24.302	-	24.302	122.575
Outras aplicações tesouraria	54	104.216	-	104.216	95.880
		128.517	-	128.517	218.455
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos Bancários		110.291	-	110.291	73.950
Caixa		647	-	647	330
		110.937	-	110.937	74.280
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proveitos		53	-	53	135
Custos diferidos	53	14.193	-	14.193	7.240
Activo por impostos diferidos	38	121.772	-	121.772	105.132
		136.019	-	136.019	112.506
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES					
TOTAL DE PROVISÕES					
			(3.509.376)		
			(75.837)		
TOTAL DO ACTIVO		6.759.694	(3.585.213)	3.174.481	3.089.172

Capital Próprio e Passivo

(milhares de euros)		2004	2003
	Notas		
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL	50 e 51	672.000	672.000
Acções próprias:			
Valor nominal	51	(4.752)	(5.341)
Descontos e prémios	51	(10.782)	(12.062)
Diferenças de consolidação	51	(13.541)	(13.541)
Ajust. de part. de capit. em filiais e assoc.	18 e 51	(7.011)	(30)
Reservas de reavaliação	42 e 51	55.731	64.531
Reserva legal	51	76.500	67.200
Reserva de conversão cambial	51	(423.531)	(419.734)
Outras reservas	51	171.295	173.910
Resultados transitados	51	268.534	247.769
Resultado Líquido do Exercício	51	185.909	185.883
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		970.352	960.586
INTERESSES MINORITÁRIOS	55	76.315	78.329
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	46	144.998	127.949
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
Empréstimos por obrigações	56	890.417	6.797
Dívidas a instituições de crédito	56	413.431	1.182.630
Outros accionistas		200	200
Outros empréstimos obtidos	56	8.925	8.383
Fornecedores de imobilizado, c/c		15.277	15.052
Estado e outros entes públicos	52	3.912	170
Outros credores		372	388
		1.332.533	1.213.620
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:			
Empréstimos por obrigações	56	3.134	1.359
Dívidas a instituições de crédito	56	150.749	329.711
Adiantamentos p/c de vendas		-	3.343
Fornecedores, conta corrente		109.424	90.472
Fornecedores-fact. em recep.e conferência		6.508	6.532
Fornecedores - títulos a pagar		27.584	29.721
Fornecedores de imobilizado - tit.a pagar		8.704	5.734
Empresas associadas		297	1.086
Empresas participadas e participantes		98	-
Outros accionistas		4.475	3.421
Adiantamentos de clientes		2.660	1.242
Outros empréstimos obtidos	56	2.403	2.531
Fornecedores de imobilizado c/c		20.562	42.013
Estado e outros entes públicos	52	29.723	32.783
Outros credores		13.243	20.966
		379.563	570.913
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de custos	53	196.954	34.485
Proveitos diferidos	53	4.181	20.859
Passivo por impostos diferidos	38	69.584	82.430
		270.719	137.774
TOTAL DO PASSIVO		2.127.814	2.050.257
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO		3.174.481	3.089.172

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Vicente Árias Mosquera

Manuel Roseta Fino

Demonstrações Consolidadas

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

Dos Resultados por Naturezas

(milhares de euros)		2004		2003	
	Notas				
CUSTOS E PERDAS					
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS					
E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS:					
Mercadorias		60.265		54.430	
Matérias		258.932	319.197	262.500	316.931
Fornecimentos e serviços externos			435.104		380.655
Custos com o pessoal					
Remunerações		109.680		107.586	
Encargos sociais:					
Pensões	21	6.823		2.739	
Outros		38.673	155.176	42.640	152.966
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	198.414		205.106	
Provisões	36 e 46	12.079	210.493	18.433	223.539
Impostos		5.339		5.313	
Outros custos e perdas operacionais		2.640	7.978	1.941	7.254
(A)			1.127.948		1.081.344
Perdas relativas a empresas associadas	44	160		1.206	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	1.102		41	
Outros juros e custos similares	44	137.263	138.525	117.726	118.972
(C)			1.266.473		1.200.316
Custos e perdas extraordinários	36 e 45		20.353		27.056
(E)			1.286.826		1.227.372
Imposto s/rendimento do exercício	36, 38 e 58		45.481		72.633
Interesses minoritários	36 e 55		4.525		7.230
(G)			1.336.832		1.307.235
Resultado líquido do exercício	36		185.909		185.883
			1.522.741		1.493.118
PROVEITOS E GANHOS					
VENDAS:					
Mercadorias		36.704		13.172	
Produtos		1.279.296		1.306.977	
		1.316.000		1.320.149	
Prestações de serviços	36	49.612	1.365.612	40.751	1.360.900
Variação da produção			(2.785)		(2.567)
Trabalhos para a própria empresa			175		681
Proveitos suplementares		11.611		10.930	
Subsídios a exploração		402		71	
Outros proveitos e ganhos operacionais		1.109	13.123	282	11.283
(B)			1.376.125		1.370.298
Ganhos de participações de capital:					
Relativos a empresas associadas	44	38.511		8.257	
Relativos a outras empresas	44	2.110		3.045	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	44	256		259	
Outros juros e proveitos similares	44	91.162	132.039	71.896	83.457
(D)			1.508.164		1.453.755
Proveitos e ganhos extraordinários	36 e 45		14.578		39.363
(F)			1.522.741		1.493.118
RESULTADOS OPERACIONAIS:	(B)-(A) =		248.176		288.954
RESULTADOS FINANCEIROS:	(D)-(B)-(C)-(A) =		(6.486)		(35.515)
RESULTADOS CORRENTES:	(D)-(C) =		241.691		253.439
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS:	(F)-(E) =		235.916		265.747
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	(F)-(G) =		185.909		185.883

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004.

Dos Resultados por Funções

(milhares de euros)		2004	2003
	Notas		
Vendas e prestações de serviços	36	1.365.612	1.360.900
Custos das vendas e prestações de serviços		(840.049)	(817.502)
Resultados brutos		525.563	543.398
Outros proveitos e ganhos operacionais		17.285	32.000
Custos de distribuição		(167.279)	(145.274)
Custos administrativos		(102.911)	(99.189)
Outros custos e perdas operacionais		(30.256)	(29.673)
Resultados operacionais		242.401	301.262
Custo líquido de financiamento		(46.101)	(45.830)
Ganho (perdas) em filiais e associadas	44	38.351	7.051
Ganho (perdas) em outros investimentos		1.265	3.264
Resultados correntes		235.916	265.747
Impostos sobre os resultados correntes	36, 38 e 58	(45.481)	(72.633)
Resultados líquidos antes de int. minoritários		190.434	193.114
Interesses minoritários	36 e 55	(4.525)	(7.230)
Resultados líquidos		185.909	185.883
Resultados por acção (euros)		0,28	0,28

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Vicente Árias Mosquera

Manuel Roseta Fino

Demonstrações Consolidadas

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

Dos Fluxos de Caixa

(milhares de euros)		2004	2003
	Notas		
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		1.628.777	1.603.451
Pagamentos a fornecedores		(868.948)	(801.593)
Pagamentos ao pessoal		(150.622)	(158.782)
Fluxo gerado pelas operações		609.206	643.076
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		(32.355)	(36.175)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(168.932)	(126.865)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		407.920	480.036
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		1.490	2.598
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(3.062)	(7.615)
Fluxos das actividades operacionais (1)		406.347	475.019
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Variações de perímetro		-	600
Investimentos financeiros		5.272	8.595
Imobilizações corpóreas		2.937	4.269
Imobilizações incorpóreas		-	3
Subsídios de investimento		280	2.355
Juros e proveitos similares		24.140	38.222
Dividendos		4.703	4.732
Outros		4.063	414
		41.395	59.191
Pagamentos respeitantes a:			
Variações de perímetro	14	(102.010)	(222.120)
Investimentos financeiros		(27.803)	(34.279)
Imobilizações corpóreas		(167.206)	(155.062)
Imobilizações incorpóreas		(14.399)	(2.309)
Outros		(1.161)	(29.028)
		(312.579)	(442.798)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(271.184)	(383.607)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos		812.027	1.053.495
Venda de acções próprias		1.832	4.356
Outros		2.800	2.035
		816.659	1.059.886
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos		(761.927)	(1.055.784)
Juros e custos similares	44	(69.459)	(114.160)
Dividendos	51	(113.465)	(106.663)
Aquisição de acções próprias		-	(2.492)
Outros		(13.794)	(9.574)
		(958.646)	(1.288.673)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(141.987)	(228.788)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(6.824)	(137.375)
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transacções não monetárias		821	3.587
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		211.137	344.926
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		205.134	211.137

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004.

Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

1. Aquisição / alienação de partes de capital

As aquisições ou alienações de filiais e outras actividades empresariais materialmente significativas encontram-se relevadas na Nota 14 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados.

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

(milhares de euros)

	2004	2003
Numerário	647	330
Depósitos bancários	110.291	73.950
Títulos negociáveis	128.517	218.455
Descobertos bancários	(34.320)	(81.597)
Caixa e seus equivalentes constantes no balanço	205.134	211.137

3. Linhas de crédito obtidas e não utilizadas

Em 31 de Dezembro de 2004, existiam aproximadamente 656,5 milhões de euros de linhas de crédito obtidas e não utilizadas.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de Dezembro de 2004

(valores expressos em milhares de euros)

Nota introdutória

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Angola, Brasil, Tunísia, Egipto e África do Sul ("Grupo Cimpor") nas áreas de produção e comercialização de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas.

O Grupo Cimpor detém as suas participações distribuídas, essencialmente, em duas Sub-Holdings; (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra, essencialmente, as participações nas sociedades da área de negócios de Portugal; e, (ii) a Cimpor Inversiones S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas no estrangeiro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

Nota 1. Empresas Incluídas na Consolidação

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as filiais nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (à excepção das referidas na Nota 2.) e as associadas em que se exerce uma influência dominante.

HOLDING E SUB-HOLDINGS

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INTERNACIONAL	CIMPOR INTERNACIONAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVESTIMENTOS	CIMPOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR INVERSIONES, S.A. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	100,00

ÁREA DE CIMENTO - Portugal

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR - INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
SCIAL	ESTABELECIMENTOS SCIAL DO NORTE, S.A. Av. Américo Duarte - S. Pedro Fins - Maia 4425 - 504 Maia	100,00

CECISA	CECISA - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CTA	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	88,95
MOSSINES	MOSSINES - CIMENTOS DE SINES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa	100,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, LDA. Canada das Murtas, Pico da Pedra, Ribeira Grande 9500 - 618 Ponta Delgada	75,00

ÁREA DE BETÃO PREPARADO E AGREGADOS - Portugal

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIMPOR BETÃO SGPS	CIMPOR BETÃO - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR BETÃO	CIMPOR BETÃO - INDÚSTRIA DE BETÃO PRONTO, S.A. Av. Almirante Gago Coutinho, Portela de Sintra 2710 - 418 Sintra	100,00
BETAÇOR	BETAÇOR - FABRICO DE BETÃO E ARTEFACTOS DE CIMENTO, S.A. Rua dos Pastos - Beljardim 9760 - 511 Praia da Victória	75,00
AGREPOR	AGREPOR AGREGADOS - EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A. Sangardão - Furadouro 3150 - 999 Condeixa-a-Nova	100,00
INERGRANITOS	INERGRANITOS, S.A. Lugar e Freguesia de Canas de Senhorim - Nelas 3525 - 044 Canas de Senhorim	100,00
JOMATEL	JOMATEL - EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, S.A. Tapada da Quinta de Cima - Est. de Albarraque - Linho 2714 Sintra	90,00
BETABEIRAS	BETABEIRAS - BETÕES DA BEIRA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	88,95
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A. Rua Qtª Paizinho - Edifício Bepor, Bloco 2-1º 2790 - 237 Carnaxide	66,44
VERMOFEIRA	VERMOFEIRA - EXTRACÇÃO E COMÉRCIO AREIAS, LDA. Rua Qtª Paizinho - Edifício Bepor, Bloco 2-1º Esq. 2790 - 237 Carnaxide	100,00
JOBRITA	JOBRITA - INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS, S.A. R. Vaz Monteiro, 192 - r/c Esq. 2580 - 505 Carregado	66,44
FORNECEDORA	FORNECEDORA DE BRITAS DO CARREGADO, S.A. Rua Vaz Monteiro, 192 - r/c Esq. 2580 - 505 Carregado	100,00
M.C.D.	M.C.D. - MATERIAIS CONSTRUÇÃO DRAGADOS E BETÃO PRONTO, S.A. Rua Qtª Paizinho - Edifício Bepor, Bloco 2-1º 2790 - 237 Carnaxide	66,44
BETRANS	BETRANS - SOCIEDADE PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE BETÃO TRANSMONTANO, S.A. Zona Industrial das Cantarias, Lt 189/190 5300 - 212 Bragança	100,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO, S.A. Qtª da Madeira, Estrada Nac. 114, km 85 7002 - 505 Évora	50,00
BEPRONOR	BEPRONOR - SOCIEDADE DE BETÃO PRONTO DO NORDESTE, S.A. R. Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00

III. Documentos de Prestação das Contas Consolidadas

ÁREA DE PRÉFABRICADOS - Portugal

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
VILAJE	VILAJE - VIGAS E LAGES PRÉ-ESFORÇADAS, LDA. Feiteira – Seixezelo - Vila Nova de Gaia 4415 - 556 Grijó	100,00
PREDIANA	PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS, S.A. Zona Industrial de Adua 7050 – 001 Montemor-o-Novo	100,00
GEOFER	GEOFER - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa	100,00
PRECADAR	PRECADAR - PONTES E VIADUTOS PRÉ - FABRICADOS, LDA. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS - Portugal

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR TEC	CIMPOR TEC – ENGENHARIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO AO GRUPO, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 Lisboa	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
TRANSVIÁRIA	TRANSVIÁRIA - GESTÃO DE TRANSPORTES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
T.P.A.	T.P.A. - TRANSPORTES STº. ANDRÉ, LDA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
ALEMPEDRAS	ALEMPEDRAS - SOCIEDADE DE BRITAS, LDA. Casal da Luz – Bairro – Santa Maria 2510 Óbidos	100,00
CIMADJUVANTES	CIMADJUVANTES - COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ADJUVANTES PARA CIMENTO, LDA. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00
CELFA	CELFA – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE GESSOS, S.A. Zona Industrial de Soure, Lt. 26 e 27 3130 – 551 Soure	100,00
SCORECO	SCORECO - VALORIZAÇÃO DE, RESÍDUOS, LDA. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00
KANDMAD	KANDMAD – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, LDA. Av. Arriaga, 77, Edifício Marina Fórum, 1º, sala 103, Sé 9000 – 060 Funchal	99,93

ÁREA INTERNACIONAL - Espanha

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CORPORACIÓN NOROESTE	CORPORACIÓN NOROESTE, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
C.N. HORMIGONES Y ÁRIDOS	CORPORACIÓN NOROESTE DE HORMIGONES Y ÁRIDOS, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
S.C.M.C. ANDALUCÍA	SOCIEDAD DE CEMENTOS Y MATERIALES DE CONSTRUCCIÓN DE ANDALUCÍA, S.A. Av. de la Agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,53

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CEMENTOS ANDALUCÍA	CEMENTOS DE ANDALUCÍA, S.L. Av. de la Agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,53
OCCIDENTAL HORMIGONES	OCCIDENTAL DE HORMIGONES, S.L. Calle la Viela Polígono Industrial el Nevero 06006 Badajoz	99,53
CEMENTOS EL MONTE	CEMENTOS EL MONTE, S.A. 21810 – Palos de la Frontera (Huelva) Puerto Exterior de Huelva Muelle Ingeniero Juan Gonzalo s/n	99,53
CEMENTOS NOROESTE	CEMENTOS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
SERMACONSA	SERVICIOS Y MATERIALES PARA LA CONSTRUCCIÓN, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
SILOS GALICIA	SILOS GALICIA, S.A. Calle Montero Rios, 30 – 1º 36201 Vigo	99,53
MORTEROS NOROESTE	MORTEROS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
MORTEROS GALICIA	MORTEROS DE GALICIA, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
HORMIGONES HÉRCULES	HORMIGONES HÉRCULES, S.L. Polígono Industrial – El Prado – 40 – Mérida 06800 – Badajoz	99,53
S.I.F. GALLEGA	SOCIEDAD INDUSTRIAL Y FINANCEIRA GALLEGA, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
HORMIGONES MIÑO	HORMIGONES MIÑO, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
CEMENTOS COSMOS	CEMENTOS COSMOS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,28
PREBETONG N. CANTERAS	PREBETONG NOROESTE DE CANTERAS, S.L. Brasil, 56 36204 Vigo	98,41
PREBETONG GALICIA	PREBETONG GALICIA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,41
CANTERAS PREBETONG	CANTERAS PREBETONG, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,41
BRAÑAS DE BRÍNS	BRAÑAS DE BRÍNS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,41
BOMTRAHOR	BOMBEO Y TRANSPORTE DE HORMIGON, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	92,79
PREBETONG LUGO	PREBETONG LUGO, S.A. Av. Benigno Rivera s/n Polígono Industrial del Ceao 27 003 Lugo	81,56
HORMIGONES MARIÑA	HORMIGONES MARIÑA, S.L. Carretera Santander – Ferrol. Lugar de Camba Municipio de Xove 27 870 Lugo	99,20
MATERIALES ATLÁNTICO	MATERIALES DEL ATLÁNTICO, S.A. Polígono Industrial Lagoas – Carretera Cedeira Km. 1,5 15 570 Narón (A Coruña)	53,90

III. Documentos de Prestação das Contas Consolidadas

HORMIGONES LA BARCA	HORMIGONES Y ÁRIDOS LA BARCA, S.A. Calle La Barca, nº 14 36 002 Pontevedra	49,77
ARICOSA	ÁRIDOS DE LA CORUÑA, S.A. Candame 15 142 Arteixo La Coruña	49,21
CANPESA	CANTEIRA DO PENEDO, S.A. Reina, 1 – 3º 27 001 Lugo	40,77

ÁREA INTERNACIONAL - Marrocos

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
ASMENT DE TEMARA	ASMENT DE TEMARA, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	62,60
BETOCIM	BETOCIM, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00

ÁREA INTERNACIONAL - Tunísia

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
C.J.O.	SOCIÉTÉ DES CEMENTS DE JBEL OUST 3, Rue de Touraine, Cité Jardins 1002 Tunis – Belvédère, Tunisie	100,00

ÁREA INTERNACIONAL - Brasil

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
C.C.B.	COMPANHIA DE CIMENTOS DO BRASIL, S.A. Avª Maria Coelho Aguiar, 215 – Bloco E – 8º J. São Luís – São Paulo/SP – Brasil	100,00
ATOL	COMPANHIA DE CIMENTO ATOL, S.A. Fazenda S. Sebastião Alagoas - S. Miguel dos Campos	100,00
CIMEPAR	COMPANHIA PARAIBA DE CIMENTO PORTLAND, S.A. Fazenda da Graça – Ilha de Bispo-Cidade João Pessoa Paraíba – Brasil	100,00
C.B.	CIMPOR BRASIL, LDA. Av. Mª Coelho Aguiar, 215 Bl E – 8º J. São Luís – São Paulo/SP – Brasil	100,00

ÁREA INTERNACIONAL - Moçambique

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Av. Fernão de Magalhães, 34 – 2º, nº1 Maputo – Caixa Postal 270	65,41
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Estrada de Lingamo Matola	65,41
PREMAP	PREFABRICADOS DE MAPUTO, S.A.R.L. Avª 24 de Julho, 2096, 4º Andar Maputo	53,11

ÁREA INTERNACIONAL - Egipto

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
AMREYAH	AMREYAH CEMENT COMPANY El Gharbaneyat – Borg El Arab City P. O. Box 21511 Alexandria	96,39
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	100,00
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	97,29
CSC	CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	98,37
CIMPSAC	CIMPOR SACS MANUFACTURE COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	97,15

ÁREA INTERNACIONAL - África do Sul

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
NPC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
DCL	DURBAN CEMENT LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
SRT	THE SIMUMA REHABILITATION TRUST 1 Wedgelink Road Bryanstone South Africa	100,00
NPC - CELL "A7"	NATAL PORTLAND CEMENT (PTY) – CELL "A7" 5 th Floor Sa Eagle House 70 Fox Street Johannesburg South Africa	100,00
CONCRETE	CONCRETE MIX (PTY) LTD. T/A SOUTH COAST MIXED CONCRETE P. O. Box 255 4240 Port Shepstone	100,00
S C STONE	SOUTH COAST STONE CRUSHERS (PTY) LTD. P. O. Box 255 4240 Port Shepstone	100,00
EEDESWOLD	EEDESWOLD HIGHLANDS (PTY) LTD. P.O. Box 255 4240 Port Shepstone	100,00

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIMPOR SERVIÇOS	CIMPOR – SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE EMPRESAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR SAGESA	CIMPOR SERVICIOS DE APOIO À LA GESTION DE EMPRESAS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIMPOR FINANCE	CIMPOR FINANCE LIMITED 2 Harbourmaster Place Custom House Dock Dublin 1	100,00
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V. Teleportboulevard 140 1043 EJ Amsterdam	100,00
SCANANG	SCANANG HOLDING, LTD. Gibraltar, 28 Irish Town	100,00
PENROD	PENROD INVESTMENTS LIMITED Suite 9.4.1.B – Europort – Gibraltar	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
MECAN	MECAN - MANUFATURA DE ELEMENTOS DE CASAS DE CONSTRUÇÃO NORMALIZADA, LDA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 Lisboa	100,00
RETONOBA	RETONOBA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00
FIVACAR	97 2000 FIVACAR, S.L. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00
99 SHIP	99 SHIP, S.A. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00
VEIROCIR	VEIROCIR – COMÉRCIO DE CIMENTOS, LDA. Rua Augusto Marques Bom, 21 Freguesia de Santo António dos Olivais 3030 – 218 Coimbra	100,00
CIMPSHIP	CIMPSHIP – TRANSPORTES MARÍTIMOS, S.A. Rua Dr. Brito da Câmara, 20 – 1º Freguesia da Sé 9000-039 Funchal	60,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A. – SOCIÉTÉ ANONYME DE REASSURANCE 65, Avenue de la Gare L 1611 - Luxemburgo	100,00

Nota 2. Empresas Excluídas da Consolidação

As filiais excluídas da consolidação por se encontrarem inactivas, se destinarem a venda ou por não serem materialmente relevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, são as seguintes:

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES - Moçambique

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
C.C. MOÇAMBIQUE	COMPANHIA DOS CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE	86,02
IMOPAR	IMOPAR - IMOBILIÁRIA DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Avª 24 de Julho, 2096 - 4º Maputo	95,00

Os investimentos financeiros nestas entidades encontram-se registados ao custo deduzido de uma provisão para as perdas estimadas na sua realização.

Nota 3. Empresas Associadas

As empresas associadas que, em 31 de Dezembro de 2004, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 23 c)), são as seguintes:

ÁREA DE CIMENTO - Portugal

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
SEMAPA	SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. Av. das Forças Armadas, 125 – 7º 1600 - 079 Lisboa	20,02
CIMENTOS MADEIRA	CIMENTOS MADEIRA, LDA. Estrada Monumental, 433 – São Martinho 9000 - 236 Funchal	42,86
C + P.A.	C + P.A. – CIMENTO E PRODUTOS ASSOCIADOS, S.A. Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre Um, 15º Piso 1070-101 Lisboa	48,00
CECIME	CECIME – CIMENTOS, S.A. R. Cintura do Porto de Lisboa, Armazém, 21 Topo Norte 1900 – 649 Lisboa	20,00

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS - Portugal

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
PRESCOR	PRESCOR - PRODUÇÃO DE ESCÓRIAS MOÍDAS, LDA. Aldeia de Paio Pires 2840 Seixal	35,00
SETEFRETE	SETEFRETE, SGPS, S.A. Av. Luísa Todi, 1 – 1º 2900 – 459 Setúbal	25,00

ÁREA INTERNACIONAL - Espanha

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CEMENTOS ANTEQUERA	CEMENTOS ANTEQUERA, S.A. Carretera del Polvorín km 2, margen izquierdo 29 540 Bobadilla, Estación. Málaga	21,35

ÁREA INTERNACIONAL - Angola

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
NOVA CIMANGOLA	NOVA CIMANGOLA, S.A. Av. 4 de Fevereiro, 42 Luanda	49,00

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
KEEFERS	KEEFERS FINANCE, S.A. Pasea Estate, Road Town-P.O.Box 3149 – Portola British Virgin Island	23,13

III. Documentos de Prestação das Contas Consolidadas

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CORTEZO	CORTEZO, N.V. P.O.Box 6050, Curaçao Netherlands Antilles	30,00
ARENOR	ARENOR, S.L. Calle Montecarmelo, 1 – 5º C Sevilla	28,57
AUXILIAR DE ÁRIDOS	AUXILIAR DE ÁRIDOS, S.L. Calle Montecarmelo, 1 – 5º C Sevilla	28,45

A Cimentos Madeira detém participações nas seguintes entidades da área de betão preparado e agregados, as quais se encontram registadas pelo método de equivalência patrimonial:

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
BETO MADEIRA	BETO MADEIRA - BETÕES E BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
BRIMADE	BRIMADE - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
MADEBRITAS	MADEBRITAS - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, LDA. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	21,86
PROMADEIRA	PROMADEIRA - SOCIEDADE TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO DA ILHA DA MADEIRA, LDA. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86
PEDRA REGIONAL	PEDRA REGIONAL – INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE PEDRAS ORNAMENTAIS, LDA. Estrada Monumental, 433 São Martinho 9000 – 236 Funchal	30,00
J.M.J. HENRIQUES	J.M.J. HENRIQUES, LDA. Caminho do Ribeiro Real, 10 Câmara dos Lobos 9300 – 006 Câmara dos Lobos	21,43
SANIMAR – MADEIRA	SANIMAR - MADEIRA, SOCIEDADE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86

Nota 4. Empresas Associadas Contabilizadas ao Custo

As empresas associadas registadas ao custo, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, por não serem materialmente relevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, ou por se destinarem a venda são as seguintes:

ÁREA INTERNACIONAL - Espanha

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
HORMIGONES CELANOVA	HORMIGONES MIRANDA CELANOVA, S.A. Crta. de Casasoá, km. 0,1 – La Caseta - Celanova Orense	39,36

ÁREA INTERNACIONAL - Egipto

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
ERMCC	EXPRESS READY MIX CONCRETE COMPANY 23, Talat Harb ST. - Cairo	28,91

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
ETG	ETG - EMPRESA DE TRANSPORTES E GESTÃO, S.A. Rua Corpo Santo, 6 – 2º 1200 Lisboa	44,90
SGS	SGS - INDÚSTRIAS DE MADEIRA, S.A. Pico do Cardo – S. António 9000 Funchal	35,00

Nota 5. Empresas Consolidadas pelo Método de Consolidação Proporcional

As seguintes empresas participadas foram consolidadas pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo das mesmas são exercidos conjuntamente com outro accionista:

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS - Portugal

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
ECORESÍDUOS	ECORESÍDUOS - CENTRO DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	50,00

ÁREA INTERNACIONAL - Brasil

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
ECO-PROCESSA	ECO-PROCESSA – TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA. Av. Rio Branco, 110 – 39º - parte Cidade do Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro	50,00

Nota 6. Empresas Participadas

As seguintes empresas em que o Grupo detém uma participação inferior a 20% não são incluídas no perímetro de consolidação, estando valorizadas conforme descrito na Nota 23 c):

ÁREA DE BETÃO PREPARADO E AGREGADOS - Portugal

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CEVALOR	CEVALOR - CENTRO TECNOLÓGICO PARA APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS E INDUSTRIAIS Estrada Nacional 4, Km 158 7150 - 208 Borba	9,95

III. Documentos de Prestação das Contas Consolidadas

ÁREA INTERNACIONAL - Espanha

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
AMINSA	APLICACIONES MINERALES, S.A. Ayto. de Valle de Oca, Camino Fuente Herrero, s/n 09 258 Cuevacardiel – Burgos	11,94
CEMENTOS LEMONA	CEMENTOS LEMONA, S.A. Alameda de Urquijo, 10 – 2º 48 008 Bilbao	19,38

ÁREA INTERNACIONAL - Egipto

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
UCF	UNITED COMPANY FOR FOUNDRIES 20, El – Gazayer Street New Naadi - Cairo	13,49
ASCOM	ASCOM 26, Road 265 New Maadi - Cairo	9,64
ASEMPRO	ASEMPRO 5, Street 260 New Maadi – Cairo	9,64

ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
NEFELE	COMPANHIA INDUSTRIAL DE SIENITOS NEFELÍNICOS, S.A. Serro da Cabeça Alta – Apartado, 45 8101 Loulé Codex	10,00

Nota 7. Número médio de empregados

O número médio de empregados ao serviço do Grupo, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, foi o seguinte:

Número médio de empregados por Áreas de Negócios	2004	2003
Serviços centrais	88	130
Portugal	1.689	1.782
Serviços Centrais ⁽¹⁾	133	43
Cimento	769	833
Betões e agregados	614	722
Argamassas	25	28
Outras actividades	148	156
Internacional	3.862	4.089
Espanha	969	929
Marrocos	218	249
Tunísia	243	249
Egipto	497	695
Brasil	1.075	1.082
Moçambique	503	549
África do Sul	358	335
Outras actividades	2	1
Total	5.641	6.002

⁽¹⁾ Inclui em 2004 os empregados da Cimpor Serviços.

Nota 10. Diferenças de Consolidação

O saldo desta rubrica representa as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios das empresas do grupo e associadas (ajustados pelos valores atribuídos aos activos e passivos adquiridos), na data da sua aquisição. As diferenças provenientes da primeira consolidação encontram-se relevadas nos capitais próprios. Os movimentos ocorridos, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 na rubrica "Diferenças de consolidação", foram como segue:

Movimentos / Filiais	Diferenças de consolidação (Nota 27)
Saldo inicial	1.250.722
AUMENTOS:	
Angola	
Nova Cimangola	22.271
Brasil	
CCB	5.453
Portugal	
Inergranitos	3.532
Veirocir	1.512
Cecime	1.187
Betrans	828
	7.059
Espanha	
Brañas de Bríns	6.062
Arenor	4.415
Materiales del Atlántico	3.587
Occidental de Hormigones	1.793
Silos Galicia	1.013
Cementos Antequera	285
	17.155
África do Sul	
Concrete Mix	2.405
South Stone Crushers	397
Eedeswol	79
	2.881
DIMINUIÇÕES:	
Anulações contabilísticas de diferenças de aquisição totalmente amortizadas	
Cementos Cosmos	(7.992)
Hormigones y Áridos la Barca	(2.880)
Hormigones Marina	(1.080)
	(11.952)
Saldo final	1.293.589

Por área geográfica, os movimentos ocorridos podem ser explicados como segue:

Angola

Em 8 de Novembro de 2004, a Cimpor Indústria adquiriu a totalidade do capital da empresa Scanang, cujo único activo é uma participação de 49% no capital social da empresa cimenteira angolana Nova Cimangola, com um custo de aquisição de 60.063 milhares de euros. Decorrente desta aquisição foi apurada uma diferença de consoli-

dação de 24.435 milhares de euros (22.271 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2004 pelo efeito da desvalorização da moeda funcional dessa participada).

Brasil

O aumento ocorrido nas diferenças de consolidação associadas à CCB corresponde: (i) à diferença apurada na aquisição adicional de 0,37% do respectivo capital; (ii) à aquisição de 3 centrais de betão pelo montante de 2.863 milhares de euros de que resultou um goodwill de 772,5 milhares de euros; (iii) ao efeito da valorização do Real Brasileiro sobre as diferenças de aquisição registadas nas respectivas demonstrações financeiras (relacionadas, essencialmente, com a aquisição no exercício de 2002 da participação na Cimentos Brumado).

Portugal

A Agrepor adquiriu, em Maio deste ano, a totalidade do capital da Inergranitos, por 4.615 milhares de euros. Decorrente desta aquisição foi apurada uma diferença de consolidação de 3.532 mil euros.

Em 26 de Novembro de 2004, as sociedades Retonoba e 99 Ship, adquiriram 100% do capital da Veirocir, por 3.000 milhares de euros de que resultou uma diferença de consolidação de 1.512 milhares de euros.

O aumento ocorrido nas diferenças de consolidação de 1.187 milhares de euros na Cecime, decorre da aplicação do método de equivalência patrimonial sobre a aquisição de 20% do respectivo capital, ocorrida em 15 de Setembro de 2003, por 974,8 milhares de euros.

O registo da diferença de consolidação de 828 milhares de euros relativamente à Betrants, decorre da aquisição de 50% do seu capital, por parte da Cimpor Betão, S.G.P.S..

Espanha

Em 29 de Novembro de 2004, a Canteras Prebetong adquiriu 100% do capital da Brañas de Bríns, por 6.309 milhares de euros de que resultou uma diferença de consolidação de 6.062 milhares de euros;

O registo da diferença de consolidação de 4.415 milhares de euros relativamente à Arenor, decorre da aquisição de 28,57% do seu capital, por parte da Retonoba, por 10.960 milhares de euros;

Em Outubro deste ano, a Sociedad Industrial y Financiera Gallega adquiriu 54,15% do capital da Materiales del Atlántico, por 4.549 milhares de euros, de que resultou uma diferença de consolidação de 3.587 milhares de euros;

A diferença de consolidação de 1.793 mil euros da Occidental Hormigones, resulta da aquisição inicial pela Corporación Noroeste, da sociedade Áridos Donoso del Río, por 889 mil euros, e posteriormente de 18 centrais de betão, por 11.370 mil euros.

A Fivacar adquiriu 16% do capital da Silos Galicia, do que resultou uma diferença de consolidação de 1.013 milhares de euros.

O aumento da diferença de consolidação na Cimentos Antequera resultou da aquisição adicional de 1,35% do respectivo capital.

África do Sul

Em Julho de 2004, a Natal Portland Cement Company, adquiriu 100% do capital das sociedades Concrete Mix, South Coast Stone Crushers e Eedeswold, por 3.551 milhares de euros, 1.150 milhares de euros e 378 milhares de euros, respectivamente. Decorrente destas aquisições, resultaram diferenças de consolidação de 2.881 milhares de euros.

AMORTIZAÇÕES DO GOODWILL

O *goodwill* decorrente da aquisição de partes sociais em empresas do grupo e associadas é amortizado no período estimado de recuperação dos investimentos realizados, o qual varia entre cinco e vinte anos.

Nota 11. Derrogação do Princípio de Consistência na Consolidação

Decorrente da política de gestão de risco do Grupo, a qual tem sido objecto de divulgação ao nível quer do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, quer no anexo às demonstrações financeiras de períodos anteriores, a Empresa tem procedido à contratação de diversos instrumentos financeiros.

Até 31 de Dezembro de 2003, relativamente aos instrumentos financeiros derivados, e face à ausência de normativo contabilístico específico em Portugal, a Empresa procedia ao registo nas demonstrações financeiras consolidadas dos respectivos efeitos financeiros apenas na data de ocorrência de fluxos monetários, diferindo os prémios recebidos ou pagos, quando aplicável, durante o período das operações. Adicionalmente, no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Empresa procedia à divulgação do "fair value" daqueles instrumentos.

O Conselho de Administração, em face da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") e atendendo ao disposto na Directriz Contabilística nº 18, entendeu adoptar com efeitos a 1 de Janeiro de 2004 as disposições do IAS 39 no que respeita ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros derivados contratados e à contabilização de operações de cobertura, por considerar que, embora derogando a política contabilística anteriormente seguida, a referida adopção conduz a uma apresentação mais adequada da posição financeira e resultado das operações do Grupo e a uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro.

De referir que, no que respeita à valorização dos investimentos financeiros correspondentes a partes de capital em empresas participadas nas quais não é exercido controlo ou influência significativa, bem como na valorização de investimentos em títulos negociáveis, ambos correspondentes a entidades com títulos cotados em bolsas de valores (Notas 23 c) e 23 i)), a Empresa já anteriormente adoptava os critérios preconizados no IAS 39, utilizando como referencial de valorização o respectivo valor de mercado.

A adopção de tais disposições do IAS 39 no registo dos investimentos financeiros, instrumentos financeiros derivados contratados e operações de cobertura teve os seguintes impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004:

	Resultados	Outras reservas (Nota 51)	Resultados transitados (Nota 51)
Investimentos financeiros (a)	1.535	(1.535)	-
Instrumentos financeiros (b)	(19.104)	(1.604)	(107.976)
Financiamentos (Nota 56)	27.402	-	31.592
Imposto diferido (Nota 38)	(2.612)	562	26.846
	7.222	(2.578)	(49.539)

- (a) Em "Outras reservas" foram registados os efeitos da desvalorização no período do investimento financeiro na participada Lemona, o qual está qualificado como disponível para venda.
- (b) Conforme mencionado em maior detalhe na Nota 59, o Grupo Cimpor tem como política proceder à contratação de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos seus riscos de taxa de juro e taxa de câmbio. Em 1 de Janeiro de 2004, a Cimpor não reunia todas as condições exigidas pelo IAS 39 por forma a permitir designar alguns dos instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura, os quais por esse motivo foram designados como instrumentos de negociação (Nota 59).

O justo valor dos instrumentos financeiros de negociação em 31 de Dezembro de 2003 foi registado em resultados transitados, enquanto que as variações subsequentes foram reconhecidas em resultados do período.

Nota 14. Alterações no Perímetro de Consolidação

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, as alterações mais significativas no perímetro de consolidação respeitaram ao seguinte:

- Aquisição da totalidade do capital da Inergranitos pela Agrepor (a);
- Aquisição pela Corporación Noroeste da totalidade do capital da Áridos Donoso del Rio, e posterior aquisição de 18 centrais de betão e alteração da denominação desta sociedade para Occidental de Hormigones (b);
- Aquisição pela Canteras Prebetong da totalidade do capital da Brañas de Bríns (b);
- Aquisição pela Retonoba de 28,75% do capital da Arenor (b);
- Aquisição pela Sociedad Industrial y Financeira Gallega de 54,15% do capital da Materiales del Atlántico (b);
- Aquisição pela Cimpor Indústria da totalidade do capital da empresa Scanang Holding, a qual tem como único activo uma participação de 49% no capital da Nova Cimangola (d);
- Aquisição da totalidade do capital da Veirocir, por parte da Retonoba (65%) e da 99 Ship (35%) (a);
- Aquisição pela Natal Portland Cement Company, de 100% do capital das empresas Concrete Mix, South Coast Stone Crushers e Eedeswold (c).

Os efeitos destas alterações no perímetro de consolidação, foram os seguintes:

Rubricas	Portugal (a)	Espanha (b)	Africa Sul (c)	Angola (d)	Total
Imobilizações incorpóreas	360	4.023	-	-	4.383
Imobilizações corpóreas	3.139	32.872	2.503	-	38.514
Investimentos financeiros	-	6.609	-	35.628	42.237
Existências	256	3.265	55	-	3.577
Dívidas de terceiros	1.126	6.593	1.010	-	8.728
Dívidas a terceiros	(2.590)	(34.881)	(2.573)	-	(40.043)
Interesses minoritários	-	(817)	-	-	(817)
Valor Líquido	2.291	17.665	995	35.628	56.579
Diferença de aquisição	6.232	15.858	2.881	24.435	49.406
Investimentos financeiros	(975)	-	-	(3.000)	(3.975)
Valor Líquido pago	7.548	33.523	3.877	57.063	102.010
Caixa e equivalentes	68	594	1.202	-	1.864
Património líquido adquirido	8.590	34.117	5.079	60.063	107.848

Nota 15. Consistência na Aplicação de Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo (Nota 23) foram consistentes entre as empresas incluídas na consolidação. Nos casos em que estas últimas utilizam critérios diferentes dos do Grupo, com efeitos materialmente relevantes, foram feitos os necessários ajustamentos de uniformização.

Nota 18. Método de Relevação das Participações em Associadas

As partes de capital detidas em empresas associadas, excepto as referidas na Nota 4, estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as diferenças para o valor contabilístico (custo de aquisição) mencionadas em rubricas apropriadas, como a seguir se discrimina:

Associadas	Custo de aquisição	Diferença de aquisição	Provisões - out. riscos e enc. eq. patrimonial	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 44)	Ajustamentos de partes capital (Nota 51)	Resultados transitados	Valor de balanço (Nota 27)
Grupo Cimentos Madeira	748	-	-	1.655	1.584	1.747	5.735
Prescor	257	-	-	114	51	(194)	228
Setefrete	3.388	(2.288)	-	21	375	278	1.774
Cortezo	2	-	-	1	5	7	15
Keefers	1.003	-	-	-	(608)	(379)	16
Semapa	116.880	(73.337)	-	33.696	(2.823)	4.186	78.602
Cimentos Antequera	6.161	(4.817)	-	-	-	750	2.094
C + PA	49.480	(1.598)	-	2.354	-	(1.206)	49.030
Arenor	10.960	(4.415)	-	7	-	-	6.552
Auxiliar de Áridos	40	-	-	40	-	-	80
Cecime	975	(1.187)	372	(160)	-	-	-
Nova Cimangola (a)	60.063	(22.271)	-	623	(5.595)	-	32.820
Total	249.957	(109.913)	372	38.351	(7.011)	5.190	176.946

(a) Participação financeira adquirida em 8 de Novembro de 2004. A diferença de aquisição indicada foi apurada de forma preliminar, com base nas demonstrações financeiras da Nova Cimangola em 31 Outubro de 2004. No exercício de 2005, irá proceder-se à afectação do valor de compra ao justo valor dos activos e passivos.

Nota 21. Compromissos Financeiros

Cimpor Indústria - Fundo de Pensões

Decorrente da aprovação em anos anteriores, pelo Instituto de Seguros de Portugal, de um pedido de alteração ao plano de pensões complementares de reforma e sobrevivência de que são beneficiários os trabalhadores activos e reformados da Cimpor Indústria, passaram a coexistir dois planos de pensões aplicáveis aos respectivos empregados, em função da sua data de admissão para o quadro efectivo, conforme se indica:

- Os empregados com data de admissão no quadro efectivo anterior a 31 de Dezembro de 1998 estão abrangidos por um plano de pensões não contributivo de benefício definido (a menos que tenham optado, até 31 de Dezembro de 2002, por transitar para o outro plano);
- Os empregados admitidos no quadro efectivo após 1 de Janeiro de 1999 estão abrangidos por um plano de contribuição definida, com possibilidade de contribuição por parte dos participantes.

As responsabilidades decorrentes dos benefícios supra referidos foram transferidas para o Fundo de Pensões CIMPOR, cuja entidade gestora é uma entidade independente e especializada, sendo apuradas semestralmente com base em estudos actuariais, elaborados por peritos independentes (o último estudo disponível reporta-se a 31 de Dezembro de 2004).

Os estudos reportados a 31 de Dezembro de 2004 e 2003 utilizaram a metodologia denominada por "Projected Unit Credit" e assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuarial:

Taxa técnica actuarial	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%
Taxa de rendimento do Fundo	5,50%
Taxa de crescimento salarial	2,50%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalide	EKV80

De acordo com os referidos estudos actuariais, os custos com complementos de pensões de reforma dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 podem ser detalhados como segue:

	2004	2003
Custo dos serviços correntes	612	610
Custo dos juros sobre o passivo	3.280	3.804
Retorno real dos activos do plano	(3.369)	(5.577)
Ganhos e perdas actuariais	1.982	(10.464)
Total do agregado	2.505	(11.627)

O valor dos ganhos e perdas actuariais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 está influenciado por uma rectificação à avaliação das responsabilidades actuariais dos empregados reformados em 31 de Dezembro de 2002.

Conforme referido anteriormente, as responsabilidades pelo pagamento dos benefícios sociais supra descritos foi transferida para um fundo de pensões autónomo, para o qual a Cimpor Indústria (e, indirectamente, as empresas relacionadas com empregados vincula-dos) faz contribuições regulares, tendentes a cobrir essas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o diferencial entre o respectivo valor actual e o valor de mercado dos activos do fundo era o seguinte:

	2004	2003
Empregados reformados:		
Valor actual das pensões em pagamento	51.069	49.973
Empregados no activo:		
Valor actual das responsabilidades com serviços passados	15.811	15.876
	66.880	65.849
Valor de mercado dos activos do fundo	66.220	64.006
Responsabilidades não financiadas	660	1.843

Em 31 de Dezembro de 2004, as responsabilidades não cobertas pelos activos do Fundo de Pensões CIMPOR, de 660 milhares de euros, encontram-se evidenciadas em rubrica específica de "Acréscimos de custos" (Nota 53).

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foram registados custos relacionados com responsabilidades no âmbito do regime de contribuição definida de 702 milhares de euros.

Cimpor Indústria - Benefícios complementares (Assistência na doença)

A Cimpor Indústria mantém para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e de Segurança Social, comparticipando, ao abrigo do disposto

no respectivo regulamento de Benefícios Complementares em vigor desde 1 de Outubro de 1995, nas despesas de saúde dos empregados a ela vinculados.

Este regime abrange os trabalhadores vinculados à Cimpor Indústria por contrato de trabalho sem termo, os titulares das prestações de pré-reforma, os titulares de complementos de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como os respectivos familiares elegíveis. O referido regulamento configura um plano de benefícios definidos, para o qual não se encontra constituído qualquer fundo destinado a financiar as referidas responsabilidades.

As responsabilidades decorrentes dos benefícios supra referidos, são apuradas, semestralmente, com base em estudos actuariais elaborados por peritos independentes.

O estudo reportado a 31 de Dezembro de 2004 assentou nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

Tábua de mortalidade	TV 73/77
Taxa técnica de juro	5,00%
Taxa de desconto	5,00%
Taxa de crescimento nominal dos custos	5,00%
Idade normal de reforma	65 anos
Agregado familiar médio:	
Activos	2
Não activos	2
Custo per capita	336 euros

Em 31 de Dezembro de 2004 encontra-se constituída uma provisão para outros riscos e encargos, de 13.580 milhares de euros (Nota 46), correspondente ao valor actual das responsabilidades apurado no respectivo estudo, composta como segue:

- Responsabilidades com serviços passados dos empregados já reformados, de 7.622 milhares de euros;
- Responsabilidades com serviços passados dos empregados no activo, de 5.958 milhares de euros.

De acordo com os referidos estudos actuariais, o custo com assistência na doença relativo aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 pode ser detalhado como segue:

	2004	2003
Custo dos serviços correntes	256	254
Custo dos juros	550	537
Ganhos e perdas actuariais	2.018	55
	2.823	846
Benefícios pagos durante o exercício	(483)	(421)
	2.340	425

Responsabilidades por pensões e benefícios complementares em outras empresas

Existem noutras empresas do Grupo planos de benefícios de reforma, relativos a complemento de pensões e benefícios complementares de assistência na doença. As responsabilidades inerentes a estes planos são anualmente determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades independentes, sendo reconhecido no período o custo determinado por esses estudos.

III. Documentos de Prestação das Contas Consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2004, a situação agregada destes planos pode ser apresentada do seguinte modo:

Valor actual das responsabilidades projectadas	12.103
Responsabilidades não financiadas	5.431
Encargo líquido do exercício	1.276

As responsabilidades não financiadas encontram-se registadas na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 46).

Outros compromissos

De referir a existência, em 31 de Dezembro de 2004, de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas e existências, sendo os mais relevantes os oriundos das áreas de negócio de Portugal, 35.692 milhares de euros, Egipto, 3.172 milhares de euros e Marrocos 5.449 milhares de euros.

Todos os compromissos financeiros, incluindo as letras descontadas e não vencidas, estão relevados no balanço em rubricas apropriadas.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio.

Nota 22. Responsabilidades por Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas do Grupo tinham prestado perante terceiros fianças e garantias de 139.507 milhares de euros. Destas, 61.953 milhares de euros, respeitam a garantias prestadas às autoridades fiscais, para fazer face às liquidações adicionais de impostos sobre o rendimento dos exercícios de 1996 a 1999 (Nota 58), cuja responsabilidade está provisionada na rubrica de Provisões para Riscos e Encargos (Nota 46).

Nota 23. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, derogados conforme exposto nas Notas 11, 23 c), 23 q) e 59, pela adopção de determinadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas do Grupo referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração de resultados na rubrica de "Interesses Minoritários" (Nota 55).

A consolidação das entidades referidas na Nota 5 efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método, foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, custos e proveitos destas entidades, na proporção em que o Grupo nelas participa, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções na referida proporção.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

(a) IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, as diferenças de consolidação, as quais são amortizadas no período estimado de recuperação dos investimentos realizados (que varia entre cinco e vinte anos), e as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro, as quais são amortizadas em três anos. As despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registadas como custo quando incorridas.

b) IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em vigor em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os subsídios ao investimento são apresentados em proveitos diferidos e reconhecidos de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, excepto no que respeita a determinados equipamentos básicos relacionados com a actividade cimenteira em Portugal, adquiridos após 31 de Dezembro de 1988, aos quais se aplicam taxas degressivas. Em ambos os métodos são calculadas dotações anuais no ano de aquisição ou de entrada em funcionamento.

As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	7 - 20
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	2 - 14
Outras imobilizações corpóreas	2 - 10

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras são amortizados no período previsto de exploração.

As benfeitorias e beneficiações a bens de várias categorias são amortizadas de acordo com o acréscimo de vida útil que se estima venha a decorrer das referidas benfeitorias e beneficiações.

c) INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Notas 3 e 18) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de

ganhos ou perdas financeiros (Nota 44), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de ajustamentos de partes de capital (Nota 51). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros qualificados como disponíveis para venda, encontram-se registados ao valor de mercado, na rubrica Partes de capital em outras empresas participadas, estando as variações de justo valor registadas em "Outras reservas".

Os restantes investimentos financeiros (Notas 4 e 6) são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

d) LOCAÇÃO FINANCEIRA

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea b) acima, são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

e) EXISTÊNCIAS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção. O critério de movimentação das saídas é o custo médio.

Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à constituição de uma provisão para depreciação de existências, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram.

f) PROVISÕES

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

g) ACTIVOS E PASSIVOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no exercício são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica "Reserva de conversão cambial":

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na Internacional Accounting Standard ("IAS") e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na IAS 39.

h) CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço, para conversão de activos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração de resultados e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de conversão cambial", sendo transferidos para resultados financeiros aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De forma consistente com exercícios anteriores, na área de negócios de Moçambique os saldos das rubricas de imobilizado e de capital próprio são mantidos ao câmbio histórico em dólares americanos, sendo as diferenças cambiais apuradas na conversão dos activos e passivos monetários registadas como resultado financeiro do período.

i) TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Os investimentos financeiros qualificados como detidos para negociação, encontram-se registados ao valor de mercado, na rubrica Títulos negociáveis, sendo as variações de justo valor registadas em ganhos/perdas financeiros.

Os restantes títulos negociáveis são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

j) RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar no passivo. Os custos com pensões são registados na rubrica "Custos com o pessoal – Encargos sociais", conforme previsto pela referida directriz, com base nos valores determinados por estudos actuariais (Nota 21).

k) ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº19. Atendendo ao facto de não se encontrar constituído qualquer fundo para o efeito, o valor presente das obrigações de benefícios definidos encontra-se, na sua totalidade, expresso na rubrica de "Provisões para riscos e encargos" (Nota 46).

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo actuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

Os custos com assistência na doença são registados na rubrica de "Custos com o pessoal - encargos sociais", conforme previsto na referida directriz (Nota 21).

l) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal, para cada um dos universos fiscais determinados.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

m) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de imobilizado gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados na medida em que os activos reavaliados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, estes valores não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

n) RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio do Grupo, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determinável, têm vindo a ser constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração (Nota 46). Estas provisões são constituídas durante o período de exploração, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas ou, caso as mesmas não sejam suficientes, ao reconhecimento nesse mesmo período dos custos incorridos.

o) ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente, do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

p) SUBSÍDIOS OBTIDOS

Os subsídios atribuídos à Empresa por investimentos efectuados, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos nas demonstrações de resultados de forma consistente e proporcional às amortizações dos bens cuja aquisição foi subsidiada.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados quando recebidos.

q) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

O Grupo tem como política recorrer à contratação de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39, nomeadamente, quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de "justo valor" são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito aquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de "cash-flow" são registadas em "Outras reservas" na sua componente efectiva e, em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em "Outras reservas" são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações, são registadas como "Reserva de conversão cambial" na sua componente efectiva. A componente não efectiva daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são registadas como "Reserva de conversão cambial".

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos no IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Nota 24. Cotações

As cotações utilizadas em 31 de Dezembro de 2004, para converter para euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira (Nota 23, alíneas g) e h)), foram as seguintes:

Divisas	Câmbio fecho		Câmbio médio	
	2004	2003	2004	2003
USD	1,3621	1,2630	1,2439	1,1321
MAD	11,2196	11,0614	11,1420	10,9499
BRL	3,6147	3,6646	3,6361	3,5184
TND	1,6352	1,5272	1,6100	1,5067
MZM	25.314,4	29.179,7	27.363,7	26.541,5
EGP	8,2679	7,7929	7,7663	6,7079
ZAR	7,6897	8,3276	8,0265	8,5367

Nota 25. Despesas de Instalação e de Investigação e de Desenvolvimento

As despesas de instalação e de investigação e de desenvolvimento respeitam, essencialmente, aos custos incorridos com a elaboração de estudos relacionados com o desenvolvimento de novos mercados. São amortizadas em três anos, pelo método de quotas constantes, com início no ano da sua efectivação.

Nota 27. Activo Imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo em 31 Dezembro de 2004 no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, podem ser resumidos do seguinte modo:

ACTIVO BRUTO								
Rubricas	Saldo inicial	Varição perímetro (Nota 14)	Efeito cambial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:								
Despesas de instalação	10.168	1.801	(28)	-	891	-	(593)	12.238
Despesas de investigação e de desenvolvimento	16.999	-	(190)	-	512	-	(12.587)	4.734
Propriedade industrial e outros direitos	8.238	3.996	34	-	407	(57)	(289)	12.328
Imobilizações em curso	185	20	-	-	6.984	-	(148)	7.040
Diferenças de consolidação	1.250.722	49.406	(1.512)	-	6.923	-	(11.951)	1.293.589
Total	1.286.312	55.222	(1.697)	-	15.717	(57)	(25.568)	1.329.928
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:								
Terrenos e recursos naturais	207.272	8.282	(2.152)	-	684	(798)	18	213.307
Edifícios e outras construções	1.088.716	14.528	(6.910)	-	1.522	(1.184)	17.781	1.114.453
Equipamento básico	2.579.912	20.756	(22.158)	-	30.442	(12.240)	97.108	2.693.819
Equipamento de transporte	64.791	2.061	(469)	-	13.182	(3.428)	4.143	80.279
Ferramentas e utensílios	6.901	9	(63)	-	181	(134)	20	6.914
Equipamento administrativo	44.861	213	(99)	-	1.631	(408)	299	46.498
Taras e vasilhame	132	-	(7)	-	-	-	465	590
Outras imobilizações corpóreas	8.835	196	(40)	-	800	(71)	(1.326)	8.393
Imobilizações em curso	141.092	706	(572)	-	90.643	(2.026)	(112.189)	117.654
Adiantamentos por conta de Imobilizações corpóreas	8.842	-	(17)	-	3.904	-	(6.473)	6.256
Total	4.151.353	46.751	(32.487)	-	142.989	(20.289)	(155)	4.288.162
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:								
Partes de capital em empresas associadas	77.199	41.238	(3.319)	33.509	27.343	-	975	176.946
Partes de capital em outras empresas participadas	63.892	-	(111)	(2.154)	69	(4.832)	1.855	58.718
Empréstimos outras empresas participadas	886	-	11	-	-	-	14	911
Títulos outras aplicações financeiras	12.306	24	109	-	394	(163)	(3.255)	9.415
Outros empréstimos concedidos	99	-	-	-	-	(42)	-	57
Imobilizações em curso	4.006	(3.000)	-	-	-	-	(1.006)	(0)
Adiantamentos p/ conta investimentos financeiros	2.695	-	-	-	-	-	6.804	9.499
Total	161.082	38.262	(3.310)	31.355	27.806	(5.037)	5.386	255.545

A coluna de "Reavaliação/ajustamentos" corresponde às alterações na valorização dos investimentos financeiros decorrentes de: (i) aplicação do método da equivalência patrimonial às partes de capital em empresas associadas; e, (ii) alteração do valor de mercado de partes de capital em outras empresas participadas, cujas acções se encontram cotadas (Nota 23 c)).

Aplicação do método da equivalência patrimonial tem os seguintes impactos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004:

Ganhos/perdas em empresas associadas (Nota 44)	38.351
Dividendos recebidos	(3.334)
Ajustamentos de partes de capital (Nota 51)	(1.508)
	33.509

Os aumentos ocorridos nas rubricas de "Investimentos financeiros" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, detalham-se como se segue:

Partes de capital em empresas associadas:	
Aquisição de 1,35% do capital da Cimentos Antequera	223
Aumento de capital na C+P.A.	27.120
	27.343

As transferências na rubrica de "Adiantamentos por conta de investimentos financeiros" inclui 6.738 milhares de euros respeitantes ao valor dos créditos sobre a Imopar, os quais de acordo com deliberação da respectiva Assembleia Geral irão ser convertidos em capital.

Na rubrica de "Partes de Capital em outras empresas participadas", está incluída a participação na Cimentos Lemona, qualificada como disponível para venda, de 52.335 milhares de euros, cujo valor de mercado, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, apresentou um decréscimo de 1.535 milhares de euros.

As alienações identificadas na rubrica "Partes de capital em outras empresas", respeitam essencialmente à venda da participação na Cimentos Portland, S.A.

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES							
Rubricas	Saldo inicial	Variação perímetro (Nota 14)	Efeito cambial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:							
Despesas de instalação	7.757	69	(8)	1.211	-	(785)	8.244
Despesas de investigação e de desenvolvimento	16.676	-	(115)	352	-	(13.452)	3.461
Propriedade industrial e outros direitos	4.110	1.364	36	1.051	(47)	(180)	6.334
Diferenças de consolidação	365.849	-	74	66.746	-	(11.951)	420.718
Total	394.392	1.433	(12)	69.361	(47)	(26.369)	438.757
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:							
Terrenos e recursos naturais	32.958	-	(310)	2.560	-	1	35.209
Edifícios e outras construções	787.789	529	(3.230)	27.315	(531)	392	812.263
Equipamento básico	2.033.579	6.263	(10.781)	92.268	(10.352)	3.181	2.114.158
Equipamento de transporte	56.681	1.301	(486)	2.671	(3.001)	3.230	60.397
Ferramentas e utensílios	5.608	8	(61)	505	(123)	(61)	5.876
Equipamento administrativo	35.128	60	(52)	3.026	(403)	(342)	37.417
Taras e vasilhame	117	-	-	24	-	-	140
Outras imobilizações corpóreas	5.936	76	(35)	686	(56)	(1.448)	5.159
Total	2.957.796	8.237	(14.954)	129.054	(14.467)	4.954	3.070.619
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:							
Partes de capital em outras empresas participadas	3.418	-	-	1.062	-	-	4.480
Empréstimos a outras empresas participadas	772	-	11	-	-	-	783
Títulos e outras aplicações financeiras	4.986	-	-	40	-	(182)	4.844
Total	9.176	-	11	1.102	-	(182)	10.107

Nota 33. Dívidas a Terceiros a Longo Prazo

Para além das evidenciadas na Nota 56, existem noutras rubricas do passivo, dívidas a terceiros com prazo de vencimento superior a cinco anos de, aproximadamente, 5.856 milhares de euros, as quais estão relacionadas com a aquisição na área de negócios do Brasil de um conjunto de activos cimenteiros.

Nota 36. Relato por Segmentos

Segmentos geográficos

O Grupo Cimpor desenvolve a sua actividade em diversos mercados geográficos. A principal informação, em 31 de Dezembro de 2004, relativa a cada um destes mercados é a seguinte:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunísia	Marrocos	África Sul	Outros	Eliminações	Consolidado
RÉDITOS:										
Vendas externas	518.960	344.508	199.121	60.103	53.599	54.547	87.514	47.260	-	1.365.612
Vendas inter-segmentais	58.620	6.415	-	6.702	-	-	-	4.858	(76.595)	-
Réditos totais	577.580	350.923	199.121	66.805	53.599	54.547	87.514	52.118	(76.595)	1.365.612
Resultados operacionais externos	55.467	106.185	25.036	(733)	6.635	18.841	29.764	6.983	-	248.176
Resultados operacionais inter-segmentais	48.455	(48.010)	(1.044)	5.036	(2.036)	(1.845)	875	(1.432)	-	-
Resultados operacionais totais	103.922	58.175	23.992	4.303	4.599	16.996	30.639	5.551	-	248.176
Resultados financeiros externos	(3.318)	(7.376)	9.650	(6.645)	(567)	241	144	(36.966)	-	(44.837)
Resultados financeiros inter-segmentais	(549)	(32.644)	(1.150)	-	-	-	(367)	34.710	-	-
Resultados financeiros totais	(3.867)	(40.020)	8.500	(6.645)	(567)	241	(223)	(2.256)	-	(44.837)
Ganhos-perdas em associadas	37.680	47	-	-	-	-	-	623	-	38.351
Impostos s/ os lucros	(30.921)	1.362	(4.501)	12.108	(210)	(12.470)	(10.495)	(354)	-	(45.481)
Resultados de actividades ordinárias	106.814	19.565	27.991	9.766	3.821	4.767	19.922	3.564	-	196.210
Resultados extraordinários externos	(418)	690	(284)	(7.634)	1.355	1.813	14	(1.312)	-	(5.775)
Resultados extraordinários totais	(418)	690	(284)	(7.634)	1.355	1.813	14	(1.312)	-	(5.775)
Interesses minoritários	1.535	770	-	510	-	2.769	-	(1.058)	-	4.525
Resultado líquido	104.862	19.484	27.707	1.622	5.176	3.812	19.936	3.310	-	185.910
OUTRAS INFORMAÇÕES:										
Activos do segmento	773.126	653.800	834.110	364.063	176.321	95.890	146.097	131.073	-	3.174.481
Activos inter-segmentais	12.923	316.428	-	818	-	-	1.137	979.638	(1.310.945)	-
Investimento em associadas	168.206	8.740	-	-	-	-	-	-	-	176.946
Passivos do segmento	277.228	612.674	67.065	100.824	33.207	29.635	23.887	983.293	-	2.127.814
Passivos inter-segmentais	(1.270)	(968.620)	(20.812)	(314.447)	(998)	(554)	(39)	(4.206)	1.310.945	-
Dispêndios de capital fixo	88.702	79.542	16.308	10.642	8.588	19.159	11.209	26.528	-	260.679
Amortizações	54.937	32.288	54.538	25.189	10.050	7.604	8.894	4.914	-	198.414
Outros gastos não desembolsados (provisões)	12.592	2.687	1.825	8.064	117	143	334	1.699	-	27.462

Na generalidade dos mercados geográficos, a actividade desenvolvida enquadra-se, essencialmente, em três áreas de negócio. Por segmento de negócio, a principal informação, em 31 de Dezembro de 2004, é a seguinte:

Segmentos de negócio

	Vendas externas	Activo líquido	Dispendios de capital fixo
Cimento	990.544	2.452.787	193.975
Betões e agregados	336.474	307.420	39.148
Outros	38.594	414.275	27.556
Total	1.365.612	3.174.481	260.679

Nota 38. Imposto Sobre o Rendimento

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 – Imposto sobre o rendimento (Nota 23, alínea I)).

O encargo de imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, face ao resultado antes de imposto, pode ser apresentado do seguinte modo:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	235.916	
Diferenças permanentes	(34.833)	
	201.083	
Encargo normal de imposto		55.298
Benefícios fiscais		(4.842)
Diferença de taxas		4.623
Imposto diferido - efeito de alteração de taxa de imposto		(10.937)
Contingências fiscais		963
Outros		376
Encargo do período		45.481

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, a amortização de *goodwill*, o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial e acréscimo de provisões não aceites como custo final.

O efeito de alteração da taxa de imposto corresponde ao impacto da redução da taxa de imposto no Egipto nos respectivos impostos diferidos.

A composição do encargo de imposto do período pode ser apresentada do seguinte modo:

Imposto corrente	31.884
Correcção de exercícios anteriores	(635)
Imposto diferido	13.269
Contingências fiscais (Notas 46 e 58)	963
Encargo do período	45.481

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Saldo inicial	Varição perímetro	Efeito cambial	Imposto s/ rendimento	Capital próprio	Transferências	Saldo final
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:							
Reavaliações e ajustes às imobilizações	39.469	-	110	(1.298)	-	-	38.281
Prejuízos reportáveis	45.564	412	13.303	(19.748)	-	136	39.667
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	3.012	8	(31)	(1.310)	-	1	1.679
Provisões para riscos e encargos	7.776	-	18	3.459	-	-	11.253
Provisões para depreciação de existências	2.389	60	(29)	(588)	-	-	1.833
Outras provisões	2.541	7	32	1.011	-	-	3.591
Outros	4.381	-	38	(6.750)	27.798	-	25.467
	105.132	487	13.441	(25.223)	27.798	138	121.772
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:							
Reavaliação e ajustes às imobilizações	75.440	219	(1.686)	(12.228)	-	-	61.745
Investimentos financeiros	757	-	-	(757)	-	-	0
Reinvestimentos de mais-valias	662	2	-	(217)	-	-	447
Outros	5.572	-	182	1.248	390	-	7.392
	82.430	221	(1.504)	(11.954)	390	-	69.584
Impostos diferidos líquidos	22.702	266	14.944	(13.269)	27.408	138	52.188

Os activos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam da existência de activos imobilizados cuja base tributável é superior ao respectivo valor contabilístico, decorrente da existência de reavaliações a nível das demonstrações financeiras individuais, as quais foram anuladas para efeitos de consolidação.

Os passivos por impostos diferidos resultam da existência de activos imobilizados cujo valor contabilístico é superior à respectiva base tributável decorrente, essencialmente, da atribuição de justos valores em processos de aquisição.

Os outros activos por impostos diferidos incluem, essencialmente, o efeito do registo dos instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 11).

Estima-se que os activos e passivos por impostos diferidos que irão ser revertidos a médio e longo prazo, ascendam a, aproximadamente, 96.000 milhares de euros e 62.000 milhares de euros respectivamente.

Nota 39. Órgãos Sociais

As remunerações fixas atribuídas aos membros dos órgãos sociais da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram, as seguintes:

Conselho de Administração	1.670
Conselho Fiscal	48
Total	1.718

Nota 41. Reavaliações - Diplomas Legais

As imobilizações corpóreas das empresas incluídas na consolidação, sediadas em Portugal, foram reavaliadas, ao longo de vários exercícios, ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

Nota 42. Quadro Discriminativo das Reavaliações

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas, e correspondente reavaliação em 31 Dezembro de 2004, líquido de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Terrenos e recursos naturais	162.027	16.070	178.097
Edifícios e outras construções	258.860	43.330	302.190
Equipamento básico	579.133	528	579.661
Equipamento de transporte	19.882	-	19.882
Ferramentas e utensílios	1.038	-	1.038
Equipamento administrativo	9.050	31	9.081
Taras e vasilhame	451	-	451
Outras imobilizações corpóreas	3.234	-	3.234
Total	1.033.676	59.958	1.093.634

A diferença entre o saldo da rubrica "Reservas de reavaliação" (Nota 51) e o valor supra indicado (4.227 milhares de euros) corresponde à parcela daquele valor entretanto incorporada em capital.

Nota 44. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
CUSTOS E PERDAS		
Juros suportados	76.035	61.070
Perdas em empresas do grupo e associadas (Notas 18 e 27)	160	1.206
Amortizações de investimentos em imóveis	40	40
Provisões para aplicações financeiras (Nota 46)	1.062	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	49.298	35.866
Descontos de pronto pagamento concedidos	4.499	4.614
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	67	-
Outros custos e perdas financeiros	7.363	16.177
	138.525	118.972
Resultados financeiros	(6.486)	(35.515)
Total	132.039	83.457
PROVEITOS E GANHOS		
Juros obtidos	38.246	31.912
Ganhos empresas grupo e associadas (Notas 18 e 27)	38.511	8.257
Rendimentos de imóveis	256	259
Rendimentos de participações de capital	2.110	3.045
Diferenças câmbio favoráveis	47.517	16.726
Descontos de pronto pagamentos obtidos	944	865
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	434	523
Outros proveitos e ganhos financeiros	4.021	21.871
Total	132.039	83.457

O registo dos instrumentos financeiros derivados e a actualização ao justo valor dos investimentos financeiros e dos financiamentos (Notas 11, 23 e 56), quando aplicável, teve o seguinte impacto nos resultados financeiros do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004:

Juros suportados	8.231
Diferenças de câmbio desfavoráveis	36.961
	45.192
Juros obtidos	(16.859)
Diferenças de câmbio favoráveis	(36.631)
	(53.491)
Efeito líquido	(8.299)

Nota 45. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
CUSTOS E PERDAS		
Donativos	484	608
Dívidas incobráveis	536	1.682
Perdas em existências	181	164
Perdas em imobilizações	781	1.119
Multas e penalidades	138	271
Aumentos de amortizações e provisões (Nota 46)	10.605	12.506
Correcções relativas a exercícios anteriores	557	567
Outros custos e perdas extraordinários	7.071	10.140
	20.353	27.056
Resultados extraordinários	(5.775)	12.307
Total	14.578	39.363
PROVEITOS E GANHOS		
Recuperação de dívidas	100	132
Ganhos em existências	186	775
Ganhos em imobilizações	3.865	5.290
Benefícios de penalidades contratuais	3	34
Reduções de amortizações e de provisões	8.141	16.985
Correcções relativas a exercícios anteriores	457	283
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.826	15.864
Total	14.578	39.363

Nas reduções de amortizações e provisões estão registados os efeitos da utilização e redução de várias provisões que tinham sido constituídas em anos anteriores, para fazer face a responsabilidades com reestruturações, riscos de cobranças duvidosas, e outros riscos diversos.

Nota 46. Movimentos em Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Provisões	Saldo inicial	Variação perímetro	Efeito cambial	Aumento	Redução	Transferências	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria	2.339	-	-	-	2.339	-	-
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	60.460	80	(705)	4.899	3.471	(5.691)	55.571
Provisões para riscos e encargos	127.949	-	(691)	21.064	9.654	6.330	144.998
Provisões para depreciação de existências	10.912	19	(166)	397	564	(438)	10.159
Provisões para investimentos financeiros (Nota 27)	9.176	-	11	1.102	-	(182)	10.107
Total	210.836	99	(1.552)	27.462	16.028	19	220.835

III. Documentos de Prestação das Contas Consolidadas

A provisão para riscos e encargos é composta por:

Provisões para contingências legais e fiscais	98.917
Responsabilidades por benefícios complementares de reforma e de saúde (Nota 21)	19.011
Provisões para recuperação paisagística (Nota 61)	5.618
Provisões para outros riscos e encargos	21.452
	144.998

Os aumentos nas provisões foram efectuados por contrapartida de:

Provisões do exercício	12.079
Custos extraordinários - Aumento de amortizações e provisões (Nota 45)	10.605
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 38)	963
Custos com o pessoal (Nota 21)	2.340
Provisões para aplicações financeiras (Nota 44)	1.062
Outros	413
	27.462

Nota 50. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital totalmente subscrito e realizado estava representado por 672.000.000 acções com o valor nominal de um euro cada uma delas.

Nota 51. Movimento nas Rubricas de Capital Próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aplicação resultados	Movimento acções própria	Reserva de conversão cambial	Transferências	Outras variações	Resultado líquido	Saldo final
Capital	672.000	-	-	-	-	-	-	672.000
Acções próprias	(17.403)	-	1.869	-	-	-	-	(15.534)
Diferenças de consolidação	(13.541)	-	-	-	-	-	-	(13.541)
Ajust. part. cap. em filiais e assoc.	(30)	-	-	-	-	(6.981) ^{a)}	-	(7.011)
Reservas de reavaliação	64.531	-	-	-	(8.799)	-	-	55.731
Reserva legal	67.200	9.300	-	-	-	-	-	76.500
Reserva de conversão cambial	(419.734)	-	-	(3.798)	-	-	-	(423.531)
Outras reservas	173.910	-	(37)	-	-	(2.578) ^{b)}	-	171.295
Resultados transitados	247.769	61.268	-	-	8.799	(49.302) ^{b)}	-	268.534
Resultado líquido do exercício	185.883	(185.883)	-	-	-	-	185.909	185.909
Total	960.586	(115.315)	1.832	(3.798)	-	(58.861)	185.909	970.352

a) Inclui 5.473 milhares de euros de actualização cambial da participação financeira na Nova Cimangola.

b) Ver Nota 11.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Acções próprias

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registadas em reservas.

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 588.605 acções (Nota 60) a diversos colaboradores do Grupo, pelo montante global de 1.832 milhares de euros, de que resultou a diminuição em Outras reservas de 37 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, a Cimpor detinha um total de 4.751.960 acções próprias.

Reserva de reavaliação

A parcela da reserva de reavaliação realizada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, por amortização ou alienação dos bens a que respeita, foi transferida para resultados transitados.

Reserva de conversão cambial

A reserva de conversão cambial resulta da conversão para euros das demonstrações financeiras das empresas participadas, incluídas na consolidação e denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, das diferenças de câmbio referidas na Nota 23 g).

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 14 de Maio de 2004, o resultado líquido do exercício de 2003 foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos	114.240
Gratificações a empregados	1.850
Resultados transitados	60.493
Reserva legal	9.300
	185.883

Os dividendos atribuídos às acções próprias e não distribuídos no valor de 775 milhares de euros, estão incluídos na rubrica de Resultados transitados.

Nota 52. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	16.346	7.800
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1.208	3.900
Imposto sobre o Valor Acrescentado	17.228	15.706
Contribuições para a Segurança Social	1	3.071
Outros	564	3.158
	35.346	33.635

Nota 53. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Custos diferidos	
Instrumentos financeiros derivados (Nota 59)	7.300
Encargos com emissão de dívida	4.671
Outros	2.222
	14.193
Acréscimos de custos	
Instrumentos financeiros derivados (Nota 59)	147.973
Encargos financeiros a liquidar	18.316
Remunerações a liquidar	12.052
Acréscimo de custos fiscais (a)	11.286
Outros acréscimos de custos	6.666
Benefícios de reforma a liquidar (Nota 21)	661
	196.954
Proveitos diferidos	
Subsídios ao investimento	3.933
Outros	248
	4.181

- a) O normativo fiscal no Brasil inclui impostos que têm como base de incidência o valor da receita gerada em cada período. Uma das empresas participadas no Brasil está a questionar judicialmente a taxa de um dos referidos impostos, bem como a respectiva base de cálculo. O acréscimo de custos corresponde ao valor reclamado pelas autoridades fiscais desse país e que está a ser questionado por essa empresa.

Nota 54. Títulos Negociáveis

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

Aplicações de tesouraria em EUR	25.915
Aplicações de tesouraria em BRL	102.555
Aplicações de tesouraria em USD	48
	128.517

Esta rubrica respeita a aplicações de tesouraria de curto prazo, essencialmente certificados de depósito e títulos de dívida pública.

Nota 55. Interesses Minoritários

Os Interesses minoritários relevados no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 e na demonstração consolidada de resultados do exercício findo naquela data, correspondem à participação de terceiros nos capitais e resultados das seguintes empresas:

	Balanço	Resultados
Grupo Cimentação	2.287	800
Grupo Cimpor Betão	18.230	751
Grupo Corporación Noroeste	11.047	772
Cement Trading Activities	1.026	39
Cimentos Moçambique	14.150	(1.058)
Asment de Témará	23.473	2.769
Cimpship	1.963	(57)
Amreyah Cement Company	4.101	510
Outros	39	0
Total	76.315	4.525

Nota 56. Financiamentos

Em 31 de Dezembro de 2004 os financiamentos por maturidades e tipos eram os seguintes:

MÉDIO E LONGO PRAZO:	
Empréstimos por obrigações	890.417
Dívidas a instituições de crédito	413.431
Outros empréstimos obtidos	8.925
	1.312.772
CURTO PRAZO:	
Empréstimos por obrigações	3.134
Dívidas a instituições de crédito	150.749
Outros empréstimos obtidos	2.403
	156.287
Total	1.469.059

O detalhe das emissões de Empréstimos por Obrigações, em 31 de Dezembro de 2004, era o seguinte:

Emitente/Emissor	Instrumento	Data emissão	Taxa de juro	Condições/reembolso	Valor
CIMPOR Financial Operations B.V.	Eurobonds	27.Mai.04	Taxa fixa 4,50%	27.Mai.11	600.000
CIMPOR Financial Operations B.V.	US Private Placements 10y	27.Jun.03	Taxa fixa 4,75%	27.Jun.13	105.153
CIMPOR Financial Operations B.V.	US Private Placements 12y	27.Jun.03	Taxa fixa 4,90%	27.Jun.15	180.563
Cimentos de Moçambique S.A.R.L	Empréstimo Obrigacionista	13.Dez.04	TAM + 5,25%	(i)	7.835
					893.551

(i) 5 semestralidades a partir de Junho de 2005.

Decorrentes da aplicação das disposições do IAS39, relativamente à contabilidade de cobertura, os "US Private Placements" incorporam as variações no respectivo justo valor, a partir do momento em que foram estabelecidas as relações de cobertura, as quais em 31 de Dezembro de 2004 ascendem a 58.994 milhares de euros (Nota 11).

Em 31 de Dezembro de 2004, a dívida a instituições de crédito apresentava a seguinte composição:

MÉDIO E LONGO PRAZO			
Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro	Valor
Empréstimo Sindicado	EUR	Euribor + 0,50%	300.000
Financiamento BEI	EUR	Taxa básica BEI	60.000
Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	15.833
Bilaterais	BRL	Várias	11.101
Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	15.625
Bilateral	EGP	11,7%	62
Bilaterais	ZAR	Várias	261
Bilaterais	EUR	Várias	10.549
			413.431

CURTO PRAZO			
Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro	Valor
Bilateral	EUR	Euribor + 0,675%	87.500
Bilateral	USD	Libor + 1%	4.512
Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	3.958
Bilateral	EGP	11,7%	520
Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	6.250
Bilaterais	BRL	Várias	3.068
Bilaterais	EUR	Várias	3.496
Bilaterais	ZAR	Várias	358
Outros	EUR	-	6.766
Descobertos	EGP	-	12.031
Descobertos	MAD	-	4.216
Descobertos	EUR	-	15.994
Descobertos	TND	-	1.997
Descobertos	ZAR	-	82
			150.749

Em 31 de Dezembro de 2004, a dívida financeira encontrava-se expressa nas seguintes moedas:

	Valores em divisas	Valores em euros
EUR		1.117.508
USD	410.146	290.228
EGP	267.920	32.405
MZM	198.333.300	7.835
BRL	51.218	14.169
ZAR	5.392	701
MAD	47.297	4.216
TND	3.266	1.997
		1.469.059

Em 31 de Dezembro de 2004, os financiamentos classificados a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso:

Ano	Empréstimos por obrigações	Dívida a instituições de crédito e outros empréstimos	Total
2006	3.134	138.829	141.963
2007	1.567	146.793	148.360
2008	-	80.930	80.930
2009 e seguintes	885.716	55.803	941.519
	890.417	422.355	1.312.772

Os principais condicionalismos financeiros relacionados com os instrumentos de dívida existentes em 31 de Dezembro de 2004, eram os seguintes:

Notações de Rating

Vários instrumentos de financiamento, nomeadamente o crédito sindicado e os empréstimos bilaterais de maior dimensão prevêm a indexação do respectivo spread à evolução da notação de *rating* da Standard & Poor's, reflectindo assim a valorização do risco destas operações para as instituições financeiras.

Controlo de Empresas Participadas

A maior parte das operações de financiamento tomadas por empresas operacionais ou por *sub-holdings* não prevê nos seus contratos a manutenção do controlo da maioria do seu capital por parte da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. Todavia, as cartas de conforto que são solicitadas à Empresa – mãe, para efeitos de contratação destas operações, contêm habitualmente o compromisso de não alienação do controlo (directo e/ou indirecto) dessas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2004, as cartas de conforto prestadas pela Empresa – mãe e outras filiais ascendiam a 462.482 milhares de euros.

Financial Covenants

No mesmo tipo de operações de financiamento existem compromissos de manter determinados rácios financeiros em limites previamente negociados (*financial covenants*).

Nos principais instrumentos, os rácios financeiros sobre os quais existem compromissos são:

- Dívida líquida / EBITDA
- EBITDA / (Encargos financeiros – Proveitos financeiros)
- EBITDA / (Encargos financeiros – Proveitos de operações de cobertura)

Em 31 de Dezembro de 2004, os referidos rácios encontravam-se na sua totalidade dentro dos compromissos estabelecidos.

Negative Pledge

A maior parte dos instrumentos de financiamento inclui cláusulas de *Negative Pledge*. Os financiamentos de maior dimensão (superiores a 50 milhões de euros) prevêem normalmente um nível de contingências sobre activos que não deve ser ultrapassado sem prévia comunicação às instituições financeiras.

Cross Default

A existência de cláusulas de *cross default* é igualmente uma prática corrente nos contratos de financiamento, estando presentes também na grande maioria dos instrumentos de financiamento do Grupo CIMPOR.

Nota 58. Imposto sobre o Rendimento

A Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), actualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 27,5%.

A Empresa e as participadas detidas em pelo menos 90%, sedeadas em Portugal Continental, encontram-se sujeitas ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades (desde o exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, deduzidos dos dividendos distribuídos, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não tributáveis. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente (Notas 23, alínea e) e 38).

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos, para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas dos anos de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 2000, surgiram correcções aos impostos liquidados, apurados no âmbito do regime de tributação pelo lucro consolidado então vigente, sendo os valores mais significativos relativos ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações de imobilizado corpóreo.

O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de reclamação graciosa ou impugnação judicial.

Adicionalmente, em virtude das referidas notificações terem ocorrido em momento posterior à última fase da operação de reprivatização da Empresa, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do

referido imposto (a ser devido) é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo sido já requerido o pagamento do valor em causa (se devido).

A contingência associada a esta situação encontra-se provisionada em rubrica específica de "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 46).

Nota 59. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR, desenvolvida no Relatório de Gestão (Consolidado), em 31 de Dezembro de 2004 estava contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

Decorrente da adopção do IAS 39 o registo dos instrumentos financeiros derivados é feito ao seu justo valor, considerando para tal, modelos matemáticos, como por exemplo "option pricing models" e "discount cash flows models", para instrumentos não listados (instrumentos "over-the-counter"). Estes modelos baseiam-se, essencialmente, em informação de mercado.

Os instrumentos financeiros derivados maioritariamente utilizados pelo Grupo consistem em *forwards* e opções de taxa de câmbio, *swaps* e opções de taxa de juro e *swaps* de taxa de câmbio e taxa de juro.

Procedeu-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância às disposições da referida norma (Nota 11).

A contabilidade de cobertura é aplicável aos instrumentos financeiros derivados que são efectivos no que respeita ao efeito de anulação das variações de justo valor ou *cash flows* dos activos/passivos subjacentes. A efectividade de tais operações é verificada regularmente, numa base trimestral. A contabilidade de cobertura abrange três tipos de operações:

- Coberturas de justo valor
- Coberturas de *cash-flow*
- Coberturas de investimento líquido numa entidade estrangeira

Instrumentos de cobertura de justo valor são instrumentos financeiros derivados que cobrem o risco de taxa de câmbio e/ou taxa de juro. As variações no justo valor destes instrumentos são registadas na demonstração de resultados. O activo/passivo subjacente à operação de cobertura também é valorizado ao justo valor na parte correspondente ao risco que se está a cobrir, sendo as respectivas variações registadas na demonstração de resultados.

Instrumentos de cobertura de *cash flows* são instrumentos financeiros derivados que cobrem o risco de taxa de câmbio de compras ou vendas futuras de determinados activos e também os *cash flows* associados ao risco de taxa de juro. A parcela efectiva das variações de justo valor das coberturas de *cash flows* é reconhecida em capitais próprios, líquida, enquanto a parte não efectiva é imediatamente registada na demonstração de resultados.

Instrumentos de cobertura de investimento líquido numa entidade estrangeira são instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio que cobrem o risco associado aos efeitos patrimoniais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras. As variações no justo valor destas operações de cobertura são registadas em reserva de conversão cambial nos capitais próprios, até que investimento objecto da cobertura seja vendido ou liquidado.

Instrumentos detidos para negociação (*trading*) são instrumentos financeiros derivados cuja contratação está em linha com a política de gestão de riscos do Grupo mas onde a contabilidade de cobertura não é aplicável, quer porque não foram designados formalmente para o efeito ou, simplesmente, porque não são efectivos do ponto de vista da cobertura de acordo com o estabelecido no IAS 39.

Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de Dezembro de 2004, os instrumentos financeiros derivados eram os seguintes:

	Justo valor	Nocional
Coberturas de justo valor		
<i>Swaps</i> de taxa de câmbio e taxa de juro	(83.313)	296.601
Coberturas de <i>Cash-Flow</i>		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	(1.622)	50.000
Coberturas de investimentos financeiros		
<i>Forwards</i> cambiais	(8.172)	36.036
<i>Trading</i>		
Derivados de taxa de câmbio	7.300	20.000
Derivados de taxa de juro	(54.867)	516.724
Total	(140.673)	919.360

Alguns derivativos, embora se adequem à política de gestão de riscos financeiros do Grupo no que respeita à gestão dos riscos de volatilidade dos mercados financeiros, não podem ser qualificados para contabilidade de cobertura e, assim, são classificados de "trading".

No quadro abaixo detalham-se as operações contratadas passíveis de serem qualificadas como de cobertura dos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio:

Tipo de Cobertura	Nocional	Tipo de Operação	Maturidade	Objectivo Económico	MtM
Justo Valor	USD 150.000.000	<i>Cross-Currency Swap</i>	Jun-13	Cobertura de 100% de capital e juros referentes tranche de 10Y dos US Private Placements	(25.053)
Justo Valor	USD 254.000.000	<i>Cross-Currency Swap</i>	Jun-15	Cobertura de 100% de capital e juros referentes tranche de 12Y dos US Private Placements	(58.260)
<i>Cash-Flow</i>	EUR 50.000.000	Taxa fixa	Jun-08	Cobertura de 17% do Empréstimo Sindicado 2003-2008	(1.622)
Investimento líquido	EUR 36.036.036	NDF	Dez-04	Cobertura de 26% dos capitais próprios da CCB	(8.172)
					(93.107)

Adicionalmente, a carteira de instrumentos financeiros derivados considerados de *trading* tinha a seguinte composição:

Nacional	Tipo de Operação	Maturidade	Objectivo Económico	MtM
EUR 20.000.000	Cross-Currency Swap	Jun-05	Cobertura de 100% de capital e juros referentes ao 5º FRN concedido pela Cimpor Finance Limited	7.300
EUR 150.000.000	Taxa variável condicionada	Dez-09	Cobertura de 53% da Tranche EUR do Empréstimo Sindicado 2000-2005 liquidado em 30 de Junho de 2004 e posteriormente alocada à redução de exposição a taxa variável no portfolio global de dívida do Grupo	(27.099)
EUR 100.000.000	Taxa fixa	Dez-09		(3.392)
EUR 250.000.000	Venda de <i>Floor</i> sobre 10Y USD CMS	Dez-09		
EUR 50.000.000	Taxa fixa com opção para taxa variável	Dez-09	Cobertura de 17% do Empréstimo Sindicado ABN/BNP Paribas 2003-2008	
EUR 216.723.549	Taxa variável condicionada	Jun-15	Cobertura de 100% da parte de <i>floating</i> do <i>cross-currency swap</i> para cobertura da Tranche de 12Y dos US <i>Private Placements</i>	(24.376)
EUR 216.723.549	Venda de <i>Floor</i> sobre 12M USD Libor	Jun-15		
EUR 216.723.549	Compra de <i>Cap</i> com <i>Knock-out</i> sobre 6M Euribor	Jun-15		
				(47.566)

Nota 60. Plano de Opções de Compra de Acções

Na Assembleia Geral Anual, realizada em 14 de Maio de 2004, foram aprovados um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*.

A atribuição aos beneficiários do *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a setenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida.

No *Plano de Atribuição de Opções de Compra da Cimpor*, a atribuição aos beneficiários é designada pelos mesmos Órgãos do Plano anteriormente referido, sendo-lhes concedido o direito de adquirirem acções da Cimpor (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas) ao mesmo preço.

As Opções exercidas e as acções adquiridas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, relativamente a estes Planos de incentivos, bem como as Opções derivadas exercidas dos Planos anteriores, foram as seguintes:

Plano	Nº acções	V. Unitário	Data
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2002	6.200	3,70	31 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2003	182.650	2,84	25 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - série 2004	266.000	3,20	28 de Maio
Aquisição de acções pelos colaboradores - ano 2004	133.755	3,28	17 de Maio
	588.605		

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa possui em carteira acções próprias suficientes para fazer face às responsabilidades inerentes aos referidos planos de incentivos.

Nota 61. Informações sobre Matérias Ambientais

Política ambiental

O Grupo Cimpor tem vindo a empreender políticas que permitam responder aos impactos ambientais que caracterizam o sector cimenteiro, em particular ao nível das fábricas e das pedreiras, tendo em vista evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrente da sua actividade e responder às exigências crescentes em termos de enquadramento legal. As questões essenciais relacionadas com a concretização destas políticas, encontram-se detalhadamente expostas no Relatório de Gestão Consolidado.

Dispêndios de carácter ambiental

Os dispêndios de carácter ambiental, realizados pelas empresas do Grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, imputados directamente a resultados e capitalizados, atendendo aos diversos domínios de protecção ambiental, foram os seguintes:

	Custos	Investimentos
Emissões para a atmosfera	6.302	9.124
Gestão das águas residuais	632	1.210
Gestão dos resíduos	2.162	238
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	40	518
Ruído e vibrações	254	1.218
Protecção da Natureza	815	421
Outros	20	814
Total	10.225	13.542

Os custos imputados directamente a resultados, acima indicados, não incluem custos com o pessoal associados às diversas acções de protecção ambiental realizadas, bem como o efeito das amortizações do exercício relativas ao investimento realizado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e em exercícios anteriores, relativo a dispêndios de carácter ambiental capitalizados.

Incentivos recebidos

Em exercícios anteriores foram recebidos incentivos financeiros não reembolsáveis de 5.339 milhares de euros destinados a subsidiar os investimentos em equipamentos industriais que visam a melhoria do desempenho ambiental, de entre os quais se destacam os investimentos realizados na instalação de filtros de mangas. Conforme mencionado na Nota 23 p), estes subsídios são registados como Proveitos diferidos (Nota 53) e reconhecidos em resultados à medida em que são amortizados os bens a que se destinaram. Em 31 de Dezembro de 2004 encontram-se registados como proveitos diferidos 1.341 milhares de euros a serem reconhecidos em resultados de exercícios futuros.

Passivos de carácter ambiental

Os passivos de carácter ambiental mais significativos no Grupo, prendem-se com a recuperação paisagística das pedreiras. Conforme referido na Nota 23 n), têm sido constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são constituídas durante o período de exploração, tendo por base as conclusões de estudos técnicos realizados com o objectivo de determinar essas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2004, os custos totais estimados de recuperação paisagística das áreas de negócio de Portugal, Espanha, Marrocos, Brasil, Moçambique e África do Sul, ascendem a 32.199 milhares de euros, para os quais se encontram constituídas provisões, tendo em conta as áreas exploradas e os períodos previstos de exploração, de 5.622 milhares de euros.

O movimento ocorrido nestas provisões, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foi o seguinte (Nota 46):

	Saldo inicial	Efeito cambial	Dotações	Utilizações	Saldo final
Recuperação paisagística	3.816	25	2.292	(515)	5.618

Nas restantes áreas de negócio, o Grupo tem vindo a reconstituir progressivamente os espaços libertos pelas pedreiras, reconhecendo nesse mesmo período os custos incorridos, estimando-se que, face às áreas em exploração, períodos de exploração previstos e reconstituições já efectuadas, não existam responsabilidades adicionais significativas.

Nota 62. Eventos Subsequentes

Os eventos mais relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2004 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão Consolidado.

Lista das participações sociais qualificadas ⁽¹⁾

Accionistas	Nº de Acções	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto ⁽²⁾
Teixeira Duarte, SGPS, S.A. ⁽³⁾	138.372.075	20,59%	20,74%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	83.905	0,01%	0,01%
Através da sociedade por si dominada Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	135.011.220	20,09%	20,23%
Por si	67.527.510	10,05%	10,12%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	278.710	0,04%	0,04%
Através da sociedade por si dominada Tedal, SGPS, S.A.	67.205.000	10,00%	10,07%
Através da sociedade por si dominada TDG, SGPS, S.A.	3.276.950	0,49%	0,49%
Grupo Credit Suisse First Boston	85.103.014	12,66%	12,75%
Através da sociedade Credit Suisse First Boston International, directamente dominada pela sociedade Credit Suisse First Boston (Zurich), por sua vez integrante do grupo acima	85.003.612	12,65%	12,74%
Através da sociedade Credit Suisse First Boston (Europe) Limited, directamente dominada pela sociedade Credit Suisse First Boston (UK) (International Holdings), por sua vez integrante do grupo acima	99.402	0,01%	0,01%
Lafarge	84.908.825	12,64%	12,73%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	1.120	0,00%	0,00%
Através da sociedade Ladelis, SGPS, Lda., dominada pela sociedade Lafarge Asland, S.A. por si controlada	84.907.705	12,64%	12,73%
Manuel Fino, SGPS, S.A.	75.825.000	11,28%	11,36%
Através da sociedade por si integralmente dominada Someria Enterprises, Inc.	75.825.000	11,28%	11,36%
Através da sociedade por si dominada TDP, SGPS, S.A. ^{(4) (5)}	75.825.000	11,28%	11,36%
Fundo de Pensões do Banco Comercial Português	67.200.000	10,00%	10,07%
Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social	58.947.945	8,77%	8,83%
HSBC Holdings plc	29.332.294	4,36%	4,40%
Através da sociedade HSBC CCF Financial Products (France) SNC, dominada pela sociedade HSBC CCF Securities (France), S.A., integralmente detida pela sociedade CCF, S.A., integralmente detida pela HSBC Bank plc (Paris Branch), integralmente detida pela HSBC Bank plc, integralmente detida pela HSBC Holdings plc.	29.332.295	4,36%	4,40%
Bipadosa, S.A. ⁽⁶⁾	13.434.241	2,00%	2,01%
Através da sociedade sua subsidiária Metalúrgica Galaica, S.A. ⁽⁶⁾	13.434.241	2,00%	2,01%
Através da sociedade integralmente por si detida LAF 98, SL ⁽⁶⁾	13.434.241	2,00%	2,01%
Por si	12.417.851	1,85%	1,86%
Através da sociedade por si detida a 50% Atlansider - SGPS, S.A. ⁽⁷⁾	1.016.390	0,15%	0,15%
Por si	695.000	0,10%	0,10%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	9.090	0,00%	0,00%
Através da sociedade integralmente por si detida Atlansider - Comércio de Produtos Siderúrgicos Lda.	312.300	0,05%	0,05%
Através da sociedade por si detida a 50% Atlansider - SGPS, S.A. ⁽⁷⁾	1.016.390	0,15%	0,15%
Por si	695.000	0,10%	0,10%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	9.090	0,00%	0,00%
Através da sociedade integralmente por si detida Atlansider - Comércio de Produtos Siderúrgicos Lda.	312.300	0,05%	0,05%

(1) Conforme Comunicados Oficiais de Participações Qualificadas recebidos pela sociedade até 31.12.2004.

(2) Considerando 4.751.960 acções próprias a 31.12.2004.

(3) Participação Social Qualificada apresentada conforme comunicada oficialmente à sociedade (inclui acções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., conforme entendimento da CMVM).

(4) Sociedade Integralmente dominada pela Manuel Fino, SGPS, S.A.

(5) A 31 de Janeiro de 2005 a sociedade TDP, SGPS, S.A., alterou a sua denominação social para Investifino - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

(6) Participação Social Qualificada apresentada conforme comunicada oficialmente à sociedade (inclui acções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Atlansider - SGPS, S.A., conforme entendimento da CMVM).

(7) Só imputadas uma vez no apuramento da posição da Metalúrgica Galaica, S.A..

Valores mobiliários emitidos pela sociedade e detidos pelos órgãos sociais

Conselho de Administração

				Movimentos em 2004			
Accionistas	Ações	N.º Títulos 31-12-03	N.º Títulos 31-12-04	Aquisições	Alienações	P.U.	Data
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	Cimpor	9.090	12.130	3.040		3,28	17-Mai-04
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Cimpor	1.620	2.150	530		3,28	17-Mai-04
Jacques Lefèvre (Dr.)	Cimpor	1.120	1.650	530		3,28	17-Mai-04
Jean Carlos Angulo (Eng.)	Cimpor	3.240	4.760	1.520		3,28	17-Mai-04
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.)	Cimpor	30.750	116.490	17.500 6.360 3.500 6.640 2.740 34.000 15.000		2,84 4,22 4,23 4,24 3,28 3,20 4,13	25-Mar-04 14-Abr-04 14-Abr-04 14-Abr-04 17-Mai-04 28-Mai-04 23-Set-04
Luís Filipe Sequeira Martins (Eng.)	Cimpor	21.370	57.590	14.000 2.590 27.000	7.370	4,15 2,84 3,28 3,20	05-Jan-04 25-Mar-04 17-Mai-04 28-Mai-04
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr.)	Cimpor	19.170	62.760	14.000 2.590 27.000		2,84 3,28 3,20	25-Mar-04 17-Mai-04 01-Jun-04
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.)	Cimpor	60.240	124.060	21.000 2.820 40.000		2,84 3,28 3,20	25-Mar-04 17-Mai-04 28-Mai-04
João Salvador dos Santos Matias (Dr.)	Cimpor	1.620	2.150	530		3,28	17-Mai-04
Manuel Ferreira (Dr.)	Cimpor	1.620	2.150	530		3,28	17-Mai-04
Vicente Arias Mosquera (Dr.)	Cimpor	-	530	530		3,28	17-Mai-04

Sociedades (alínea d) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas	Título	N.º Títulos
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	Acções	67.527.510
Tedal, SGPS, S.A.	Acções	66.700.000
Atlansider , SGPS, S.A.	Acções	695.000

Notas

- ___ As aquisições realizadas em 25 de Março de 2004, foram efectuadas no âmbito do "Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções – Opções Derivadas – Série 2003.
- ___ As aquisições realizadas em 17 de Maio de 2004 , foram efectuadas no âmbito do "Regulamento sobre a Aquisição de Acções pelos Colaboradores - Ano 2004".
- ___ As aquisições realizadas a 28 de Maio de 2004, foram efectuadas no âmbito do "Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções para Administradores e Quadros do Grupo".
- ___ O Dr. Manuel Ferreira renunciou em Outubro de 2004, tendo sido substituído pelo Sr. Manuel Roseta Fino, que não detém acções da Cimpor

RELATÓRIO E CONTAS **CONSOLIDADOS**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas
e Relatório de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Sobre as Contas Consolidadas do Exercício de 2004

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa") e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício de 2004, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

1. Actuação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa e das suas principais participadas especialmente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, da leitura das actas do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade que julgou adequada nas circunstâncias.

No âmbito da sua acção, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares com a Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como com os diversos serviços da Empresa, tendo obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a reuniões mensais, tendo ainda mantido outros encontros pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira, com especial ênfase na evolução das operações por mercado geográfico e por áreas de negócio.

Verificámos que o perímetro de consolidação e/ou as exclusões foram definidas de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

Relativamente às empresas que integram o perímetro de consolidação localizadas em Portugal, apreciamos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis. Em relação às empresas sediadas no estrangeiro apreciamos os relatórios dos seus auditores sobre a forma como foram efectuados os respectivos trabalhos de auditoria e as respectivas conclusões.

2. Relatório Consolidado de Gestão

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos ao longo de 2004, bem como os principais acontecimentos posteriores, com relevância para a compreensão da situação actual da Empresa e suas participadas ("Grupo Cimpor") satisfazendo os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

A actividade do Grupo, centrada na produção e comercialização de cimento e desenvolvida em oito países, apesar da evolução desfavorável de alguns dos mercados, saldou-se por um resultado líquido em 2004 idêntico ao do exercício anterior, ainda que denotando uma redução na sua componente operacional.

Em termos de contributo dos diversos segmentos geográficos para o resultado operacional são de destacar a diminuição do peso relativo da área de negócios de Portugal e Brasil e o aumento significativo da área de negócios de Espanha e África do Sul.

O Relatório de Gestão evidencia uma deterioração de alguns indicadores de natureza económica e financeira, nomeadamente a nível da rendibilidade operacional, *cash flow* de exploração, resultados operacionais e rendibilidade dos capitais próprios. Apesar dos investimentos significativos realizados, o nível de endividamento manteve-se em níveis próximos dos do exercício anterior.

Invertendo a evolução ocorrida no exercício anterior, durante 2004 assistiu-se a um desempenho positivo em termos de capitalização bolsista, ainda que abaixo do evidenciado pelo conjunto dos títulos incluídos no índice de referência do mercado de valores mobiliários portugueses.

Relativamente às perspectivas para o ano de 2005, o Conselho de Administração antecipa evoluções distintas nos diversos mercados geográficos, com previsões de crescimento moderados ou manutenção dos níveis de actividade verificados em 2004, nos mercados de Portugal, Espanha e Brasil, e previsões de crescimentos significativos nos restantes mercados.

Sublinhamos ainda o aperfeiçoamento da orgânica da Empresa e da sua crescente racionalização, bem como a manifestação inequívoca da sua aderência a uma política de desenvolvimento sustentável.

3. Demonstrações Financeiras Consolidadas

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaborados pelo Conselho de Administração. Nesta análise notámos a aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação com os geralmente aceites em Portugal, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

4. Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos dos artigos 451º e 452º do Código das Sociedades Comerciais, bem como da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as Contas Consolidadas, também por ele emitido, com o qual manifesta a sua concordância.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspectos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afectem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento, pela colaboração dispensada, ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve oportunidade de contactar.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

O Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, relativos ao exercício de 2004, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis reunindo as condições para serem aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Lisboa, 8 de Abril de 2005

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Presidente

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Carlos Pereira Freire

Vogal

José da Conceição da Silva Gaspar

Vogal

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, que evidencia um total de 3.174.481 milhares de Euros e capitais próprios de 970.352 milhares de Euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 185.909 milhares Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais, excepto para a alteração indicada no parágrafo 6 abaixo, foram aplicados de forma consistente com os do ano anterior, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme mencionado na Nota 11 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004, foram adoptadas, com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, as disposições da Norma Internacional de Contabilidade - IAS 39, no que respeita ao reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros derivados contratados e à contabilização de operações de cobertura. Decorrente da adopção daquela norma, os resultados transitados e as outras reservas foram diminuídos em 49.539 milhares de Euros e 2.578 milhares de Euros, respectivamente, pelo efeito da mensuração dos instrumentos financeiros derivados contratados de exercícios anteriores e o resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foi aumentado em 7.222 milhares de Euros.

Lisboa, 8 de Abril de 2005

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Carlos Pereira Freire

4

RELATÓRIO E CONTAS **CONSOLIDADOS**
Informação Complementar

Principais Empresas Operacionais – Dados Síntese

Portugal



Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef.: 21 311 81 00
Fax: 21 356 13 81
NIPC: 500 782 946

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
Luís Filipe Sequeira Martins
José Augusto Brás Chaves
José Leonel da Silva Neto
Ernesto Loureiro Campos

Contacto

José Leonel da Silva Neto – *Administrador*
E-mail – Sneto@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, sacos de papel, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Cimentaço – Cimentos dos Açores Lda.

Sede Social

Canada das Murtas
Pico da Pedra
RIBEIRA GRANDE
Telef.: 29 620 17 30
Fax: 29 620 17 48
NIPC: 512 017 360

Gerência

José Leonel da Silva Neto
José Manuel Henriques Guerreiro Nunes
José Esteves de Melo Campos

Contacto

José Leonel da Silva Neto – *Gerente*
E-mail – Sneto@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Recepção de cimento, clínquer, gesso, moagem ensilagem, ensacamento e distribuição de cimento na Região Autónoma dos Açores.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	-27.616	16.589
Dívida Financeira (líq.)	60.991	56.741
Capitais Próprios	107.234	127.053
Volume de Negócios	367.192	376.562
Cash Flow Operacional	139.794	166.816
Resultados Operacionais	108.501	127.635
Resultados Financeiros	-5.158	-3.383
Resultados Extraordinários	-728	14.031
Resultados Líquidos	70.481	80.269

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	4.824	6.401
Dívida Financeira (líq.)	-3.419	-1.968
Capitais Próprios	8.660	9.031
Volume de Negócios	27.691	28.227
Cash Flow Operacional	4.956	4.207
Resultados Operacionais	4.016	3.280
Resultados Financeiros	4	-26
Resultados Extraordinários	-176	730
Resultados Líquidos	3.160	2.985

Cimpor Betão – Indústria de Betão Pronto, S.A.

Sede Social

Av. Almirante Gago Coutinho
Portela de Sintra
2710-418 SINTRA
Telef.: 21 910 55 40
Fax: 21 924 38 56
NIPC: 503 095 850

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves – *Presidente*
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques

Contacto

Joaquim Lino – *Director Geral*
E-mail – Jlino@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Betão Liz, S.A.

Sede Social

Rua Quinta do Paizinho
Edifício Bepor
Bloco 2 – 1º Esq.
2795-632 CARNAXIDE
Telef.: 21 424 75 00
Fax: 21 424 75 99
NIPC: 500 045 267

Conselho de Administração

Luís Filipe Sequeira Martins – *Presidente*
José Augusto Brás Chaves – *Vice-Presidente*
Joaquim Dias Cardoso
Michael Gerard O'Sullivan
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis

Contacto

Pedro Miguel Ferreira de Sales – *Director Geral*
E-mail – PSales@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	25.044	25.340
Dívida Financeira (líq.)	-272	-458
Capitais Próprios	25.117	27.519
Volume de Negócios	74.868	77.722
Cash Flow Operacional	3.910	7.606
Resultados Operacionais	1.605	4.307
Resultados Financeiros	282	279
Resultados Extraordinários	818	1.683
Resultados Líquidos	2.069	4.383

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	21.334	22.951
Dívida Financeira (líq.)	-5.542	1.006
Capitais Próprios	37.787	39.977
Volume de Negócios	70.657	78.445
Cash Flow Operacional	3.822	7.265
Resultados Operacionais	1.691	4.831
Resultados Financeiros	506	285
Resultados Extraordinários	10	554
Resultados Líquidos	1.719	3.887

Portugal

**Jomatel – Empresa de Materiais de Construção, S.A.****Sede Social**

Tapada da Quinta de Cima
Estrada de Albarraque
Linhó
2710-297 SINTRA
Telef.: 21 923 90 00
Fax: 21 923 90 29
NIPC: 500 153 469

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves – *Presidente*
João Fernando Simões Mouro
Armindo Oliveira das Neves
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques

Contacto

João Fernando Simões Mouro – *Administrador*
E-mail – jmouro@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Agrepor Agregados – Extracção de Inertes, S.A.**Sede Social**

Sangardão, Furadouro
Apartado 11
3151-999 CONDEIXA-A-NOVA
Telef.: 23 994 96 20
Fax: 23 994 10 09
NIPC: 501 755 098

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves – *Presidente*
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis

Contacto

Pedro Manuel de Freitas Pires Marques – *Administrador*
E-mail – Pmmarques@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Exploração de pedreiras e extracção e comercialização de britas.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	7.875	8.491
Dívida Financeira (líq.)	-1.349	-215
Capitais Próprios	8.901	8.056
Volume de Negócios	20.601	21.840
Cash Flow Operacional	1.338	1.677
Resultados Operacionais	562	137
Resultados Financeiros	120	117
Resultados Extraordinários	651	460
Resultados Líquidos	1.095	505

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	15.210	16.867
Dívida Financeira (líq.)	1.188	7.521
Capitais Próprios	11.837	11.926
Volume de Negócios	26.167	26.824
Cash Flow Operacional	5.859	6.532
Resultados Operacionais	2.926	3.324
Resultados Financeiros	-155	-99
Resultados Extraordinários	72	580
Resultados Líquidos	1.911	2.559

Ciarga – Argamassas Secas, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef.: 21 311 81 00
Fax: 21 356 13 81
NIPC: 503 418 706

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves – *Presidente*
José António Sócrates da Costa Mota Martins
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques
José Manuel Henriques Guerreiro Nunes
Angel Longarela Peña

Contacto

Pedro Manuel de Freitas Pires Marques – *Administrador*
E-mail – Pmmarques@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de argamassas secas e distribuição de equipamentos próprios para a utilização e aplicação destes produtos.

Sacopor – Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef.: 21 311 81 00
Fax: 21 356 13 81
NIPC: 502 642 459

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
José Leonel da Silva Neto
José Augusto Brás Chaves

Contacto

José Carlos Costa Azevedo – *Director Geral*
E-mail – Cazevedo@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção e comercialização de sacos e outras embalagens de papel.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	8.233	9.510
Dívida Financeira (líq.)	1.404	1.741
Capitais Próprios	5.981	2.122
Volume de Negócios	7.331	5.891
Cash Flow Operacional	1.450	903
Resultados Operacionais	-246	-1.326
Resultados Financeiros	-117	-338
Resultados Extraordinários	180	48
Resultados Líquidos	-141	-1.151

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	3.063	3.422
Dívida Financeira (líq.)	-366	-253
Capitais Próprios	4.661	3.705
Volume de Negócios	13.591	14.228
Cash Flow Operacional	4.205	3.305
Resultados Operacionais	4.049	2.975
Resultados Financeiros	3	-1
Resultados Extraordinários	16	17
Resultados Líquidos	2.951	1.998

Portugal

**Transviária – Gestão de Transportes, S.A.****Sede Social**

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef.: 21 940 86 00
Fax: 21 940 87 33
NIPC: 502 868 791

Conselho de Administração

José Leonel da Silva Neto – *Presidente*
José Augusto Brás Chaves
José António Sócrates da Costa Mota Martins

Contacto

Ana Cristina de Sousa dos Santos Ascenso –
Director Geral
E-mail – AAscenso@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Transporte de mercadorias, aluguer de veículos e equipamentos de transporte.

Cement Trading Activities – Comércio Internacional, S.A.**Sede Social**

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef.: 21 940 86 00
Fax: 21 940 87 33
NIPC: 504 625 160

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
José Augusto Brás Chaves
José António Sócrates da Costa Mota Martins

Contacto

José António Sócrates da Costa Mota Martins –
Administrador
E-mail – MMartins@cimpor.pt
Ana Cristina de Sousa dos Santos Ascenso –
Director Geral
E-mail – AAscenso@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Exploração de terminais cimenteiros e o comércio nacional e internacional de importação e exportação de cimento e de clínquer e outros materiais de construção, por si mesma ou por conta de outrem, por todas as formas permitidas.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	1.177	550
Dívida Financeira (líq.)	-201	-101
Capitais Próprios	2.632	1.182
Volume de Negócios	42.917	25.616
Cash Flow Operacional	3.182	1.121
Resultados Operacionais	2.740	802
Resultados Financeiros	55	42
Resultados Extraordinários	3	0
Resultados Líquidos	2.042	558

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	5.971	6.461
Dívida Financeira (líq.)	-821	-2.456
Capitais Próprios	9.826	9.729
Volume de Negócios	56.129	48.921
Cash Flow Operacional	605	1.308
Resultados Operacionais	599	1.308
Resultados Financeiros	-429	5.555
Resultados Extraordinários	0	1.848
Resultados Líquidos	123	5.953

Espanha



Cementos Cosmos, S.A.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef.: 34 986 26 90 00
Fax: 34 986 47 39 51
NIPC: A-28.013.704

Conselho de Administração

Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
Angel Longarela Peña – *Administrador Delegado*
José Augusto Brás Chaves – *Vogal*

Contacto

Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
E-mail – Eduarte@cimpor.pt
Angel Longarela Peña – *Administrador Delegado*
E-mail – Alongarela@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Prebetong Galicia, S.A.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef.: 34 986 26 90 00
Fax: 34 986 41 34 48
NIPC: A-36.605.616

Conselho de Administração

Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
Julio César Paredes Seoane – *Administrador Delegado*
Manuel Gómez Alvarez – *Vogal*

Contacto

Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico, comercialização de betão pronto.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	72.255	75.736
Dívida Financeira (líq.)	773	-1.115
Capitais Próprios	91.128	88.759
Volume de Negócios	106.532	103.453
Cash Flow Operacional	44.542	45.968
Resultados Operacionais	36.164	37.669
Resultados Financeiros	856	695
Resultados Extraordinários	440	-1.240
Resultados Líquidos	24.396	24.155

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	20.109	16.921
Dívida Financeira (líq.)	334	-425
Capitais Próprios	12.901	13.167
Volume de Negócios	32.844	31.752
Cash Flow Operacional	925	1.344
Resultados Operacionais	191	765
Resultados Financeiros	228	247
Resultados Extraordinários	-52	-204
Resultados Líquidos	338	605

Espanha

**Hormigones Miño, S.L.****Sede Social**

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef.: 34 986 26 90 00
Fax: 34 986 48 21 97
NIPC: B-27.021.401

Conselho de Administração

Cementos Cosmos, S.A., representada por:
Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
Corporación Noroeste de Hormigones y Aridos, S.L.,
representada por:
Julio César Paredes Seoane – *Administrador Delegado*
Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Manuel Gómez Alvarez – *Vogal*

Contacto

Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Industria e comércio de betão pronto, de areias e
derivados do cimento em geral.

Canteras Prebetong, S.L.**Sede Social**

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef.: 34 986 26 90 00
Fax: 34 986 41 34 48
NIPC: B-36.816.163

Conselho de Administração

Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
Manuel Gómez Alvarez – *Administrador Delegado*
Julio César Paredes Seoane – *Vogal*

Contacto

Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Extracção e comercialização de calcário, granito e
rochas afins.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	14.895	11.312
Dívida Financeira (líq.)	17	-387
Capitais Próprios	12.558	12.596
Volume de Negócios	34.340	28.632
Cash Flow Operacional	612	954
Resultados Operacionais	33	6
Resultados Financeiros	-5	43
Resultados Extraordinários	-57	-726
Resultados Líquidos	-37	-685

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	1.569	2.045
Dívida Financeira (líq.)	-3	2
Capitais Próprios	5.104	4.900
Volume de Negócios	5.344	5.026
Cash Flow Operacional	1.139	945
Resultados Operacionais	753	540
Resultados Financeiros	109	95
Resultados Extraordinários	0	9
Resultados Líquidos	584	434

Morteros Noroeste, S.L.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef.: 34 986 26 90 00
Fax: 34 986 47 39 51
NIPC: B-36.877.926

Administradores Gerais Solidários

Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques – *Administrador General solidario*
Cementos Cosmos, S.A., representada por:
Angel Longarela Peña – *Administrador General solidario*

Contacto

Angel Longarela Peña – *Administrador General solidario*
E-mail – ALongarela@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de argamassas e seus derivados.

Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A.

Sede Social

Agrupación Córdoba, 15
14014 CÓRDOBA
Telef.: 34 957 01 30 00
Fax: 34 957 26 26 28
NIPC: ESA14635387

Conselho de Administração

Angel Longarela Peña – *Presidente*
Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
José Augusto Brás Chaves – *Administrador Delegado*

Contacto

Angel Longarela Peña – *Presidente*
E-mail – ALongarela@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Fabricação e comercialização de cimento.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	4.160	4.835
Dívida Financeira (líq.)	27	-50
Capitais Próprios	5.466	5.076
Volume de Negócios	9.125	7.853
Cash Flow Operacional	2.691	2.123
Resultados Operacionais	2.114	1.518
Resultados Financeiros	44	32
Resultados Extraordinários	4	1
Resultados Líquidos	1.405	1.009

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	159.970	178.638
Dívida Financeira (líq.)	-15	36
Capitais Próprios	10.240	3.552
Volume de Negócios	91.422	98.912
Cash Flow Operacional	26.940	24.427
Resultados Operacionais	14.307	11.679
Resultados Financeiros	-4.037	-6.262
Resultados Extraordinários	-100	-52
Resultados Líquidos	6.688	3.491

Espanha



Cementos El Monte, S.A.

Sede Social

Muelle Ingeniero Juan Gonzalo, s/n
21810 Palos de la Frontera – HUELVA
Telef.: 34 959 36 93 20
Fax: 34 959 36 98 37
NIPC: ESA21292271

Conselho de Administração

Angel Longarela Peña – *Presidente*
José Augusto Brás Chaves – *Vogal*
Eduardo Guedes Duarte – *Vogal*

Contacto

Angel Longarela Peña – *Presidente*
E-mail – ALongarela@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Moagem de clínquer para produção e comercialização de cimento.

Hormigones Hércules S.L.

Sede Social

Polígono Industrial El Prado, Parcela 40
06800 MERIDA (Badajoz)
Telef.: 34 959 28 24 71 (Sede Administrativa-Huelva)
Fax: 34 959 28 25 84 (Sede Administrativa-Huelva)
NIPC: ES B-82743717

Conselho de Administração

Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
(*Administrador General Solidário*)
José Augusto Brás Chaves – *Vogal*
(*Administrador General Solidário*)

Contacto

Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de Betão Pronto, de areias e derivados do cimento em geral.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	14.767	19.626
Dívida Financeira (líq.)	-18	-58
Capitais Próprios	21.603	20.010
Volume de Negócios	33.594	27.885
Cash Flow Operacional	7.721	5.977
Resultados Operacionais	5.832	4.131
Resultados Financeiros	87	1
Resultados Extraordinários	0	8
Resultados Líquidos	3.847	2.706

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	19.933	19.903
Dívida Financeira (líq.)	312	84
Capitais Próprios	525	756
Volume de Negócios	23.361	11.095
Cash Flow Operacional	1.079	775
Resultados Operacionais	6	284
Resultados Financeiros	-418	-152
Resultados Extraordinários	61	14
Resultados Líquidos	-230	51

Cementos de Andalucia S.L.

Sede Social

Agrupación Córdoba, 15
14014 CÓRDOBA
Telef.: 34 954 41 40 29
Fax: 34 954 41 55 70
NIPC: ES B-14054225

Conselho de Administração

Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
José Augusto Brás Chaves – *Vogal*
Angel Longarela Peña – *Vogal*

Contacto

Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Comercialização de cimento.

Occidental de Hormigones S.L.

Sede Social

Polígono Industrial El Nevero,
C/ Miguel de Fabra Parcela 6,
6.006 BADAJOZ.
Telef.: 34 924 27 59 07
Fax: 34 924 27 59 07
NIPC: ES- B-06208722

Conselho de Administração

Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
(*Administrador General Solidário*)
José Augusto Brás Chaves – *Vogal*
(*Administrador General Solidário*)

Contacto

Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de Betão Pronto, de areias e derivados do cimento em geral.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	12.175	0
Dívida Financeira (líq.)	294	-15
Capitais Próprios	217	15
Volume de Negócios	87.354	0
Cash Flow Operacional	302	0
Resultados Operacionais	161	0
Resultados Financeiros	146	0
Resultados Extraordinários	0	0
Resultados Líquidos	202	0

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	16.090	353
Dívida Financeira (líq.)	364	52
Capitais Próprios	47	196
Volume de Negócios	12.664	0
Cash Flow Operacional	507	0
Resultados Operacionais	1	0
Resultados Financeiros	-254	0
Resultados Extraordinários	-3	0
Resultados Líquidos	-243	0

Marrocos**Asment de Témara, S.A.****Sede Social**

Route Principale de Casablanca
AIN ATTIG
TEMARA
MARROCOS
Telef.: 212 37 74 07 77
Fax: 212 37 74 15 70
NIPC: 03 375 420

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Álvaro João Serra Nazaré
Brahim Laraqui – *Administrador Director Geral*
— CIMPOR Inversiones, S.L., representada por:
Luís Filipe Sequeira Martins
— La Société des Ciments Français, representada por:
Mohamed Chaibi
— PROCIMAR, representada por:
Jean-Paul Méric

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré – *Administrador*
E-mail – SNazare@cimpor.pt
Brahim Laraqui – *Administrador Director Geral*
E-mail – BLaraqui@ma.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	49.605	51.438
Dívida Financeira (líq.)	-9.703	-17.433
Capitais Próprios	62.975	65.159
Volume de Negócios	49.914	52.478
Cash Flow Operacional	24.161	24.528
Resultados Operacionais	17.664	17.203
Resultados Financeiros	370	542
Resultados Extraordinários	1.809	-2.147
Resultados Líquidos	7.403	11.054

Tunísia**C.J.O. – Société Les Ciments de Jbel Oust****Sede Social**

3, Rue de Touraine - Cité Jardins
Le Belvédère
TUNIS 1082
TUNÍSIA
Telef.: 216 71 84 17 32
Fax: 216 71 78 30 94

Conselho de Administração

Manuel Luís Barata de Faria Blanc –
Presidente do Conselho
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Administrador*
Luís Filipe Sequeira Martins – *Administrador*
Álvaro João Serra Nazaré – *Administrador*
Abdelkader N'Ciri – *Administrador Director Geral*

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré – *Administrador*
E-mail – SNazare@cimpor.pt
Abdelkader N'Ciri – *Administrador Director Geral*
E-mail – Nciri@cimpor.com.tn

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	102.399	101.938
Dívida Financeira (líq.)	1.907	683
Capitais Próprios	92.375	89.620
Volume de Negócios	53.599	54.918
Cash Flow Operacional	14.744	13.342
Resultados Operacionais	8.233	4.516
Resultados Financeiros	-567	-731
Resultados Extraordinários	1.355	1.138
Resultados Líquidos	8.810	6.342

Egipto



Amreyah Cement Company, S.A.E.

Sede Social

El Gharbaneyat – Borg el Arab – Alexandria
EGIPTO
Telef.: 203 41 95 600-700
Fax: 203 41 95 628-9

Conselho de Administração

— PENROD, representada por:
Luís Filipe Sequeira Martins – *Presidente*
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
— CIMPOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A., representada por:
Álvaro João Serra Nazaré
— CEMENT SERVICES, Cº, representada por:
José António Teixeira de Freitas –
Administrador Executivo

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré – *Administrador*
E-mail – SNazare@cimpor.pt
José António Teixeira de Freitas –
Administrador Executivo
E-mail – Tfreitas@cimpor.com.eg

Domínio de Actividade

Produção de todos os tipos de cimento, assim como de clínquer e outros materiais de construção, comercialização, transporte e venda dessa produção e de quaisquer outras matérias-primas na República Árabe do Egipto ou no estrangeiro.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	108.376	123.609
Dívida Financeira (líq.)	25.868	33.368
Capitais Próprios	123.730	124.328
Volume de Negócios	47.758	55.302
Cash Flow Operacional	14.392	21.301
Resultados Operacionais	2.071	6.308
Resultados Financeiros	- 4.503	- 4.785
Resultados Extraordinários	- 2.308	- 8.483
Resultados Líquidos	7.121	- 5.366

Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.

Sede Social

El Gharbaneyat – Borg el Arab – Alexandria
EGIPTO
Telef.: 203 41 95 600-700
Fax: 203 41 95 628-9

Conselho de Administração

— CIMPOR CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A., representada por:
Luís Filipe Sequeira Martins – *Presidente*
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
— AMREYAH CEMENT COMPANY, representada por:
Álvaro João Serra Nazaré
— CIMPOR EGYPT FOR CEMENT, representada por:
José António Teixeira de Freitas –
Administrador Executivo

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré – *Administrador*
E-mail – SNazare@cimpor.pt
José António Teixeira de Freitas –
Administrador Executivo
E-mail – Tfreitas@cimpor.com.eg

Domínio de Actividade

Produção de todos os tipos de cimento, assim como de clínquer e outros materiais de construção, comercialização, transporte e venda dessa produção e de quaisquer outras matérias-primas na República Árabe do Egipto ou no estrangeiro.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	88.889	
Dívida Financeira (líq.)	17.731	
Capitais Próprios	28.249	
Volume de Negócios	24.447	
Cash Flow Operacional	15.014	
Resultados Operacionais	10.976	
Resultados Financeiros	-1.978	
Resultados Extraordinários	1	
Resultados Líquidos	9.256	

Brasil



Companhia de Cimentos do Brasil

Sede Social

Av.^a. Maria Coelho Aguiar, 215 – Bloco E, 8º andar
Jardim São Luiz – CEP 05805-000 – São Paulo
BRASIL
Telef.: 55 11 37 41 35 81
Fax: 55 11 37 41 32 95
CNPJ: 10.919.934/0001-85

Conselho de Administração

Eliezer Batista da Silva – *Presidente*
Raphael Hermeto de Almeida Magalhães – *Vice-Presidente*
Alexandre Roncon Garcez de Lencastre
Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Direcção

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre –
Director Superintendente
Luiz Carlos Romero Fernandes – *Director*
João Pedro Neto de Avelar Ghira – *Director*
José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira – *Director*

Contacto

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre – *Administrador*
E-mail – Alencastre@cimpor.pt

Domínio de Actividade

A industrialização e comercialização de betão, cimentos, argamassas, cal, produtos calcários de qualquer natureza, seus decorrentes e quaisquer correlatos e artefactos de fibro-cimento e de materiais de construção; a extracção, beneficiamento, industrialização e comercialização de minerais; o fabrico e prestação de serviços de betonagem; a exploração de actividades florestais mediante a elaboração, execução e/ou administração de projectos de empreendimentos florestais próprios ou de terceiros; exploração e produção agropecuária; a administração de bens próprios; a prestação de serviços de consultadoria gerencial; prestação de serviços de destruição (queima) de resíduos industriais; a participação em outras sociedades, nacionais e estrangeiras, como sócio ou accionista.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	140.618	139.742
Dívida Financeira (líq.)	- 55.097	- 44.228
Capitais Próprios	180.415	165.595
Volume de Negócios	141.381	165.275
Cash Flow Operacional	52.275	80.182
Resultados Operacionais	33.672	63.245
Resultados Financeiros	- 2.194	- 14.451
Resultados Extraordinários	170	- 222
Resultados Líquidos	24.043	35.244

Companhia Paraíba de Cimento Portland-CIMEPAR

Sede Social

Fazenda da Graça, s/n – Ilha do Bispo
Cidade de João Pessoa – CEP 58011-290
Estado de Paraíba
BRASIL
Telef.: 55 83 241 12 99
Fax: 55 83 241 62 67
CNPJ: 10.804.300/0001-87

Direcção

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre –
Director Presidente
Luiz Carlos Romero Fernandes – *Director*
João Pedro Neto de Avelar Ghira – *Director*
José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira – *Director*

Contacto

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre – *Administrador*
E-mail – Alencastre@cimpor.pt

Domínio de Actividade:

Indústria e comércio de cimento, cal e seus subprodutos; a exploração de indústrias mineiras e vegetais necessárias aos seus fins e a eles pertinentes; a exploração de actividade agrícolas; a incineração de resíduos industriais; a importação e exportação; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou accionista.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	36.295	37.005
Dívida Financeira (líq.)	- 26.272	- 24.684
Capitais Próprios	118.304	102.965
Volume de Negócios	36.752	35.574
Cash Flow Operacional	17.712	21.789
Resultados Operacionais	14.246	18.626
Resultados Financeiros	10.452	11.344
Resultados Extraordinários	- 575	- 526
Resultados Líquidos	23.206	26.979

Moçambique



Companhia de Cimento ATOL

Sede Social

Fazenda São Sebastião, s/n
Município de São Miguel dos Campos
Estado de Alagoas
CEP 57240-000
BRASIL
Telef.: 55 82 271 12 05
Fax: 55 82 271 16 70
CNPJ: 09.934.407/0001-60

Direcção

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre –
Director Presidente
Luiz Carlos Romero Fernandes – *Director*
João Pedro Neto de Avelar Ghira – *Director*
José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira – *Director*

Contacto

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre – *Administrador*
E-mail – Alencastre@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Mineração em geral, o beneficiamento e a industrialização de calcário, argila, caulino e associados, a fabricação e a comercialização de cimentos de qualquer tipo e a incineração de resíduos industriais, podendo importar e exportar o que for necessário ou conveniente ao exercício ou expansão das suas actividades, assim como a participação em outras sociedades, qualquer que seja o seu objecto ou localização, no país ou no exterior.

Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.

Sede Social

Avª. Fernão Magalhães, 34-2º, nº1
MAPUTO
Telef.: 258 1 307 440
Fax: 258 1 307 458

Conselho de Administração

Manuel Luís Barata de Faria Blanc – *Presidente*
Hermes Santos Silva
Pieter Karl Strauss
Francisco Ilídio da Rocha Diniz
Luís Henrique Marques Vidal Nabais
Vitória Dias Diogo
Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Contact

Pieter Karl Strauss
E-mail – Pieter.strauss@za.cimpor.com
Hermes Santos Silva
E-mail – hsilva@br.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	28.797	26.141
Dívida Financeira (líq.)	- 8.077	- 14.700
Capitais Próprios	58.287	76.322
Volume de Negócios	20.988	22.689
Cash Flow Operacional	10.424	13.528
Resultados Operacionais	6.655	9.825
Resultados Financeiros	1.114	4.861
Resultados Extraordinários	121	117
Resultados Líquidos	11.434	16.819

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	47.230	57.268
Dívida Financeira (líq.)	8.645	11.323
Capitais Próprios	40.745	46.688
Volume de Negócios	44.621	40.206
Cash Flow Operacional	7.668	11.423
Resultados Operacionais	2.704	5.923
Resultados Financeiros	- 4.696	- 4.585
Resultados Extraordinários	- 1.654	- 293
Resultados Líquidos	- 2.788	1.044

África do Sul



NPC – Natal Portland Cement (Pty), Lda.

Sede Social

199 Coedmore Road, Bellair
Durban
SOUTH AFRICA
Telef.: 27 31 450 44 11
Fax: 27 31 451 90 10
NIPC: 1960/001051/07

Conselho de Administração

Manuel Luís Barata de Faria Blanc – *Presidente*
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Luís Filipe Sequeira Martins
Pieter Karl Strauss

Contacto

Pieter Karl Strauss
E-mail – Pieter.strauss@za.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção de todos os tipos de cimento, assim como de clínquer, escórias e outros materiais de construção, comercialização, transporte e venda dessa produção e de quaisquer outras matérias primas na República da África do Sul ou no estrangeiro.

Principais Valores (m Eur)	2004	2003
Capitais Empregues	34.101	33.040
Dívida Financeira (líq.)	- 3.213	- 5.459
Capitais Próprios	84.790	55.102
Volume de Negócios	85.272	69.152
Cash Flow Operacional	38.770	31.177
Resultados Operacionais	34.621	26.547
Resultados Financeiros	- 168	1.359
Resultados Extraordinários	15	- 179
Resultados Líquidos	24.058	19.140

1

RELATÓRIO E CONTAS **HOLDING**

Holding

O Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., faz ampla referência a todos os aspectos relativos não só ao Governo da Sociedade como, também, à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

1. Síntese da Actividade

O Volume de Negócios da Sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, em 2004, em aproximadamente 7,3 milhões de euros. Em relação ao ano anterior, este valor reflecte uma redução da ordem dos 30%, explicada pelo facto de grande parte dos serviços em causa terem passado a ser prestados pela CIMPOR – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. (o que também justifica a diminuição dos custos operacionais).

Por outro lado, a quebra dos Resultados Financeiros – devida, essencialmente, ao menor ganho apurado, via equivalência patrimonial, na *sub-holding* CIMPOR Portugal – foi mais do que contrabalançada pelas mais-valias realizadas na venda, à CIMPOR Inversiones, da totalidade do capital da CIMPOR Internacional. Assim, os Resultados Líquidos do exercício, cifrando-se em 185,9 milhões de euros, acabaram por se fixar a um nível idêntico ao registado no ano anterior.

2. Informações Legais

De acordo com as disposições legais em vigor, informa-se que:

- _____ Não existem quaisquer dívidas em mora à Segurança Social;
- _____ No início de 2004, a CIMPOR detinha em carteira 5.340.565 acções próprias, tendo alienado, durante o ano, a diversos colaboradores do Grupo e ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções referidos no ponto 1.6. do capítulo I do Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada, um total de 588.605 acções, aos seguintes preços unitários:

Número de Acções	Preço (euros)
133.755	3,28
6.200	3,70
182.650	2,84
266.000	3,20

Não tendo procedido a quaisquer aquisições durante o exercício, a CIMPOR, no final do mesmo, detinha em carteira 4.751.960 acções próprias, representativas de 0,71% do respectivo capital social;

_____ Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores.

3. Eventos Subsequentes

Para além dos factos referidos no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do Grupo CIMPOR, não se verificaram, após o termo do exercício de 2004, quaisquer outros eventos que justifiquem especial menção.

4. Perspectivas para 2005

Apesar das expectativas existentes para o mercado brasileiro não serem especialmente favoráveis, apontando no sentido da continuação da queda, ainda que a um ritmo mais moderado, dos preços de venda do cimento, as perspectivas de evolução dos mercados do norte e sul de África onde o Grupo está presente e o incremento da actividade de *trading*, designadamente para Angola e Cabo Verde, permitem encarar o ano de 2005 com algum optimismo.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Tal como expresso nas demonstrações financeiras, o lucro líquido do exercício de 2004 cifrou-se em 185.909.363,64 euros.

No respeito dos parâmetros definidos pelo Contrato de Sociedade, e de acordo com a política de distribuição de dividendos enunciada no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do Grupo, propõe-se a seguinte aplicação para o valor dos resultados líquidos:

- _____ um montante de 9.300.000,00 euros, correspondente a 5% do resultado líquido, para reforço da Reserva Legal;
- _____ mantendo critérios seguidos em anos anteriores, e conforme previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 21º dos Estatutos, uma quantia de 2.500.000 euros para atribuição de gratificações aos administradores e restantes colaboradores que, no final de Dezembro de 2004, se encontravam ao serviço da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.;
- _____ um total de 120.960.000,00 euros para distribuição pelos accionistas, o que corresponde a um dividendo de 0,18 euros por acção (mais 5,9% que no ano transacto);
- _____ a importância sobrança para Resultados Transitados.

Em resumo, e fazendo referência às diferentes alíneas do n.º 1 do artigo 21º dos Estatutos:

	(euros)
Reserva Legal (alínea c))	9.300.000,00
Remunerações e Gratificações (alínea d))	2.500.000,00
Dividendos (alínea f))	120.960.000,00
Resultados Transitados (alínea g))	53.149.363,64
Total	185.909.363,64

Lisboa, 7 de Abril de 2005

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
 Eng. Jean Carlos Angulo
 Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
 Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte
 Dr. Vicente Arias Mosquera

Dr. Jacques Lefèvre
 Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
 Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
 Dr. João Salvador dos Santos Matias
 Manuel Roseta Fino

RELATÓRIO E CONTAS **HOLDING**

2

Documentos de Prestação de Contas

Balanços

em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

Activo

(milhares de euros)		2004			2003
	Notas	Activo Bruto	Amort. e Prov. Acumuladas	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	10 e 13	2.409	-	2.409	2.409
Edifícios e outras construções	10 e 13	8.843	(4.804)	4.040	4.211
Equipamento básico	10 e 13	3.051	(2.978)	72	156
Equipamento de transporte	10 e 13	319	(308)	11	22
Equipamento administrativo	10 e 13	5.601	(5.239)	362	413
Imobilizações em curso	10	33	-	33	69
		20.257	(13.330)	6.927	7.281
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Partes capital em empresas do grupo	10 e 16	943.890	-	943.890	724.137
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	-	-	-	337.839
Titulos e outras aplicações financeiras	10, 16 e 34	4.124	(4.051)	73	73
		948.014	(4.051)	943.963	1.062.050
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:					
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	5.984	(5.984)	-	-
Outros accionistas	23 e 34	283	(283)	-	-
Outros devedores	23 e 34	335	(328)	8	-
		6.602	(6.594)	8	-
CIRCULANTE					
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:					
Empresas do grupo	16	75.295	-	75.295	77.992
Adiantamentos a fornecedores		21	-	21	21
Adiantamentos a fornecedores do imobilizado		3	-	3	3
Estado e outros entes públicos	48	2.421	-	2.421	2.226
Outros devedores		37.378	-	37.378	472
		115.117	-	115.117	80.714
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos Bancários		8.428		8.428	1.783
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Custos diferidos		248		248	65
Activo por impostos diferidos	6	10.833		10.833	38.250
		11.081		11.081	38.315
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES					
			(13.330)		
TOTAL DE PROVISÕES					
			(10.645)		
TOTAL DO ACTIVO		1.109.498	(23.975)	1.085.523	1.190.143

Capital Próprio e Passivo

(milhares de euros)		2004	2003
	Notas		
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL:	40	672.000	672.000
Acções próprias:			
Valor nominal	40	(4.752)	(5.341)
Descontos e prémios	40	(10.782)	(12.063)
Ajustamentos de partes de capital em empresas filiais e associadas	40	18.408	(101.339)
Reservas de reavaliação	40	1.938	1.980
Reserva legal	40	76.500	67.200
Outras reservas	40	173.873	173.910
Resultados transitados	40	(142.741)	(21.645)
Resultado líquido do exercício	40	185.909	185.883
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		970.352	960.586
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Provisões para impostos	34	69.542	62.458
Outras provisões para riscos e encargos	34	3.974	4.894
		73.516	67.352
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
Dívidas a instituições de crédito	50	-	17.500
Outros empréstimos obtidos	50	249	499
		249	17.999
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:			
Dívidas a instituições de crédito	50	-	60.006
Fornecedores conta corrente		364	1.861
Empresas do grupo	16	38.552	75.100
Outros empréstimos obtidos	50	249	249
Fornecedores do imobilizado - c/c		-	86
Estado e outros entes públicos	48	702	477
Outros credores		11	72
		39.878	137.851
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de custos	49	1.187	4.844
Proveitos diferidos		-	1.155
Passivo por impostos diferidos	6 e 13	340	356
		1.527	6.355
TOTAL DO PASSIVO		115.171	229.557
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1.085.523	1.190.143

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Vicente Árias Mosquera

Manuel Roseta Fino

Demonstrações

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

Dos Resultados por Naturezas

(milhares de euros)		2004		2003	
	Notas				
CUSTOS E PERDAS					
Fornecimentos e serviços externos		7.205		7.393	
Custos com o pessoal					
Remunerações		7.055		7.837	
Encargos sociais:					
Pensões		126		875	
Outros		2.632	9.812	2.171	10.883
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	281		381	
Provisões	34	5.121	5.402	5.366	5.747
Impostos		73		288	
Outros custos e perdas operacionais		53	126	78	366
(A)		22.546		24.389	
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	3		2.523	
Juros e custos similares:					
Relativos a empresas do grupo		214		2.947	
Outros	45	1.776	1.993	31.209	36.679
(C)		24.539		61.068	
Custos e perdas extraordinários	46		4.802		1.065
(E)		29.341		62.133	
Imposto s/rendimento do exercício	6		(6.265)		(8.404)
(G)		23.076		53.729	
Resultado líquido do exercício		185.909		185.883	
		208.985		239.612	
PROVEITOS E GANHOS					
Prestações de serviços	16 e 44		7.283		10.474
Proveitos suplementares	16		852		1.185
(B)		8.135		11.659	
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	130.377		198.311	
Rendimentos de participação de capital		-		4.516	
Outros juros e proveitos similares:					
Relativos a empresas do grupo		404		10.017	
Outros	45	473	131.254	14.263	227.107
(D)		139.389		238.766	
Proveitos e ganhos extraordinários	46		69.596		846
(F)		208.985		239.612	
RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A) =			(14.411)		(12.730)
RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B)-(C-A) =			129.261		190.428
RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C) =			114.850		177.698
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS: (F)-(E) =			179.644		177.479
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: (F)-(G) =			185.909		185.883

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

Dos Resultados por Funções

(milhares de euros)		2004	2003
	Notas		
Vendas e prestações de serviços	16 e 44	7.283	10.474
Resultados brutos		7.283	10.474
Outros proveitos e ganhos operacionais		960	2.031
Custos administrativos		(17.299)	(18.657)
Outros custos e perdas operacionais		(7.964)	(5.904)
Resultados operacionais		(17.020)	(12.056)
Custo líquido de financiamento		(1.324)	(14.624)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	45	197.774	195.789
Ganhos (perdas) em outros investimentos		843	15.872
Resultados não frequentes		(629)	(7.502)
Resultados correntes		179.644	177.479
Impostos sobre os resultados correntes	6	6.265	8.404
Resultados líquidos		185.909	185.883
Resultados por acção (euros)		0,28	0,28

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Vicente Árias Mosquera

Manuel Roseta Fino

Demonstrações

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

Dos Fluxos de Caixa

(milhares de euros)		2004	2003
	Notas		
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		188	105
Pagamentos a fornecedores		(9.486)	(6.066)
Pagamentos ao pessoal		(13.276)	(12.521)
Fluxos gerados pelas operações		(22.574)	(18.483)
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		40.195	57.857
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		7.141	11.749
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		24.763	51.124
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	155
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(8)	(125)
Fluxos das actividades operacionais (1)		24.754	51.155
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	1	208.460	748.872
Imobilizações corpóreas		101	33
Juros e proveitos similares		11.835	26.140
Dividendos	2	15.666	101.906
		236.062	876.951
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	3	(6.715)	(4.000)
Imobilizações corpóreas		(138)	(242)
		(6.853)	(4.242)
Fluxos das actividades de investimento (2)		229.210	872.710
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos	4	12.500	161.800
Venda de acções próprias		1.687	4.356
Empréstimos relativos a empresas do grupo	5	101.000	513.800
		115.187	679.956
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos	4	(92.401)	(1.039.323)
Juros e custos similares		(19.192)	(57.030)
Dividendos		(113.465)	(104.568)
Pagamento IRC/ISD s/dividendos		-	(2.095)
Aquisição de acções próprias		-	(2.492)
Empréstimos relativos a empresas do grupo	5	(136.400)	(398.489)
		(361.459)	(1.603.998)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(246.272)	(924.041)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		7.692	(177)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		1.783	1.345
Efeito das diferenças de câmbio		(1.047)	615
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		8.428	1.783

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

(valores expressos em milhares de euros)

1. Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

a) Reembolso de prestações acessórias de capital:

	Valores recebidos no exercício
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	8.000
Cimpor Finance, Limited	19.000
	27.000

b) Alienações de filiais:

Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	96.350
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	85.110
	181.460
	208.460

2. Dividendos recebidos

	Valores recebidos no exercício
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	15.666

3. Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Aquisições e aumento de capital de filiais e outras participações financeiras

	Valores pagos no exercício
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	50
Cimpor Inversiones, S.A.	6.665
	6.715

4. Empréstimos de financiamento

	Moeda	Valores recebidos no exercício	Valores pagos no exercício
CGD - Papel comercial	EUR	12.500	12.500
DBI - Papel comercial	USD	-	61.516
ICEP	EUR	-	249
BTM	EUR	-	5.000
BBPI	EUR	-	636
BTA	EUR	-	12.500
		12.500	92.401

5. Empréstimos concedidos e obtidos relativos a empresas do grupo

	Valores pagos no exercício	Valores recebidos no exercício
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	55.500	17.500
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	57.000	52.000
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	23.900	-
Cimpor Portugal, SGPS, S. A.	-	31.500
	136.400	101.000

6. Outras informações

- a) Considerou-se no movimento líquido de Imposto sobre o Rendimento a totalidade dos pagamentos efectuados por conta do grupo fiscal.
- b) Para a necessária compreensão da demonstração dos fluxos de caixa, acrescenta-se que a CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., tem como política apoiar financeiramente as empresas suas participadas, para que tenham uma correcta cobertura financeira das suas necessidades, cujos movimentos estão reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa.

Anexo às Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2004

(valores expressos em milhares de euros)

Nota introdutória

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Angola, Brasil, Tunísia, Egipto e África do Sul ("Grupo Cimpor"), nas áreas de produção e comercialização de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas.

O Grupo Cimpor detém as suas participações distribuídas, essencialmente, em duas Sub-Holdings; (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra, essencialmente, as participações nas sociedades da área de negócios de Portugal; e, (ii) a Cimpor Inversiones, S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas no estrangeiro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

2. Comparabilidade com exercício anterior

Decorrente da política de gestão de risco da Empresa, a qual tem sido objecto de divulgação ao nível quer do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, quer no anexo às demonstrações financeiras de períodos anteriores, a Empresa tem procedido à contratação de diversos instrumentos financeiros.

Até 31 de Dezembro de 2003, relativamente aos instrumentos financeiros derivados, e face à ausência de normativo contabilístico específico em Portugal, a Empresa procedia ao registo nas demonstrações financeiras consolidadas dos respectivos efeitos financeiros apenas na data de ocorrência de fluxos monetários, diferindo os prémios recebidos ou pagos, quando aplicável, durante o período das operações. Adicionalmente, no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Empresa procedia à divulgação dos "fair value" daqueles instrumentos.

O Conselho de Administração face à aproximação da data de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") e atendendo ao disposto na Directriz Contabilística nº 18, entendeu adoptar com efeitos a 1 de Janeiro de 2004 as disposições do IAS 39 no que respeita ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros derivados contratados e à contabilização de operações de cobertura, por considerar que, embora derogando a política contabilística anteriormente seguida, a referida adopção conduz a uma apresentação mais adequada da posição financeira e resultado das operações do Grupo e a uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro.

De referir que, no que respeita à valorização dos investimentos financeiros correspondentes a partes de capital em empresas participadas nas quais não é exercido controlo ou influência significativa, bem como na valorização de investimentos em títulos negociáveis, ambos correspondentes a entidades com títulos cotados em bolsas de valores, a Empresa já anteriormente adoptava os critérios preconizados no IAS 39, utilizando como referencial de valorização o respectivo valor de mercado.

A adopção de tais disposições do IAS 39 no registo dos investimentos financeiros e instrumentos derivados contratados pela Empresa e pelas suas participadas teve os seguintes impactos nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, quer directamente, quer decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial aquelas empresas participadas:

	Resultados	Ajustamentos de partes de capital	Resultados transitados
Investimentos financeiros	7.222	(52.356)	-
Custos diferidos	-	-	330
Impostos diferidos	-	-	(91)
	7.222	(52.356)	239

O Grupo Cimpor tem como política proceder à contratação de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos seus riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e de investimentos financeiros em empresas estrangeiras. Em 1 de Janeiro de 2004, a Cimpor não reunia todas as condições exigidas pelo IAS 39 por forma a permitir designar alguns dos instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura, quer no que respeita à documentação das operações, quer em termos da efectividade exigida naquelas relações.

Deste modo, os instrumentos financeiros derivados que não cumpriam essas condições foram classificados como de negociação. Por esse motivo, o seu justo valor em 31 de Dezembro de 2003 foi registado em resultados transitados, enquanto as variações subsequentes foram reconhecidas em resultados do exercício.

3. Principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros de registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o activo e o passivo (incluindo interesses minoritários) em, aproximadamente, 2.089.000 milhares de euros e os proveitos em, aproximadamente, 1.314.000 milhares de euros.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos. As despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registadas como custo quando incorridas.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados pelo método das quotas constantes de acordo com a sua vida útil estimada. As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil		
Edifícios e outras construções	10	-	50
Equipamento básico	7	-	16
Equipamento de transporte	4	-	5
Equipamento administrativo	3	-	14

c) Investimentos financeiros

Participações financeiras em empresas do grupo e associadas

As participações financeiras em empresas do grupo e associadas estão registadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método:

- as participações são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é ajustado ao valor proporcional da participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial;
- as participações são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (Nota 45), e por outras variações ocorridas nos capitais próprios por contrapartida da rubrica de ajustamentos de partes de capital (Nota 40);
- os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Dado que os critérios valorimétricos das filiais e associadas não são necessariamente iguais aos utilizados pela Empresa, sempre que daí resultem valores significativos são efectuados os necessários ajustamentos de homogeneização.

Trespases (Goodwill) de aquisição

De acordo com os princípios e critérios contabilísticos aplicáveis às aquisições de partes de capital, os trespases representam as diferenças entre o preço de aquisição dessas partes de capital e a proporção dos capitais próprios adquiridos, após terem sido considerados os justos valores dos activos e passivos das empresas adquiridas. Os trespases apurados na aquisição de acréscimos de participação em filiais são amortizados durante o período de vida útil remanescente definido à data de aquisição inicial. Os trespases são amortizados no período estimado de recuperação dos investimentos, o qual varia entre cinco e vinte anos.

Outros investimentos financeiros

Os restantes investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, quando aplicável.

d) Activos e passivos em moedas estrangeiras

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio

ocorridas no exercício são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas":

- diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na IAS 39.

e) Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e assistência na doença

Algumas das empresas do Grupo têm assumidas responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência e responsabilidades decorrentes de regimes de assistência na doença de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e de segurança social. Estas responsabilidades são registadas nessas empresas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo a registar nesse período.

Os efeitos dos registos contabilísticos nas referidas empresas dessas responsabilidades e dos correspondentes custos encontram-se reflectidos na rubrica de "Investimentos financeiros – Partes de capital em empresas do grupo", por via da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Adicionalmente, a Empresa tem ao seu serviço empregados com vínculo contratual à Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A. ("Cimpor Indústria"), os quais beneficiam do sistema de complementos de pensões de reforma e de sobrevivência em vigor naquela empresa participada. Os respectivos custos com pensões são suportados pela Empresa e registados como custo com o pessoal.

f) Imposto sobre o rendimento

O montante a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevantes contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

g) Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de imobilizado gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados à medida em que os activos imobilizados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

h) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

i) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

j) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39, nomeadamente, quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de "justo valor" são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de "*cash-flow*" são registadas em "Outras reservas" na sua componente efectiva e em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em "Outras reservas" são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações, à semelhança das coberturas de "*cash-flow*", são registadas como "Reserva de conversão cambial" na sua componente efectiva. A componente não efectiva daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são registadas como "Reserva de conversão cambial".

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos no IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Os efeitos patrimoniais da contabilização destes instrumentos nas empresas do Grupo que os contratam, encontram-se reflectidos na rubrica de "Investimentos financeiros – Partes de Capital em empresas do Grupo", por via da aplicação do método de equivalência patrimonial.

4. Câmbios

As cotações utilizadas para actualização das dívidas activas e passivas em moeda estrangeira, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, foram as seguintes:

Divisa	2004	2003
USD	1,3621	1,2630
MAD	11,2196	11,0614
CHF	1,5429	1,5579
BRL	3,6147	3,6646
TND	1,6352	1,5272
MZM	25314,4	29179,7
GBP	0,70505	0,7048
EGP	8,2679	7,7929
ZAR	7,6897	8,3276

6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), actualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 27,5%.

A Empresa e as participadas detidas em pelo menos 90%, localizadas em Portugal e sujeitas ao regime geral de IRC, encontram-se sujeitas ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, deduzidos os dividendos distribuídos, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da revisão/inspecção daquelas declarações de imposto por parte das autoridades fiscais, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 2000, surgiram liquidações adicionais de impostos, apurados ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado então vigente, sendo os valores mais significativos relativos ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações do imobilizado corpóreo. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de impugnação judicial.

Adicionalmente, em virtude das referidas notificações terem ocorrido em momento posterior à última fase da operação de reprivatização da Empresa, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do referido imposto, a ser devido, é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo sido já requerido o pagamento do valor em causa (se devido).

Por forma a que as demonstrações financeiras reflectam a contingência destas situações, a Empresa tem constituído uma provisão de 69.542 milhares de euros, dos quais 41.300 milhares de euros (Nota 34) correspondem às referidas liquidações, incluindo uma estimativa para os anos ainda não revistos, 2001 a 2004, correspondendo o restante a outras correcções e juros.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais podem ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, corresponde essencialmente a:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	179.644	
Diferenças temporárias	(2.539)	
Diferenças permanentes	(193.473)	
	(16.368)	
Encargo normal de imposto		(4.501)
Tributações autónomas		14
		(4.487)
Imposto diferido por reversão de diferenças temporárias no período		698
Contingências fiscais (Nota 34)		963
Correcção de exercícios anteriores		265
Ajustamento do imposto do grupo fiscal e outros		(3.704)
		(6.265)

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, os efeitos da equivalência patrimonial, ganhos ou perdas na alienação de investimentos financeiros e acréscimo de provisões com carácter de diferenças permanentes.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Saldo inicial	Resultados líquidos	Capitais próprios	Transferências	Saldo final
Activos por impostos diferidos					
Provisões p/cobrança duvidosa	478	(1)	-	-	477
Provisões p/outros riscos e encargos	322	(302)	-	-	21
Prejuízos fiscais reportáveis	37.451	7.688	(2.417)	(32.387)	10.335
Outros	-	91	(91)	-	-
	38.251	7.477	(2.508)	(32.387)	10.833
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliações de imobilizações corpóreas	356	(16)	-	-	340

O activo por impostos diferidos, registado em capitais próprios no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, na rubrica de "Ajustamentos de partes de capital" (Nota 40), de 2.417 milhares de euros, resulta das diferenças de câmbio desfavoráveis provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo, expressos em moeda estrangeira, e que na prática constituem uma extensão dos investimentos financeiros (Nota 3 d)).

7. Número médio de pessoal

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa teve ao seu serviço, em regime de cedência pela Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A., em média, 90 empregados.

10. Movimentos ocorridos no activo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Activo bruto				Saldo final
		Reavaliações e ajustamentos	Aumentos	Diminuições	Transferências e abates	
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	12.801	-	-	-	(12.801)	-
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	2.409	-	-	-	-	2.409
Edifícios e outras construções	8.909	-	17	(82)	-	8.843
Equipamento básico	5.211	-	-	(2.160)	-	3.051
Equipamento de transporte	615	-	13	(309)	-	319
Equipamento administrativo	5.601	-	-	-	-	5.601
Imobilizações em curso	69	-	33	-	(69)	33
	22.815	-	62	(2.551)	(69)	20.257
Investimentos financeiros						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	724.137	44.517	449	(182.413)	357.200	943.890
Empréstimos a empresas do grupo	337.839	13.140	-	-	(350.979)	-
Títulos e outras aplicações financeiras	4.124	-	-	-	-	4.124
	1.066.100	57.657	449	(182.413)	6.221	948.014

Rubricas	Saldo inicial	Amortizações e provisões		Saldo final
		Reforço	Reduções	
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	12.801	-	(12.801)	-
Imobilizações corpóreas				
Edifícios e outras construções	4.698	178	(72)	4.804
Equipamento básico	5.055	36	(2.113)	2.978
Equipamento de transporte	593	15	(300)	308
Equipamento administrativo	5.188	52	-	5.239
	15.534	281	(2.485)	13.330
Investimentos financeiros				
Títulos e outras aplicações financeiras	4.051	-	-	4.051

O aumento dos investimentos financeiros, ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, inclui:

(i) Aquisição de 23.000 acções da Cimpor Inversiones, S.A.	399
(ii) Aquisição de 50.000 acções que constituem a totalidade do capital social da Cimpor Tec	50
	449

As diminuições de partes de capital em empresas do grupo, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, são explicados pelo seguinte:

- Alienação à Cimpor - Indústria de Cimentos, SGPS, S.A. das seguintes participações: Cimpor Internacional, SGPS, S.A., cujo valor contabilístico ascendia a 63.913 milhares de euros e Cimpor Investimentos, SGPS, S.A., cujo valor contabilístico ascendia a 87.194 milhares de euros.
- Devolução de prestações suplementares efectuadas pelas seguintes empresas participadas:

Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	8.000
Cimpor Finance Limited	23.306
	31.306

As transferências evidenciadas entre rubricas de investimentos financeiros resultam, essencialmente, da subscrição e realização do aumento de capital da Cimpor Inversiones, S.A., por conversão dos empréstimos concedidos.

A aplicação do método da equivalência patrimonial, em 31 de Dezembro de 2004, aos investimentos financeiros em empresas do Grupo tem o seguinte impacto:

	Ganhos/(perdas) em emp.grupo (Nota 45)	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Dividendos recebidos	Provisões (Nota 34)	Total
Cimpor Inversiones, S.A.	78.103	(94.535)	-	-	(16.432)
Cimpor Finance Limited	1.776	3.751	-	-	5.527
Cimpor Reinsurance, S.A.	2.738	(343)	-	-	2.395
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	40.662	21.010	-	-	61.672
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	3.973	-	(15.666)	-	(11.694)
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	1.989	-	-	-	1.989
Kandmad, SGPS, Lda.	1.047	(15)	-	-	1.032
Cimpor Egypt for Cement	57	(977)	-	920	-
Cimpor Financial Operations, B.V.	(3)	-	-	-	(3)
Cement Services Company	33	(3)	-	-	30
	130.374	(71.111)	(15.666)	920	44.517

Decorrente da alienação da Cimpor Internacional, SGPS, S.A. e da Cimpor Investimentos, SGPS, S.A., à Cimpor – Indústria, S.A., os resultados dessas empresas foram relevados, através da aplicação do método da equivalência patrimonial na Cimpor Portugal, SGPS, S.A., accionista desta última. Adicionalmente, a menos-valia apurada na alienação da Cimpor Investimentos, de 2.084 milhares de euros e a mais-valia apurada na alienação da Cimpor Internacional, de 69.437 milhares de euros, encontram-se deduzidas no resultado da Cimpor Portugal, SGPS, S.A. (Nota 46).

Os ajustamentos de partes de capital relativos à Cimpor Inversiones incorporam: (i) efeito da adopção das disposições do IAS 39 relativamente a contabilidade de cobertura e registo de instrumentos financeiros derivados; e, (ii) efeito da conversão das demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira.

12. Reavaliação do activo imobilizado corpóreo

A Empresa procedeu, em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

13. Quadro discriminativo das reavaliações

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas e da correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações (Nota 40)	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	359	2.050	2.409
Edifícios e outras construções	970	3.069	4.040
Equipamento básico	72	-	72
Equipamento de transporte	11	-	11
Equipamento administrativo	342	20	362
	1.755	5.140	6.894

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 340 milhares de euros (Nota 6).

16. Empresas do Grupo, Associadas e Participadas

Em 31 de Dezembro de 2004, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Empresas do Grupo	Valor de balanço
Partes de capital em empresas do grupo	
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	420.739
Cimpor Finance Limited (USD)	22.192
Cimpor Financial Operations, B. V.	1.509
Cimpor Egypt For Cement	-
Kandmad, SGPS, Lda.	4.277
Cimpor Reinsurance, S.A.	6.625
Cimpor Inversiones, S.A.	488.451
Cement Services Company (EGP)	47
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	50
	943.890
Títulos e outras aplicações financeiras	
Ambelis, S.A.	20
APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.	12
Nefele – C ^a .Ind.Sienitos Nefelínicos, S.A.	1
Companhia Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.	4.050
Sociedade Algodoeira do Ambriz, S.A.	1
ICDS – Ind. Con. D. Services	41
	4.124
	948.014

O valor de balanço corresponde à parte proporcional detida nos patrimónios das empresas, após os ajustamentos de uniformização de critérios valorimétricos, incluindo o valor líquido dos trespasses gerados na aquisição.

Os principais saldos com empresas do grupo, em 31 de Dezembro de 2004, bem como as transacções efectuadas com as referidas empresas, no exercício findo naquela data, podem ser resumidos como segue:

Rubricas	Saldo			Transacções	
	Empresas do grupo, saldos devedores	Outros devedores	Empresas do grupo, saldos credores	Prestações de serviços	Proveitos suplementares
Agrepor Agregados, S.A.	78	-	-	-	78
Alempedras, Sociedade de Britas, Lda.	3	-	-	-	3
Amreyah Cement Company, S.A.E.	11	-	-	-	-
Asment de Témara, S.A.	194	-	-	194	-
Betaçor-Fab. Bet. Artef. Cimento, S.A.	3	-	-	-	3
Betão Liz, S.A.	32	-	-	-	32
Cecisa Comércio Internacional, S.A.	28	-	-	-	28
Celfa, S.A.	4	-	-	-	4
Ciarga - Argamassas Secas, S.A.	29	-	-	-	29
Cimadjuvantes, Lda.	9	-	-	-	-
Cimentaçor - Cimentos dos Açores, Lda.	51	-	-	-	51
Cimentos de Moçambique, SARL	4	-	-	-	-
Cimpor Betão -Indústria Betão Pronto, S.A.	174	-	-	390	96
Cimpor Egypt for Cement, S.A.E.	83	-	-	-	-
Cimpor Finance Limited	41	-	-	-	-
Cimpor Imobiliária, S.A.	14	47	-	-	14
Cimpor - Indústria Cimentos, S.A.	41.720	37.060	322	6.610	73
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	6	-	38.170	60	-
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	3	-	27	30	2
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	32.389	-	-	-	4
Cimpor Serviços Apoio à Gestão Empresas, S.A.	-	-	32	-	30
Corporación Noroeste, S.A.	143	-	-	-	143
CTA - Comercio In., S.A.	19	-	-	-	19
Fornecedora de Britas do Carregado, S.A.	24	-	-	-	24
Geofer - Prod.Com.de Bens Equip., S.A.	26	-	-	-	26
Imopar, SARL	10	-	-	-	-
Jomatel-Emp. Mat. Construção, S.A.	28	-	-	-	28
Mossines, S.A.	53	-	-	-	53
Premap - Préfabricados de Maputo, SARL	6	-	-	-	-
Sacopor-Soc Emb e Sacos de Papel, S.A.	23	-	-	-	23
Société des Ciments de Jbel Oust	68	-	-	-	68
Transviária - Gestão de Transpores, S.A.	19	1	-	-	19
	75.295	37.107	38.552	7.283	852

O saldo a receber da Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A., inclui 38.000 milhares de euros relativos a um apoio de tesouraria.

Os saldos a pagar à Cimpor Internacional, SGPS, S.A., inclui 38.000 milhares de euros relativos a um apoio de tesouraria.

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2004, existiam dívidas de cobrança duvidosa de clientes e outros devedores, de 6.594 milhares de euros, as quais se encontravam provisionadas no valor estimado da sua não realização (Nota 34).

25. Dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor dos créditos sobre o pessoal ascendia a 132 milhares de euros relativos a abonos a regularizar, que incluem 67 milhares de euros de empréstimos concedidos. Os valores a pagar naquela data totalizavam 2 milhares de euros.

31. Compromissos financeiros

Pensões de reforma e assistência na doença

Conforme mencionado na nota 3 e), algumas das empresas participadas mantêm com os seus empregados regimes complementares de reforma e de assistência na doença.

As responsabilidades inerentes aos mesmos encontram-se devidamente reflectidas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, através da aplicação dos correspondentes normativos contabilísticos.

Em 31 de Dezembro de 2004, as responsabilidades com serviços passados perante empregados no activo e reformados ascendem a 92.563 milhares de euros, dos quais 72.892 milhares de euros estão financiados por fundos de pensões constituídos para o efeito.

As responsabilidades não financiadas, no montante de 19.671 milhares de euros, encontram-se registadas no passivo das respectivas empresas.

Decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial, todos estes efeitos estão reflectidos nos resultados financeiros da Empresa e no valor dos seus investimentos financeiros.

Outros compromissos – investimentos e serviços

De referir a existência de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas e existências, sendo os mais relevantes os oriundos das áreas de negócio de Portugal, 35.692 milhares de euros, Egipto, 3.172 milhares de euros, Espanha, 3.172 milhares de euros e 5.449 milhares de euros na área de negócios de Marrocos.

Em 1 de Janeiro de 2004, foi celebrado um contrato de prestações de serviços entre a Empresa e a Cimpor Serviços, S.A., que tem por objecto a prestação de serviços que abrangem as áreas administrativa, financeira, contabilística e dos recursos humanos. Este contrato implica um compromisso anual de 600 milhares de euros.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio total.

Outros compromissos – cartas de conforto

As cartas de conforto prestadas, relativamente a operações de financiamento das empresas do grupo, são as seguintes:

Cimpor Inversiones, S.A.	344.710
Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.	8.869
Ciarga – Argamassas Secas, S.A.	1.875
Companhia de Cimentos do Brasil	27.333
Imopar, SARL	2.832
Société des Ciments de Jbel Oust, S.A.	753
Companhia de Cimentos Atol	136
Amreyah Cement Company, S.A.E.	30.803
Amreyah Cimpor Cement, S.A.E.	22.489
Cimpor Egypt Cement, S.A.E.	1.039
	440.839

32. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2004, a responsabilidade da Empresa por garantias prestadas totaliza 128.918 milhares de euros e referem-se a fianças e garantias bancárias.

34. Movimentos ocorridos nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Reforço	Redução (Nota 46)	Saldo final
Provisões para:				
Investimentos financeiros	4.051	-	-	4.051
Clientes de cobrança duvidosa	6.089	-	(106)	5.984
Outros devedores/accionistas	611	-	-	611
Contingências fiscais (Nota 6)	62.458	7.084	-	69.542
Outros riscos e encargos (Nota 10)	4.894	-	(920)	3.974
	78.103	7.084	(1.026)	84.162

A redução, em 920 milhares de euros, da provisão para outros riscos e encargos resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 10). Esta provisão reflecte as responsabilidades da Empresa em participadas com capitais próprios negativos.

As provisões para contingências fiscais cuja natureza é explicada na Nota 6 tiveram os seguintes impactos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004:

Provisão do exercício	5.121
Contingências fiscais	963
Resultados extraordinários (Nota 46)	1.000
	7.084

36. Composição do capital

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da Empresa totalmente subscrito e realizado estava representado por 672.000.000 acções com o valor nominal de um Euro cada.

37. Identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito

Accionistas	Nº de acções	% do Capital	% dos direitos de voto ⁽¹⁾
Teixeira Duarte, SGPS, S.A. (2)	138.372.075	20,59	20,74
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	83.905	0,01	0,01
Através da sociedade por si dominada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	135.011.220	20,09	20,23
Por si	67.527.510	10,05	10,12
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	278.710	0,04	0,04
Através da sociedade de si dominada Tedal, SGPS, S.A.	67.205.000	10,00	10,07
Através da sociedade por si dominada TDG, SGPS, S.A.	3.276.950	0,49	0,49

(1) Considerando as 4.751.960 acções próprias em 31 de Dezembro de 2004.

(2) Em cumprimento de ordem da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, para imputação destas participações, nos termos conjugados dos artigos 16º, 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

39. Reservas de reavaliação

No exercício em análise, e em conformidade com o critério definido, procedeu-se à transferência para a rubrica "Resultados transitados" de 42 milhares de euros, correspondente aos bens alienados ou amortizados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

40. Movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação dos resultados	Movimento de acções próprias	Reclassificação reserva reavaliação	Outras variações	Resultado líquido	Saldo final
Capital	672.000	-	-	-	-	-	672.000
Acções próprias	(17.403)	-	1.869	-	-	-	(15.534)
Ajust. de partes de capital emp.grupo	(101.339)	-	-	-	119.747	-	18.408
Reservas de reavaliação (Nota 13)	1.980	-	-	(42)	-	-	1.938
Reserva legal	67.200	9.300	-	-	-	-	76.500
Outras reservas	173.910	-	(37)	-	-	-	173.873
Resultados transitados	(21.645)	61.268	-	42	(182.406)	-	(142.741)
Resultado líquido do exercício	185.883	(185.883)	-	-	-	185.909	185.909
	960.586	(115.315)	1.832	-	(62.659)	185.909	970.352

Reserva de reavaliação

Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas apenas podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital.

Reserva legal

De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou ser incorporada no capital.

A coluna das "Outras variações" incluem: (i) a transferência de "Resultados transitados" para "Ajustamentos de partes de capital" dos resultados atribuídos e não distribuídos pelas empresas participadas, cujos investimentos financeiros estão registados pelo método da equivalência patrimonial; (ii) ajustamentos ao valor dos investimentos financeiros decorrente de variações patrimoniais nas empresas participadas não justificadas pelos respectivos resultados (Nota 10); e, (iii) diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática constituem uma extensão dos investimentos financeiros (Notas 3 d) e 6).

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 14 de Maio de 2004, o resultado líquido do exercício de 2003 foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos	114.240
Gratificações a empregados	1.850
Resultados transitados	60.493
Reserva legal	9.300
	185.883

Os dividendos atribuídos às acções próprias, não distribuídos, no montante de 775 milhares de euros, estão incluídos na rubrica de Resultados transitados.

Acções próprias

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registadas em reservas.

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 588.605 acções a diversos colaboradores do Grupo, pelo montante global de 1.832 milhares de euros, de que resultou a diminuição em Outras reservas de 37 milhares de euros.

A 31 de Dezembro de 2004, a Cimpor detinha um total de 4.751.960 acções próprias.

43. Órgãos sociais - remunerações

As remunerações fixas atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foram como segue:

	Remunerações
Conselho de Administração	1.670
Conselho Fiscal	48
Total	1.718

44. Prestações de serviços

As prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, decorrem na totalidade dos contratos de prestação de serviços de administração e gestão celebrados com empresas participadas (Nota 16).

45. Demonstrações dos resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e perdas		
Juros suportados	890	13.978
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	3	2.523
Diferenças de câmbio desfavoráveis	666	19.532
Outros custos e perdas financeiros	434	646
	1.993	36.679
Resultados financeiros	129.261	190.428
	131.254	227.107
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	843	11.356
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	130.377	198.311
Rendimento de participação de capital	-	4.516
Diferenças de câmbio favoráveis	34	12.923
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	1
	131.254	227.107

46. Demonstrações dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e perdas		
Donativos	3	125
Dívidas incobráveis	-	531
Perdas em imobilizações	2.085	362
Aumentos de amortizações e provisões (Nota 34)	1.000	-
Correcções de exercícios anteriores	19	45
Outros custos e perdas extraordinários	1.695	2
	4.802	1.065
Resultados extraordinários	64.793	(219)
	69.595	846
Proveitos e ganhos		
Reduções de amortizações e provisões (Nota 34)	106	643
Recuperação de dívidas	3	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	18
Ganhos em imobilizações (Nota 10)	69.485	-
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1	185
	69.595	846

48. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	2.421	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	201
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	389
Contribuições para a Segurança Social	-	111
	2.421	702

49. Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo da rubrica de acréscimos de custos apresentava a seguinte composição:

Remunerações a liquidar	1.092
Outros	95
	1.187

50. Financiamentos

Os financiamentos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 podem ser apresentados como segue:

	2004	2003
Médio e longo prazo		
Dívidas a instituições de crédito	-	17.500
Outros empréstimos obtidos	249	499
	249	17.999
Curto prazo		
Papel comercial	-	59.383
Dívidas a instituições de crédito	-	624
Outros empréstimos obtidos	249	249
	249	60.256
Total	498	78.255

Em 31 de Dezembro de 2004, o financiamento classificado a médio e longo prazo vence-se na totalidade em 2006.

52. Plano de opções de compra de acções

Na Assembleia Geral Anual, realizada em 14 de Maio de 2004, foram aprovados um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*.

A atribuição aos beneficiários do *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a setenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida.

No *Plano de Atribuição de Opções de Compra da Cimpor*, a atribuição aos beneficiários é designada pelos mesmos Órgãos do Plano anteriormente referido, sendo-lhes concedido o direito de adquirirem acções da Cimpor (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas) ao mesmo preço.

As opções exercidas e as acções adquiridas durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2004, relativamente a estes Planos de incentivos, bem como as Opções derivadas exercidas dos Planos anteriores, foram as seguintes:

Plano	Nº de acções	V.Unitário	Data
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2002	6.200	3,70	31 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2003	182.650	2,84	25 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - série 2004	266.000	3,20	28 de Maio
Aquisição de Acções pelos colaboradores – ano 2004	133.755	3,28	17 de Maio
	588.605		

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa possui em carteira acções próprias suficientes para fazer face às responsabilidades inerentes aos referidos planos de incentivos.

54. Eventos subsequentes

Os eventos mais relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2004 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão.

55. Informações exigidas por diplomas legais

55.1 – Artº. 447º do Código das Sociedades Comerciais

De acordo com o prescrito no nº 5 do Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, com as acções pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Conselho de Administração

				Movimentos em 2004			
Accionistas	Acções	N.º Títulos 31-12-03	N.º Títulos 31-12-04	Aquisições	Alienações	P.U.	Data
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	Cimpor	9.090	12.130	3.040		3,28	17-Mai-04
Luís Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Cimpor	1.620	2.150	530		3,28	17-Mai-04
Jacques Lefèvre (Dr.)	Cimpor	1.120	1.650	530		3,28	17-Mai-04
Jean Carlos Angulo (Eng.)	Cimpor	3.240	4.760	1.520		3,28	17-Mai-04
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.)	Cimpor	30.750	116.490	17.500 6.360 3.500 6.640 2.740 34.000 15.000	2,84 4,22 4,23 4,24 3,28 3,20 4,13	25-Mar-04 14-Abr-04 14-Abr-04 14-Abr-04 17-Mai-04 28-Mai-04 23-Set-04	
Luís Filipe Sequeira Martins (Eng.)	Cimpor	21.370	57.590	14.000 2.590 27.000	7.370 2,84 3,28 3,20	4,15 25-Mar-04 17-Mai-04 28-Mai-04	05-Jan-04
Manuel Luís Barata de Faria Blanc (Dr.)	Cimpor	19.170	62.760	14.000 2.590 27.000	2,84 3,28 3,20	25-Mar-04 17-Mai-04 01-Jun-04	
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.)	Cimpor	60.240	124.060	21.000 2.820 40.000	2,84 3,28 3,20	25-Mar-04 17-Mai-04 28-Mai-04	
João Salvador dos Santos Matias (Dr.)	Cimpor	1.620	2.150	530		3,28	17-Mai-04
Manuel Ferreira (Dr.)	Cimpor	1.620	2.150	530		3,28	17-Mai-04
Vicente Arias Mosquera (Dr.)	Cimpor	-	530	530		3,28	17-Mai-04

Sociedades (alínea d) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas	Título	N.º Títulos
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	Acções	67.527.510
Tedal, SGPS, S.A.	Acções	66.700.000
Atlansider , SGPS, S.A.	Acções	695.000

Notas

- ___ As aquisições realizadas em 25 de Março de 2004, foram efectuadas no âmbito do "Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções – Opções Derivadas – Série 2003".
- ___ As aquisições realizadas em 17 de Maio de 2004 , foram efectuadas no âmbito do "Regulamento sobre a Aquisição de Acções pelos Colaboradores - Ano 2004".
- ___ As aquisições realizadas a 28 de Maio de 2004, foram efectuadas no âmbito do "Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções para Administradores e Quadros do Grupo".
- ___ O Dr. Manuel Ferreira renunciou em Outubro de 2004, tendo sido substituído pelo Sr. Manuel Roseta Fino, que não detém acções da Cimpor

RELATÓRIO E CONTAS **HOLDING**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Certificação Legal das Contas
e Relatório de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Sobre as Contas Individuais do Exercício de 2004

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa") e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2004, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa, especialmente através da apreciação dos documentos, registos contabilísticos, documentação de suporte, e apreciação das actas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária nas circunstâncias, tendo mantido contactos, com o Conselho de Administração e com os demais responsáveis pela gestão, tendo solicitado e obtido todos os esclarecimentos e informações consideradas necessárias.

No âmbito das nossas funções, analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo satisfaz os requisitos legais. De igual modo, analisámos as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, nomeadamente quanto aos princípios contabilísticos usados na sua preparação e respectiva aderência aos geralmente aceites em Portugal, bem como à observância dos preceitos legais e estatutários.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e evidencia o montante disponível para distribuição.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos do nº 2 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, bem como da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, com o qual manifesta a sua concordância.

Nesta conformidade, somos do parecer que os supra citados documentos de prestação de contas, bem como a proposta de aplicação de resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias, reunindo as condições para serem aprovados pelos Accionistas.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A, pela disponibilidade manifestada.

Lisboa, 8 de Abril de 2005

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Presidente

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Carlos Pereira Freire

Vogal

José da Conceição da Silva Gaspar

Vogal

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 1.085.523 milhares de Euros e capitais próprios de 970.352 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 185.909 milhares de Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação

da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais, excepto para a alteração indicada no parágrafo 7 abaixo, foram aplicados de forma consistente com os do ano anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.c) do anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa, preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas, para aprovação e publicação em separado.

7. Conforme mencionado na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, foram adoptadas, com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, as disposições da Norma Internacional de Contabilidade - IAS 39, no que respeita ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros derivados contratados directamente pela Empresa ou através das suas participadas e à contabilização de operações de cobertura. Decorrente da adopção daquelas disposições, os ajustamentos de partes de capital foram diminuídos em 52.356 milhares de Euros, correspondendo, essencialmente, ao efeito de exercícios anteriores na mensuração daqueles instrumentos, e o resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foi aumentado em 7.222 milhares de Euros.

Lisboa, 8 de Abril de 2005

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Carlos Pereira Freire

CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Rua Alexandre Herculano, 35

1250-009 Lisboa

www.cimpor.pt

JORGE MANUEL DA COSTA FÉLIX OOM

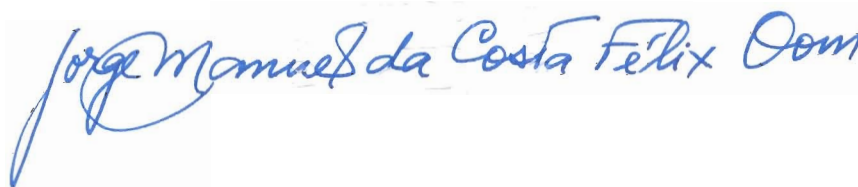
Secretário da Sociedade CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., Sociedade Aberta
Pessoa Colectiva n.º 500 722 900, com sede na Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa

CERTIFICA

Que o extracto da acta junto a este documento foi conferido por mim e está conforme o original, ocupa 5 (cinco) folhas, por mim rubricadas e autenticadas com o selo branco da Sociedade.

Lisboa, 20 de Maio de 2005.

O SECRETÁRIO DA SOCIEDADE



1



ACTA Nº. 32

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano dois mil e cinco, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu-se no Centro de Congressos de Lisboa, sito na Praça das Indústrias (Junqueira) – Auditório VIII, em Lisboa, a Assembleia Geral da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., Sociedade Aberta, pessoa colectiva número 500 722 900, com o capital social de seiscentos e setenta e dois milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 731. -----

Presidiu à reunião o Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que foi assistido pelo Vice-Presidente Dr. José António Cobra Ferreira e secretariado pelo Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom, secretário da Mesa.. -----

Encontravam-se presentes os membros do Conselho de Administração, Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Presidente), Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa, Dr. Jacques Lefèvre, Eng. Jean-Carlos Angulo, Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura, Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc, Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, Dr. João Salvador dos Santos Matias e Dr. Vicente Arias Mosquera e Sr. Manuel Roseta Fino. -----

Estiveram igualmente presentes os membros do Conselho Fiscal, Eng. Ricardo José Minotti da Cruz Filipe (Presidente), Dr. Carlos Manuel Pereira Freire, em representação da Deloitte & Associados, SROC, S.A., e o Vogal Dr. José da Conceição da Silva Gaspar. -----

Dirigindo-se aos accionistas presentes, o Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles informou que a presente Assembleia havia sido convocada a requerimento do Conselho de Administração, com as matérias que constam dos Pontos Um a Onze da Ordem de Trabalhos, tendo a convocatória sido devidamente publicada no Diário da República, III Série, nº 57, de 22 de Março de 2005, e no Diário de Notícias de 23 do mesmo mês. -----

Mais referiu que as accionistas Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., e Ladelis – SGPS, LDA., haviam apresentado, em tempo e separadamente, requerimentos de aditamento de novos pontos à Ordem de Trabalhos da Assembleia, tendo cada uma delas comprovado ser titular do número de acções necessário para o efeito, correspondente a, pelo menos, 5% do capital social. Assim, nos termos do artigo 378º do Código das Sociedades Comerciais, foram aditados à Ordem de Trabalhos da presente Assembleia os novos Pontos Doze e Treze, o primeiro a solicitação da Ladelis – SGPS, LDA, e o segundo a solicitação da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., ambos propondo alterações aos artigos do Contrato de Sociedade que estabelecem limitações ao exercício do direito de voto pelos accionistas. -----



(...)

Depois de ter saudado todos os accionistas presentes e os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o Dr. Miguel Galvão Teles lembrou que da convocatória da Assembleia constavam os seguintes pontos: -----

“PONTO UM: Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas do exercício de 2004; ----

PONTO DOIS: Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão, o balanço e as contas consolidadas do exercício de 2004; -----

PONTO TRÊS: Deliberar sobre a aplicação de resultados; -----

PONTO QUATRO: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; -----

PONTO CINCO: Deliberar sobre a ratificação da cooptação de um Administrador realizada pelo Conselho de Administração; -----

PONTO SEIS: Proceder à eleição dos membros os órgãos sociais para o quadriénio 2005/2008 -----

PONTO SETE Proceder à eleição dos membros da Comissão de Accionistas prevista no nº 2 do artigo 17º dos estatutos da sociedade (Comissão de Fixação de Remunerações) para o quadriénio 2005/2008; -----

PONTO OITO: Deliberar sobre a alienação de acções próprias a trabalhadores e membros dos órgãos de administração da sociedade ou de sociedades participadas, ao abrigo do Regulamento sobre Aquisição de Acções pelos Colaboradores – Ano de 2005; -----

PONTO NOVE: Deliberar sobre a alienação de acções próprias a quadros do Grupo e a membros dos órgãos de administração da sociedade e de sociedades participadas, no âmbito da execução dos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções; -----

PONTO DEZ: Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções próprias; -----

PONTO ONZE: Deliberar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 489º do Código das Sociedades Comerciais, sobre a relação de grupo com sociedade em situação de domínio total, denominada Cimpor Tec – Engenharia e Serviços de Apoio ao Grupo, S.A.; -----

PONTO DOZE: Deliberar sobre a eliminação dos número cinco a oito, dez, doze, alínea b), e treze do Artigo Sétimo, com a renumeração que resultar das eliminações, bem como sobre a eliminação do Artigo Oitavo, ambos do Contrato de Sociedade; -----

PONTO TREZE: Deliberar sobre a alteração dos números cinco, sete e doze, alínea b), e eliminação dos números oito, dez e treze do Artigo Sétimo, com a renumeração que resultar das eliminações, bem como sobre a alteração dos números um, dois, três e quatro do Artigo Oitavo, ambos do Contrato de Sociedade.”

Obtida a anuência da Assembleia para que a discussão dos dois primeiros pontos da Agenda fosse efectuada conjuntamente, sem prejuízo de a respectiva votação ser feita em separado, o Presidente deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração para que interviesse, no caso de o pretender fazer. -----

(...)

Ninguém mais querendo usar da palavra, foram os documentos referidos no ponto UM da Ordem de Trabalhos sujeitos à votação, não se tendo verificado qualquer voto contra e havendo manifestado a sua abstenção o accionista JP MORGAN CHASE BANK – CLIENTS OF THE CHASE MANHATTAN BANK – CLIENTE A, titular de 12 votos. -----

Assim, o Presidente proclamou terem o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas do Exercício de 2004 sido aprovados por unanimidade dos votos emitidos, num total de 737.475 votos, já com a aplicação das limitações estatutárias à respectiva contagem. -----

Passando-se à votação dos documentos referidos no ponto DOIS da Ordem de Trabalhos, manifestou a sua abstenção o accionista JP MORGAN CHASE BANK – CLIENTS OF THE CHASE MANHATTAN BANK- CLIENT A, titular de 12 votos, não se tendo verificado qualquer voto contra. -----

Assim, o Presidente proclamou terem o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço e as Contas Consolidadas do Exercício de 2004 sido considerados aprovados por unanimidade dos votos emitidos, num total de 737.475. votos, já com aplicação das limitações estatutárias à respectiva contagem. -----

Entrando-se na discussão do ponto TRÊS da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa referiu a proposta do Conselho de Administração sobre a Aplicação de Resultados do Exercício de 2004, que consta do Relatório de Gestão da Cimpor “Holding” e já era do conhecimento de todos os accionistas presentes, pelo que, com o consenso da Assembleia, dela apenas leu a sua parte final, transcrevendo-se, no entanto, o respectivo teor integral: -----

“ Tal como expresso nas demonstrações financeiras, o lucro líquido do exercício de 2004 cifrou-se em 185.909.363,64 euros. -----

Assim, no respeito dos parâmetros definidos pelo Contrato de Sociedade, e de acordo com a política de distribuição de dividendos enunciada no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., propõe-se a seguinte aplicação para o valor dos resultados líquidos: -----

- *um montante de 9.300.000,00 euros, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, para reforço da Reserva Legal; -----*



- mantendo critérios seguidos em anos anteriores, e conforme previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 21º dos Estatutos, uma quantia de 2.500.000 euros para atribuição de gratificações aos administradores e restantes colaboradores que, no final de Dezembro de 2004, se encontravam ao serviço da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.; -----
- um total de 120.960.000,00 euros para distribuição pelos accionistas, o que corresponde a um dividendo de 0,18 euros por acção (mais 5,9% que no ano transacto); -----
- a importância sobrance para Resultados Transitados. -----

Em resumo, e fazendo referência às diferentes alíneas do n.º 1 do artigo 21º dos Estatutos: -----

	(euros)
Reserva Legal (alínea c))	9.300.000,00
Remunerações e Gratificações (alínea d))	2.500.000,00
Dividendos (alínea f))	120.960.000,00
Resultados Transitados (alínea g))	53.149.363,64
Total	185.909.363,64

“

Ainda no âmbito deste Ponto da Ordem de Trabalhos, foi apresentada pelo representante da accionista TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., a seguinte proposta que foi lida pelo Dr. Miguel Galvão de Teles: -----

“ Considerando; -----

- A) Que da proposta de aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, está prevista uma quantia para atribuição de gratificações aos Administradores e restantes colaboradores que no final de Dezembro de 2004 se encontravam ao serviço da “CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.”; -----
- B) Que o critério para atribuição das verbas acima indicadas deverá, segundo o previsto na alínea d), do n.º 1 do artigo 21º dos Estatutos, ser definido em Assembleia Geral, -----
- Relativamente à matéria constante do Ponto 3º da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Geral, o signatário, em nome da accionista “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, propõe que, em aditamento ao proposto pelo Conselho de Administração: -----

1. A Comissão de Fixação de Remunerações fique encarregue de fixar qual o montante dessa verba que deverá ser destinada ao Conselho de Administração e qual a quantia que deverá ser atribuída a cada um dos seus membros; -----
2. O montante remanescente seja atribuído pelo Conselho de Administração aos trabalhadores segundo critérios a deliberar por este Órgão, tendo em conta



designadamente, a competência, produtividade e mérito que aqueles tenham demonstrado durante o ano de 2004. “ -----

Após o Presidente da Mesa ter obtido o consenso unânime da Assembleia para que as duas propostas apresentadas fossem apreciadas conjuntamente, dada a sua interligação e complementaridade, e depois de breves intervenções dos accionistas Domingos José Luís de Sá e Reinaldo Vasconcelos Gonçalves e dos esclarecimentos prestados pelo Dr. Manuel de Faria Blanc, foram as mesmas sujeitas à votação, não se tendo verificado qualquer abstenção ou voto contra. -----

Assim, foram as propostas apresentadas no âmbito deste ponto consideradas aprovadas por unanimidade, resultado que o Dr. Miguel Galvão Teles proclamou. -----

(...)

Nada mais havendo a tratar, o Dr. Miguel Galvão Teles, após ter manifestado o seu agradecimento pela colaboração que havia recebido de todos os presentes , deu por encerrada a sessão, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da Sociedade. -----

Quando do encerramento dos trabalhos, pelas treze horas, estavam ainda presentes ou representados accionistas titulares de 403.209.304acções, representativas de 60,0% do capital social, a que correspondiam 806.407 votos. -----